

André Bello

Origem, Causas e Consequências da Polarização Política

Brasília/DF
2019



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

André Bello

Origem, Causas e Consequências da Polarização Política

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política

Orientador: Prof. Ph.D. Mathieu Turgeon

Brasília – DF
2019

André Bello

Origem, Causas e Consequências da Polarização Política

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política

Orientador:

Prof Ph. D. Mathieu Turgeon
(The University of Western Ontario)

Banca Examinadora:

Prof. Ph.D. Lucio Remuzat Rennó Junior
Universidade de Brasília (UNB/IPOL)

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão
Universidade de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Wladimir Ganzelevitch Gramacho
Universidade de Brasília (UNB/FAC)

Prof. Ph.D Adrian Nocolas Albala Young
Universidade de Brasília (UNB/IPOL)

Agradecimentos

Escrever uma Tese de doutorado é um projeto de vida por tratar-se de uma escolha individual da qual você deposita energia e tempo, intercambiando por momentos de angustia e alegria, por pelo menos 6 anos somando o período de mestrado e doutorado. No meu caso, esse tempo é bem maior porque eu optei em realizar um doutorado bem cedo, exatamente no ano de 2008 quando ingressei na Universidade de Brasília para fazer uma especialização em ciência política. Essa jornada foi longa e eu preciso agradecer a muitas pessoas que ajudaram-me na concretização desse sonho.

Em uma ordem cronológica, agradeço primeiro a Ney Bello Filho, primeira pessoa a dizer-me que eu deveria fazer um mestrado na UNB em ciência política e também por toda orientação e carinho nessa vida! Agradeço ao Lucio Rennó, professor desde a especialização, meu orientador no mestrado e quem abriu as portas da University of Pittsburgh, onde passei um ano estudando e pesquisando. Uma época ímpar na minha vida em que eu pude humildemente aprofundar os meus conhecimentos na ciência política com os ensinamentos dos professores Barry Ames e Reid Andrews. Agradeço muito e de forma especial ao Mathieu Turgeon, professor que me recebeu como aluno especial na disciplina de Comportamento Político quando retornei ao Brasil e depois virou um amigo e meu orientador no doutorado. Não poderia deixar de agradecer ao Marcelo Medeiros, genial professor que conhece tudo sobre desigualdade social e com quem eu aprendi muito.

A inspiração para esta pesquisa acadêmica surgiu na curta temporada em que passei na University of Texas at Austin, em 2014, oportunidade em que assisti a disciplina de Opinião Pública do professor Christopher Wlezien e a quem eu agradeço toda a generosidade e acolhimento. Agradeço imensamente ao professor James Stimson por responder todas as dúvidas em relação a teoria do *Policy Mood* e ainda sugerir alguns caminhos durante o processo de pesquisa. Por fim, agradeço aos vários pesquisadores, amigos e professores cultivados na UNB e em Congressos pelos conselhos e críticas ao trabalho que estimularam o meu crescimento intelectual: Andreia Reis, André Jácomo, Carlos Oliveira, Alessandro Freire, Ryan Llord, Carlos Nepomuceno, André Borges, Denilson Bandeira, Pedro Cavalcante, Peter Vieth, Thiago Silva, Josélia Castro e Nivaldo Muniz.

Finalmente, eu agradeço aos meus avôs Néa Bello e Raimundinho Sá (*in*

memoriam) por terem me colocado no caminho da retidão e da educação. Tenho tudo, pois tive os dois ao meu lado desde o começo! Aos dois, todo o meu amor e gratidão! Agradeço aos meus irmãos, Leandro, Nathália e Patrícia, pelo carinho de sempre, amizade e cumplicidade. Somos exageradamente diferentes e eternamente um só! Agradeço também aos meus pais, Otávio e Aldenora. Deixei para o final o agradecimento especial a Fernanda, minha esposa, quem todo dia mostra-me o sentido do amor, da família e da vida. Esse amor gerou Mateus Bello (*in memoriam*) e Pedro Bello para quem eu dedico-me integralmente do primeiro dia da vida deles até o último dia da minha vida! Que sejamos felizes hoje, amanhã e para sempre!

RESUMO

Esse trabalho investigou a origem, causas e consequências da polarização política, fenômeno que é a antítese do pensamento brasileiro, mas não raro alhures. A origem da polarização política está na divisão entre o petismo e o antipetismo e, em menor grau, entre os pobres e ricos, enquanto as causas englobam efeitos relacionados com a economia e aos fatores políticos, sociais e institucionais. Existem alguns apontamentos acerca das consequências da polarização política para o funcionamento da democracia, sendo que o principal é a desigualdade de representação política motivada pela exacerbação dos conflitos entre os grupos políticos e sociais. Ademais, essa pesquisa construiu indicadores macros, baseados na agregação das respostas individuais através da técnica *dyad ratios*, para a opinião pública, ideologia e partidarismo. Essa técnica atenua os erros de medição e elabora medidas mais estáveis. Os resultados são importantes indicativos sobre o padrão de comportamento do brasileiro, cujas mudanças temporais ocorrem em face da situação econômica retrospectiva e prospectiva do país, do nível de inflação, desemprego e o crescimento econômico e dos desdobramentos na esfera política, institucional e social.

Palavras-Chave: polarização política, opinião pública, ideologia e partidarismo

ABSTRACT

This work investigated the origin, causes and consequences of political polarization, a phenomenon that is the antithesis of Brazilian thought. The origin of political polarization lies in the division between petism and antipetism and between the poor and the rich people, while the causes include effects related to the economy and political, social and institutional factors. There are some notes on the consequences of political polarization for the functioning of democracy, the main one being the inequality of political representation motivated by the exacerbation of conflicts between political and social groups. In addition, this research constructed macros indicators based on the aggregation of individual responses through the technique of *dyad ratios* for public opinion, ideology and partisanship. This technique attenuates measurement errors and produces more stable measurements. The results are important indicative of the Brazilian behavior pattern, whose temporal changes occur in the face of the country's retrospective and prospective economic situation, the level of inflation, unemployment, and economic growth and unfolding in the political, institutional and social spheres

Keywords: political polarization, public opinion, ideology and partisanship

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1	Percentual de Perguntas de cada Instituto – <i>Brazilian Policy Mood</i>	43
Tabela 3.2	Descrição dos Itens Políticos do Índice de Opinião Pública.....	47
Tabela 3.3	Descrição das Variáveis de Partidarismo por Ano e Instituto de Pesquisa.....	207
Tabela 3.4	Banco de Dados do Petismo e Antipetismo.....	56
Tabela 4.1	Teste de Alfa <i>Cronbach</i> para Escolaridade, Raça e Religião.....	72
Tabela 4.2	Teste de Alfa <i>Cronbach</i> para Renda.....	73
Tabela 4.3	Teste de Alfa <i>Cronbach</i> dos Itens Políticos entre Pobres e Ricos.....	74
Tabela 5.1	Carga dos Itens Políticos por Dimensão Política.....	105
Tabela 5.2	Índice de Polarização Política da Opinião Pública entre Mais Educados e Menos Educados; Brancos vs. Não-Brancos; Religiosos vs. Não-Religioso.....	209
Tabela 5.3	Índice de Polarização entre Pobres e Ricos das Dimensões de Valor e Economia.....	114
Tabela 5.4	Índice de Polarização da Opinião Pública entre Pobres e Ricos.....	117
Tabela 5.5	Índice de Polarização da Opinião Pública entre Pobres e Ricos por ciclos político.....	119
Tabela 5.6	Índice de Polarização das Identidades Partidárias entre Petismo e Antipetismo...121	
Tabela 6.1	Descrição dos Indicadores Objetivos da Economia.....	209
Tabela 6.2	Descrição Quantitativa dos Indicadores Subjetivos da Economia.....	131
Tabela 6.3	Percentual de Perguntas de cada Instituto para o índice de Satisfação.....	137
Tabela 6.4	Propriedades das Variáveis Analisadas da Série Temporal.....	141
Tabela 6.5	Teste de Cointegração entre a Opinião Pública e as Variáveis da Economia.....	216
Tabela 6.6	Teste de Cointegração entre Opinião Pública e as Variáveis Políticas, Sociais e Institucionais.....	216
Tabela 6.7	Teste de Cointegração do Índice de Polarização Política entre Pobres e Ricos e das Variáveis da Economia.....	216
Tabela 6.8	Teste de Cointegração do Índice de Polarização Política entre Pobres e Ricos e das Variáveis da Política, Social e Institucional.....	216
Tabela 6.9	Teste de Cointegração entre Partidarismo e as Variáveis da Economia.....	216
Tabela 6.10	Teste de Cointegração entre Partidarismo e as Variáveis Políticas, Sociais e Institucionais.....	217
Tabela 6.11	Teste de Cointegração do Índice de Polarização Política entre Petismo e Antipetismo e das Variáveis da Economia.....	217

Tabela 6.12. Teste de Cointegração da Lava Jato e o Índice de Polarização Política entre Petismo e Antipetismo.....	217
Tabela 6.13 Teste de Cointegração do Bolsa Família e o Índice de Polarização Política entre Petismo e Antipetismo.....	217
Tabela 6.14 Matriz de Correlação para as Variáveis da Economia.....	144
Tabela 6.15 Efeitos da Economia sobre as Mudanças da Opinião Pública.....	146
Tabela 6.16 Efeitos dos Fatores Políticos, Sociais e Institucionais sobre as Mudanças da Opinião Pública.....	148
Tabela 6.17 Relação entre a Opinião Pública e a Satisfação com as Políticas Públicas.....	153
Tabela 6.18 Desempenho da Economia sobre a Polarização Política entre Pobres e Ricos....	154
Tabela 6.19 Efeitos do Bolsa Família sobre a Polarização Política entre Pobres e Ricos.....	156
Tabela 6.20 Efeitos do Índice de Gini sobre a Polarização Política entre Pobres e Rico.....	157
Tabela 6.21 Desempenho da Economia sobre as Mudanças do Partidarismo.....	159
Tabela 6.22 Resultados dos Fatores Políticos, Sociais e Institucionais sobre o Partidarismo.....	160
Tabela 6.23 Modelo de Correção de Erros da Economia sobre a Polarização Política entre Petismo e Antipetismo.....	163
Tabela 6.24 Atuação da Lava Jato sobre a Polarização Política entre Petismo e Antipetismo.....	165
Tabela 6.25 Efeitos do Bolsa Família sobre a Polarização Política entre Petismo e Antipetismo.....	165
Tabela 7.1. Classificação por Área das Propostas do Executivo.....	177

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 4.1	Opinião Pública dos Brasileiros de 1991 a 2015 (Brazilian Mood)	58
Gráfico 4.2	Opinião dos Grupos Sociais por Educação, Raça, Religião e Renda	63
Gráfico 4.3	Opinião Pública por Itens Políticos	65
Gráfico 4.4	Indicador de Polarização Política (IPP) dos Grupos Sociais	66
Gráfico 4.5	Indicador de Polarização Política (IPP) dos Itens Políticos por Escolaridade.....	68
Gráfico 4.6	Indicador de Polarização Política (IPP) dos Itens Políticos por Raça.....	69
Gráfico 4.7	Indicador de Polarização Política (IPP) dos Itens Políticos por Religião.....	70
Gráfico 4.8	Indicador de Polarização Política (IPP) dos Itens Políticos por Renda.....	71
Gráfico 4.9	Histograma da Ideologia Simbólica <i>Mood</i>	76
Gráfico 4.10	Ideologia Simbólica <i>Mood</i>	76
Gráfico 4.11	Índice de Moderação da Ideologia Simbólica.....	77
Gráfico 4.12	Índice de Extremo Liberal e Extremo Conservador.....	78
Gráfico 4.13	Ideologia Simbólica <i>Mood</i> dos Grupos Sociais.....	80
Gráfico 4.14	Indicador de Polarização Política (IPP) do Extremo Liberal e Extremo Conservador.....	81
Gráfico 4.15	Indicador de Polarização Política (IPP) de Ideologia dos Grupos Sociais.....	81
Gráfico 4.16	Ideologia Simbólica Termostática.....	84
Gráfico 4.17	Indicador de Polarização Política (IPP) dos Ideólogos.....	85
Gráfico 4.18	Identificação Partidária e Antipartidarismo Macro no Brasil.....	87
Gráfico 4.19	Evolução do Petismo de 1989 a 2018.....	88
Gráfico 4.20	Petismo vs. Antipetismo de 1997 a 2018.....	89
Gráfico 4.21	Indicador de Polarização Política (IPP) entre o Petismo e Antipetismo.....	91
Gráfico 5.1	Correlação de Petismo e Antipetismo com a Dimensão da Economia.....	99
Gráfico 5.2	Correlação de Petismo e Antipetismo com a Dimensão de Valor.....	100
Gráfico 5.3	Dimensão de Economia e Valor.....	106
Gráfico 5.4	Duas Dimensões de Rotação Não-Correlacionadas.....	117
Gráfico 5.5	Densidade Relativa dos Grupos Sociais.....	113
Gráfico 5.6	Densidade da Dimensão de Economia e Valor entre Pobres e Ricos.....	114
Gráfico 5.7	Densidade das Preferências entre Pobres e Ricos.....	116
Gráfico 5.8	Densidade das Preferências entre Pobres e Ricos por Ciclos Político.....	118
Gráfico 5.9	Densidade Relativa do Petismo e Antipetismo.....	120
Gráfico 5.10	Grau de Densidade de Petismo e Antipetismo.....	121

Gráfico 6.1 Opinião Pública Macro sobre Economia.....	143
Gráfico 6.2 Grau de Satisfação Geral das Políticas Públicas.....	149
Gráfico 6.3 Grau de Satisfação de cada Política Pública.....	151
Gráfico 6.4 Relação entre a Opinião Pública e a Satisfação com as Políticas Públicas.....	152
Gráfico 6.5 Partidarismo Macro no Brasil, de 1989 a 2018.....	158
Gráfico 7.1 Trajetória do Gasto Social Federal, 2002-2015.....	174
Gráfico 7.2 Trajetória dos Gastos Sociais Federais por Área de Atuação.....	175

Lista de Abreviaturas e Siglas

PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSD	Partido Social Democrático
UDN	União Democrática Nacional
IPP	Indicador de Polarização Política
PIB	Produto Interno Bruto
MMA	Ministério de Meio Ambiente
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação Social
WVS	World Values Survey
FPA	Fundação Perseu Abramo
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
LAPOP	Latin American Public Opinion Project
BEPS	The Brazilian Electoral Panel Studies
ANES	American National Election Studies
GSS	General Social Survey
MRP	Polarização Mediana Relativa
URP	Polarização Relativa Superior
LRP	Polarização Relativa Inferior
ECM	Error Correction Model
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Referencial Teórico	
2.1 Polarização Política.....	9
2.2 Opinião Pública.....	15
2.2.1 A Evolução do Debate da Opinião Pública.....	17
2.2.2 O Índice de Opinião Pública para o Brasil.....	21
2.3 Ideologia.....	23
2.3.1 Significados da Direita e Esquerda.....	24
2.3.2 Dimensão Individual da Ideologia.....	26
2.3.3 Dimensão Macro da Ideologia.....	28
2.4 Partidarismo.....	31
2.4.1 Partidarismo Negativo: O Outro Lado da Identificação Partidária.....	35
2.4.2 Do Petismo ao Antipetismo: Uma Nova Era no Brasil?.....	37
3. Metodologia	
3.1 Opinião Pública: Construção do <i>Policy Mood</i>	42
3.1.2 Polarização Política: Diferenças da Opinião Pública dos Subgrupos.....	45
3.2 Dados e Medidas da Ideologia Simbólica.....	48
3.2.1 Polarização Política: Divergência do Posicionamento Ideológico.....	51
3.3 Explicando o Procedimento do Partidarismo e do Antipartidarismo.....	51
3.3.1 Medidas Macro para o Petismo e Antipetismo.....	54
4. A Origem da Polarização Política	
4.1 A História da Opinião Pública no Brasil: Mudanças à Esquerda e à Direita.....	58
4.1.2 O Padrão da Opinião Pública dos Grupos Sociais.....	61
4.1.3 A Opinião Pública Macro para os Itens Políticos.....	63
4.1.4 Indicador de Polarização Política pela Medida de Dispersão.....	65
4.1.5 Grau da Polarização Política pelo Teste de <i>Cronbach</i>	72
4.2 Ideologia Simbólica <i>Mood</i> : A Construção Ideológica do Brasil.....	75
4.2.1 Polarização Ideológica ou Paralelismo?.....	80
4.2.2 Ideologia Termostática.....	83
4.3 Preferências Macro do Sistema Partidário.....	86
4.3.1 Petismo vs. Antipetismo: Evidências de Polarização Política.....	89

4.4.	Considerações Finais.....	91
5.	Origem da Polarização Política: Um Passo a Frente	
5.1	Evolução Política das Preferências do Petismo e Antipetismo.....	96
5.2	Dimensões da Opinião Pública: Economia e Valor.....	102
5.3	Polarização Distribucional usando a Técnica da Densidade Relativa.....	108
5.3.1	Polarização Distribucional dos Grupos Sociais.....	112
5.3.2	Polarização Distribucional entre Petismo e Antipetismo.....	119
5.4	Considerações Finais.....	122
6.	As Causas da Polarização Política	
6.1	A Economia Movimenta o Comportamento dos Indivíduos.....	126
6.1.1	Dados e Medidas: Indicadores Objetivos e Subjetivos da Economia.....	130
6.2	Fatores Políticos, Sociais e Institucionais.....	132
6.3	Análise em Série Temporal.....	138
6.3.1	Modelo de Correção de Erros: Aplicação do Método.....	139
6.4	Resultados das Mudanças da Opinião Pública.....	142
6.4.1	Relação entre Opinião Pública e Satisfação das Políticas Públicas.....	148
6.4.2	Resultados da Polarização Política entre Pobres e Ricos.....	153
6.4.3	Resultados das Mudanças do Partidarismo.....	157
6.4.4	Resultados da Polarização Política entre Petismo e Antipetismo.....	161
6.5	Considerações Finais.....	166
7.	As Consequências da Polarização Política	169
8.	Conclusão	179
	Referências Bibliográficas	182
Anexo I	Perguntas de Opinião Pública.....	195
Anexo II	Perguntas de Identificação Ideológica.....	204
Anexo III	Perguntas da Identificação Partidária Macro.....	205
Anexo IV	Descrição das Variáveis de Partidarismo.....	207
Anexo V	Índice de Polarização Mediana Relativa.....	209
Anexo VI	Descrição dos Indicadores Objetivos da Economia.....	209
Anexo VII	Perguntas sobre a Percepção da Economia.....	210
Anexo VIII	Perguntas sobre a Satisfação das Políticas Públicas.....	212
Anexo IX	Testes de Cointegração do Modelo de Correção de Erros.....	216

1. Introdução

O Brasil tem sido palco de firmes conflitos políticos desde as manifestações de junho de 2013, ocasião em que o governo federal ficou acuado e a população foi às ruas reivindicar mais qualidade nos serviços públicos. Apesar do sentimento de insatisfação das pessoas, fruto da alta dos preços dos produtos e serviços e dos escândalos de corrupção, Dilma Rousseff foi reeleita presidente em 2014. A vitória por uma margem mínima de 3% evidenciou, no entanto, a divisão política no país.

A presidente Dilma Rousseff encontrou, no segundo mandato, um Congresso mais disposto ao embate, encorajado pelos resultados das urnas, pela crise econômica que começava a ser sentida de forma mais aguda pela população e pelas constantes prisões de políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) que debilitavam o governo progressivamente. O impeachment da presidente Dilma confirmou o grau de exasperação da política dentro e fora do Congresso. Certos analistas políticos defendiam o impeachment como um remédio amargo para a governabilidade, acreditando que o vice-presidente, Michel Temer, tivesse melhores condições de governar o país. Ao contrário disso, observou-se a escalada das manifestações e das greves nas ruas, bem como do acirramento político no âmbito do Congresso. O país ficou totalmente paralisado e a aprovação de projetos importantes com vista a recuperação da economia fora inviabilizada.

A elevada taxa de desemprego, o inflexível embate político em torno das políticas de valores morais no Congresso e a não aprovação de projetos do Executivo no campo da economia geram ainda a sensação permanente de crise política no país. Além disso, os sucessivos escândalos de corrupção, sobretudo a Lava Jato a partir de 2014, reduziram o papel dos partidos políticos, tidos já como frágeis do ponto de vista ideológico, mas importantes para a manutenção das regras institucionais. O sistema político enfraqueceu-se, o que abriu espaço para o crescimento dos sentimentos antipartidários, personificados na candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República. Por fim, a eleição presidencial de 2018 alimentou a ideia de que a polarização política no país é inequívoca. Como consequência, as análises de que o Brasil caminha para uma polarização política similar à dos Estados Unidos ganharam o noticiário televisivo e incorporaram-se também na Academia.

Dois fatos recentes simbolizam esse sentimento para especialistas e leigos. O primeiro é a divisão entre manifestantes a favor ou contra a presidente Dilma

Rousseff durante o processo de impeachment, literalmente separados por um muro na Esplanada dos Ministérios. O segundo evento é o atentado à faca que Jair Bolsonaro sofreu durante a campanha eleitoral de 2018. A história política recente do Brasil expõe o nível de acirramento político pelo qual o país atravessa. O Congresso mantém um papel indutor dos conflitos, mas as ruas também sustentam a sensação de que o país está paralisado devido a divisão política. É necessário investigar a existência da polarização política no Brasil, um fenômeno não raro alhures.

Esse tipo de análise sobre a polarização política teve início nos Estados Unidos na esteira dos movimentos pelos direitos civis na década de 60 em que os grupos políticos lutavam pelo fim da segregação racial e no contexto da guerra do Vietnã. A eleição de 2016 garantiu a vitória de Donald Trump mesmo com um discurso de intolerância contra as minorias, registrando talvez o ápice da polarização política nos Estados Unidos. Desde 2008, quando os Estados Unidos e a Europa atravessaram uma dura crise econômica, os partidos de direita e de extrema direita se organizaram dentro do sistema político com a narrativa da antiglobalização e anti-imigração. Observou-se de forma muito clara o crescimento dos partidos mais conservadores ao redor do mundo.

A literatura internacional debruçou-se sobre esses fatos políticos em busca de explicações sobre a origem, causas e consequências da polarização política. Poole e Rosenthal (1984) encontraram que os congressistas norte-americanos atuavam em polos ideológicos distintos durante o período de 1950 a 1980. Após duas décadas, Poole (2007) encontrou uma ampla distância nos posicionamentos políticos dos Democratas e Republicanos, revelando um conflito entre os partidos políticos por diferenças ideológicas, especialmente a partir da 94ª Legislatura (1975-76). Os estudos ao nível das elites políticas confirmaram a polarização política nos Estados Unidos (McCarty, Poole and Rosenthal, 2016; Hetherington, 2009).

A partir desse ponto inicial, e principalmente depois do ciclo eleitoral de 2000 a 2004, os cientistas políticos começaram a perguntar se o público era também polarizado politicamente (Barber, McCarty e Martin, 2015). Esta nova linha de pesquisa investiga o impacto da polarização da elite política no comportamento do eleitorado, de modo a mapear as preferências partidárias, o posicionamento ideológico e as atitudes dos cidadãos.

Não há consenso na literatura sobre a polarização política ao nível dos eleitores. Alguns autores demonstram que a massa de eleitores não responde a

polarização das elites, mesmo para as questões mais controversas ou orientação ideológica, pois o eleitorado norte-americano é predominantemente moderado (Fiorina, 2008; Fiorina e Abrams, 2008). No entanto, a outra corrente aponta que a polarização política não é um mito e está ancorada principalmente na divisão entre religiosos e os não religiosos e entre Democratas e Republicanos (Abramowitz and Saunders, 2005 e 2008). A divergência nos resultados coloca em dúvida a existência da polarização política nos Estados Unidos (para revisão, ver Hetherington, 2009).

Alternativamente, Iyengar et al. (2012) propõe uma definição diferente para polarização política com base na teoria da identidade social. Essa teoria define que a polarização é mais afetiva do que ideológica, isto é, a identidade por um grupo produz sentimentos positivos pelo grupo no qual a pessoa se identifica e sentimentos negativos pelos grupos distintos e de oposição (Mason, 2015; Iyengar, Sood and Lelkes, 2012; Iyengar and Westwood, 2015).

O tema da polarização política é historicamente raro no Brasil porque, na verdade, o conflito é a antítese do pensamento brasileiro, construído com bases no homem cordial, na democracia racial e em um país avesso às guerras (Holanda, 1936; Freyre, 1986; Telles, 2004). O homem cordial é o ethos brasileiro, amplamente divulgado e comemorado por estudiosos. Mas será que condiz com a realidade do Brasil após o país ter enfrentado dois processos de impeachment, sucessivas crises econômicas, altos níveis de desigualdade social e ter observado o crescimento da extrema direita? Esta é a pergunta que norteia todo este estudo.

Diante desse quadro político, cabem algumas perguntas iniciais: A teoria da polarização política assentada nos Estados Unidos convém ao contexto brasileiro? Em caso afirmativo, qual é a origem da polarização política brasileira? Quais seriam as causas desse fenômeno? E quais seriam as consequências da polarização? Esse trabalho está estruturado em três grandes blocos – origem, causas e consequências – que investigam o fenômeno da polarização política. A pesquisa sobre a origem da polarização política no Brasil assenta-se em três hipóteses centrais para a teoria estadunidense: diferenças da opinião pública, o distanciamento ideológico dos eleitores e, por fim, a divergência partidária. Para o tópico da opinião pública, trabalha-se com a diferença de opiniões entre os distintos grupos sociais com base na renda, religião, raça e escolaridade. Argumenta-se, especialmente, que as opiniões dos ricos e dos pobres são díspares porque esses dois grupos apresentam interesses diferentes e reações aos acontecimentos econômicos e sociais de modo diferente

também. Nesse ponto, a economia contribui para reforçar a polarização política. Em suma, essa primeira linha de investigação foca na polarização política em termos das preferências sobre as questões políticas – “*positional issue*” (DiMaggio et al. 1996).

O segundo tópico relacionado com a origem da polarização política investiga o posicionamento ideológico das pessoas, isto é, se a sociedade está identificada e dividida entre esquerda e direita. Ainda muito controverso, esse tema é o combustível para as duas principais correntes teóricas que pesquisam sobre polarização política. No âmbito do Brasil, a ideologia determinou muitos estudos do comportamento político e quase sempre é enfatizado a inexistência de um vínculo entre o posicionamento ideológico e questões de natureza política (Bonifácio et al. 2014; Oliveira e Turgeon, 2015).

Para o terceiro e último tópico, usa-se a noção da polarização partidária – *partisan polarization* – para explicar a origem da polarização política no Brasil. Os especialistas nos EUA usam a identidade partidária entre os democratas e os republicanos, estruturada pelo alinhamento das preferências de certos temas políticos com a identificação partidária e o viés ideológico, para determinar o grau da polarização política naquele país. No Brasil, diferentemente dos EUA, o foco é no sentimento positivo e negativo partidário, especificamente atinente ao PT. Assume-se como principal hipótese para explicar a polarização política no Brasil a divisão entre petismo e antipetismo.

Embora o objetivo seja identificar a natureza da polarização política, realiza-se um esforço para apresentar o padrão de comportamento da opinião pública, da ideologia e do partidarismo em uma perspectiva temporal usando dados agregados. A opinião pública e a ideologia foram divididas em subgrupos com o objetivo de verificar a evolução das preferências públicas e da identificação ideológica das diversas camadas da população. Ademais, cria-se indicadores para verificar o nível do partidarismo, antipartidarismo, petismo e antipetismo. O conjunto dessas variáveis contribui não somente na análise acerca da polarização política, mas também para entender o pensamento e o comportamento do brasileiro ao nível da opinião pública, ideologia e identificação partidária desde a redemocratização do país.

A primeira parte deste trabalho é ampliada, em um outro capítulo, para investigar a origem da polarização política no Brasil por um novo ângulo metodológico. A opinião pública e o partidarismo continuam como os referenciais teóricos, porém pretende-se testar tais conceitos por meio de novas abordagens

metodológicas. O objetivo principal é obter resultados mais robustos, uma vez que se estende o leque de testes metodológicos sobre as mesmas variáveis. Nesse contexto, assume-se que a polarização política apresenta diferentes características.

A segunda parte concentra-se em explicar as razões que impactam a polarização política. Uma vez que a natureza da polarização política é identificada, passa-se a utilizar os fatores econômicos, políticos, sociais e institucionais como as variáveis independentes para entender os motivos que causam a polarização política. No campo da economia, indicadores objetivos (inflação, desemprego e o PIB) e indicadores subjetivos (percepção retrospectiva e prospectiva da economia) são empregados. As respostas dos indivíduos a respeito do estado da economia foram agregadas, de maneira que se formou índices que representam os sentimentos retrospectivos pessoais e nacionais e prospectivos pessoais e nacionais acerca da economia. O objetivo, primeiro, é apresentar a evolução histórica da percepção econômica dos brasileiros e ver o dinamismo destas mudanças. Desde a redemocratização, o Brasil atravessou por inúmeros momentos políticos e sociais, de forma positiva e negativa, e por alguns processos institucionais, como o impeachment de Collor e de Dilma, que certamente marcaram a sociedade. O objetivo é testar se esses vetores influenciam a dinâmica da polarização política.

Dentro da concepção dos vetores políticos, sociais e institucionais está a variável que mede a satisfação dos brasileiros com as políticas públicas. Essa variável identifica a opinião pública dos brasileiros a respeito dos serviços públicos prestados pelos governantes em alguns setores públicos, tornando-se um instrumento importante para avaliar a qualidade da democracia de acordo com a ideia de responsividade e representação política. A ideia de investigar a qualidade dos serviços públicos ficou registrada notadamente a partir das manifestações de junho, porém faltavam dados consistentes. A estratégia metodológica empregada nesse trabalho, usando o conceito de agregação de respostas, é um caminho promissor para superar o obstáculo da falta de informações sobre a satisfação do público com os serviços públicos.

Na esteira do exame sobre as causas da polarização, abriu-se novas perspectivas, alinhadas com as teorias internacionais, de investigar também as causas das mudanças da opinião pública e do partidarismo. Essa é uma rica discussão no âmbito dos Estados Unidos e da Europa, mas ainda faltava ser efetivada em países como o Brasil, cujas democracias não são consideradas totalmente consolidadas e que existem claros problemas no sistema partidário. Esse é um aspecto importante deste

trabalho, pois abre novas oportunidades de pesquisas a partir dos dados já coletados e das análises iniciais realizadas.

No tocante às consequências da polarização política, alguns pontos merecem um destaque particular. A literatura internacional destaca que a polarização resulta em mais desvantagens do que vantagens para a sociedade. Uma vantagem é o aumento progressivo da identificação partidária que resulta na melhor clareza das posições políticas dos líderes partidários. Contudo, esse ponto positivo cresce à custa do aumento de conflitos e impasses no legislativo, da quebra de civilidade e de normas democráticas e da sutil e gradual deterioração da representação política. O Executivo com o apoio dos congressistas pode implementar políticas públicas e aprovar propostas legislativas que atendam parcialmente a população, negligenciando grupos sociais, sobretudo minorias como negros e homossexuais, por não ter o apoio político desta parte da sociedade. A consequência desta tomada de decisão por parte dos governantes implica em desigualdade na representação política. Esse aspecto relativo às consequências da polarização política é o foco do capítulo, que apresenta uma revisão da literatura e faz alguns apontamentos para uma agenda futura de pesquisa.

Em termos da contribuição teórica, este trabalho conecta os estudos de polarização política com as teorias do *Policy Mood*, Partidarismo Macro e da Ideologia Macro, ou seja, a polarização é vista como um processo dinâmico a partir da opinião pública agregada e da identificação partidária e ideológica ao nível macro (Stimson, 1991; Mckuen, Erikson e Stimson, 1989; Box-Steffensmeier, Knight e Sigelman, 1998). Além disso, três hipóteses centrais da literatura sobre polarização política são testadas em um cenário político institucional diferente dos Estados Unidos. O sistema eleitoral brasileiro da forma como está organizado – fragmentação partidária, multipartidarismo e lista aberta – favorece o voto personalista e, conseqüentemente, o enfraquecimento dos partidos políticos e do posicionamento ideológico. Pelo ângulo metodológico, emprega-se dados de séries temporal, e não mais transversais, o que permite verificar a opinião pública, a ideologia e o partidarismo no longo prazo. Conseqüentemente, a própria polarização política é testada dinamicamente ao longo do tempo através do modelo de correção de erros, cuja principal vantagem é capturar os efeitos de curto prazo e longo prazo sobre a variável dependente.

Os resultados encontrados oferecem uma visão de que o Brasil, de fato, está polarizado em função da divisão entre o petismo e antipetismo e, em menor grau,

entre os mais pobres e mais ricos. Embora a opinião pública agregada do brasileiro apresente uma tendência de moderação, existe uma separação entre as preferências dos pobres e ricos em determinados períodos. Aplicando a ideia da polarização política dinâmica, identificou-se os momentos de convergências e de maior polarização entre a opinião pública agrupada por renda. Para os outros grupos sociais - religião, educação e raça -, constatou-se que a opinião pública tem uma tendência de paralelismo ao invés de polaridade.

Ao analisar as posições ideológicas, destaca-se que a moderação é uma disposição forte na sociedade brasileira e sobrepõe-se às demais atitudes. Os sinais de polarização ideológica encontrados entre os grupos sociais de renda e entre os liberais e conservadores não são fortes, predominando, ao final, a noção de que o brasileiro não está polarizado por suas posições ideológicas. A principal contribuição é a construção da ideologia macro que descreve as mudanças temporais da identificação ideológica, delineando o pensamento do brasileiro baseado na ideologia. Usando a técnica do *dyad ratios*, descobriu-se que o conservadorismo dominou o ambiente político de 1995 a 2010, depois houve um rápido suspiro ao liberalismo e, em 2014, a onda conservadora se restabeleceu.

A polarização política está fortemente acastelada pela divisão entre o petismo e antipetismo. Seguindo os sinais demonstrados pela eleição presidencial de 2018, a qual evidenciou o quão o antipetismo cresceu e está fortificado no Brasil, esse trabalho testou a dispersão dos sentimentos positivos e negativos acerca do PT. O resultado mostrou o crescimento exponencial do antipetismo associado à uma trajetória mais estável do petismo. Em 2015, o petismo sofre uma queda e o antipetismo torna-se predominante na sociedade. Por todo o período analisado, muito claramente verificou-se uma distância entre o petismo e o antipetismo.

Por meio de outros testes estatísticos, principalmente da densidade relativa, formou-se a comprovação de que a origem da polarização política está reunida nos conflitos entre o petismo e antipetismo e entre os mais pobres e os mais ricos. O índice de polarização confirmou que 13% da distribuição da opinião pública dos pobres e ricos a respeito dos assuntos relacionados a costume e valores caminharam na direção das extremidades. A tendência de polarização, em que o centro é esvaziado, foi verificada de 1991 a 1999 e novamente de 2008 a 2015. Durante o período de 2000 a 2007, verificou-se uma convergência entre os pobres e ricos. Para o petismo e antipetismo, os resultados oriundos da densidade relativa são ainda mais

fortes. Durante todo o período analisado, o petismo e o antipetismo apresentaram posições heterogêneas.

A polarização política dinâmica é impactada em função dos indicadores objetivos e subjetivos da economia, bem como de alguns vetores atinentes ao campo da política, social e institucional. Nesse sentido, destaca-se os principais resultados: a diferença de opinião pública entre pobres e ricos é ampliada à medida que a desigualdade social aumenta e existe a continuidade do Bolsa Família. Esses dois vetores sociais impactam o comportamento dos mais pobres e mais ricos, de maneira que gera uma divisão entre os dois grupos. Em relação à polarização política partidária, baseada no petismo e antipetismo, os testes estatísticos mostraram que a Lava Jato e o Bolsa Família aumentaram a diferença entre petistas e antipetistas, estabelecendo a polarização política. A economia também promove a dispersão entre o petismo e o antipetismo, cujo efeito está conectado particularmente com o PIB e os sentimentos prospectivos nacional e pessoal.

Este trabalho está dividido em sete seções, sendo que a primeira é relativa ao referencial teórico, estabelecido a partir das teorias da polarização política, opinião pública, ideologia e partidarismo. A análise das teorias é realizada em uma perspectiva da agregação das respostas, constituída por teorias macro. A terceira seção refere-se à metodologia, responsável por explicar como os dados foram coletados, as medidas macro foram criadas e as características das variáveis apresentadas. A quarta seção aborda a origem da polarização política, na qual mostra os primeiros testes da dispersão e associação da opinião pública, da ideologia e do partidarismo. O padrão da opinião pública e dos subgrupos, da ideologia e do partidarismo são descritos e analisados nessa seção também. A quinta seção consiste no desdobramento do capítulo anterior, preocupado em aprofundar as análises sobre a origem da polarização política por meio de outras técnicas metodológicas. A sexta seção discute exclusivamente as causas da polarização política, bem como as razões que provocam as mudanças da opinião pública e do partidarismo. Por último, a sétima seção analisa as consequências da polarização política com base nos principais resultados da literatura internacional.

2. Referencial Teórico

2.1 Polarização Política

Em primeiro lugar, cabe aqui uma definição conceitual para a polarização política. Admite-se um cenário polarizado quando há dois polos em conflito que avançam para as extremidades e o centro desaparece. A polarização é representada por uma distribuição bimodal. Em termos estatísticos, a polarização exige uma diferença grande entre as médias dos dois grupos em análise.

Principalmente para os primeiros estudos sobre polarização, que analisaram a as posições dos Republicanos e Democratas no Senado, a polarização refere-se a separação política dentro de uma escala liberal-conservador. Os resultados mostram que os moderados caminharam às extremidades e os partidos ganharam identificações claras de liberais e conservadores. Esse posicionamento ideológico é consistente ao longo do tempo (Poole e Rosenthal, 1984; Poole, 2007). Usando a técnica do *DW-Nominate*, uma medida para estimar a posição ideológica dos políticos através das votações nominais no Congresso, McCarty et al. (2016) confirmaram que a polarização cresceu no longo prazo paralelamente ao nível da desigualdade social.

Enquanto é amplamente reconhecido que o Congresso está polarizado desde a década de 70, ainda não há o mesmo consenso para a polarização do público em geral. Essa nova agenda é conduzida principalmente pelos cientistas Fiorina e Abramowitz, cujas visões são diametralmente opostas. Para a primeira corrente teórica, existe uma desconexão entre a classe política, que está significativamente engajada em disputas ideológicas e partidárias, e a maioria do eleitorado por ter atitudes não estruturadas, desinteresse e falta de informação para usar uma linguagem de Converse (1964). Esses autores argumentam que o eleitor médio americano é moderado e segue uma conduta centrípeta (Fiorina, 1999; Fiorina e Levendusky, 2006; Fiorina e Abrams, 2008; Fiorina, Abrams e Pope, 2008; Fiorina, Abrams e Pope, 2005).

Essas conclusões abalaram a crença de que a sociedade americana é polarizada. As primeiras evidências dessa visão, no entanto, surgiram na década de 90 quando DiMaggio et al. (1996) encontraram baixa polarização política através do posicionamento político para temas públicos. Usando dados do *General Social Survey* e *National Elections Studies* de 1972 a 1994, os autores encontraram, no geral, opiniões convergentes sobre questões econômicas e sociais e nenhuma polarização

entre os grupos identificados como liberais ou conservadores. Evans (2003) replicou este mesmo trabalho, atualizando os dados até o ano 2000, e os resultados foram muito similares. A única exceção foi o tema aborto e entre pessoas identificadas com os dois partidos, já que a polarização parecia crescer com o prolongamento dos anos.

Em posição contrária, a segunda corrente teórica argumenta que a polarização cresceu desde a década de 80, especialmente entre as pessoas mais engajadas politicamente. As pessoas informadas e interessadas, diferentemente do que Fiorina e os coautores afirmam, representam uma parte considerável da sociedade americana. Portanto, a polarização não é restrita a uma fina camada da sociedade (Abramowitz, 2006; Abramowitz e Saunder, 2008; Abramowitz e Saunder, 2005). A polarização ideológica e partidária configuram as principais evidências que existe uma cultura de guerra nos Estados Unidos (Jacoby, 2014), assim como a separação entre religiosos e não religiosos (Abramowitz e Saunder, 2008).

A solução proposta por Fiorina e os seus coautores para o enigma da polarização foi do alinhamento político (*sorting*) que significa que o posicionamento ideológico e a identificação partidária estão na mesma linha de preferência. Em outras palavras, os eleitores liberais tornaram-se mais alinhados com os Democratas e os eleitores conservadores mais identificados com os Republicanos (Fiorina, Abrams e Pope, 2005; Fiorina e Levendusky, 2006). Essa conclusão também não foi aceita pela segunda corrente teórica, uma vez que Abramowitz (2006) declara que o alinhamento político é o principal motor para a polarização política.

Para Abramowitz e Saunders (1998), os Democratas e Republicanos separaram-se em campos ideológicos com base em temas políticos a partir da era Reagan. À medida que aumentava a polarização ideológica dos partidos, os eleitores reconheciam com mais facilidade a diferença partidária e passaram a se identificar com os partidos de acordo com as posições de cada um relativa aos temas políticos. O alinhamento político fortaleceu as estruturas partidárias e os laços com os eleitores, gerando polarização partidária na base da sociedade também (Jacobson, 2006).

Contudo, este entendimento teve uma resposta rápida da primeira corrente. De acordo com Fiorina e Levendusky (2006b), o alinhamento não gera polarização porque o eleitor mediano não desapareceu, de maneira que a sociedade não está dividida em dois polos distantes. O eleitorado pode estar alinhado com as premissas do partido sem estar polarizado (Levendusky, 2017). Esse raciocínio foi defendido por outros autores (Hill e Tausanovitch, 2015; Mason, 2015; Caughey et al. 2016).

Essas duas correntes teóricas apresentam pelo menos duas fragilidades: 1) falta de definição do conceito de polarização e 2) limitações nos dados e nas medidas de polarização. Enquanto a definição de polarização para Fiorina e os coautores está relacionada com a variância de opiniões sobre temas políticos, Abramowitz e os coautores analisam a polarização por meio da correlação entre a identificação partidária e a posição ideológica das pessoas. A literatura trata o primeiro termo como “divergência” da opinião pública e o segundo termo recebe a referência de alinhamento partidário - “*partisan sorting*” - por tratar diretamente dos partidos políticos. O debate não consegue encontrar uma solução por falta de uma definição clara do conceito estudado.

Por conseguinte, chega-se ao segundo problema. As medidas usadas para aferir a polarização não são somente diferentes entre si, mas também são consideradas de baixa sofisticação. O problema reside principalmente porque as escalas são baseadas em perguntas únicas para os indivíduos (ex: liberal-conservador), de modo que essa medida não consegue mitigar os erros de mensuração.

Dialogando ativamente com esses problemas, novos estudos dedicados a resolverem o dilema da polarização surgiram na última década usando métodos estatísticos mais robustos. Caughey et al. (2016) e Hill e Tausanovitch (2015) estimam a polarização política com o uso de múltiplas perguntas para cada indivíduo ampliando a escala temporal uma vez que reúnem informações a partir da década de 50. Em termos metodológicos, os autores usaram técnicas Bayesianas baseadas no modelo dinâmico em nível de grupo hierárquico e no modelo da Teoria de Resposta ao Item. Os resultados são consistentes com as conclusões de Fiorina e Levendusky (2006): 1) existe uma desconexão entre o Congresso e os eleitores, que estão alinhados ideologicamente com os partidos políticos mas não divididos em polos extremos; 2) o alinhamento partidário - “*partisan sorting*” – começou na década de 70, especialmente para os temas ligados à economia; no entanto, isso não produziu polarização política.

Por sua vez, os resultados encontrados por Lelkes (2016) são mistos, concordando com as conclusões das duas correntes teóricas. De um lado, o autor, usando o coeficiente de bimodalidade (BC), afirma que não existe diferença ideológica. No que diz respeito a ideologia, portanto, a sociedade não está polarizada. De outro lado, entretanto, Lelkes (2016) assegura que os partidos estão polarizados quando usa o coeficiente de sobreposição (OC) para estimar a diferença partidária.

Ainda inserido na problemática das restrições com as medidas que mensuram a polarização, Ura e Ellis (2012) criam o indicador “*partisan mood*”. Trata-se da agregação de informações sobre temas relacionados à preferência dos gastos do governo dentro das identificações partidárias: Republicanos, Independentes e Democratas. Embora os resultados aproximem-se com o raciocínio da polarização partidária (Abramowitz e Saunder, 2008), os autores descobrem que a polarização é dinâmica. Ou seja, os partidos políticos não se movimentaram-se de forma monolítica, considerando que houve períodos de convergência e de polarização.

A terceira corrente desta literatura deriva exatamente dos problemas declarados da primeira e segunda correntes, assim como dos avanços teóricos e metodológicos realizados pelos trabalhos mais contemporâneos. Mason (2013) propõe uma nova definição para polarização, separando-a em dois processos: a) *positional issue* – a polarização existe quando as preferências das pessoas em relação aos temas políticos afastam-se do centro em direção às extremidades; b) *behavioral polarization* – a polarização é gerada pelo fortalecimento dos laços partidários e ativismo, de um lado; e de outro lado, pelo preconceito e raiva ao partido concorrente. O alinhamento político das últimas décadas tem reforçado a polarização comportamental – ativismo, laços partidários e raiva – em um grau bem maior do que a polarização das preferências sobre os temas políticos (Mason, 2013 e 2015).

Ao clarear o debate acerca dos processos da polarização política, Mason (2013) inaugurou a polarização afetiva. Esta terceira via conceitual da polarização é definida pelo vínculo social e o grau de pertencimento a um grupo político, gerando sentimentos negativos aos grupos de oposição. Nos EUA, a identidade com o partido Democrata/Republicano aumenta a rejeição ao partido Republicano/Democrata. As campanhas negativas durante as eleições têm papel fundamental para aumentar a polarização afetiva.

Esse tipo de medida da polarização política (afetiva) foi testada em dois países da Europa - Reino Unido e Suécia -, sendo que o primeiro país apresenta um sistema político similar à dos EUA que é constituído em dois partidos. Já a Suécia tem um sistema multipartidário e a coalização é dividida em dois blocos da esquerda à direita, cujas posições partidárias são bem transparentes. Os resultados mostraram que a polarização afetiva não está confinada somente aos Estados Unidos, independente do sistema político (Huddy et al. 2018).

Em se tratando do Brasil especificamente, onde predomina um sistema

multipartidário de colisões confusas do ponto de vista da ideologia, cerca de 70% das pessoas demonstraram indiferença aos dois principais partidos, PT e PSDB. Dos partidários, 10% somente dos eleitores demonstraram algum tipo de sentimento negativo ao partido de oposição. Há um indicativo de polarização afetiva para esse segmento. No entanto, não se observa nenhuma tendência de polarização afetiva entre os mais sofisticados politicamente (Freire, Lloyd e Turgeon, 2017).

Outros estudos que dialogam diretamente ou indiretamente sobre polarização política foram realizados no Brasil. A dinâmica da disputa eleitoral entre o PT e o PSDB é para alguns a evidência mais forte de que estamos em um processo de polarização política. Limongi e Cortez chamam esse padrão de disputa de “bipolarização nacional”, inclusive com a reprodução desse modelo nas disputas estaduais (2010, p.32). Essa visão tem em partes ressonância na realidade, visto que o PT e o PSDB somam juntos mais de 70% dos votos válidos desde a eleição presidencial de 1994. Em um estudo mais analítico, Reis (2014) coroa a eleição de 2014 como o ápice do enfrentamento belicoso entre o PT e o PSDB, de modo a contrastar as bases eleitorais e socioeconômicas dos dois principais partidos em disputa. Nicolau (2014) corrobora com essa visão de Reis, pois ele demonstra que houve uma divisão de votos por região em 2006 e uma forte associação entre os votos do PT e o Bolsa Família nas eleições de 2006 e 2010. Contudo, a eleição de 2018 mudou esse padrão de disputa eleitoral. O candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, obteve pouco menos de 5% dos votos válidos, ficando somente na quarta posição. O grande fenômeno eleitoral dessas eleições foi o PSL, partido nanico que elegeu o presidente da República e 52 deputados federais, consagrando-se como a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados à frente do PMDB, PSDB e PP.

A análise da polarização partidária, isto é, da divergência entre o PT e o PSDB é central para os estudos desse campo no Brasil. Na esteira dessa competição eleitoral constituída, Borges e Vidigal (2018) desenvolvem uma escala de partidatismo usando dados do Eseb de 2002 a 2014, atribuindo valores de simpatia e antipatia para o PT e o PSDB. Os resultados, entretanto, confirmam outros trabalhos atinentes a identificação partidária (Veiga, 2007; Kinzo, 2005): o número de indiferentes, ou seja, que não se identificam com o PT e nem com o PSDB é o mais significativo. Os dados do Eseb demonstram que não houve diferença ideológica significativa entre os partidos e tampouco houve diferença entre os dois grupos para assuntos políticos relativos ao campo econômico (Borges e Vidigal, 2018).

A identificação partidária no Brasil é muito baixa historicamente. O PT é o único partido a receber mais de 25% das preferências, apesar de que em 2006 (21,5%) e 2014 (18%) os índices sofreram uma forte queda. O PSDB, por exemplo, nunca alcançou 10% das preferências partidárias dos brasileiros (Samuels e Zucco, 2018). Insistir na polarização partidária no Brasil pode ser um caminho errado, exatamente pela baixa identificação partidária dos dois principais partidos do Brasil. Contudo, há um novo caminho aberto principalmente por Paiva et al. (2016) e Ribeiro et al. (2016) que é do sentimento negativo aos partidos políticos. Nesse sentido, as eleições presidenciais de 2018 colocaram luz nesta perspectiva que é o confronto entre o petismo e o antipetismo.

Dentro de novo quadro, Samuels e Zucco (2018) testam a diferença entre petismo e antipetismo para diferentes grupos sociais (raça, escolaridade e renda), auto-posicionamento ideológico, posicionamento sobre temas políticos (igualdade, aborto e direitos dos homossexuais) e endosso às práticas democráticas. Os resultados revelam diferença expressiva entre petistas e antipetistas somente para as atitudes de respeito à democracia. Enquanto os petistas são mais favoráveis aos valores democráticos, os antipetistas são mais céticos em relação a isso.

Ainda são escassos no Brasil os trabalhos que abordam o tema da polarização política, embora isso esteja em processo de mudança, pois alguns estudiosos se dedicaram a responder o sentimento das ruas através de estudos empíricos nos últimos anos. Os resultados encontrados até aqui, no entanto, não são suficientemente fortes para assegurar que existe polarização política no Brasil. Os recentes fatos políticos podem ser momentos de turbulência política, e não uma polarização sistemática por parte dos políticos e dos eleitores.

A próxima etapa deste estudo se dedicará a fazer a discussão teórica da opinião pública, ideologia e identificação partidária. Esses três importantes campos da literatura internacional e nacional são fundamentais para que se possa responder a pergunta chave deste trabalho: afinal, existe polarização política no Brasil? Mais especificamente, a próxima seção trata da opinião pública. Os estudos sobre a opinião pública das pessoas a respeito de questões políticas – *positional issue* – têm uma longa tradição nos Estados Unidos (DiMaggio et al. 1996; Evans, 2003; Fiorina et al. 2005), porém ainda não há estudos similares no Brasil.

A inovação teórica deste trabalho é o uso do *Policy Mood* (Stimson, 1991) para definir a opinião pública e, por consequência, o uso de dados de séries temporais

com múltiplas perguntas para investigar a diferença das preferências dos subgrupos sociais – renda, religião, escolaridade e religião. Em termos metodológicos, esse estudo assemelha-se ao trabalho de Ura e Ellis (2012).

2.2 Opinião Pública

A opinião pública no Brasil está sendo revelada gradualmente. As dificuldades existem porque a opinião pública é incompatível com regimes autoritários e o Brasil passou por duas fases ditatoriais: Estado Novo (1937-1945) e regime militar (1964-1985). Esses períodos negaram a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o pleno funcionamento dos institutos de pesquisa, premissas basilares para a opinião se tornar pública. Além disso, a censura e o controle inibiram a opinião de ser livre e sem restrições, de modo que os cidadãos pudessem se comunicar livremente com outros cidadãos e com os governantes a fim de revisitar as ideias e influenciar nas tomadas de decisões políticas (Berelson, 1952; Speier, 1950; Cutler, 1999).

Somente com o processo de redemocratização que surgiram as primeiras pesquisas de opinião e os meios de comunicação puderam divulgar os resultados das pesquisas e noticiar os assuntos políticos sem sofrer censuras. Nesse sentido, os cidadãos puderam discutir livremente acerca da política, dos governantes e dos resultados das políticas públicas.

Portanto, as restrições a estas premissas da opinião pública tiveram consequências negativas. O primeiro instituto a surgir no Brasil foi o Ibope, somente em 1942, durante o fim do Estado Novo. O Datafolha foi fundado em 1983, já na esteira da transição do regime militar à segunda abertura democrática. A primeira pesquisa eleitoral ocorreu em 1945, exclusivamente no estado de São Paulo, para a campanha presidencial entre os candidatos Eduardo Gomes (UDN) e Eurico Dutra (PSD), sendo que o Ibope apontou erroneamente a vitória de Gomes.

Por outro lado, os registros da primeira pesquisa eleitoral em âmbito nacional nos Estados Unidos são de 1916 pela revista *Literary Digest*. Já a eleição de 1936 marcou as pesquisas norte-americanas uma vez que o Instituto Gallup assinalou a vitória de Roosevelt com base em uma amostra representativa, inaugurando o uso de métodos científicos em pesquisas. Esse fato assumiu uma importância singular na história da ciência do mundo todo, pois aproximou as teorias democráticas dos trabalhos empíricos. Conforme Converse (1987) narra, os mecanismos causais da

opinião pública se tornaram populares na ciência com o advento das técnicas científicas.

Outra diferença marcante entre Brasil e Estados Unidos está nos objetivos dos institutos de pesquisa, os quais refletem na quantidade e qualidade dos dados disponíveis das pesquisas. Enquanto os institutos norte-americanos buscam aferir a opinião pública sobre temas mais diversificados, abordando questões sobre políticas públicas, economia, valores e instituições, os institutos brasileiros até bem pouco tempo tratavam quase que exclusivamente sobre a crença na democracia e temas paralelos, como o nível de confiança nas instituições e intenções de voto. Ainda são fortes as lembranças dos regimes autoritários, reduzindo o escopo das pesquisas.

O problema da disponibilidade dos dados aos pesquisadores só diminuiu com a criação do CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp – em 1992. Um enorme conjunto de dados quantitativos está consolidado e organizado para o acesso dos pesquisadores. Mais recentemente, em 2003, surgiu o CIS – Consórcio de Informação Sociais – que também ajuda na sistematização e divulgação dos dados quantitativos.

Como consequência, a Academia no Brasil ainda não conseguiu especificar o comportamento da opinião pública, bem como inferir as causas das mudanças da opinião pública ao longo da história. Embora o fenômeno da opinião pública seja muito difundido e multidisciplinar, ainda é tratado especialmente com o enfoque nas discussões conceituais e normativas (Figueiredo e Cervellini, 1995; Ferreira, 2015; Mateus, 2008). Mais especificamente, a Ciência Política analisou a opinião pública apenas de forma indireta, salvo algumas exceções (Loureiro et al., 2015; Cervi, 2006).

A Constituição de 1988 devolveu aos brasileiros a chance de expressar publicamente as ideias, preferências e críticas em relação à política. O Brasil nunca viveu tanto tempo em democracia. Deste modo, o primeiro objetivo deste estudo, antes mesmo de aferir sobre a polarização política, é identificar o padrão da opinião pública do Brasil redemocratizado. O padrão da opinião pública para os diferentes grupos sociais também precisa ser identificado. Almeja-se compreender como pensam os brancos e não-brancos; pobres, classe média e ricos; os religiosos e os não religiosos; as pessoas com menos escolaridade e as com mais escolaridade.

Ao entender as preferências dos cidadãos e as alterações da opinião pública ao longo do tempo, compreende-se melhor a dinâmica dos fatos políticos do país. A proposta é, portanto, descobrir a opinião pública dos brasileiros em função das

características sociais. Essa proposta inicial pretende criar um índice da opinião pública para o Brasil, chamado de *Brazilian Policy Mood*.

De acordo com Stimson (1991), o *Mood* é o conjunto de preferências relativas às políticas públicas em áreas como assistência social, papel do estado, economia e valores. Em última análise, o *Mood* representa “a preferência global por um governo federal maior e mais ativo em oposição a um governo menor e mais passivo em toda a esfera de todas as controvérsias da política interna” (Stimson, 1995, p.548). Nesse sentido, muitos analistas utilizam o *Mood* como um indicador de ideologia que não faz inferência direta acerca do auto-posicionamento ideológico das pessoas, mas sim ao posicionamento sobre uma grande variedade de temas políticos.

O *Policy Mood* está inserido numa longa discussão teórica e metodológica, cujos preceitos gerais estão fundados na filosofia iluminista e nas teorias democráticas. A próxima seção apresenta a origem da opinião pública e, do mesmo modo, o avanço da discussão sobre a opinião pública.

2.2.1 A Evolução do Debate da Opinião Pública

O debate contemporâneo sobre a opinião pública apoia-se em duas fontes: a filosofia iluminista e as teorias democráticas. A opinião pública é conceitualmente inaugurada no Iluminismo e os filósofos, destacadamente Rousseau (1762) e Locke (1690), vinculam a opinião pública à função de controle dos atos públicos. Inspirados na visão liberal, os teóricos da democracia reforçam a conexão entre a opinião pública e o Estado em face do cuidado com a representação política e a participação política (Pateman, 1992; Dahl, 1997; Pitkin, 1969). A teoria do filósofo Jeremy Bentham de que a opinião pública funciona como um tribunal, permitindo que os cidadãos fiscalizem e julguem os políticos (Cutler, 1999), aproxima-se da definição de representação dada por Pitkin (1969) dado que a responsividade dos representantes para com os representados é um ponto central no pensamento da autora.

O pressuposto para que os cidadãos se transformem em juízes racionais da política é que eles tenham conhecimento e informação política, o que sempre foi muito contestável. Iniciando em Platão e Aristóteles, passando pelos pensadores Edmund Burke e John Stuart Mill do século XVIII e mais recentemente pelos argumentos elitistas de Schumpeter (1942), a ignorância política dos cidadãos sempre foi uma preocupação central na formulação da política. A teoria democrática elitista

defende, em oposição a teoria democrática pluralista, o funcionamento de uma democracia procedimental com o mínimo de participação política devido ao baixo nível de cognição política por parte dos cidadãos (Schumpeter, 1942).

Com a explosão dos estudos sobre comportamento político no final da década de 40 (Peres, 2008), rapidamente esse princípio da irracionalidade política foi testado pelas pesquisas científicas. Ao descrever a estrutura ideológica e de crenças dos eleitores, Converse (1964) encontrou que as opiniões e atitudes são incoerentes e ambivalentes. E mesmo a identificação partidária, uma estrutura ideológica que conecta os eleitores aos governantes, é formada na infância e por laços familiares (Campbell et al.1960). Contudo, alguns pesquisadores desafiaram os resultados da Escola de Michigan, formulando teorias como a dos atalhos cognitivos (Lupia, 1994), erros de mensuração (Ansolabehere et al. 2008), teoria da resposta de pesquisa (Zaller e Feldman, 1992; Zaller, 1992) e o milagre da agregação (Page e Shapiro, 1992).

Esse conjunto de teorias apontou as limitações da Escola de Michigan. Os eleitores têm informações e crenças que os apoiam na tomada de decisão, logo não é possível considerá-los irracionais ou inconsistentes politicamente¹. Essas conclusões inspiraram a criação de uma nova agenda de pesquisa centrada em examinar os pressupostos democráticos. Na democracia, um axioma é a opinião pública ter o controle e influência sobre os governantes para que as leis e as políticas públicas sejam representativas aos interesses coletivos da sociedade.

Essa agenda de pesquisa consiste em quatro principais abordagens: representação diádica, consistência política, covariação política e representação dinâmica (Manza e Cook, 2002; Wlezien e Soroka, 2007). Os estudos sobre representação diádica comparam os votos nominais dos congressistas com a opinião pública dos representados por um conjunto de distritos eleitorais. Os resultados indicam que os membros do Congresso são orientados pelos eleitores, o que significa que as preferências do público são levadas em consideração pelos políticos na hora da votação nominal. Existe, portanto, um certo grau de representatividade política (Miller e Stokes, 1963).

A segunda abordagem da opinião pública - consistência política - trata das

1. Para uma outra visão desse debate, ver Kuklinski, Quirk (2000); Bartels (1996); Rennó (2007); Jerit et al (2006); Kuklinski et al (2001); Miller (2009); Lau e Redlawsk (2001); Althaus (1998); Carpini e Keeter (1996); Gilens (2001); Luskin, Fishkin e Jowell (2002).

mudanças das preferências públicas e das políticas públicas com a finalidade de medir a conexão entre ambas. A mudança mais visível entre as duas primeiras abordagens analíticas está na variável dependente. Enquanto Milles e Stokes (1963) focam no voto nominal dos congressistas de forma individual, Monroe (1998) examina o resultado macro de quase quinhentas políticas públicas, concluindo que existe 55% de consistência entre as políticas públicas e as opiniões, com destaque para as áreas mais salientes e as políticas internacionais.

Incorporando uma perspectiva de temporalidade, Page e Shapiro (1983) introduzem a terceira abordagem - a covariação política. Esse enfoque se diferencia da segunda abordagem (consistência política) por examinar as mudanças das opiniões e das políticas públicas ao longo do tempo. Diferentemente de Monroe (1998), que mensurou as opiniões por um ponto no tempo, Page e Shapiro (1983) mensuram os casos em dois momentos diferentes. As opiniões públicas são examinadas antes e depois das mudanças das políticas, elevando a análise da relação de causalidade. Assim, os autores encontraram, entre os anos de 1930 a 1970, que a opinião importa para as políticas, bem como as políticas afetam as preferências em quase metade dos casos estudados.

A quarta abordagem, e a qual este estudo se adapta melhor, refere-se a representação dinâmica e é uma extensão do trabalho de Page e Shapiro (1983) com um desenho de pesquisa melhor elaborado. Usando dados de séries temporal, Stimson et al. (1995) elaboraram um modelo para aferir a relação dinâmica entre as políticas e as preferências através da “antecipação racional” e das eleições. Quando os políticos sentem que a opinião flutuou, eles se antecipam racionalmente a nova tendência para satisfazer o eleitorado e, assim, aumentar as chances de (re)eleição. Os resultados desse campo de estudo apontam que os políticos respondem dinamicamente às mudanças em relação a opinião pública.

A teoria da representação dinâmica baseia-se na ideia do milagre da agregação (Page e Shapiro, 1992) e dos erros de mensuração. De acordo com Page e Shapiro, a opinião pública é estável, coerente e racional se for agregada e, portanto, considerada um “fenômeno coletivo” (1992, p.14). Essa técnica consiste em somar ou combinar as respostas dos indivíduos, formando uma opinião macro e eliminando os efeitos dos erros randômicos. A estatística explica que a soma das opiniões cancela os efeitos aleatórios das respostas dos indivíduos. Quando essa técnica foi empregada, a opinião pública apresentou um movimento de “paralelismo”, ou seja, as preferências públicas

mantiveram a tendência de convergência na maioria das vezes.

Os erros de mensuração, conforme Ansolabehere et al. (2008), são sentidos nas pesquisas quando há uma única pergunta para medir um item, aumentando as chances de respostas erradas ou ambivalentes dos respondentes. A opinião pública torna-se mais estável quando um item é mensurado por múltiplas perguntas.

Empregando estas duas premissas da representação dinâmica – usar múltiplas perguntas para o mesmo item e depois agregar as respostas dos indivíduos -, Stimson (1991) criou o *Policy Mood* que é uma medida latente de ideologia baseada nas preferências do público em relação aos temas políticos. Ampliando mais o conceito da representação dinâmica, Wlezien (1995) desenvolveu o modelo termostático, cujo argumento central é de que a opinião pública se move como um dispositivo termostático.

Nesse sentido, o público ajusta as preferências para mais ou menos gastos sociais na política, bem como os formuladores de política ajustam as políticas de acordo com as preferências do público. Existe, de acordo com este modelo, uma representação dinâmica que regula a opinião pública e a própria política durante o mandato (Wlezien, 1995; Soroka e Wlezien, 2010). Diferentemente de Stimson (1991), entretanto, a opinião pública neste modelo é medida por uma única pergunta longitudinal a fim de saber se os cidadãos consideram se o governo está gastando muito, razoavelmente ou gastando pouco nas áreas como saúde, educação, defesa nacional, meio ambiente e ajuda internacional.

Ao passo que os trabalhos empíricos têm demonstrado apoio para as premissas democráticas da responsividade e representatividade (Brooks e Manza, 2007; Soroka and Wlezien, 2010; Erikson et al., 2002; Page e Shapiro, 1983), essa literatura também coloca luz no debate da polarização política. Esta é uma dimensão conceitual muito cara à representação política, visto que as preferências públicas entre os distintos grupos sociais podem variar paralelamente (Page e Shapiro, 1992; Soroka e Wlezien, 2008) ou as opiniões podem ser divergentes entre os grupos sociais. Bartels (2008) e Gilens (2005) apontam que os governantes respondem com mais frequência as preferências dos mais ricos². Se for confirmada que as opiniões são divergentes entre os variados grupos sociais, prevalecerá a ideia de polarização política, o que

2. Para uma discussão mais geral sobre esse tema, ver Jacobs e Page (2005), Gilens (2009); Soroka e Wlezien (2007, 2010); Erikson e Bhatti (2011); Branham et al. (2017); Enns e Wlezien (2011)

pode, inclusive, trazer consequências significativas para a representação política.

Dito isto, o conceito e a metodologia da representação dinâmica, estabelecidas pelo *Policy Mood*, serão aplicadas na análise da polarização política no Brasil. A criação deste índice para o Brasil ajudará a identificar as mudanças da opinião pública dos brasileiros do período de democratização. Como pensam os brasileiros a respeito de políticas voltadas à economia ou às questões sobre valores? Estas são questões importantes para se entender o país, mas que também jogam luz no acirramento político que está marcando a sociedade brasileira e a classe política.

2.2.2 O Índice de Opinião Pública para o Brasil

Duas agendas de pesquisa da Ciência Política – representação dinâmica e polarização política –, são conectadas através do *Policy Mood*. E uma nova janela de pesquisa se abre ao estender esta análise para um contexto institucional diferente dos Estados Unidos. O sistema político do Brasil configura como um Contexto Eleitoral Complexo (CECs), marcado sobretudo por posições ideológicas e partidárias fracas, multipartidarismo, múltiplos candidatos concorrendo a corrida presidencial e a árdua tarefa para a aquisição de informações (Rennó, 2004). Ao mesmo tempo, o Brasil apresenta altas taxas de desigualdade social, o que interfere no interesse e ativismo político das pessoas. Ao criarmos o *Policy Mood* para o Brasil, estamos ampliando a generalização dos resultados deste conceito e promovendo uma comparação da eficácia do modelo entre contextos institucionais simples e complexos.

Os estudos sobre o *Mood* realizados nos EUA permitiram a descoberta de importantes resultados. Sabe-se agora que: 1) a opinião flutua conforme a era política e o partido político que controla a Casa Branca; 2) os Democratas são favorecidos quando o *Mood* é mais liberal e os Republicanos são beneficiados quando o *Mood* é mais conservador; 3) as circunstâncias econômicas, particularmente o desemprego e a inflação, impactam nas mudanças da opinião pública; 4) e o *Mood* influencia todo o sistema político: Executivo, Legislativo e Judiciário (Stimson, 1991; Erikson et al., 2002; Durr, 1993).

A literatura ao redor do mundo rapidamente incorporou o conceito do *Policy Mood* e começou a testar a metodologia fora dos Estados Unidos: na Itália (Bellucci e Pellegata, 2017), na França (Stimson et al., 2012), na Espanha (Bartle, Bosch e Orriols, 2014) e na Grã Bretanha (Bartle, Dellepiane-Avellaneda e Stimson, 2010). Já

há um bom nível de conhecimento relativo à opinião pública para os países mais desenvolvidos economicamente e com um forte histórico de democracia. Contudo, o *Mood* ainda não foi testado nos países emergentes - jovens democracias e em desenvolvimento econômico. A única exceção é o México (Baker et al., 2015).

O *Mood* para o Brasil é uma iniciativa precursora que promete ir além das definições conceituais a respeito da opinião pública. Conforme já foi dito anteriormente, o primeiro objetivo é identificar a opinião pública agregada ao longo do tempo, assim como a opinião pública agregada dos distintos grupos sociais, de modo que se consiga descrever os brasileiros e os particulares subgrupos como liberais, conservadores ou moderados. Optou-se por desagregar o índice de opinião pública em três categorias – economia, políticas redistributivas e valores – e, em seguida, desagregar a opinião macro ao nível específico das políticas públicas. Esse processo é importante porque cria uma medida de liberalismo da opinião pública e, assim, pode-se analisar a aprovação dos cidadãos sobre temas políticos relevantes, como o Bolsa Família, privatização, igualdade, aborto e casamento homossexual. Em suma, para o *Brazilian Policy Mood*, criou-se os seguintes índices de opinião pública: para todos os brasileiros, para as três categorias da política, para brasileiros segmentados por grupos sociais e, por fim, para as políticas públicas mais salientes do debate político dos últimos 25 anos no Brasil.

Isto posto, pode-se definir alguns pressupostos de acordo com as perguntas gerais da pesquisa. Os estudos sobre o comportamento do voto podem apoiar esses pressupostos. Por exemplo, as características demográficas e sociais exercem um efeito significativo sobre o voto em países cujas democracias estão estabelecidas (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1948; Ansolabehere, Persily e Stewart, 2009), mas também importam em outros países da América Latina, incluindo o Brasil (Nadeau et al., 2017). Para o Brasil, em particular, Nadeu et al.(2017) encontraram que os brancos, os mais escolarizados e os mais ricos tendem a apoiar e a votar nos partidos da direita. E a filiação religiosa não importa para a decisão do voto.

Com base nos estudos sobre o comportamento eleitoral, e considerando que os mais ricos preferem governos menores e os mais pobres preferem governos maiores (Erikson e Tedin, 2004), postula-se aqui que a opinião pública dos brancos, mais escolarizados e ricos tende a ser mais conservadora ao longo do tempo. E, por outro lado, a opinião pública dos não-brancos, menos escolarizados e mais pobres tende a ser mais liberal no curso dos anos. Espera-se, ainda, não encontrar diferença

significativa entre os religiosos e os não-religiosos.

Cabe frisar, no entanto, que a opinião pública pode flutuar e movimentar-se mais à esquerda ou mais à direita em decorrência dos fatores institucionais e econômicos que ocorrem durante os anos. Assim, as preferências públicas dos cidadãos não precisam ser necessariamente estáticas ou imóveis.

Se for confirmada a expectativa sobre a opinião pública dos grupos sociais, certamente algum grau de polarização política existe no Brasil. É provável que a opinião pública segmentada por religião mostre uma tendência de paralelismo; no entanto, conforme os pressupostos aqui colocados, é provável haver algum grau de divergência entre as preferências públicas a nível de raça, renda e escolaridade.

2.3 Ideologia

Os dias que antecederam o golpe militar no Brasil, em 1º de abril de 1964, foram marcados por infindáveis pressões da esquerda e direita. O presidente João Goulart tinha a sua força política na aliança com a esquerda, no controle dos sindicatos e em uma lealdade questionável dos quartéis. Gaspari (2014) descreve que Goulart acelerou o desfecho da crise política quando decidiu, no comício da Central, em 13 de março, defender a reforma de Base que consistia - só para falar das duas propostas mais criticadas pelos conservadores - em desapropriar terras e permitir o direito ao voto dos analfabetos e aos militares de baixa patente. As respostas vieram através da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada por grupos conservadores de São Paulo, e também pelo Congresso, de maioria conservadora, que bloqueava os projetos da Reforma. Esses movimentos dividiram o país, aumentando a tensão política que já era, àquela altura, bastante alta devido ao declínio econômico.

O contexto internacional refletia fortemente no Brasil tendo em vista que havia uma forte polarização política geográfica no mundo da qual os Estados Unidos e a União Soviética disputavam, respectivamente entre o capitalismo e o comunismo, a predominância da ideologia vigente. Para combater um eventual crescimento do comunismo na América Latina, a Casa Branca planejou e o presidente Lyndon Johnson autorizou o deslocamento de uma força naval ao Brasil a fim de intervir na crise e apoiar os militares brasileiros, se fosse necessário. O Brasil era estratégico para os EUA vencerem a Guerra Fria.

Essa narrativa da ditadura militar abre a cortina da história política brasileira

para o papel da ideologia. Não é possível afirmar empiricamente que a ideologia foi o mecanismo pelo qual o país se dividiu naquela ocasião até chegar ao ponto de uma ditadura militar, mas aparentemente existiu uma polarização política baseada na identificação ideológica da classe política. Ao introduzir-se a ideologia no debate da polarização política do Brasil já redemocratizado, deseja-se investigar se existe diferença na posição ideológica do eleitorado e, portanto, se a ideologia é um instrumento de origem da polarização política. Esse objetivo está enquadrado com as teorias da polarização política (Fiorina, Abrams e Pope, 2005; Abramowitz e Saunders, 1998).

Antes de entrar nessa discussão mais aprofundada, faz-se necessário discutir os significados da direita e esquerda, que são a frente e o verso da política, os quais já receberam definições distintas ao longo da história e alimentaram regimes políticos por todo o mundo.

2.3.1 Significados da Direita e Esquerda no Brasil

A diáde esquerda e direita – que desde a Revolução Francesa divide as pessoas em dois polos – continua firmemente atualizada nos debates políticos, apesar dos prognósticos que alardeavam o fim da ideologia. Ao longo da história, a esquerda e a direita sofreram alterações conceituais e cruzaram, algumas vezes, o campo depreciativo, de modo que ambos os conceitos foram tratados de forma pejorativa pelos cidadãos ao longo dos séculos.

A esquerda recebeu uma conotação negativa nos anos que precederam o regime militar na esteira da Guerra Fria e da ditadura militar. Estes foram períodos de predomínio da direita em toda a América Latina nos quais as pessoas identificadas de esquerda eram vistas como pervertidas. É bom lembrar que os dias que antecederam o golpe militar no Brasil, milhares de pessoas participaram de passeatas com faixas que diziam “vermelho bom, só batom” (Gaspari, 2014). A esquerda é vinculada com a cor vermelha em razão da bandeira do partido comunista. Em época recente, nota-se uma nova carga pessimista à esquerda, iniciada entre 2005 e 2006, talvez em função dos escândalos de corrupção em que o PT foi envolvido e o consequente declínio da identificação partidária do PT (Carreirão, 2007). A rejeição ao governo Dilma e ao PT crescem sobremaneira a partir de 2014, aumentando o tom depreciativo à esquerda por parte de parcelas da população.

Por outro lado, a direita foi rotulada negativamente na abertura do regime militar com as campanhas das Diretas Já e, mais recentemente, durante os governos do presidente Lula. Os políticos recusavam o rótulo de direita, talvez devido ao período autoritário e à reforma neoliberal do início da década de 90, criando a “direita envergonhada” (Zucco e Power, 2009). Esse sentimento, no entanto, está mudando visto que representantes da direita e da extrema direita foram eleitos nas eleições de 2018. A direita voltou à cena com uma forte pauta moralista.

Mas quais são os significados da direita e esquerda e por que são importantes para a definição de polarização política? A direita é historicamente associada à salvaguardar a tradição, perseguir os objetivos individuais sem a mão paternalista do Estado e garantir a ordem. No pensamento da direita, o Estado é visto como um mal necessário e, por isso, não deve ferir a individualidade das pessoas (Mill, 2016). De acordo com esta visão, há um limite entre as ações do Estado e a esfera individual na qual prevalece o entendimento do Estado mínimo (Bobbio, 2013). A direita está tradicionalmente mais preocupada com a liberdade individual do que com a igualdade.

Aliás, a igualdade é, para Bobbio (2011), o ideário da esquerda. Para o pensamento da esquerda, é necessário tornar “mais iguais os desiguais” (Bobbio, 2011, p.126), isto é, diminuir as diferenças entre as pessoas e promover políticas públicas que combatam às desigualdades sociais. Portanto, a igualdade é uma linha que divide a esquerda e a direita, sendo que os indivíduos da esquerda acreditam que as desigualdades podem ser eliminadas e os indivíduos da direita tendem a naturalizar as desigualdades. Bobbio (2013) trata a liberdade e a igualdade como valores antitéticos, de modo que a ideologia torna-se binária³: os que defendem a igualdade ou não; e os que defendem o Estado maior em detrimento da liberdade individual.

Contudo, a polarização política não está no raciocínio filosófico ou nas teorias políticas, e sim nas políticas públicas que são temas concretos do cotidiano político das pessoas. Assim, as políticas de distribuição da renda entre ricos e pobres ou as políticas de proteção dos direitos dos grupos mais vulneráveis, como o Bolsa Família, salário mínimo e as cotas raciais, figuram como o objetivo dos grupos de esquerda. A direita se opõe diametralmente a esse tipo de política que visa defender grupos

3. Para uma discussão da multidimensionalidade da ideologia, ver Conover e Feldman (1981) e Silva (2017)

específicos da sociedade. As políticas patrocinadas pelos grupos da direita são voltadas ao livre mercado, como privatizações e a redução dos gastos sociais. A esquerda ainda defende o direito da mulher em realizar o aborto, o casamento de pessoas do mesmo sexo e a legalização da maconha. Já a direita defende a legalização do porte de arma, prisão perpétua e a redução da maioridade penal.

Em suma, a esquerda apoia a expansão do Estado para promover políticas públicas que possam combater as desigualdades e injustiças sociais, e garantir os direitos individuais das pessoas no que diz respeito aos valores morais. A direita, por outro lado, apoia os valores tradicionais da família e o Estado mínimo em que o crescimento pessoal deve ser exclusivamente pelo mérito.

2.3.2 Dimensão Individual da Ideologia

Os pesquisadores mensuram a ideologia individual por uma simples pergunta acerca do auto-posicionamento da esquerda à direita. Uma medida unidimensional controversa uma vez que se espera que os indivíduos se localizem na escala levando em consideração os preceitos do igualitarismo, do papel do Estado e dos valores individuais. Uma tarefa um tanto difícil para a maioria dos eleitores. Por esta razão provavelmente a identificação ideológica ainda é problemática, sem uma conclusão precisa da importância da ideologia para o comportamento político.

É sabido que a Escola de Michigan julga que apenas um número muito reduzido de eleitores estrutura suas ideias em termos ideológicos (Converse, 1964; Campbell, 1960). No entanto, explicações alternativas surgiram nas últimas décadas com críticas conceituais e metodológicas a esta visão minimalista do eleitor (Abramowitz and Saunder, 1998; Popkin, 1994; Ansolabehere et al.,2008; Lane,1962). Embora os cientistas não tenham ainda alcançado o consenso, esse rico debate consolidou uma agenda de pesquisa mundial e é nesses termos que o debate é instruído no Brasil.

Com a proposta de testar a identificação ideológica ao nível individual por meio do auto-posicionamento na escala da esquerda à direita, Singer (2000) encontrou que esta variável foi determinante para o voto nas eleições de 1989 e 1994, mesmo com quase 60% dos eleitores não sabendo o significado da esquerda e direita. Apesar desse alto índice, um percentual igual ou maior de 75% dos respondentes se

posicionaram na escala ideológica quando solicitados. Os eleitores, argumenta Singer (2000), selecionam a posição ideológica de forma intuitiva e difusa, e não de forma estruturada, o que não exige uma ampla sofisticação política. Dado esse tipo de comportamento, Singer (2009) elaborou um argumento a favor do alinhamento político⁴ com características ideológicas, o qual ele chamou de lulismo.

Em uma posição intermediária, em que os achados de Singer são relativizados, Carreirão (2002) e Ames e Smith (2010) afirmam que o auto-posicionamento ideológico aumenta à medida que o nível da escolaridade cresce. Esses achados são válidos para o início da década de 90 e para os períodos de 2002 e 2006, os quais representam os dois governos de Lula. No entanto, os autores consideram que os eleitores não têm cognições precisas sobre o significado da esquerda e direita e que não existe uma associação forte entre o voto e a identificação ideológica. Carreirão (2007) confirma que a identificação ideológica não tem um valor absoluto para o comportamento político tendo em vista que houve um enfraquecimento dessa variável para a eleição de 2006 em comparação com a eleição de 2002. A coalização formada pelo PT durante o primeiro mandato e a política econômica adotada por Lula diluíram talvez as posições ideológicas dos eleitores.

Há ainda uma visão mais pessimista, que está totalmente em oposição aos argumentos de Singer, fundamentada pelo trabalho de Oliveira e Turgeon (2015). Os autores indicam que boa parte do eleitorado brasileiro não sabe se posicionar na escala ideológica, de modo que a ideologia não estrutura o comportamento do eleitor.

Em termos da identificação ideológica para os temas políticos, a literatura aponta que não há distinção ideológica no Brasil para as matérias no campo econômico. Mais especificamente, não há distinção ideológica acerca do igualitarismo e da intervenção estatal, temas clássicos da esquerda e direita, conforme visto anteriormente (Oliveira e Turgeon, 2015; Bonifácio et al., 2014). Mais de 80% das pessoas, independentemente da posição ideológica, defendem um Estado mais forte para combater às desigualdades, de maneira que o igualitarismo é uma posição universal dos eleitores brasileiros, uma “espécie de ideologia nacional” (Singer, 2000, p.147).

No âmbito do Congresso, ao nível da classe política, os resultados não são diferentes. Os congressistas não são motivados por querelas ideológicas e a grande

4. Para uma revisão crítica, ver Rennó e Silva (2015)

maioria aprova temas ligados à inclusão social, como o aumento de gastos para a educação e saúde (Power e Zucco; 2012; Pereira e Bertholini, 2017). Usando a medida de *W-Nominate*, Zucco (2009) aponta que o conflito da classe política é determinado pela dimensão governo-oposição. A situação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no governo Lula é ilustrativa nesse sentido já que o partido moveu-se à direita do PT quando deixou a coalização de governo, ocupando o mesmo espaço da oposição naquele momento.

O sistema político dentro do Congresso movimenta-se por outras questões, como a distribuição de cargos e emendas, e não por pensamentos ideológicos bem definidos. Na perspectiva eleitoral, o voto personalista em detrimento do partido é predominante, fruto do sistema eleitoral de lista aberta (Nicolau, 2004). Portanto, as características institucionais do país definem a ausência de um comportamento mais estruturado por parte da classe política e, por consequência, esse desenho institucional gera a falta de precisão da identificação ideológica ao nível individual.

Essa seção tratou de uma parte da literatura que aborda a ideologia ao nível micro em que é considerada a posição ideológica individual do eleitor ou do congressista. E, ainda, avalia a ideologia dos indivíduos para temas específicos que tradicionalmente separam as pessoas em visões distintas de mundo. Essa análise micro, fundamentada em uma única pergunta de auto-posicionamento e em pesquisas realizadas em um determinado ponto no tempo, mostrou-se questionável e falta ainda um entendimento para conciliar as várias conclusões sobre o assunto. Dessa forma, o desafio agora é analisar a ideologia por um novo ângulo: a dimensão macro da ideologia. A intenção é observar o comportamento ideológico agregado das pessoas.

2.3.3 Dimensão Macro da Ideologia

A dimensão macro captura a tendência da ideologia ao longo do tempo, observando os fluxos e refluxos do liberalismo à nação. A direção da ideologia é definida a partir das respostas agregadas dos indivíduos à pergunta de identificação ideológica. Essa técnica identifica a movimentação geral da ideologia, e não mais a individual. Deixou-se de falar de eleitores e passou-se a falar de país, ou seja, a ideologia individual passa a ser a ideologia macro. Nessa perspectiva, Stimson (2004) apresenta duas classificações para a ideologia: a simbólica e operacional.

A ideologia simbólica é a forma pela qual as pessoas pensam sobre si mesmos,

representada pelo auto posicionamento na escala da esquerda à direita. A ideologia simbólica, então, é a identificação ideológica agregada do público em geral ao longo do tempo. Nesse sentido, a história política do país pode ser registrada pela autoclassificação da ideologia agregada. Por sua vez, a ideologia operacional representa o que o Brasil deseja em termos de políticas públicas, isto é, mais liberalismo ou mais conservadorismo para assuntos relevantes da política. Essa medida é espelho do *Policy Mood*.

Embora essas duas medidas sejam conceitualmente e empiricamente distintas, ambas são dinâmicas e movimentam-se por ondas delimitadas pelo ambiente político. Em um grande esforço metodológico, Ellis e Stimson (2009) narram a história política dos Estados Unidos de 1937 a 2006 e assinalam que os eventos políticos – *New Deal*, Guerra do Vietnã e os anos 60 – marcaram rigorosamente o declínio e o avanço do liberalismo. A ideologia macro é liberal operacionalmente e conservadora simbolicamente (Ellis e Stimson, 2012; Erikson et al., 2002). Apesar desse enigma da diferença entre a ideologia operacional e simbólica, os dois tipos de ideologia são estatisticamente correlacionados, compartilhando um certo nível de variância entre si, e respondem termostaticamente (Wlezien, 1995) ao partido político que está exercendo a presidência. Quando o partido Democrata (Republicano) está no poder, a tendência da ideologia é movimentar-se à direita (esquerda). Contudo, a ideologia operacional parece que funciona melhor dentro do sistema político, exercendo um poder preditivo maior para os resultados das eleições e as mudanças das políticas públicas (Ellis, 2012).

Ao examinar a relação entre as atitudes das pessoas e a identidade ideológica, por meio do método Bayesiano da Teoria de Resposta ao Item (IRT), Treier e Hillygus (2009) demonstram que duas dimensões da ideologia (economia e valor) funcionam melhor do que a ideologia unidimensional. Os respondentes que se declararam moderados e os que não quiseram ou não souberam responder as perguntas (*NS/NR*) demonstraram uma relação difusa e fraca com os itens políticos das duas dimensões da ideologia. Na verdade, essas pessoas não são moderadas e as suas preferências cruzam-se entre o liberalismo e conservadorismo. Por outro lado, os indivíduos que se declararam como liberais e conservadores estão conectados com as políticas de economia e valor correspondentes ao campo ideológico de atuação de cada grupo. Essa combinação oferece evidências de coerência ideológica, gerando, inclusive, implicações para a polarização política. Os liberais e os conservadores, uma

vez que são coerentes com as suas visões de mundo, estão cada vez mais separados. Os moderados, que estão no centro do debate das duas correntes teóricas da polarização política (Abramowitz e Saunders, 1998; Fiorina et al. 2005), não são capazes de se auto-posicionarem em uma escala unidimensional da esquerda à direita.

As políticas de valores morais e econômicas são as definições mais tradicionais para separar a esquerda e a direita, embora outras categorias da ideologia recentemente tenham recebido destaque na literatura, como as questões sobre ordem e democracia (Silva, 2017; Samuels e Zucco, 2018). No Brasil, pelo menos para o nível micro da ideologia, não há uma distinção ideológica para as questões associadas à economia. As pessoas apoiam, por exemplo, políticas voltadas à igualdade independente de serem de esquerda ou de direita. Em nossa análise, a ideologia operacional, ou o *Policy Mood*, incorpora as categorias de economia e valor, conforme foi discutido anteriormente, e adiciona ainda a categoria das políticas redistributivas.

Para a ideologia simbólica, por sua vez, foram construídas duas variáveis de série temporal, agregando as respostas individuais. A primeira variável é baseada conceitualmente e metodologicamente no *Policy Mood* (Stimson, 1991) e é chamada de ideologia *mood*, enquanto a segunda variável segue os princípios do modelo termostático (Soroka e Wlezien, 2010) e, por isso, é chamada de ideologia termostática. Essas duas variáveis da ideologia simbólica macro são constituídas através da pergunta tradicional de autoclassificação na escala da esquerda à direita, feita algumas vezes no tempo em intervalos irregulares.

Nesta perspectiva, o primeiro passo em termos da análise empírica é verificar a disposição dinâmica do índice de liberalismo da ideologia simbólica *mood*. Usando o *dyad ratios* também, optou-se em construir os índices de moderação, de extremo liberal e extremo conservador. Estes três últimos índices são essenciais na discussão teórica acerca da polarização política. Quanto menor for o índice de moderação ou maior forem os índices de extremo liberal e extremo conservador, maior será o grau de polarização política. Espera-se, contudo, encontrar uma flutuação equilibrada para o índice de liberalismo, sem aproximação com as extremidades. Igualmente, acredita-se que o índice de moderação, extremo liberal e extremo conservador sejam estáveis ao longo do tempo, sem apresentar tendências decrescentes ou crescentes, respectivamente.

A outra maneira de observar a polarização política é observar a diferença do

posicionamento ideológico entre os grupos sociais, classificados por renda, religião, educação e raça. Para o diagnóstico da polarização, usa-se novamente a ideologia simbólica *mood* e essa análise não é diferente do que já foi proposto para o *Brazilian Mood*. Quanto maior for a diferença da identificação ideológica dos subgrupos, maior será o grau de polarização política. No entanto, os diversos grupos sociais não devem ser diferentes em termos ideológicos tendo em vista que, no Brasil, há uma diluição ideológica na classe política, criando uma visão difusa dos partidos políticos e candidatos. Usa-se a mesma técnica para verificar a diferença ideológica entre aqueles que se posicionaram nas extremidades da escala ideológica.

A terceira e última análise da polarização concentra-se em observar a diferença ideológica entre os mais liberais e os mais conservadores por meio da ideologia termostática. Essa medida da ideologia simbólica classifica e divide os cidadãos em 5 grupos: extremamente liberais, liberais, moderados, conservadores e extremamente conservadores. O principal objetivo é identificar a movimentação dinâmica dos cinco grupos ideológicos e, em seguida, verificar a diferença da identificação ideológica entre o extremo liberal e o extremo conservador e entre os liberais e conservadores. O ponto chave para determinar a polarização política é a diminuição dos moderados, bem como a distância da média das inclinações entre os extremos liberais e conservadores e entre os liberais e conservadores.

A ideologia é uma variável tradicional para entender o comportamento político e que está intimamente conectada com a identificação partidária em um esforço mútuo para orientar o voto e explicar a polarização política. Portanto, a próxima etapa desse trabalho fará uma breve excursão no debate acerca do partidarismo e as suas diferentes expressões.

2.4 Partidarismo

Sem os partidos políticos, não há democracia. Levitsky e Cameron (2003) argumentam que a democracia no Peru sucumbiu quando o sistema partidário se fragilizou. Se essa análise for ampliada, não é exagero dizer que as democracias na América Latina cederam à medida que os partidos políticos perderam força dentro do sistema político e foram vistos com desconfiança pela sociedade. Recentemente, em face do crescente clima de tensão política nos Estados Unidos, manifestado pelo aumento do número de *shutdowns* (quando o Congresso não aprova o orçamento

anual e alguns serviços federais são paralisados), Levitsky e Ziblait (2018) defenderam que os partidos Democratas e Republicanos precisam cooperar entre si e ter tolerância mútua para salvar a democracia norte-americana. Dessa maneira, os partidos políticos são essenciais para o bom funcionamento das democracias.

Na esteira da relevância dos partidos políticos para a democracia, a onda comportamentalista concentrou esforços para analisar o papel dos partidos sobre o comportamento político dos cidadãos. Desde a década de 60, o partidarismo ou a identificação partidária ganharam fundamental importância nas explicações sobre a conduta e o desempenho dos eleitores. Na clássica definição da Escola de Michigan, a identificação partidária é estável, de longo prazo e baseada em afinidades afetivas uma vez que a conexão partidária acontece no seio familiar (Campbell et al., 1964). Os laços partidários são transferidos de geração a geração, o que é comparável a paixão por algum time de futebol no Brasil. Por esse motivo, a natureza da identificação partidária é vista como um processo de socialização, instruída ainda na infância e reforçada pelas identidades sociais. De acordo com Huddy e Bankert (2017), os indivíduos se identificam com os partidos políticos em sintonia com as filiações de gênero, raça ou religiosa, de modo a promover sentimentos em relação aos partidos. Esses sentimentos partidários persistem ao longo do tempo e influenciam a decisão do voto, gerando estabilidade para o sistema político.

A principal crítica a esta abordagem deriva da teoria da escolha racional (Downs, 1957), cujo principal argumento é de que os partidos políticos funcionam como atalhos cognitivos para diminuir os custos na obtenção de informação e maximizar a escolha eleitoral. Assim, a natureza da identificação partidária aproxima-se mais de uma decisão racional, baseada na história recente do partido, do que da socialização afetiva. Fiorina (1981) refinou essa interpretação para explicar as mudanças de curto prazo da identificação partidária, mas sem desconsiderar totalmente a existência do partidarismo afetivo prolongado. De acordo com esta teoria, a identificação partidária é baseada nas avaliações retrospectivas da performance do partido político que está no poder. O indivíduo acumula experiência e informação política ao longo do tempo, de maneira que as avaliações acerca do partido são diretamente afetadas pelos eventos políticos, como: crises econômicas, guerras e avaliação do governo. Essas avaliações produzem as mudanças na identificação partidária de curto prazo.

Paralelo a estas duas teorias, há ainda a literatura do partidarismo macro que

trata da distribuição agregada do partidarismo usando dados de série temporal. Mackuen, Erikson e Stimson (1989), ou apenas MES para simplificar, inauguraram esse novo campo e desenvolveram a noção de que o partidarismo agregado movimenta-se diante das mudanças no cenário econômico e da aprovação do incumbente. Os resultados apontam para uma constante flutuação do partidarismo de 1956 a 1984, ocasionada “pelos ventos da fortuna política e econômica”, de modo que impõe a reconsiderar “a visão padrão do sistema partidário e da teoria do realinhamento” (Mackuen, Erikson e Stimson, 1989, p.1139). Outros trabalhos surgiram para corroborar com os resultados de MES e, conseqüentemente, se afastar da escola de Michigan. Por exemplo, Weisberg e Smith (1991) encontraram que a identificação partidária agregada variou em função da popularidade do presidente, e dos indicadores econômicos de inflação e desemprego durante o mandato do presidente Reagan.

Contudo, em uma corrente contrária e em defesa da visão mais tradicional, da qual o partidarismo é estável ao longo do tempo, alguns trabalhos desafiaram metodologicamente e conceitualmente o partidarismo macro de MES. As principais críticas centram-se no tipo de pergunta usada para mensurar a identificação partidária (Abramson e Ostrom, 1991), na falta de uma teoria para conectar as filiações partidárias individuais com as mudanças do partidarismo agregado (Box-Steffensmeir e Smith, 1996), no realinhamento partidário da década de 80 (Meffert, Norpoth e Ruhil, 2001) e no uso de variáveis de controle que superestimam o resultado (Green, Palmquist e Schickler, 1998).

Para investigar a hipótese de que a pergunta do Instituto Gallup usada para mensurar o partidarismo no modelo de MES é bastante volátil porque captura a identificação partidária situacional e de curto prazo, criou-se o partidarismo macro oriundo das perguntas do NES e GSS. Os resultados são significativamente diferentes. Enquanto o partidarismo do Gallup é mais instável, as variações do partidarismo do NES e GSS demonstraram ser menores e não são afetadas por fatores políticos e econômicos (Abramson e Ostrom, 1991).

Similarmente cético em relação aos resultados do partidarismo macro, Box-Steffensmeir e Smith (1996) investigaram a relação micro e macro da identificação partidária a fim de conectar ambos os conceitos. Os resultados apontam que metodologicamente o índice de partidarismo é parcialmente integrado, o que significa que as filiações partidárias individuais não são completamente permanentes e que as

mudanças do partidarismo agregado são menos persistentes do que MES advogam. Por sua vez, Meffert, Norpoth e Ruhil (2001) defenderam que as mudanças do partidarismo são raras e não respondem aos efeitos políticos ou econômicos de curto prazo. A mudança que ocorreu na diminuição do número significativo de Democratas é fruto de um realinhamento partidário a partir da eleição de Reagan em 1980.

A crítica talvez mais contundente provém de Green, Palmquist e Schickler. Quase 10 anos depois da publicação do “*Macropartisanship*”, Green e os coautores (1998) executaram uma replicação crítica desse trabalho e atestaram a estabilidade partidária ao longo do tempo usando dados do Gallup e da CBS/NYT atualizados até 1996. No teste de replicação sem o uso das 24 variáveis de controle que representam os eventos históricos e a administração de cada presidente, observou-se que a aprovação do presidente e a percepção do estado da economia têm pouca influência sobre o partidarismo macro. Por fim, o partidarismo macro é uma série estacionária, ou seja, é estável ao longo do tempo. Em síntese, muito provavelmente apenas variações políticas ou econômicas de grande importância podem produzir alguma mudança de curto prazo no partidarismo (Green, Palmquist e Schickler, 1998 e 2001).

Essa crítica mereceu uma rápida resposta por parte de MES (1998) que a fundamentaram em dois aspectos basicamente: 1) as mudanças no cenário econômico e político produzem pequenas mudanças na identificação partidária individual, de modo que a soma dessas mudanças se acumulam ao longo do tempo, tornando-as permanentes e formando o partidarismo macro; 2) o modelo do partidarismo macro não rejeita a ideia da estabilidade partidária no nível individual. Essas duas perspectivas em conjunto buscam reconciliar as correntes micro e macro da identificação partidária e, ao mesmo tempo, refinar o próprio modelo.

Nesse sentido, refutou-se a ideia de retirar do modelo as variáveis binárias que representam a administração presidencial, alegando que essas variáveis são estatisticamente significativas e, portanto, relevantes do ponto de vista teórico e metodológico. Posteriormente, reformulou-se o modelo levando em consideração que o partidarismo macro é parcialmente integrado, conforme encontrado por Box-Steffensmeir e Smith (1996). Esse entendimento incorpora os efeitos de longo e curto prazo simultaneamente.

Mais especificamente, os indivíduos podem alterar a identificação partidária à medida que absorvem novas experiências e informações, mas sem esquecer os laços partidários da infância. Ou seja, o modelo combina os efeitos permanentes e

transitórios e o partidarismo macro passa a representar a memória acumulativa dos eventos políticos e econômicos. Os resultados encontrados confirmam que as mudanças no partidarismo macro ocorrem devido aos eventos políticos e econômicos de curto prazo, assim como da acumulação de longo prazo destes eventos (Erikson, Mackuen e Stimson, 2001 e 2002).

Já existe um consenso para muitas questões das três correntes da literatura de identificação partidária - estabilidade partidária, cálculo da performance e partidarismo macro -, mas ainda há alguns pontos em aberto. A próxima seção insere o partidarismo negativo, que é a rejeição a algum partido político, nesse debate. Esse é uma face da teoria do partidarismo que ainda merece mais atenção da literatura.

2.4.1 Partidarismo Negativo: O Outro Lado da Identificação Partidária

O partidarismo negativo é um lado esquecido da literatura sobre partidos políticos, que quase exclusivamente dedica-se a investigar o partidarismo positivo. Recentemente, no entanto, o partidarismo negativo ganhou proeminência no meio acadêmico, talvez em função do crescimento da divisão e hostilidade política em grande parte dos países. Assim, alguns resultados importantes já foram encontrados, como: partidarismo negativo afeta a decisão do voto em um sistema bipartidário e multipartidário, aumenta as taxas de participação do voto e a ideologia é determinante para formar o partidarismo negativo (Medeiros, Noel, 2014; McGregor, Caruana e Stephenson, 2015; Mayer, 2017; Garry, 2007).

O ponto de saída para discutir o partidarismo negativo é a própria Escola de Michigan que, como visto anteriormente, define a identificação partidária por meio da socialização afetiva, orientada por uma afiliação social e sentimentos de longo prazo. Nessa ocasião, o partidarismo negativo foi reconhecido por admitir que a identificação partidária tem algum grau de intensidade negativa (Campbell et al., 1964), embora negligenciado por um longo período. Esse é o gancho para entender os dois lados do partidarismo.

Os estudos mais atuais enquadraram o partidarismo dentro da teoria de identidade social, estendendo a conceptualização original de Campbell e seus coautores (1964) acerca do partidarismo cuja referência é a teoria de grupo. De acordo com essa nova abordagem, as atitudes partidárias refletem um movimento de autoreconhecimento e identidade com um partido político e, automaticamente,

produzem atitudes negativas com outros partidos que se tornam verdadeiras ameaças (Mason, 2015; Iyengar et al., 2012; Iyengar e Westwood, 2015).

A polarização política é alimentada por essa estrutura psicológica na qual a pessoa desenvolve sentimentos positivos para o grupo com o qual existe uma identificação (partidos políticos, igrejas ou time de futebol), gerando a sensação de pertencimento a este grupo. E, por outro lado, esse mecanismo gera sentimentos negativos para com aqueles grupos concorrentes. Esse padrão de comportamento tende a produzir polarização com base nas identidades de cada indivíduo.

Contudo, os trabalhos que investigam polarização política sob a perspectiva do partidarismo positivo e negativo são raros visto que o tema do partidarismo negativo ganhou destaque na literatura muito recentemente. Medeiros e Noel (2014) avaliaram o impacto do partidarismo negativo sobre voto, usando dados eleitorais da Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos. Com o foco exclusivamente nos dois principais partidos políticos desses países, logo forçando um sistema partidário binário, os resultados apontam que a identificação negativa do partido oponente é decisivo para a decisão do voto, indicando que a identidade social é importante. Aprofundando o debate, McGregor et al. (2015) executaram uma análise em um contexto multipartidário e competitivo, usando o Canadá como exemplo, e reunindo duas medidas (sentimentos e identificação partidária) para formar um único indicador do partidarismo negativo. Os resultados indicam que tanto a ideologia como a competição eleitoral entre os partidos geram o partidarismo negativo.

A Europa também foi palco dos testes sobre o partidarismo negativo. Mayer (2017) fez uma análise comparativa em 17 países europeus que se enquadram no sistema multipartidário de voto proporcional. Usando o indicador sugerido por McGregor et al. (2015), o autor encontra que o partidarismo negativo afetou positivamente a taxa de participação eleitoral, bem como aumentou a lealdade do voto no partido específico.

Esses resultados reunidos demonstram a relevância do partidarismo negativo - o lado negligenciado da identificação partidária - para contextos de bipartidarismo e multipartidarismo. O Brasil, principalmente nos últimos anos, tornou-se um campo fértil para os sentimentos antipartidários, em que os cidadãos rejeitam todos os partidos políticos, e para a existência de dois fenômenos: o petismo e o antipetismo. Isso deve-se em razão do PT ser o único partido, desde a redemocratização, a disputar todas as eleições presidenciais de segundo turno, o partido que mais tempo ficou no

poder e o qual apresenta os maiores índices de identificação partidária. Sentimentos positivos e negativos brotam sobre o PT devido a sua trajetória política. O petismo pode ter produzido, ao longo da história recente do país, o antipetismo.

2.4.2 Do Petismo ao Antipetismo: Uma Nova Era no Brasil?

Até aqui, observou-se que os diferentes tipos de identificação partidária influenciam fortemente o comportamento político dos indivíduos em democracias avançadas. A despeito do debate acerca da natureza da identificação partidária, se é estável ou se sofre alterações ao longo do tempo, existe o consenso sobre a importância do partidarismo em democracias mais antigas e consolidadas. No Brasil, existiu por muito tempo a ideia generalizada de um partidarismo fraco em função das regras eleitorais e da fragmentação partidária (Kinzo, 2004), da estrutura eleitoral baseada no clientelismo e na relação pessoal e, por fim, no baixo nível de informação dos eleitores (Carreirão e Kinzo, 2004). Essa primeira visão do partidarismo no Brasil é negativa por enxergar um distanciamento entre os eleitores e os partidos políticos, gerando conseqüentemente uma insatisfação por parte da sociedade (Baquero, 1996).

Os estudos sobre volatilidade eleitoral desafiam também a noção de um sistema partidário forte, pois o comportamento do eleitor será fluido e volátil ao longo do tempo sem a presença das lealdades partidárias. As conversas entre amigos e vizinhos e o ambiente político modificam a decisão do voto no Brasil (Baker, Ames e Rennó, 2006; Bello, 2016), logo entende-se que a identificação partidária tem pouco peso em definir o comportamento individual. Usando dados de painel, Rennó e Ames (2014) aferiram que pelo menos uma parcela da população não votou em Dilma em função dos escândalos de corrupção, de maneira que se reafirma o padrão de ambivalência e instabilidade eleitoral.

Em contrapartida, a ciência política brasileira desenvolveu uma agenda mais otimista relativa aos partidos políticos. Nesse sentido, Samuels (2006), explorando a evolução do partidarismo comparativamente com outros países da América Latina, Europa e os Estados Unidos, mostrou que a taxa de identificação partidária no Brasil é de 35%, ligeiramente menor do que a média mundial que é de 40%. O autor, no entanto, faz uma observação crítica no sentido de que o partidarismo brasileiro alcançou esse nível quase que exclusivamente devido ao PT.

Outros trabalhos, de diferentes abordagens teóricas e metodológicas, assumiram o partidarismo ancorado no petismo ou na competição eleitoral entre o PT e o PSDB, de modo que o partidarismo ganhou um destaque positivo dentro do contexto do comportamento político. Os resultados encontrados confirmam a tese da qual os partidários ou simpatizantes do petismo votaram em Lula e Dilma (Carreirão e Barbeta, 2004; Carreirão, 2008; Rennó e Ames, 2014). Além disso, especialistas defendem a tese de que a divisão entre o PT e o PSDB favoreceu o crescimento de simpatias partidárias vinculadas a estes dois partidos, estabelecendo uma conexão positiva entre o voto e partido. Os indivíduos simpatizantes do PT votariam no Lula e os simpatizantes do PSDB votariam nos candidatos tucanos (Braga e Pimentel, 2011). Portanto, essa mudança de comportamento dos indivíduos deriva de duas principais razões: do próprio dinamismo democrático que gerou a competição eleitoral bipartidária e da inclusão da variável de simpatia partidária nos modelos estatísticos. Os testes de partidarismo e voto eram realizados tão somente por meio da variável de identificação partidária.

Ao passo que não cabe nenhuma dúvida em relação à força do PT na disputa eleitoral, uma vez que os dados da evolução do partidarismo mostram o crescimento contínuo do Partido dos Trabalhadores, a eleição presidencial de 2018 jogou um balde de água fria na ideia da polarização política entre PSDB e PT. Alguns trabalhos empíricos da ciência política já mostravam que era falsa a correlação de forças entre petistas e tucanos bem antes. Rennó e Ames (2014) descobriram que “os partidários do PSDB votam em todos os demais candidatos à exceção de Dilma” e, portanto, ser simpatizante do PSDB “não [necessariamente] indica voto em candidato do PSDB” (2014, p. 18). Por sua vez, Carreirão (2008) mostrou que a rejeição ao PT é o maior determinante do voto em algum candidato do PSDB.

O sistema partidário brasileiro não pode ser considerado forte porque há nitidamente um partidarismo enviesado ao petismo e os demais partidos políticos são frágeis do ponto de vista de organização, mobilização e identificação com os eleitores. Algumas pessoas decidem votar nos candidatos do PT porque simpatizam com o partido, porém o mesmo não acontece necessariamente com os outros partidos do sistema brasileiro. Na esteira dessa constatação, surge o fenômeno chamado petismo.

Em um trabalho pioneiro para compreender as razões do petismo e usando dados de 2002, portanto, antes do PT assumir de fato o controle do poder, Samuels

(2006) revelou que os indivíduos que mais participam da política, os de maior conhecimento político, de visões mais à esquerda e que vivem em locais mais desenvolvidos economicamente tendem a se identificar com o Partido dos Trabalhadores. Para o PFL, PSDB e PMDB, os líderes políticos são os principais vínculos dos eleitores com os partidos políticos. Sabe-se, também, que o PT moderou o comportamento quando assumiu o poder, inclusive gerou insatisfação de vários membros e a criação do PSOL posteriormente. Analisando o impacto da mudança de perfil do PT, Samuels (2008) descobriu algumas mudanças nas bases do petismo: os petistas mais fortemente ligados à esquerda deixaram o PT e o partido deixou de ser eminentemente paulista para se nacionalizar. Outras características do petismo, como o nível de conhecimento e participação política, permaneceram. Essas mudanças, no entanto, não alteraram o quadro do petismo. Deste modo, o petismo tem a sua raiz na forma de organização local na qual busca cultivar os partidários e atrair novos filiados, na presença do partido nos municípios e na conexão com os movimentos sociais e outros segmentos da sociedade (Samuels e Zucco, 2018).

Ao longo da história, o PT enfrentou alguns problemas e inevitavelmente alguns apoiadores deixaram de se identificar com o partido. A moderação do partido a partir de 2002 e o Mensalão foram fatores decisivos para que o PT perdesse alguns simpatizantes; no entanto, essas pessoas não migraram para outros partidos, como o PSDB, principal rival do PT à época. Esses indivíduos tornaram-se independentes. O PT recuperou em seguida as taxas de petismo, principalmente em função da popularidade do Lula (Baker et al., 2014; Samuels e Zucco, 2018). Nesse sentido, o petismo se confunde com o lulismo.

O declínio do petismo não aumentou a identificação partidária dos partidos opositores, uma vez que os ex-petistas não se tornaram simpatizantes de outros partidos. O que pode, então, explicar a força eleitoral do PSDB que quase ganhou a eleição em 2014 e a vitória do Bolsonaro pelo nanico PSL? Certamente a densidade eleitoral dos candidatos das duas últimas eleições presidenciais não incide da identificação partidária. De acordo com a teoria da identidade social, uma hipótese plausível é que o petismo produziu um sentimento de rejeição ao próprio PT, ou seja, o antipetismo é subproduto do petismo. Um segundo fenômeno surge: o antipetismo.

O partidarismo negativo não é uma novidade no Brasil, de tal modo que o início desta agenda remete ao primeiro governo Lula, embora tenha recebido atenção maior por parte da mídia e dos pesquisadores somente agora. Os primeiros trabalhos

revelaram que os eleitores pautavam-se também por meio do partidarismo negativo ou, mais especificamente, do antipetismo. Cerca de 47% dos eleitores paulistas rejeitaram algum partido político em um determinado momento (Carreirão e Barbeta, 2004; Carreirão e Kinzo, 2004). A agenda se aprofundou e os achados indicaram que pelo menos uma parcela da votação do PSDB decorreu do antipetismo (Carreirão, 2008; Rennó e Ames, 2014). Penetrando a análise no antipetismo especificamente, Paiva e seus coautores (2016) investigaram o perfil do antipetismo visto que essa mesma análise já havia sido feita ao nível dos petistas. Os antipetistas são majoritariamente brancos, têm alta escolaridade, renda acima de cinco salários mínimos e estão concentrados na região Sudeste. Outra característica interessante dos antipetistas é a posição ideológica de centro-direita ou direita e a reprovação da situação econômica do país em 2014. Esse perfil de eleitor, rotulado como antipetista, aumentou a probabilidade do voto em Aécio em 18% e, ao mesmo tempo, diminuiu a expectativa do voto em Dilma em 25% (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016).

Em termos de polarização política partidária, a agenda da ciência política brasileira concentra-se no padrão estadunidense, ou seja, pauta-se no PT e PSDB por representar supostamente uma divisão bipartidária similar à dos Estados Unidos (Borges e Vidigal, 2018; Samuels e Zucco, 2014). Mesmo outros estudos que não dialogam diretamente com o debate da polarização política apostam na divisão entre petistas e tucanos (Paiva, Krause e Lameirão, 2016). Essa disputa bipartidária, desde a eleição de 2018, não é mais verdadeira. E estudos mais antigos demonstraram que uma parte dos votos tucanos era fruto do antipetismo, e não da identificação partidária positiva (Rennó e Ames, 2014; Carreirão, 2008).

Dito isto, este trabalho propõe investigar a polarização política entre o petismo e o antipetismo, pois o PT é a peça chave desse processo devido ao nível de identificação partidária obtido desde a redemocratização e, por outro lado, em função dos sentimentos negativos que o partido adquiriu. Na verdade, o PT tornou-se absoluto no sistema partidário porque os demais partidos políticos, após os escândalos de corrupção, perderam bastante espaço e força eleitoral. A realidade política de antes e, principalmente, de durante as eleições de 2018 sugere que a sociedade se dividiu entre os grupos pro-PT e os grupos anti-PT.

Esse debate é desenvolvido de acordo com a ideia do partidarismo macro (Mackuen, Erikson e Stimson, 1989), de modo que a proposta é construir duas séries históricas originais do petismo e antipetismo. Antes, contudo, faz-se necessário

construir os índices macro para o partidarismo e o antipartidarismo para avaliar a evolução no tempo da intensidade dos sentimentos em relação aos partidos políticos. Deste modo, faz-se uma contribuição teórica e metodológica à literatura ao criar o partidarismo negativo macro e introduzir essa variável no debate sobre polarização política.

Além disso, este trabalho pretende testar os impactos dos fatores econômicos e políticos sobre o petismo e o antipetismo. Desse ponto de vista, dialoga-se, mesmo que indiretamente, com o debate que marcou a agenda do partidarismo: preferências partidárias estáveis ou modificadas ao longo do tempo.

3. Metodologia

3.1 Opinião Pública: Construção do *Policy Mood*

O índice de opinião pública é estimado a partir das preferências do público sobre uma série específica de temas políticos que são aferidos, por sua vez, por múltiplas perguntas. Duas particularidades são importantes na seleção das perguntas. A primeira é o uso apenas de questões controversas que obriguem os respondentes a escolherem uma posição. Os assuntos de valência, como corrupção e paz, por serem desejos universais e receberem o apoio de todos, são descartados do banco de dados (Stokes, 1963; Baker e Greene, 2015). As perguntas que incluíram partidos políticos ou o nome de algum político também foram rejeitadas. A segunda regra é usar perguntas que são exatamente do mesmo formato pelo menos duas vezes para um único item. Adotou-se essas regras para transformar a opinião pública individual em uma medida macro que representa as preferências coletivas da sociedade sobre a política.

Como dito anteriormente, Ansolabehere et al. (2008) defendem que uma única pergunta para medir um item aumenta os erros de medição, logo para se obter medidas mais estáveis é necessário respostas oriundas de múltiplas perguntas. Conforme Stimson, o *Policy Mood* “exige ir além das palavras específicas, obtendo uma ideia geral do fluxo e refluxo da opinião que não depende [necessariamente] de particulares perguntas e palavras” (2015, p. 33).

O processo de estimação inicia com a compilação da frequência de respostas⁵ dos indivíduos para cada pergunta selecionada de cada ano da série. No total, usou-se 109 perguntas únicas que foram administradas 249 vezes durante o período temporal de 1991 a 2015. O índice final é formado por 20 itens, cujas perguntas foram selecionadas através das seguintes organizações de pesquisa: Datafolha, Ibope, Criterium, Fundação Perseu Abramo (FPA), Latinobarômetro, Lapop, World Value Survey (WVS), The Brazilian Electoral Panel Studies (BEPS) e Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Utilizou-se também o banco de dados da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM) e do Ministério de Meio Ambiente. A tabela 3.1 mostra o percentual de perguntas usado por cada Instituto.

5. As perguntas utilizadas para construir o índice do *Mood* estão disponíveis no Anexo I.

Tabela 3.1 Percentual de perguntas de cada Instituto – *Brazilian Policy Mood*

Institutos de Pesquisas	Perguntas Únicas	Porcentagem	Administrações	Porcentagem
Ibope	8	7%	11	4%
DataFolha	23	21%	62	25%
Criterium	5	5%	5	2%
Eseb	10	9%	11	4%
FPA	8	7%	17	7%
Lapop	16	15%	31	12%
Beps	4	4%	5	2%
Latinobarômetro	12	11%	45	18%
Secom	12	11%	35	14%
WVS	8	7%	22	9%
MMA	3	3%	5	2%
Total	109	100%	249	100%

A principal vantagem metodológica do *Policy Mood* é de superar o dilema da falta de dados (*missing data*) para alguns anos de uma série temporal. Obter repetidos itens é muito difícil ao longo do tempo, o que se demonstrou uma realidade para o caso brasileiro devido às limitações no escopo das pesquisas. Esse índice, portanto, construído pelo algoritmo “*dyad ratio*”, atribui valores para os anos ausentes a partir da agregação das respostas dos anos existentes. A fórmula usada para criar o índice é a seguinte:

$$\text{Opinião Pública} = 100 \times \left\{ \frac{\text{Preferências de Esquerda}}{\text{Preferências Esquerda} + \text{Preferências Direita}} \right\}$$

Esse é o meio operacional para transformar a opinião pública individual em um índice que determina os sentimentos e as disposições dos brasileiros sobre a política. O índice não é uma simples média da opinião das pessoas, e sim a covariação de duas respostas da série respeitando o número total de respondentes de cada pesquisa e o número de períodos em que o item está disponível.

As perguntas que formam o índice *Mood* foram agrupadas em três categorias: economia, políticas redistributivas e valores. As perguntas sobre privatização, papel do estado, igualdade, imposto, gastos sociais, meio ambiente, pobreza e apoio aos sindicatos compõem a categoria de economia. Na categoria de políticas redistributivas estão os itens de bolsa família, cotas raciais e mais médico. Os institutos de pesquisas

brasileiros ainda se preocupam pouco com as avaliações das políticas redistributivas, logo os dados dessa ordem são escassos. Por fim, a categoria sobre valores é composta pelos seguintes itens: aborto, casamento homossexual, pena de morte, prisão perpétua, maioridade penal, legalização do uso de drogas, porte de arma, papel das mulheres e imigração. A série varia de 0 a 100, considerando que 100 é altamente liberal e 0 é o menor valor para o rótulo conservador.

Dito isso, o passo seguinte foi construir o mesmo índice para os subgrupos sociais que foram divididos da seguinte forma: escolaridade, raça, religião e renda. Foram usados os mesmos critérios para mensurar a opinião pública dos grupos sociais a fim de obter a opinião pública em função das características sociais e depois analisar a diferença da opinião entre os subgrupos.

A variável escolaridade foi dividida entre os menos educados (aqueles que fizeram até o ensino fundamental completo) e os mais educados (aqueles que pelo menos iniciaram o ensino médio). O índice da opinião pública estratificado por escolaridade é composto pelos mesmos 20 itens do *Mood* e a série temporal é de 1991 a 2015. Para a variável raça, por sua vez, considerou-se os brancos e os não-brancos (mulatos, pardos, negros e indígenas). Embora o índice para raça tenha a série temporal de 1991 a 2015, cinco itens estão ausentes e o número de casos de outros itens são bem menores. Os itens ausentes são: pobreza, sindicatos, prisão perpétua, porte de arma e maioridade penal. Isso ocorre porque a pergunta que solicita ao respondente identificar a sua cor é bastante irregular nos Institutos de pesquisa.

A variável religião foi dividida entre os respondentes que declararam ter uma religião e os respondentes que declararam não ter nenhuma religião. De um lado, permaneceram os católicos, evangélicos e protestantes e, de outro lado, foram agrupados os agnósticos, ateus e os que responderam não ter nenhuma religião. Os respondentes de outras religiões foram codificados como *missing*. A série temporal é de 1991 a 2015 e 17 itens foram encontrados e cruzados com a pergunta de religião, logo ficaram ausentes os seguintes itens: pobreza, sindicatos e porte de arma. Cabe aqui uma ressalva para a categoria religião. Sabe-se que a frequência com que a pessoa vai às missas ou aos cultos é mais relevante do que a filiação religiosa para o comportamento político (Bohn, 2004) e, portanto, esse seria um elemento importante para incluir nesta categoria. Contudo, o número de perguntas sobre frequência é irregular e muito escasso, o que diminuiria significativamente a nossa série temporal. Por este motivo optou-se apenas em usar a filiação religiosa nesse índice.

Por fim, a variável renda foi codificada entre pobres, classe média e ricos. Para a categoria pobres, foram reunidos todos os respondentes que declararam receber até três salários mínimos. De 4 a 9 salários mínimos, foram classificados na categoria classe média. Os respondentes que declararam receber mais de 10 salários mínimos foram ordenados na categoria ricos. A série temporal é de 1991 a 2015 e todos os 20 itens do índice *Mood* foram reunidos no índice renda

O último passo do *Brazilian Mood* foi construir o índice de opinião pública para os itens políticos, desagregando, portanto, ao nível específico das políticas públicas. Essa medida identifica o pensamento brasileiro para vinte temas políticos salientes da sociedade e apresenta um panorama mais geral acerca das políticas.

Após todos esses procedimentos, usa-se o *Wcalc* para calcular o índice final da opinião pública. De acordo com o Stimson (1991), o *Wcalc* é um programa com capacidade de produzir uma série temporal a partir de fragmentos de informações coletadas de diversos temas por um determinado período. Baseado em um algoritmo, o *Wcalc* produz valores para os anos em que não há informações e faz a agregação dos dados para os anos com muitas informações. Os dados são empilhados por nome da variável, data da pesquisa, valores sumarizados e o número de respondentes totais, cuja abordagem é similar a análise fatorial. O algoritmo “*dyad ratios*” produz estimativas com ou sem suavização (*smoothing*) para o índice, porém é apropriado o seu uso para evitar as flutuações randômicas da amostra e obter variações próximas do real (Bartle et al. 2014). Durante a estimativa do índice, o algoritmo opera repetidas vezes para frente (*forward*) e para trás (*backward*) com o objetivo de obter um valor suavizado.

3.1.2 Polarização Política: Diferenças da Opinião Pública dos Subgrupos

Agora que já se mostrou o procedimento operacional para construir o índice de opinião pública, é necessário explicar a forma para criar o indicador de polarização política (IPP). Duas medidas serão usadas aqui, mas o princípio será o mesmo: a diferença do *Mood* dos grupos sociais ao longo do tempo a fim de extrair uma polarização dinâmica.

A primeira medida refere-se ao princípio da dispersão, calculada pela variância. A dispersão da opinião pública encontrada determina o nível de desacordo dos subgrupos para a política. Essa medida, que determina o indicador da polarização

política, é capturada por equações de subtração do *Mood* para cada ano da série e das quatro categorias em análise: renda, raça, religião e escolaridade. O IPP transforma-se em uma escala de -100 a 100, sendo que 0 representa não dispersão e valores próximos aos extremos significam grandes dispersões. Quanto maior for a dispersão da opinião pública, ou seja, quanto mais distantes forem as opiniões dos grupos sociais, maior será a polarização política. Apresenta-se abaixo as equações para cada categoria:

$$\text{Equação para Raça: } IPP_t = (\text{opinião}^{\text{não-brancos}}_t - \text{opinião}^{\text{brancos}}_t)$$

$$\text{Equação para Religião: } IPP_t = (\text{opinião}^{\text{não-religiosos}}_t - \text{opinião}^{\text{religiosos}}_t)$$

$$\text{Equação para Escolaridade: } IPP_t = (\text{opinião}^{\text{menoseducados}}_t - \text{opinião}^{\text{maiseducados}}_t)$$

$$\text{Equação para Renda: } IPP_t = (\text{opinião}^{\text{pobre}}_t - \text{opinião}^{\text{rico}}_t)$$

$$IPP_t = (\text{opinião}^{\text{pobre}}_t - \text{opinião}^{\text{classe média}}_t)$$

$$IPP_t = (\text{opinião}^{\text{classe média}}_t - \text{opinião}^{\text{rico}}_t).$$

Os indicadores de polarização de renda permitem a comparação entre pobres, classe média e ricos, de modo que podemos observar também se a opinião da classe média aproxima-se mais com a opinião dos ricos ou dos pobres durante o período em análise. Os grupos menos influentes estão sempre do lado esquerda das equações, concentrando todos os valores negativos da série. Importante notar também se a preferência que predomina ao longo do tempo é dos grupos mais influentes (valores positivos da escala) ou dos grupos menos influentes (valores negativos da escala).

Se as informações a respeito do comportamento do Executivo estivessem disponíveis, poderíamos então testar a representação dinâmica – a quarta agenda da teoria da opinião pública - entre a opinião pública dos diversos grupos sociais e as políticas do Executivo. E, então, verificar se os governantes respondem igualmente ou parcialmente aos cidadãos. A discussão sobre a representação política dentro do enquadramento da polarização seria mais rica com esse tipo de análise.

O nível de polarização política pode ser mais visível para temas salientes da sociedade, pois a cobertura da mídia e as conversas entre os cidadãos são baseadas sobre políticas públicas específicas, como aborto, bolsa família, privatizações ou maioria penal. Nesse sentido, criamos o IPP também para todos itens políticos disponíveis no banco de dados. A tabela 3.2 apresenta os itens que compõem o índice de opinião pública e o número de vezes (segunda coluna) em que esses itens foram

encontrados nas diversas pesquisas coletadas de 1991 a 2015. Ademais, a tabela 3.2 mostra a média e o desvio padrão de cada item para o período em análise.

Espera-se encontrar que a opinião pública macro, no geral, tende a ser moderada para os itens políticos específicos. Além disso, espera-se que a opinião pública dos grupos sociais seja homogênea para esses mesmos itens em discussão, significando que não existe polarização política ao nível específico das políticas públicas.

Tabela 3.2 Descrição dos Itens Políticos do Índice de Opinião Pública

Item	Número de Casos	Média	Desvio Padrão
Privatização	15	54,3	8,7
Imposto	7	58,4	24,5
Igualdade	8	75,2	14,7
Pobreza	3	63	2,9
Meio Ambiente	9	61,1	11,3
Papel do Estado	10	65,5	12,3
Gastos Sociais	3	82,6	6,4
Sindicatos	3	49,4	3,1
Bolsa Família	3	67,4	17,3
Mais Médicos	2	68,6	8,3
Cotas Raciais	3	60,4	7,9
Aborto	13	27,8	17,6
Casamento Homossexual	13	45,9	25,4
Pena de Morte	13	53,4	7,8
Prisão Perpétua	2	27,3	4,6
Legalização das Drogas	7	21,9	12,5
Porte de Arma	3	67,7	1,9
Maioridade Penal	6	22,7	5,3
Papel da Mulher	3	72	9,6
Imigração	3	14,6	3,3

A segunda medida para estimar a polarização política refere-se a associação das opiniões entre os grupos sociais. O teste formal da associação da opinião pública é o *Cronbach's alpha*, que sumariza as correlações bivariadas entre duas ou mais séries. Esse teste é geralmente usado para medir a confiabilidade da escala, mas aqui usou-se para interpretar o grau de associação das opiniões entre os subgrupos, seguindo o modelo de investigação iniciado por Soroka e Wlezien (2010). O coeficiente varia de

0 a 1, de forma que quanto maior o coeficiente, mais as preferências do público serão associadas. Se os itens não estiverem correlacionados, o coeficiente será 0 e, portanto, existe polarização por grau de diferença das opiniões dos subgrupos. Além do coeficiente alfa, o teste de *Cronbach* disponibiliza os valores de correlação média intermediária que simula a correlação de Pearson. A alta correlação significa que as opiniões públicas dos subgrupos estão correlacionadas e, portanto, não existe diferença das preferências do público.

3.2 Dados e Medidas da Ideologia Simbólica

A ideologia simbólica macro é estimada por duas medidas que sistematizam e estruturam a identificação ideológica: *dyad ratios* (Stimson, 1991) e o modelo termostático (Soroka e Wlezien, 2010). Para a ideologia simbólica usando *dyad ratios*, empregou-se seis tipos de perguntas⁶ de autoclassificação com 36 administrações que foram realizadas pelo Lapop, Latinobarómetro, WVS, Datafolha, FPA e Eseb, sendo que cada tipo de pergunta foi repetido mais de duas vezes durante a série. Embora a pergunta padrão seja de auto-posicionamento da esquerda à direita, existem ligeiras variações no enunciado e nas opções de resposta a depender do instituto. Dessa maneira, combate-se os erros de medição procedentes de uma única pergunta (Ansolabehere et al., 2008).

Importante ainda dizer que o Lapop e o WVS utilizaram a escala de 1 a 10, de modo que o ponto do meio é eliminado e a escala torna-se dicotômica. Sem a opção intermediária (medida pelo valor 5), o entrevistado é obrigado a se posicionar entre a esquerda ou direita. De qualquer modo, as diferenças nos enunciados das perguntas ou nas opções não alteram o índice da ideologia macro uma vez que todas as respostas são agregadas pela seguinte fórmula:

$$\text{Ideologia Mood} = 100 \times \{ \text{Esquerda} / (\text{Esquerda} + \text{Direita}) \}$$

A série histórica é de 1991 a 2016, sendo que para os anos ausentes, isto é, para os anos em que não se encontrou perguntas, imputou-se valores ao usar o algoritmo *dyad ratios*. Com a agregação das respostas, cria-se o índice de liberalismo

6. As perguntas utilizadas para construir o índice da Ideologia Macro estão disponíveis no Anexo II

para a ideologia de 0 a 100, onde valores acima de 50% representam o liberalismo. A técnica aqui é a mesma usada na construção do índice do *Brazilian Policy Mood*.

A ideia de moderação é vital para as teorias de polarização política, então, criou-se um índice de moderação a partir dos dados disponíveis da ideologia *mood* para verificar se o número de moderados aumentou, diminuiu ou manteve-se estável ao longo do tempo. O crescimento de moderação dentro da escala ideológica indica que não há polarização política. O índice é baseado nas mesmas perguntas da ideologia simbólica *mood*, com exceção do Lapop e do WVS pois não apresentam o ponto do meio da escala como uma opção. Somou-se as respostas não sabe e não respondeu (NS/NR) com as respostas de valor 5 para criar o grupo de moderados. Depois, somou-se todos os respondentes - do extremo liberal ao extremo conservador - que declararam ter uma preferência ideológica (ideólogos). Assim, a fórmula do índice de moderação é a seguinte:

$$\text{Moderação} = 100 \times \{\text{Moderados} / (\text{Moderados} + \text{Ideólogos})\}$$

Um outro indicativo de polarização política é o crescimento do número de pessoas que se posicionam nas extremidades da escala ideológica em detrimento da diminuição de moderados. Nesse sentido, criou-se os índices para extremo liberal e extremo conservador também. Considerou-se como extremos, todos aqueles respondentes que se posicionaram nas extremidades da escala, assinalando os valores mais à esquerda ou à direita da escala ideológica. Essa medida captura a proporção dos extremos liberais/conservadores sobre todos os respondentes que declararam ter alguma identificação ideológica. Os moderados e os respondentes que declararam não saber ou não quiseram responder a pergunta foram retirados da fórmula dos valores sumarizados; no entanto, esses respondentes são incluídos no cálculo do “*dyad ratios*” uma vez que o número total de respondentes é importante para se obter o índice final.

$$\text{Extremo Liberal} = 100 \times \{\text{Extremo Liberal} / (\text{Extremo Liberal} + \text{Liberal} + \text{Conservador} + \text{Extremo Conservador})\}$$

$$\text{Extremo Conservador} = 100 \times \{\text{Extremo Conservador} / (\text{Extremo Conservador} + \text{Conservador} + \text{Liberal} + \text{Extremo Liberal})\}$$

Uma vez que as informações acerca do banco de dados e do índice da ideologia estão claras, cabe agora discorrer sobre os grupos sociais. O índice de ideologia *mood* para os grupos sociais é bem simples, pois segue o mesmo padrão metodológico do *Brazilian Mood*, isto é, extrai-se os valores agregados de cada subgrupo para formar o índice de ideologia dos subgrupos. As variáveis de educação, raça, religião e renda receberam a mesma codificação e usam a mesma fórmula considerando as respostas dos respondentes de cada grupo social.

Além da medida de *dyad ratios*, criou-se a variável denominada ideologia termostática a fim de observar a ideologia simbólica macro por um novo ângulo. Essa medida é menos confiável por usar apenas uma única pergunta; no entanto, tem a vantagem de codificar os respondentes em cinco grupos: extremo liberal, liberal, moderado, conservador e extremo conservador. Desse modo, é possível comparar as inclinações de cada grupo e observar se, ao longo do tempo, os liberais e conservadores caminharam mais aos extremos e se os moderados diminuíram. A origem da polarização é produto do crescimento da ideologia extremada e da diminuição dos moderados.

A ideologia termostática varia de -100 a 100, sendo que o valor 0 determina o meio da escala. Valores positivos representam as preferências pela esquerda, enquanto os valores negativos denotam inclinações mais à direita. A flutuação para baixo ou para cima infere sobre a direção e a magnitude da ideologia ao longo do tempo. Tecnicamente, essa medida toma como base a diferença entre a porcentagem dos respondentes autodeclarados de esquerda e a porcentagem dos respondentes autodeclarados de direita. Os moderados são retirados do cálculo. De acordo com a codificação usada para a ideologia termostática, extraem-se os cinco grupos ideólogos pelos valores atribuídos na escala ideológica. Todas as respostas atribuídas a 0 ou 10 receberam os rótulos de extremo liberal e extremo conservador, respectivamente. E os valores assinalados como 5 foram codificados como moderados. Os liberais representam o somatório dos valores de 1 a 4, enquanto os conservadores são a soma dos valores de 6 a 9.

A série temporal desta medida cobre os anos de 1995 a 2016 e usou-se os dados do Latinobarómetro por apresentar, entre os institutos aqui analisados, o maior conjunto de dados. Infelizmente há ausência de dados para os anos de 1999, 2012 e 2014. Os dados de outros institutos não foram incluídos para completar os valores dos anos ausentes porque as escalas ideológicas usadas por estes institutos eram diferentes

do Latinobarómetro. Portanto, utilizou-se somente a seguinte pergunta para a ideologia termostática:

Na política, as pessoas normalmente falam de "esquerda" e "direita". Em uma escala onde 0 é esquerda e 10 é direita, onde você se colocaria?

3.2.1 Polarização Política: Divergência do Posicionamento Ideológico

O indicador de polarização política (IPP), que é constituído de acordo com o pressuposto da dispersão, mede o grau de polarização das duas medidas da ideologia simbólica. Primeiro abordar-se-á do IPP para a ideologia *mood*, ressaltando que quanto maior for a variância da identificação ideológica, maior será a polarização política. Valores próximos de 0, na escala de -100 a 100, significam ausência de polarização política. Para as equações do IPP, usa-se a posição ideológica de cada grupo social e dos extremos liberais e extremos conservadores e, em seguida, calcula-se o valor final de cada ano da série. Outra maneira de estimar o grau de polarização ideológica é por meio do teste de *Cronbach's alpha*. Esse teste determina a associação ideológica entre os subgrupos e entre os extremos liberais e extremos conservadores, de forma que a homogeneidade ou a associação ideológica confirma a ausência de polarização.

Além da análise descritiva do extremo liberal, liberal, moderado, conservador e extremo conservador, que possibilita uma visão preliminar sobre a polarização política, usa-se também o IPP para a ideologia termostática. O cálculo é da diferença entre o extremo liberal e extremo conservador e entre o liberal e conservador. Usando o teste de dispersão e o alfa de *Cronbach*, obtém-se o grau de polarização política da ideologia *mood* e da ideologia termostática.

3.3 Explicando o Procedimento do Partidarismo e do Antipartidarismo

Para cumprir as expectativas teóricas deste trabalho, é necessário construir quatro indicadores: partidarismo, antipartidarismo, petismo e antipetismo. Essas quatro variáveis partem do mesmo princípio: agregação das respostas individuais acerca das preferências partidárias. Outro ponto em comum é a estrutura do banco de dados, formada por perguntas iguais sobre a identificação partidária positiva ou

negativa que se repetem pelo menos duas vezes no tempo. O modelo reúne as respostas dos respondentes e, em seguida, aplica-se o algoritmo *dyad ratios* que consegue encontrar por imputação os valores para os anos ausentes e, assim, formar as séries temporais anuais desejadas.

O período de análise do partidarismo se estende de 1989 a 2018, de forma que esta série é a mais completa até os dias de hoje. Para avaliar o partidarismo no Brasil, os pesquisadores usualmente recorrem aos dados do Datafolha que, desde 1989, tem realizado pesquisas nacionais para avaliar o nível de identificação partidária com a seguinte pergunta: “Qual é o seu partido político de preferência? Sem dúvida, este Instituto é quem fornece o maior banco de informações sobre partidos políticos e por esta razão os pesquisadores o usam. Diferentemente de outras pesquisas, no entanto, este trabalho emprega informações de outros Institutos sob o argumento de que os erros de medição podem ser diminuídos quando múltiplas perguntas são usadas para medir o mesmo item (Ansolabehere et al., 2008).

No total, cinco diferentes tipos de perguntas⁷ são usadas de cinco organizações para construir os índices de partidarismo: Datafolha, Fundação Perseu Abramo (FPA), Lapop, Ibope e do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). As perguntas do Datafolha, Ibope e FPA são abertas e as respostas devem ser espontâneas e obrigatoriamente únicas. As perguntas do Eseb e Lapop são fechadas e dicotômicas, sendo que os respondentes só avançam para a pergunta seguinte, que escolhe o partido de preferência, se confirmarem (respondendo sim) que são identificados partidariamente por algum partido político.

O índice do partidarismo, portanto, é a frequência das respostas positivas das perguntas do Eseb e do Lapop e mais a soma de todos os indivíduos que disseram ter preferência por algum partido político nas perguntas usadas das outras pesquisas. Para efeito de cálculo, ainda soma-se as respostas dos independentes que são aquelas pessoas que declararam não ter nenhuma preferência partidária. As preferências individuais são transformadas em um percentual agregado usando a seguinte fórmula:

$$\text{Partidarismo} = 100 \times \left\{ \frac{\text{Preferência Partidária}}{\text{Preferência Partidária} + \text{Independentes}} \right\}$$

7. As perguntas utilizadas para construir os índices do partidarismo, petismo e antipetismo estão disponíveis no Anexo III.

Por sua vez, o antipartidarismo significa a negação do sistema partidário, isto é, em termos práticos os respondentes precisam rejeitar todos os partidos políticos. Esse tipo de pergunta é muito raro, especialmente quando se estabelece o critério de que as perguntas precisam ser iguais e repetidas pelo menos duas vezes na série, o que deve ser exigido para aumentar o nível de comparação e confiança do indicador. Duas únicas perguntas encontradas são compatíveis com o conceito de antipartidarismo e estas perguntas⁸ foram aplicadas somente nos anos de 1997, 1999, 2002, 2006, 2010 e 2014. Considerando que o período temporal do índice de antipartidarismo é de 1997 a 2014, aplicou-se o algoritmo de *dyad ratios* para encontrar os valores dos anos ausentes. Cabe aqui destacar que o *dyad ratios* é uma medida de covariação média que leva em consideração o número total de respondentes de cada pesquisa, bem como os valores obtidos do ano anterior e ulterior, para calcular o valor final do indicador.

A primeira pergunta mede os sentimentos e a intensidade da antipatia aos partidos, usando uma escala de 0 a 10, sendo que 0 significa que o sujeito “não gosta nada do partido” e 10 significa que o sujeito “gosta muito do partido”. A segunda pergunta mensura a rejeição direta aos partidos políticos já que se pergunta por qual partido o respondente nunca votaria. Garry (2007) argumenta que a junção dessas duas perguntas captura melhor os efeitos do partidarismo negativo. Portanto, para operacionalizar o conceito de antipartidarismo, codificou como 1 todos os indivíduos que responderam “não gosta nada do partido” e os demais como 0. Da mesma forma, codificou como 1 todas as pessoas que declararam “Não gosta de nenhum partido” ou “Não tem preferência partidária” para a segunda pergunta. Depois somam-se todas as respostas de cada categoria a fim de formar dois grupos: antipartidários e os que se identificam com algum partido. As respostas “Não Sabe” ou “Não Respondeu” são consideradas no cálculo em função do N da amostra de cada pesquisa que é uma variável importante para se obter o índice. O segundo passo foi executar o *dyad ratios*, usando o Wcalc, para obter-se o índice anual do antipartidarismo.

Esses procedimentos, ao final, resultam nos índices do partidarismo e do antipartidarismo. Embora essas duas variáveis não estejam no centro do debate sobre a polarização política, elas são importantes para o debate mais tradicional acerca do sistema partidário. Afinal de contas, não há ainda um consenso sobre o nível da

8. O Anexo IV mostra a disposição das variáveis de partidarismo por ano e Instituto de Pesquisa

identidade partidária dos brasileiros e, de forma mais geral, sobre a estabilidade ou não do partidarismo.

3.3.1 Medidas Macro para o Petismo e Antipetismo

O petismo é a proporção de todos os cidadãos que declararam ter uma identificação partidária ao longo do tempo. Dado o sistema político brasileiro constituído por múltiplos partidários, a estratégia inicial foi de isolar os respondentes do PT dos demais partidos políticos. Assim, todos os respondentes que declararam gostar ou se identificar com o PT foram codificados como 1 e os demais respondentes identificados com outros partidos políticos foram codificados como 0. Os que não souberam ou não quiseram se posicionar foram incluídos no cálculo para se obter o tamanho da amostra (N) de cada pesquisa e, posteriormente, usados para se calcular o índice final pelo *Wcalc*. A operação do índice final do petismo, realizado pelo *Wcalc*, leva em consideração o tamanho da amostra (N), o valor do petismo e a data da pesquisa. Isso significa que os independentes, ou seja, as pessoas que declararam não ter nenhuma preferência partidária são retirados do cálculo do petismo. Nesse sentido, a fórmula do petismo é a seguinte:

$$\text{Petismo} = 100 \times \left\{ \frac{\text{Preferência PT}}{\text{Preferência PT} + \text{Outros Partidos}} \right\}$$

Desta forma, criou-se uma escala de 0 a 100 para o petismo em que valores próximos de 0 representam baixa simpatia pelo partido e valores próximos de 100 representam alta identificação. Cada ano da série histórica recebeu um valor, determinando o nível do petismo ao longo do tempo. As pesquisas usam geralmente o valor percentual das respostas das quais as pessoas declararam ter uma preferência pelo PT a fim de observar o petismo. Não é o caso aqui. Embora a lógica seja a mesma, de examinar a evolução do petismo, o índice do petismo foi criado com base na medida do Partidarismo Macro usada pela literatura internacional (Mackuen, Erikson e Stimson, 1989). A vantagem dessa medida é a imputação de valores para os anos ausentes da série histórica e também a possibilidade de comparar os índices de identificação partidária a nível internacional. Diferentemente de outras medidas nacionais acerca da preferência partidária, o índice do petismo combina o maior número possível de informações oriundas de pesquisas sobre identificação partidária.

No total, usou-se cinco diferentes tipos de perguntas, as quais se baseiam na preferência, identificação ou simpatia partidária, de cinco Institutos de pesquisa: Datafolha, Fundação Perseu Abramo (FPA), Lapop, Ibope e do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Sabendo que a identificação partidária pode ser heterogênea, ou seja, reunir pessoas de diferentes motivações e vínculos partidários, o que resulta nos efeitos de curto e longo prazo, o ideal é construir o indicador agrupando diferentes perguntas.

Outro ponto importante a se destacar é quanto ao formato dos dados utilizados na pesquisa. Normalmente, as pesquisas realizadas no Brasil sobre petismo e antipetismo usaram dados transversais, isto é, dados em um dado ponto no tempo, e quase sempre dados oriundos do Eseb (Borges e Vidigal, 2018; Paiv, Krause, Lameirão, 2016; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016). Em contrapartida, este trabalho reúne dados de séries temporal, ampliando o espaço temporal sobre partidarismo (Mcgregor, Caruana, Stephenson, 2015; Mayer, 2017). O período temporal do petismo se estende de 1989 a 2018, capturando os impactos de todas as eleições presidenciais desde a redemocratização, a estabilidade econômica por meio do Plano Real, os processos de impeachment, os principais escândalos de corrupção (Mensalão e Lava Jato), como também as manifestações de junho de 2013 e as crises econômicas. O índice do petismo é dinâmico.

Pelo lado do antipetismo, esse indicador explorou dois tipos de perguntas: 1) se o respondente tem antipatia pelo PT; 2) se o respondente nunca votaria no PT. A primeira pergunta usa uma escala de intensidade de 0 a 10, onde 0 significa que o respondente “não gosta nada do partido” e 10 significa que o respondente “gosta muito do partido”. Todas as respostas de 0 a 4 foram codificadas como “não gosta”, enquanto as respostas de 6 a 10 foram classificadas como “gosta”. As respostas 5 foram consideradas neutras e retiradas da fórmula que encontra o valor do antipetismo, mas foram usadas para calcular o tamanho da amostra de cada pesquisa. A segunda pergunta é mais simples: todas os respondentes que afirmaram “nunca votariam no PT” foram classificados como 1 e as demais respostas referentes aos outros partidos políticos foram classificadas como 0. A fórmula do antipetismo é a seguinte:

$$\text{Antipetismo} = 100 \times \left\{ \frac{\text{Anti-PT}}{\text{Anti-PT} + \text{Outros Partidos}} \right\}$$

Com base nessa fórmula, obteve-se o valor do antipetismo. E, em seguida, aplicou-se o *dyad ratios* por meio do Wcalc para obter-se o índice do antipetismo levando em consideração também o número de respondentes (N) e as datas de cada pesquisa. A série histórica é de 1997 a 2018, sendo que o período temporal compreende 21 anos; no entanto, encontrou-se perguntas relacionadas ao antipetismo somente para os anos de 1997, 1999, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018, logo foi necessário imputar valores para os anos ausentes.

Cabe ainda frisar que não há uma medida universal consolidada para capturar o partidarismo negativo devido aos tipos de perguntas disponíveis por instituto de pesquisa e também por país. Para efeitos de comparação do petismo e antipetismo, optou-se em usar a mesma fórmula, isto é, descartando aqueles sujeitos que declararam ser independentes. Além disso, optou-se também em usar somente os bancos de dados referentes aos anos e institutos compatíveis com os dois indicadores, conforme mostra a tabela 3.4. Os dados do petismo baseado no Datafolha, por exemplo, não foram usados na comparação com o antipetismo porque esse Instituto não mensurou o partidarismo negativo em nenhum momento.

Tabela 3.4 Banco de Dados do Petismo e Antipetismo

Institutos	Período
FPA	1997; 1999; 2006; 2010
Eseb	2002; 2006; 2010; 2014
Lapop	2006
Ibope	2018

Adotou-se esse procedimento para facilitar a análise sobre a polarização política oriunda da preferência partidária. O passo seguinte foi calcular a diferença percentual entre o petismo e o antipetismo a fim de extrair o Indicador de Polarização Política (IPP). Essa medida captura a polarização política dinâmica e temporal baseada nas diferenças entre os dois indicadores, ou seja, é possível avaliar o nível de polarização política entre petistas e antipetistas de 1997 a 2018. Esse dado é relevante porque compreende a eleição de 2018, talvez a mais conflituosa da história política do país até aqui. Em uma escala de -100 a 100 do IPP, o valor 0 representa dispersão nula e isso significa que não existe polarização. Os valores positivos denotam que o sentimento antipetista é maior do que o petismo e o inverso também é verdadeiro, de

maneira que os valores próximos de 100 denotam uma tendência de polarização enviesada para o antipetismo.

Outra medida de polarização política é o teste de *Cronbach's alpha*, usado para investigar a associação entre petismo e antipetismo. Quanto maior for a associação, menor será a polarização entre as duas variáveis. Valores de correlação entre os dois indicadores também são extraídos a partir do teste de *Cronbach* e ajudam a medir o grau de homogeneização entre os sentimentos petistas e antipetistas. Em síntese, a análise descritiva do petismo e antipetismo ao longo do tempo é a primeira etapa para investigar sobre a polarização política. As etapas seguintes referem-se aos testes mais formais de dispersão (IPP) e associação (*Cronbach's alpha*) das duas variáveis em análise.

4. A Origem da Polarização Política

4.1 A História da Opinião Pública no Brasil: Mudanças à Esquerda e Direita

A opinião pública no Brasil movimentou-se entre a esquerda e a direita por diferentes décadas, de forma moderada e evitando as extremidades de 1991 a 2015, conforme mostra o gráfico 4.1. Claramente não houve uma tendência nem para a esquerda e nem para a direita, e sim sucessivas mudanças que aparentemente ocorreram em sintonia com a transformação do país do ponto de vista político e econômico. Durante esse período em análise, cinco políticos presidiram o país, os programas de transferência de renda e a valorização do salário mínimo diminuíram a pobreza, houve dois processos de impeachment e sucessivos escândalos de corrupção. No campo da economia, o Plano Real gerou o fim da hiperinflação, as taxas de desemprego e inflação alcançaram números ínfimos e elevados a depender da década, o país viveu um ciclo de crescimento histórico do PIB e do aumento nos preços dos serviços, gerando a chamada inflação de serviços.

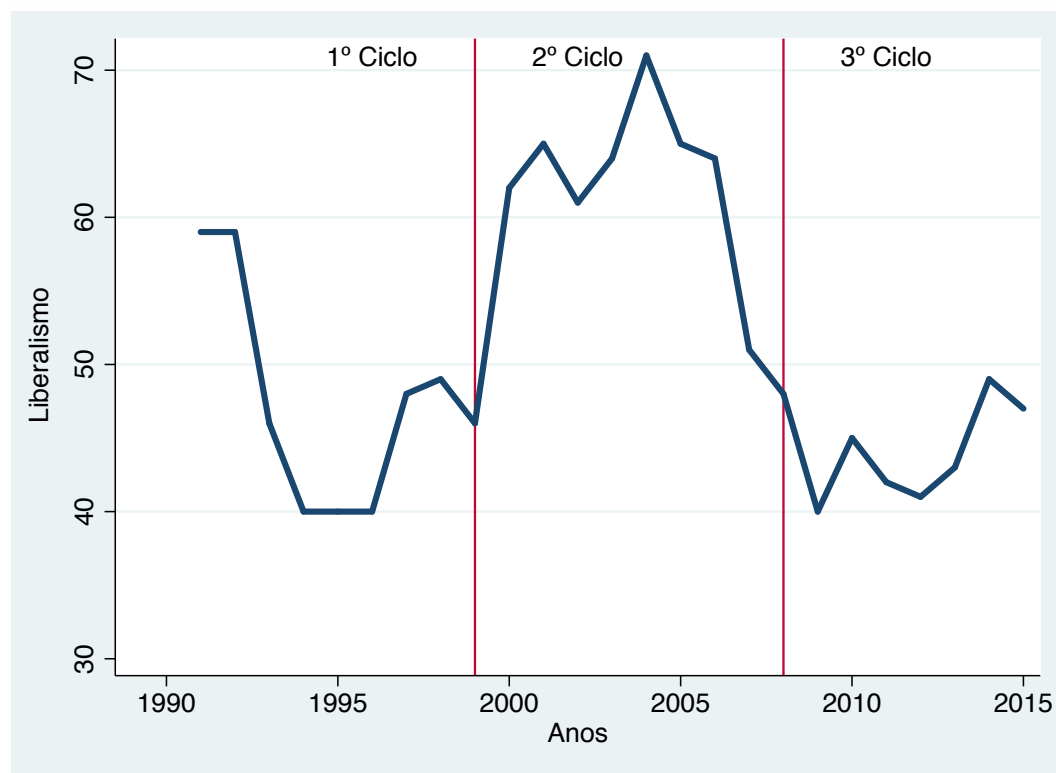


Gráfico 4.1 Opinião pública dos Brasileiros de 1991 a 2015 (Brazilian Mood)

A opinião pública no Brasil começou com uma taxa de 59%, mas com uma inclinação à direita que persistiu até 1999. No início dos anos 2000, a opinião pública movimentou-se predominantemente no campo da esquerda, alcançando o maior valor da série em 2004 (71%). Na segunda metade dos anos 2000, a opinião pública fez um movimento inverso, inclinando-se progressivamente à direita até atingir o menor valor da série para essa fase: 40% em 2009. A partir desse período, a opinião pública estacionou no campo da centro-direita. Esses resultados estão apoiados no índice de opinião pública do Brasil, cuja variância explicativa é de 55%.

Dessa maneira, pode-se dizer que o dinamismo do *Mood* foi processado em três ciclos políticos: 1) caminhou da esquerda à direita (1991-1999); 2) flutuou na área mais à esquerda (2000-2007); 3) e, por último, inclinou-se novamente da esquerda à direita (2008-2015). O primeiro ciclo coincide com os mandatos de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, três presidentes que, segundo os especialistas, governaram mais à direita no espectro econômico. A opinião pública, durante esse período, variou quase sempre entre 40% e 49%, logo convergindo com a gestão política dos presidentes.

O segundo ciclo inicia na metade do segundo governo FHC e prossegue até o primeiro ano do segundo governo Lula. Cabe lembrar que o segundo governo FHC conviveu com algumas crises econômicas internacionais que abalaram as estruturas da moeda nacional, aumentando o nível de desemprego e de inflação e desvalorizando o Real. É possível que, diante desse cenário, os cidadãos tenham demandado uma maior presença do Estado na forma de políticas públicas e, então, a opinião pública inclinou-se à esquerda. Por sua vez, o primeiro governo Lula foi marcado por uma forte política social, crescimento do salário mínimo e do PIB. Esses fatores podem ter contribuído para a permanência da opinião pública no campo da esquerda. Em 2005, no entanto, observa-se que a opinião pública inclina-se à direita, embora ainda esteja flutuando no campo da esquerda. Esse movimento mais à direita permanece até 2015, conforme mostra o gráfico 1. É possível que os escândalos de corrupção, em especial o Mensalão em 2005, seja a razão causal para explicar esse tipo de movimentação da opinião pública.

O terceiro e último ciclo político envolve a metade do segundo governo Lula e os anos em que a Dilma esteve à frente da Presidência. Para esse terceiro ciclo político, de 2008 a 2015, a variação da opinião pública estaciona no campo da centro-direita, alterando-se novamente entre 40% e 49%. Essa onda conservadora

compreende, além dos escândalos de corrupção já mencionados, a queda do PIB, aumento da inflação, manifestações de junho de 2013 com o início da queda da confiança nas instituições políticas e a baixa percepção da qualidade dos serviços públicos. Cabe ainda destacar dois fatos: a onda liberal no Brasil precedeu a vitória eleitoral de Lula em 2002 e a onda conservadora pode ter se estendido até os dias atuais, de modo a favorecer a vitória de Jair Bolsonaro em 2018.

Nesse sentido, parece que existe uma relação entre o *Mood* e os resultados eleitorais. As vitórias do PSDB em 1994 e 1998 e do PT em 2002 e 2006 estão em simetria com o ciclo do *Mood*. As exceções são as duas eleições de Dilma, em 2010 e 2014. Nestes dois casos, a candidata do PT, representando a centro-esquerda, ganhou as duas eleições em desacordo com o *Mood*, uma vez que a opinião pública estava estacionada no espectro da direita. Uma possível explicação para essa contradição teórica pode ser as coligações partidárias que causam uma pasteurização ideológica.

Em um olhar mais atento aos anos em que as eleições ocorreram especificamente, observa-se que o *Mood* convergiu, para além de um erro estatístico, com os resultados das eleições para os anos de 1994, 2010 e 2014. Na eleição de 1994, comparado com um ano antes, a opinião pública oscilou 6% à direita, saindo de 46% para 40%. Coincidentemente ou não, o candidato vitorioso daquele pleito foi Fernando Henrique, considerado de centro-direita pelos especialistas. A presidenta Dilma governou sempre com a opinião pública alterando-se no campo mais conservador da escala, é verdade, porém o *Mood* oscilou 5% em 2010 e 6% em 2014 no sentido liberal. A opinião pública, portanto, inclinou-se à esquerda nas duas vitórias eleitorais de Dilma.

Na reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, a opinião pública movimentou-se 1% na direção liberal. Nas eleições de 2002 e 2006, as quais o vitorioso foi Lula, a opinião pública tornou-se 4% e 1%, respectivamente, mais conservadora. Contudo, as mudanças de 1% da opinião pública representam um efeito muito pequeno e devem ser minimizados. Valores de 4% já podem representar algum efeito mais significativo. Esses resultados sinalizam para uma futura agenda de pesquisa que relaciona o *Mood* com as eleições, mostrando que a opinião pública agregada pode ter implicações eleitorais importantes para a decisão do voto.

4.1.2 Padrão da Opinião Pública dos Grupos Sociais

O gráfico 4.2 mostra o *Mood* para o Brasil estratificado pelos grupos sociais divididos por educação, raça, religião e renda. A opinião pública dinâmica agregada por grupos sociais revela mais uma faceta da história da opinião pública pós-ditadura no Brasil, até então completamente desconhecida. Os resultados serão apresentados para cada grupo social, iniciando pela variável de renda.

Mood Renda (gráfico de cima à esquerda): De todos os subgrupos, a opinião pública para renda foi a que apresentou as maiores divergências, em especial entre os pobres e ricos e para o começo da série. A opinião pública dos ricos flutuou no campo conservador de 1991 até 2001, depois movimentou-se no sentido mais liberal até 2007 e, então, voltou para o campo conservador durante o ciclo de 2008 a 2015. Por sua vez, a opinião pública dos pobres movimentou-se no campo liberal predominantemente de 1991 a 2008. Após esse período, a opinião pública dos pobres variou sempre no campo mais conservador da escala. À primeira vista, portanto, as mudanças da opinião pública entre pobres e ricos são heterogêneas e divergentes até o começo da década anterior, caracterizando um certo grau de polarização política. A partir dos anos 2000, observa-se uma tendência de convergência e paralelismo da opinião pública de pobres e ricos. Nos anos iniciais da série, o *Mood* da classe média aproxima-se bastante da opinião pública dos ricos, mas, em seguida, a classe média e os mais pobres caminham similarmente. A tendência de paralelismo repete-se também para a classe média.

Mood Educação (gráfico de cima à direita): A opinião pública para esse subgrupo foi bem semelhante ao padrão da opinião pública macro, de modo que se destacam também três grandes ciclos: 1) nos anos 90, observou-se uma flutuação da opinião pública no campo da centro-direita; 2) a opinião pública inclinou-se gradualmente à esquerda no início dos anos 2000; 3) após essa fase, as preferências dos indivíduos dos dois grupos movimentaram-se progressivamente para o campo da centro-direita novamente. Predomina a tendência de convergência e paralelismo entre a opinião pública dos menos educados e dos mais educados, sugerindo que não houve polarização política para essa categoria durante o período da série.

Mood Raça (gráfico de baixo à esquerda): Para a opinião pública dos brancos e não-brancos, há claramente uma tendência ao liberalismo. Os dois grupos demandaram um governo mais ativo e maior visto que houve uma mudança gradual do conservadorismo ao liberalismo ao longo dos anos. Os valores das preferências públicas dos brancos e dos não-brancos saltaram de 36% e 41% em 1991 para 73% e 72% em 2013, respectivamente. Uma mudança, portanto, de mais de 30 pontos. Embora as linhas no gráfico tenham se movimentado de forma semelhante na maior parte do tempo, a opinião pública dos brancos esteve em um grau mais à esquerda sistematicamente de 1994 a 2000. Nos anos seguintes, houve várias alterações nas opiniões dos brancos e não-brancos, invertendo-se aleatoriamente. As divergências entre os dois subgrupos aconteceram, mas a tendência é de posições paralelas ao longo do tempo.

Mood Religião (gráfico de baixo à direita): A tendência da opinião pública dos religiosos (evangélicos, protestantes e católicos) e dos não-religiosos (ateus, agnósticos ou sem religião) é de uma movimentação gradual ao conservadorismo. Ao longo do tempo, portanto, as preferências dos dois subgrupos se tornaram mais conservadoras para os assuntos acerca da economia, das políticas redistributivas e das políticas de valores. Em 1991, a opinião pública dos dois subgrupos alcançou o valor de 76%. Já no ano de 2009, os valores encontrados foram de 38% para os religiosos e 39% para os não-religiosos. A tendência ao conservadorismo foi gradual e acompanhada de diferenças mínimas e infrequentes entre os dois grupos sociais. A partir de 2011, então, não houve nenhuma diferença nas preferências dos dois subgrupos, apoiando a ideia de não polarização política para a variável de religião. Ou seja, as atitudes dos religiosos e dos não-religiosos foram bem parecidas ao longo do tempo.

Em suma, a tendência de paralelismo é maior do que a disposição de polarização política, pelo menos para essa primeira análise descritiva do padrão da opinião pública do Brasil redemocratizado. Os subgrupos sociais, no geral, apresentaram mudanças paralelas da opinião pública. Esse padrão foi mais forte entre os religiosos e os não-religiosos e mais fraco entre os pobres e ricos. No entanto, as divergências foram notadas, em especial para alguns anos específicos do início da década de 90, o que indica que a polarização política é dinâmica. Ainda que as

divergências não sejam em uma grande magnitude, os resultados preliminares sugerem que os grupos sociais reagem diferentemente aos fatores externos.

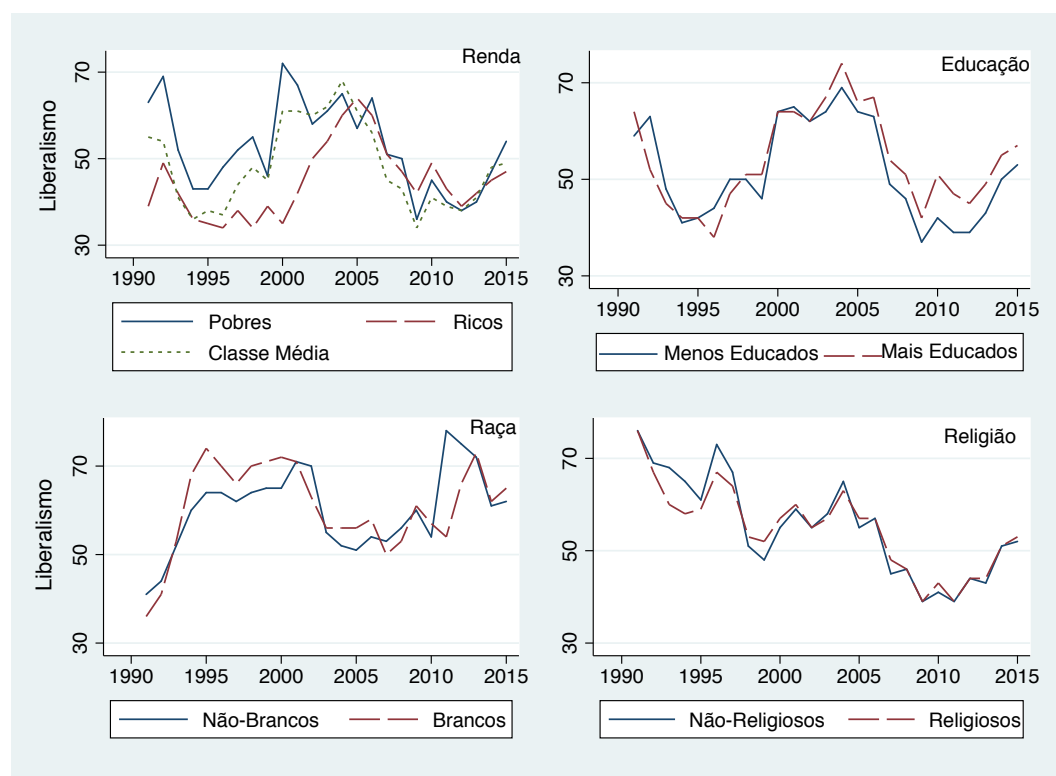


Gráfico 4.2 Opinião dos Grupos Sociais por Educação, Raça, Religião e Renda

Além dos subgrupos sociais, a polarização política pode ser sentida de forma mais nítida para alguns itens políticos específicos, como privatização, aborto, casamento homossexual e Bolsa Família, que são debatidos entre as pessoas e tornam-se temas de discussão nas esferas públicas. Essa hipótese será analisada mais adiante; antes, contudo, a próxima seção apresenta a análise descritiva da opinião pública para os diversos itens reunidos para compor o índice *Mood* para o Brasil.

4.1.3 A Opinião Pública Macro para os Itens Políticos

O gráfico 4.3 mostra como o país pensa sobre itens específicos da política. A primeira e segunda linhas estão os temas políticos relacionados com a categoria da economia e políticas redistributivas, enquanto que na terceira e quarta linhas estão os temas políticos que compõem a categoria de valores morais. No geral, observa-se que os itens de economia estão acima de 50%, que é o ponto neutro da série, o qual divide os campos da esquerda e direita. Nesse sentido, o sentimento do brasileiro é mais

liberal para questões da economia, exigindo a maior presença do Estado na condução do país.

Destaca-se nesse enquadramento a opinião pública para igualdade, gastos sociais e pobreza, uma vez que os índices são crescentes e de aprovação ao longo do tempo. Esse resultado corrobora o que já foi encontrado por outros estudiosos brasileiros no sentido de que os brasileiros são favoráveis as políticas de combate às desigualdades (Alston et al.,2016). Os resultados para imposto e o Bolsa Família destoam desse diagnóstico porque o sinal do índice é de queda ao longo dos anos com forte tendência para o conservadorismo. O brasileiro passou a desejar menos impostos, mesmo que para isso tivesse que abrir mão de serviços públicos, como saúde, educação e programas sociais. O Bolsa Família também perde apoio ao longo do tempo, saindo de 98% em 2010 para 48% em 2015.

Os itens para a categoria de valores estão, na grande maioria, no campo da direita, sugerindo que o país tem pensamento conservador para essa matéria. A opinião pública agregada do brasileiro é de não aceitar a imigração, a legalização do aborto e de drogas. Ainda no campo conservador, o brasileiro aceita a redução da maioridade penal e a adoção da prisão perpétua. Para os temas de pena de morte e porte de arma, prevalece uma visão liberal, denotando que o brasileiro é desfavorável a estas medidas. O índice de opinião pública para o casamento homossexual sofreu uma transformação de 1991 a 2015, migrando progressivamente da direita à esquerda. Ou seja, o brasileiro passou a aceitar o casamento homossexual ao longo do tempo. Outro item chama a atenção: o papel da mulher. No agregado, o país adota a visão de que homens e mulheres precisam ter direitos iguais, em especial no que diz respeito ao emprego.

Cabe aqui uma ressalva, em especial para os itens com a variação em menos anos. Esses resultados indicam algumas tendências, conforme já comentado, e é importante a continuidade das pesquisas que capturam especificamente a opinião pública dos itens em face que a série temporal é curta para muitos destes itens ainda.



Gráfico 4.3 Opinião Pública por Itens Políticos

4.1.4 Indicador da Polarização Política pela Medida de Dispersão

O indicador da polarização política é procedente da dispersão da opinião pública entre os grupos sociais ao longo do tempo. Conforme o gráfico 4.4, pode-se dizer que a polarização política no Brasil, de 1990 a 2015, para religião, educação e raça, apresenta um baixo índice. A linha do Indicador de Polarização Política (IPP) flutua quase sempre na direção da área nula, representada pelo valor zero. Quanto mais próximo de zero, menor é a diferença da opinião pública entre os grupos sociais, de modo que a polarização política é igualmente menor. Pela medida de variância, portanto, a polarização política no Brasil é praticamente inexistente.

Os não-religiosos e os religiosos apresentam preferências muito homogêneas, bem como os menos educados e os mais educados, porque a diferença da opinião pública nunca ultrapassa os 10% para estes dois subgrupos. Para os não-brancos e os brancos, a história da opinião pública é quase igual se não fosse o ano de 2011 no qual a dispersão da opinião pública é de 24%. Os não-brancos demandaram a presença mais aviva do Estado, enquanto os brancos exigiram exatamente o oposto. Apesar dessa oposição das preferências e da magnitude do IPP para este ano específico, há um retorno à homogeneidade nos anos seguintes, sendo que o IPP já é

de -3% em 2015. A tendência, portanto, é de ausência de polarização política para religião e fraca para educação e raça ao longo do tempo já que a linha do IPP flutua próximo do valor zero.

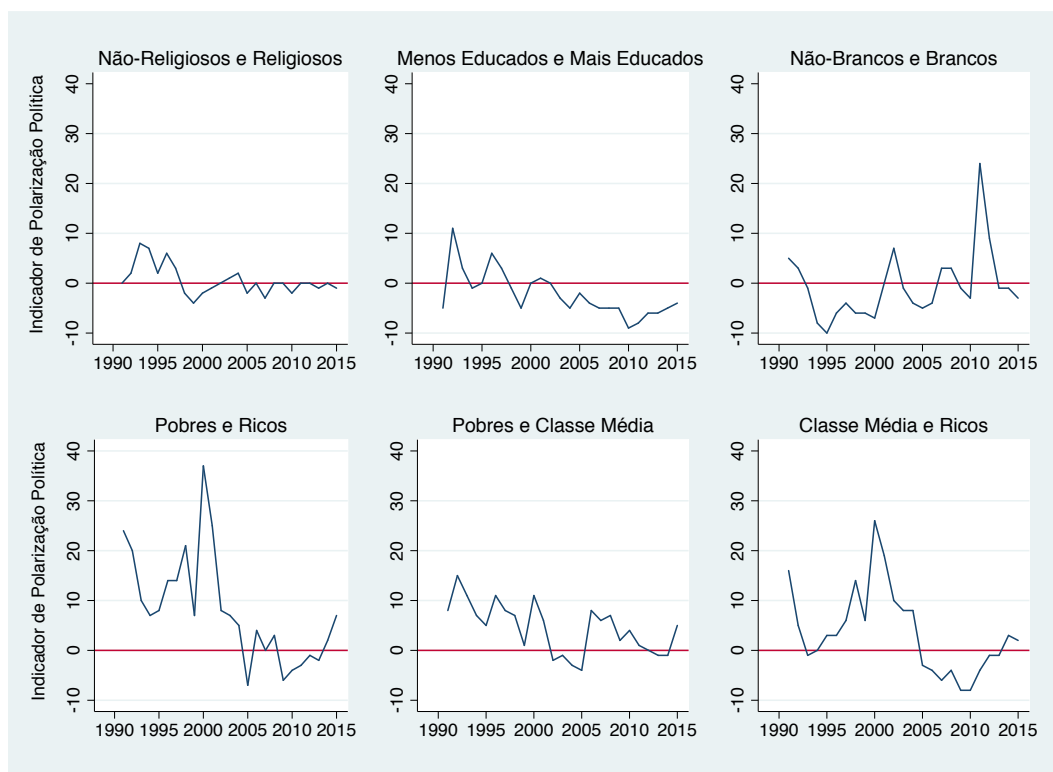


Gráfico 4.4 Indicador de Polarização Política (IPP) dos Grupos Sociais

A polarização política por renda está dividida em três grupos sociais: pobres e ricos; pobres e classe média; classe média e ricos. A diferença da opinião pública que mais chama atenção é entre os mais pobres e os mais ricos. Para este grupo, especificamente, existem dois movimentos: um antes e outro depois de 2002. O gráfico 4.4 mostra que até 2002, o IPP entre pobres e ricos apresenta um intenso fluxo e refluxo, mas sempre acima de 10%. Em 2000 e 2001, o IPP alcançou os maiores percentuais de dispersão: 37% e 25%, respectivamente. Depois de 2002, no entanto, as mudanças do IPP giraram em torno de zero, denotando baixa dispersão da opinião pública entre os mais pobres e os mais ricos. Nesse sentido, pode-se dizer que existiu polarização política para renda durante a década de 90, quando o PSDB governava o país e o PT fazia oposição. A partir da vitória de Lula, em 2002, o grau de dispersão da opinião pública diminuiu significativamente, constituindo ausência de polarização política, portanto.

Para a classe média e ricos, observa-se que existe uma dispersão da opinião

pública, embora não tão significativa como visto entre os pobres e ricos. O primeiro ano da série apresenta um IPP elevado, porém inclinado à direção da área de ausência de polarização. O IPP volta a crescer em 1998 e atinge 26% de dispersão em 2000, considerado o maior percentual da série. Nos anos seguintes, o IPP volta a diminuir e flutua próximo de zero.

A última análise de polarização política para o grupo social de renda é entre pobres e classe média. Claramente o IPP deste subgrupo apresenta um início elevado, mas com a tendência de baixa dispersão. Durante a década de 90, portanto, há uma diferença da opinião pública entre pobres e classe média e, posteriormente, essa diferença diminui de forma significativa. Conclui-se, então, que a opinião pública da classe média está mais conectada com a opinião pública dos ricos no começo da série. E, em um segundo momento, as preferências públicas da classe média e dos pobres aproximam-se bastante e esta é a razão do baixo grau do IPP.

Analisamos também o IPP para os itens políticos por educação, raça, religião e renda para entender em um nível mais específico a diferença e dispersão da opinião pública. O gráfico 4.5 apresenta o IPP por escolaridade, demonstrando que a tendência geral é de baixo grau de polarização política, sobretudo a partir dos anos 2000. Observando o último ano da série, 2015, o IPP está próximo de zero em quase todos os itens, salvo em duas exceções: casamento homossexual e o papel da mulher. Para estes itens de valores morais, a dispersão é igual ou maior de 15% e a inclinação do IPP é de distanciamento do valor zero.

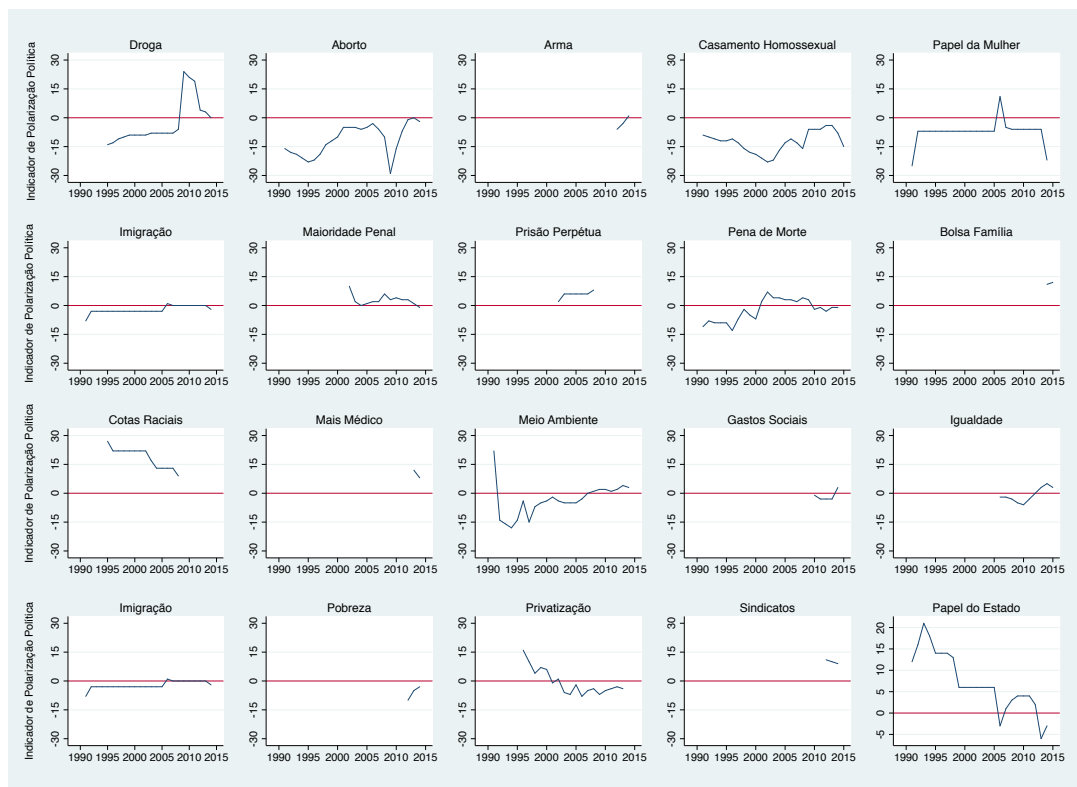


Gráfico 4.5 Indicador de Polarização Política (IPP) dos Itens Políticos entre os Menos Educados e os Mais Educados

A polarização política dos itens políticos por raça é baixa, de acordo com o gráfico 4.6. De modo geral, o IPP flutua entre 10% e -10%, significando uma dispersão aceitável da opinião pública entre não-brancos e brancos. Para os itens da categoria políticas redistributivas – Bolsa Família, Mais Médico e Cotas Raciais - é visível que a opinião pública dos não-brancos é predominante. Mais especificamente, o item cotas raciais, uma política emblemática para quem defende a paridade racial, recebe apoio em maior grau dos não-brancos, conforme deveria acontecer de fato. A diferença das preferências para cotas raciais entre não-brancos e brancos é de 10% em 2003, o último ano da série.

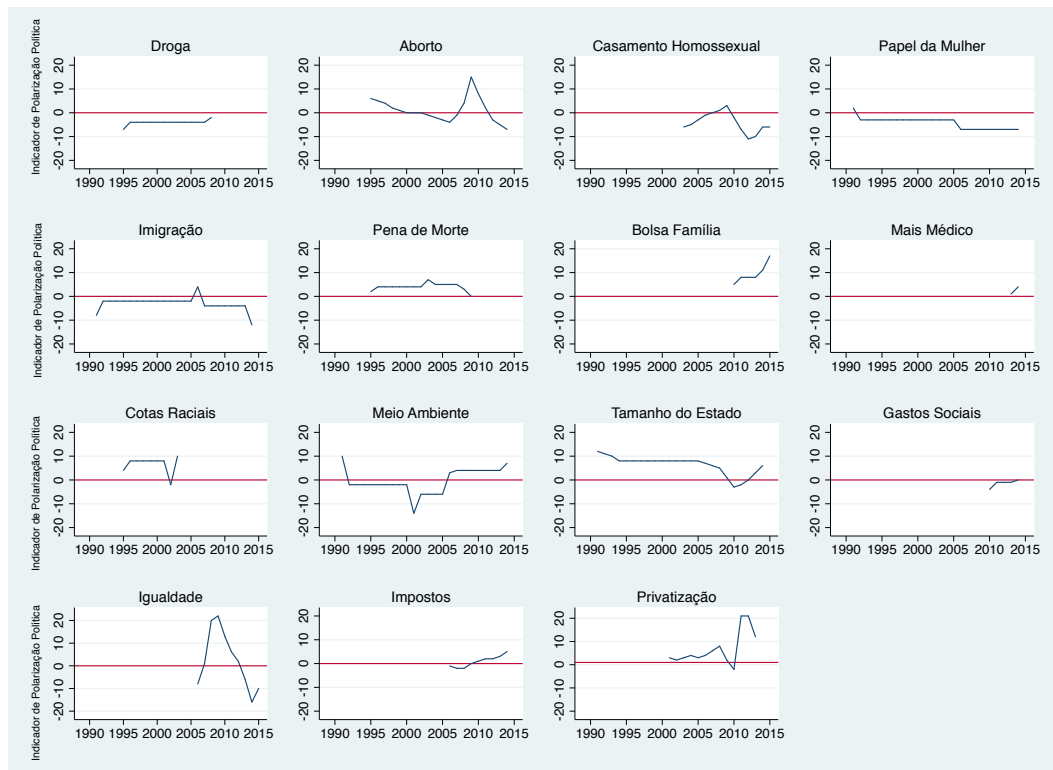


Gráfico 4.6 Indicador de Polarização Política (IPP) dos Itens Políticos por Não-Brancos e Brancos

A opinião pública para religião apresenta um padrão similar a opinião para raça no sentido de baixa dispersão, conforme mostra o gráfico 4.7. Em regra geral, o IPP entre não-religiosos e religiosos varia próximo de zero; no entanto, o item sobre o papel do estado destoa dessa conclusão uma vez que o IPP está entre -40% e -20% de 1992 a 1994. O gráfico 4.7 demonstra que existe uma prevalência da opinião dos religiosos para o início da série, mas há uma baixa dispersão para os anos seguintes no que diz respeito a opinião sobre o papel do estado.

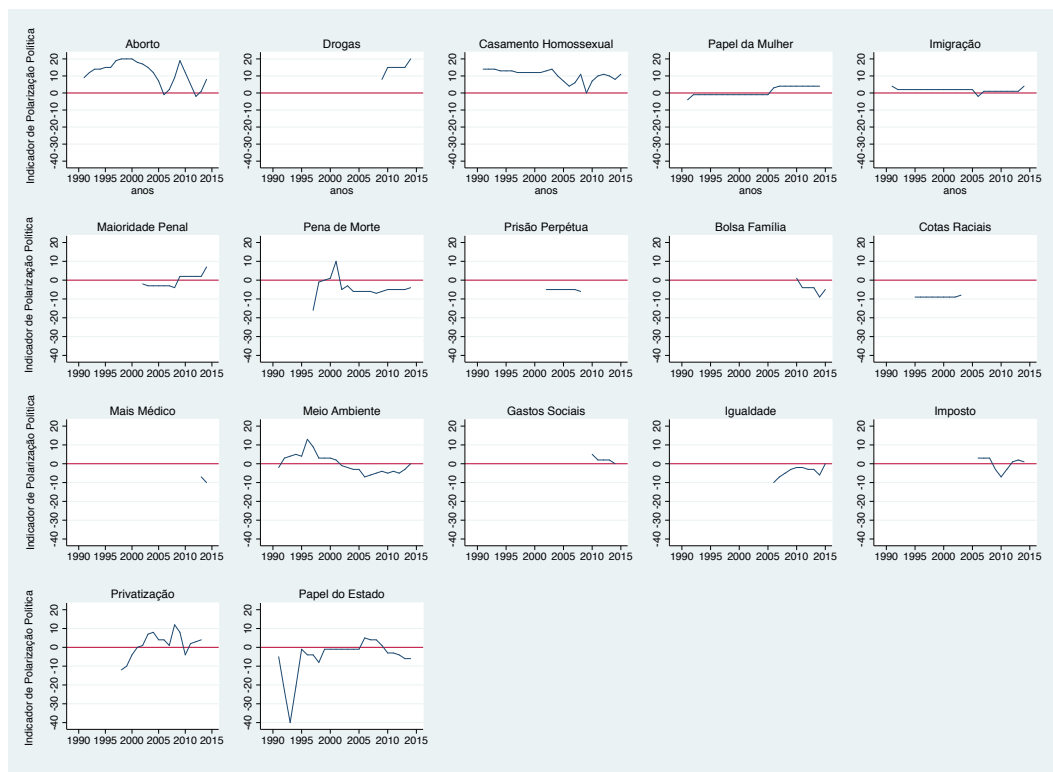


Gráfico 4.7 Indicador de Polarização Política (IPP) dos Itens Políticos por Não-Religiosos e Religiosos

O gráfico 4.8 apresenta o Indicador de Polarização Política entre pobres e ricos uma vez que as maiores dispersões da opinião pública por renda se concentram neste subgrupo. Há uma forte dispersão durante a década de 90, confirmada pelos valores do IPP, e uma tendência à homogeneização das preferências nos anos 2000. Os itens políticos de meio ambiente, privatização, papel do estado, droga, aborto, casamento homossexual e cotas raciais ilustram exatamente essa alteração do IPP ao longo dos anos. A despeito da dispersão dos anos 90, o IPP gira próximo de zero no ano de 2015 para todos os itens políticos do subgrupo entre pobres e ricos. Portanto, a polarização política por renda, considerando o grau de dispersão da opinião pública, é praticamente inexistente durante a fase política mais crítica do país desde a redemocratização.

O item político sobre a legalização das drogas apresenta o IPP de -75% em 1995, denotando uma primazia da opinião pública dos mais ricos e uma forte preferência de apoio à legalização das drogas para este ano em específico. Os mais pobres são mais conservadores para os assuntos de valores morais, conforme fica demonstrado ao se observar, em especial, os temas políticos sobre drogas, aborto e casamento homossexual. Por outro lado, os itens políticos da categoria de economia

com maior dispersão são meio ambiente, privatização e o papel do estado. Para estes dois últimos itens, em particular, o IPP é positivo, sugerindo que existe uma preeminência da opinião pública dos mais pobres. Nesse sentido, o gráfico 4.8 sugere que os mais pobres são mais liberais para os assuntos relativos ao Estado no que diz respeito a economia e mais conservadores para os assuntos acerca de valores morais. Cabe aqui, no entanto, uma ressalva. Esse entendimento não pode ser estendido para todos os itens políticos, pois há uma homogeneização da opinião pública para a maioria dos itens políticos.

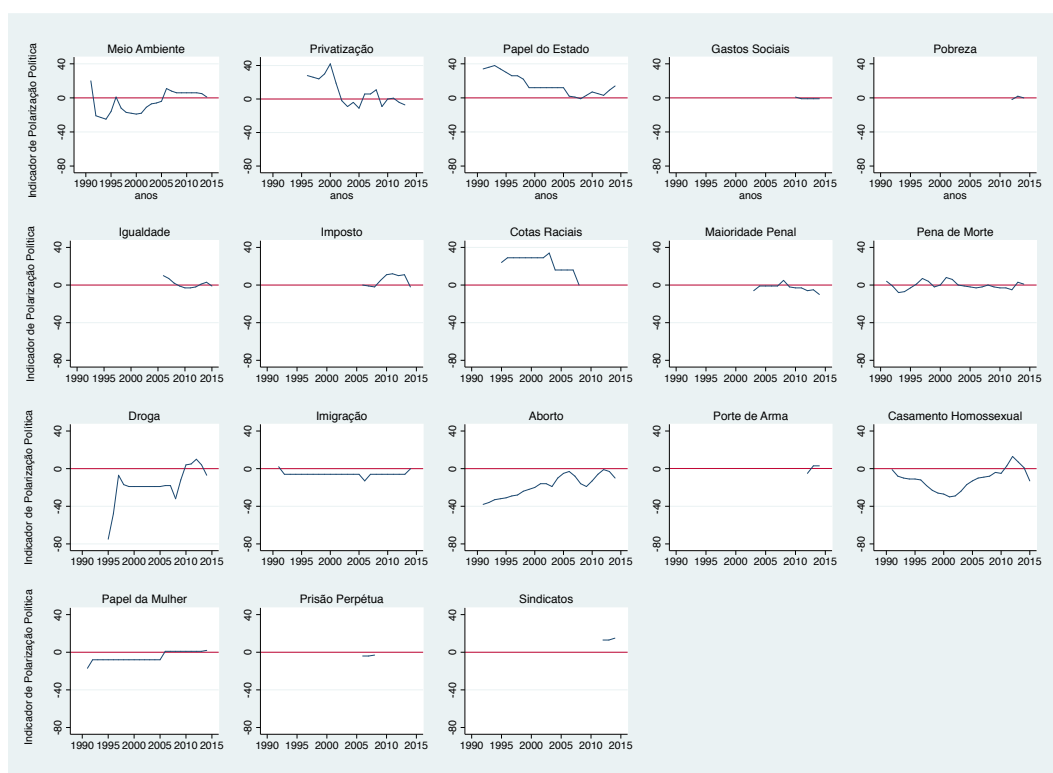


Gráfico 4.8 Indicador de Polarização Política (IPP) dos Itens Políticos por Pobres e Ricos

Em suma, a polarização política pela medida de dispersão, seja para os grupos sociais ou para os itens políticos, não é extensa e tampouco permanente. O IPP mostra que a polarização é praticamente nula para educação e fraca para raça e religião; no entanto, existe um grau de polarização que não pode ser descartado para renda, especificamente para a década de 90 e especialmente entre os pobres e ricos. A dispersão diminui significativamente a partir dos anos 2000. O próximo passo é analisar a extensão da polarização política por meio da medida de associação da opinião pública.

4.1.5 Grau da Polarização Política pelo Teste de *Cronbach*

A segunda medida para investigar a polarização política consiste no teste de *Cronbach's alpha*, que, conforme já foi discutido, estima o grau de associação da opinião pública. Essa medida será usada em duas etapas, sendo que a primeira é sobre a associação da opinião pública dos seguintes grupos sociais: educação, raça, religião e renda. A segunda etapa executa o teste de *Cronbach* para os itens políticos de cada subgrupo com a finalidade de identificar o grau de polarização política para as políticas públicas específicas.

Cabe destacar que a polarização política é consistente quando os valores de alfa são próximos de 1, considerando que o coeficiente pode variar de 0 a 1, pois, assim, se confirma que as preferências dos distintos grupos sociais não são correlacionadas entre si. Os testes mostram que os coeficientes alfa de *Cronbach* e os valores da correlação média intermediária são fortes para educação, raça e religião, conforme se observa na tabela 4.1:

Tabela 4.1 Teste de Alfa *Cronbach* para Escolaridade, Raça e Religião

Grupos Sociais	Alfa	Correlação Média Intermediária
Menos Educados vs. Mais Educados	0,94	0,89
Não-Brancos vs. Brancos	0,84	0,73
Não-Religiosos vs. Religiosos	0,98	0,96

Esses resultados demonstram que existe forte correlação da opinião pública entre os distintos grupos sociais, confirmando os resultados encontrados por meio da outra medida, a de dispersão da opinião pública. Em outras palavras, as preferências públicas destes três subgrupos são homogêneas, indicando que não existe polarização política para educação, raça e religião.

A tabela 4.2 apresenta o teste de *Cronbach* para a variável renda e os resultados apontam que o alfa é 0,81 quando os três grupos são analisados em conjunto, o que representa uma forte associação da opinião pública entre os mais pobres, classe média e os mais ricos ao longo do tempo. Contudo, a tabela 4.2 mostra também que existe uma fraca correlação da opinião pública entre os pobres e ricos. Para este caso, o coeficiente alfa é 0,51 e a correlação é 0,35, indicando que, pelo menos por um determinado tempo, existiu polarização política com base nas

diferenças da opinião pública entre os pobres e ricos. Os resultados para os outros grupos sociais mostram uma homogeneização e, portanto, forte associação da opinião pública. Entre os pobres e a classe média, o alfa é 0,93 e a correlação é 0,88. Entre a classe média e os ricos, o alfa é 0,73 e a correlação é 0,57. Esses resultados indicam que a associação da opinião pública entre estes subgrupos é forte, logo não existiu polarização política.

Tabela 4.2 Teste de Alfa *Cronbach* para Renda

Item	Obs	Correlação Média Intermediária	Alfa
Ricos vs. Classe Média	25	0.57	0.73
Pobres vs. Classe Média	25	0.88	0.93
Ricos vs. Pobres	25	0.35	0.51
Teste de Escala		0.60	0.81

Em síntese, os testes de *Cronbach* entre pobres e ricos confirmam os resultados encontrados pela medida de dispersão da opinião pública. Ao longo dos anos da série, de 1991 a 2015, existiu um certo grau de polarização política, especificamente entre pobres e ricos. Os próximos testes avaliam de forma mais específica, usando os itens políticos como referência, a polarização da opinião pública entre pobres e ricos.

Dando continuidade à análise de associação das preferências da variável renda, a tabela 4.3 demonstra os coeficientes de alfa e os valores de correlação, cuja análise é similar a de correlação de Pearson, de cada item político que estrutura o *Mood* para o Brasil. Destaca-se que somente três itens – meio ambiente, privatização e drogas – apresentam coeficientes alfa menores que 0,70. Valores acima de 0,70 são considerados como indicativo de robustez na associação das séries. A correlação média intermediária é alta para as maiorias dos itens também, com exceção também dos itens de meio ambiente, privatização e drogas.

O coeficiente de alfa é negativo para privatização. Valores menores que zero não são comuns para os coeficientes de alfa e significam que há uma inconsistência interna no item. Uma possível explicação para esse resultado diz respeito ao baixo número de casos para o item ou ainda um erro de mensuração dos itens que constituem a variável privatização. Importante ainda enfatizar que os itens políticos de meio ambiente, privatização e drogas estão presentes nas análises das duas

medidas que identificam o grau de polarização política no Brasil por meio da opinião pública.

Tabela 4.3 Teste de Alfa *Cronbach* dos Itens Políticos entre Pobres e Ricos

Item	Alpha	Correlação Média Intermediária
Papel do Estado	0.85	0.73
Gastos Sociais	0.99	0.99
Igualdade	0.99	0.99
Imposto	0.99	0.98
Pobreza	0.91	0.83
Meio Ambiente	0.60	0.42
Privatização	-	-0.06
Sindicatos	0.99	0.99
Cotas Raciais	0.93	0.87
Mais Médicos	1.00	1.00
Bolsa Família	1.00	1.00
Aborto	0.88	0.79
Drogas	0.55	0.38
Casamento Homossexual	0.94	0.90
Papel da Mulher	0.99	0.98
Imigração	0.93	0.88
Maioridade Penal	0.91	0.84
Pena de Morte	0.95	0.91
Porte de Arma	0.75	0.60
Prisão Perpétua	0.99	0.99

Combinando as análises de dispersão e de alfa de *Cronbach*, os resultados demonstram que as opiniões públicas para educação, raça e religião tendem ao paralelismo ao longo dos anos analisados. As diferenças das preferências entre estes grupos sociais são mínimas e, sobretudo a partir de 2002, tais diferenças praticamente não existiram. Nesse sentido, assume-se que não existiu polarização política entre os menos educados e os mais educados, não-brancos e os brancos e os não-religiosos e os religiosos. A origem da polarização política, considerando a opinião pública, concentra-se na variável renda. Mais especificamente, na diferença da opinião pública entre pobres e ricos. Ainda assim, o grau de polarização política é específico para a década de 90 e somente para alguns itens políticos. Embora a polarização política, baseada na opinião pública, não possa ser descartada no Brasil, ela não é generalizada

e pobres e ricos não estão profundamente divididos. À medida que a dispersão da opinião pública diminui significativamente, a associação e a correlação das preferências crescem entre os pobres e ricos a partir dos anos 2000.

4.2 Ideologia Simbólica *Mood*: A Construção Ideológica do Brasil

O primeiro passo na direção de analisar se a ideologia configura-se o motivo pelo qual as pessoas caminharam para polos distintos nas últimas décadas, é apresentar a ideologia *mood* dos brasileiros. Essa medida, de identificação ideológica agregada, revela a história do Brasil pelo prisma da ideologia. Usando primeiro o algoritmo do *Policy Mood* (Stimson, 1991), o gráfico 4.9 mostra a distribuição de frequências do posicionamento ideológico agregado. As barras são mais frequentes para o conservadorismo (valores abaixo de 50%) do que para o liberalismo (valores acima de 50%). E existe também uma relevante frequência para a moderação, representado pelo percentual de 50%. Essa análise descritiva básica informa que há um grau importante de moderação e o conservadorismo supera o liberalismo.

O gráfico 4.10 confirma que o pensamento mais conservador ultrapassa em anos a visão mais liberal. Apesar da oscilação da ideologia *mood*, o conservadorismo predominou no Brasil durante 15 anos, de 1995 a 2010, cobrindo os períodos nos quais FHC e Lula governaram o país. O liberalismo teve um valor elevado em 1991, possivelmente em função da ditadura militar, cujo período é associado com a direita. De 1992 a 1994, prevaleceu uma posição centrista e, em seguida, iniciou a onda conservadora que durou até 2010. O liberalismo ganhou um leve fôlego de 2011 a 2013, mas rapidamente o conservadorismo voltou para permanecer pelo menos até 2016.

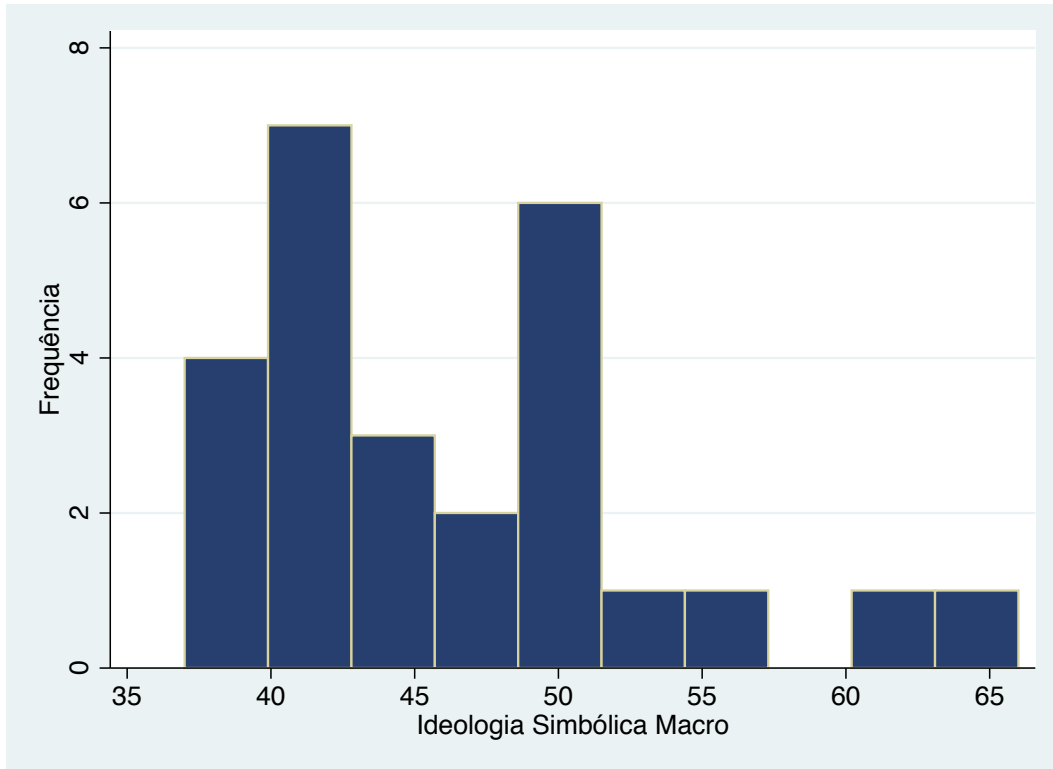


Gráfico 4.9 Histograma da Ideologia Simbólica *Mood*

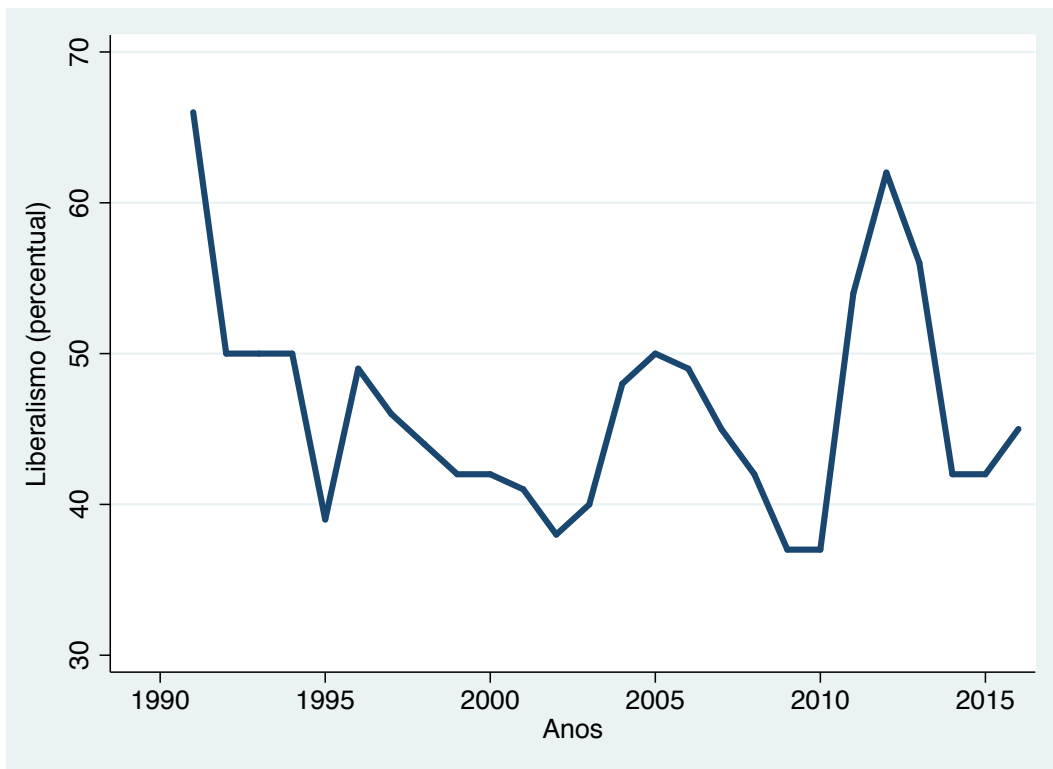


Gráfico 4.10 Ideologia Simbólica *Mood*

De 1991 a 2016, apesar das flutuações da ideologia *mood*, houve um declínio de 21% que representa a mudança do liberalismo para o conservadorismo. Significa que os brasileiros, em nível agregado, ficaram mais conservadores ao longo das últimas décadas. Os resultados apontados pelo gráfico 4.10 mostram que durante a política baseada no tripé macroeconômico – câmbio flutuante, meta da inflação e a meta fiscal -, adotada pelo PSDB e o PT, o conservadorismo dominou toda a série. Independente dos escândalos de corrupção, dos resultados eleitorais e das crises econômicas, a onda conservadora durou 15 anos no Brasil. Contudo, não há um tendência na qual o conservadorismo está inclinado aos extremos e nas extremidades tende a permanecer.

O índice de moderação corrobora com esta visão. Conforme o gráfico 4.11, o sentimento de moderação cresceu de 1991 a 2016, saindo de 20% para 47%. A ideologia *mood* não apresentou uma tendência fixa ao conservadorismo, tampouco ao liberalismo, mas houve uma inclinação ao centrismo. Esse resultado mostra que o sentimento de moderação no eleitorado predominou até 2016, indo de encontro com a ideia comum de que os eleitores estão divididos em polos distintos, sobretudo a partir da eleição presidencial de 2014.

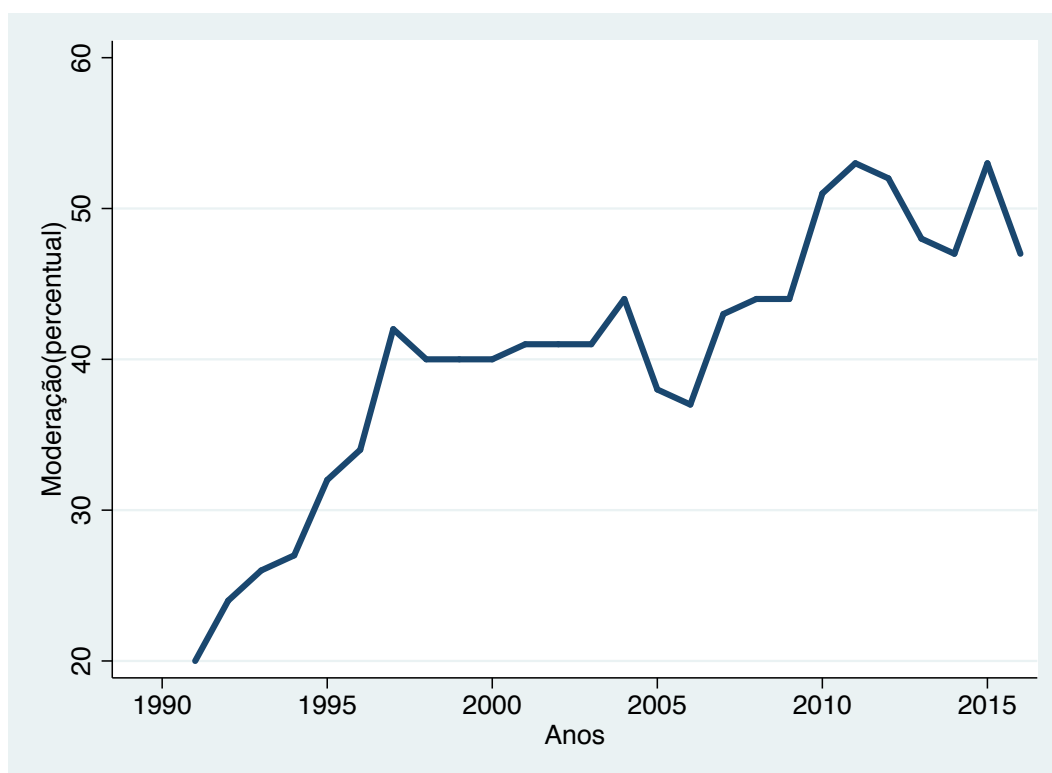


Gráfico 4.11 Índice de Moderação da Ideologia Simbólica

Em termos do extremo liberal e extremo conservador, constata-se que houve um crescimento ao longo do tempo. Ou seja, as pessoas tornaram-se mais extremas do ponto de vista ideológico. Contudo, o índice nunca ultrapassou os 30%, de modo que ainda existe mais moderação do que extremismo no Brasil. O gráfico 4.12 mostra também que o extremo conservador ultrapassa em percentual o extremo liberal durante praticamente todo o período em análise, porém é visível que os dois grupos movimentam-se paralelamente. Portanto, o indicativo de paralelismo é forte.

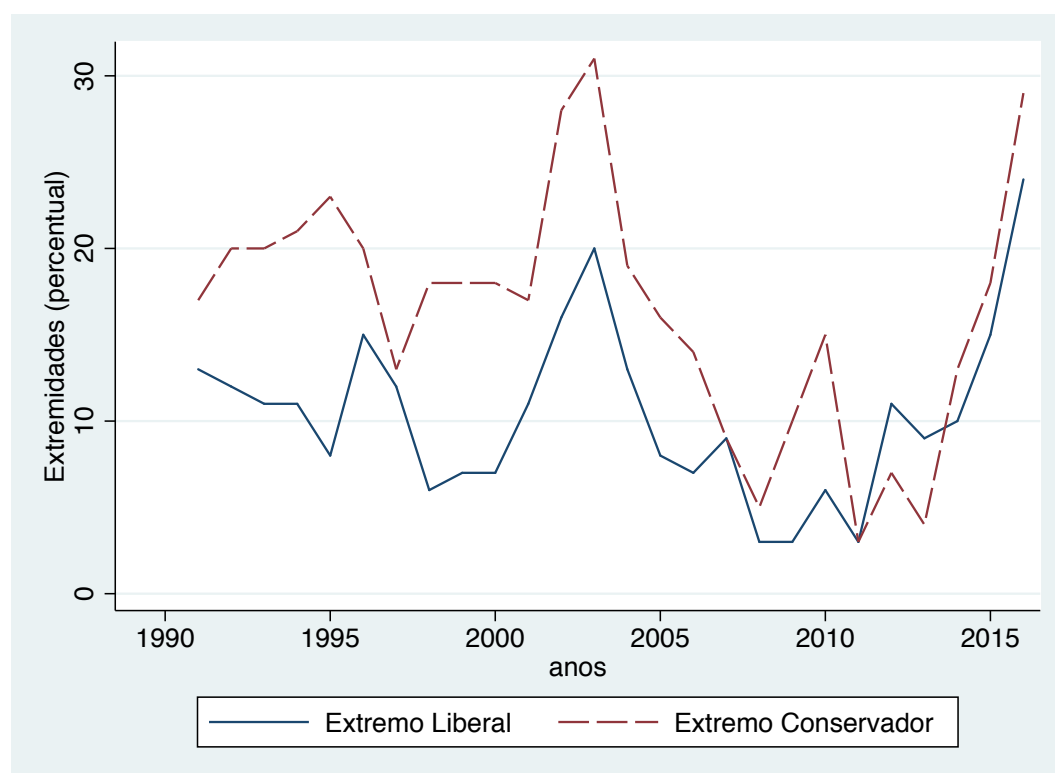


Gráfico 4.12 Índice de Extremo Liberal e Extremo Conservador

De acordo com a definição conceitual estabelecida por este trabalho, não é possível assumir a existência de polarização política porque claramente o eleitorado não avança para as extremidades, criando dois polos em conflito, e o centro não desaparece; ao contrário, o índice de moderação cresceu ao longo dos anos. Além disso, os índices do extremo liberal e extremo conservador são menores do que o índice de moderação. Portanto, extrai-se como resultado que o conservadorismo é maior e mais amplo do que o liberalismo, mas não se pode afirmar, de acordo com os gráficos apresentados até aqui, que existe uma divisão ideológica no Brasil.

Essa primeira parte concentrou-se em contar a história do Brasil pelo prisma da ideologia, ou seja, identificar os fluxos e refluxos do liberalismo por um

enquadramento temporal e político. Sem perder de vista também a discussão da polarização política, observou-se que a moderação é um comportamento predominante no eleitorado brasileiro e que as extremidades da esquerda e direita, apesar do crescimento ao longo do tempo, não são suficientemente altas. Apesar desses resultados preliminares, a polarização com base ideológica pode existir entre os diferentes grupos sociais ou entre os grupos ideológicos – aqueles que se autodeclararam na extrema esquerda ou direita. O próximo passo é exatamente ver o padrão da ideologia *mood* por educação, raça, religião e renda.

As ideologias *mood* dos diferentes grupos sociais são bastante similares. Conforme o gráfico 4.13, existem diferenças ideológicas entre os subgrupos, principalmente durante as duas primeiras décadas (1991-2010), mas as linhas de ideologia são paralelas ao longo do tempo. Mesmo quando há diferenças entre as posições dos grupos, há um importante grau de paralelismo. As similaridades são maiores para as variáveis de educação, raça e religião. Até o ano de 2010, quando as diferenças são maiores entre os subgrupos, os menos educados, não-brancos e os religiosos posicionam-se de forma mais ativa abaixo de 50% que demarca o campo conservador.

Nota-se que há um grau de assimetria maior entre a variável de renda, sobretudo quando compara-se os pobres e a classe média e os pobres com os ricos. As ideologias da classe média e dos ricos parecem muito mais similares e paralelas ao longo do tempo, de maneira que a classe média parece mais com os ricos do que com os pobres do ponto de vista da ideologia *mood*. Importante ainda destacar que a classe média movimentou-se, de 1995 a 2008, na linha mais próxima de 50%, sugerindo que este grupo é bastante moderado em comparação com os pobres ou os ricos. O ponto mais conservador dos pobres, classe média e ricos é em 2014 quando o percentual de ambos esteve igual ou menor de 30%. Apesar dessa assimetria na variável renda, o gráfico 4.13 mostra que existe um bom grau de paralelismo entre os subgrupos de renda. Paralelismo é o oposto de polarização. Um ângulo diferente para identificar a polarização política é por meio do IPP (Indicador de Polarização Política) que mensura o grau de dispersão ideológica entre os distintos grupos.

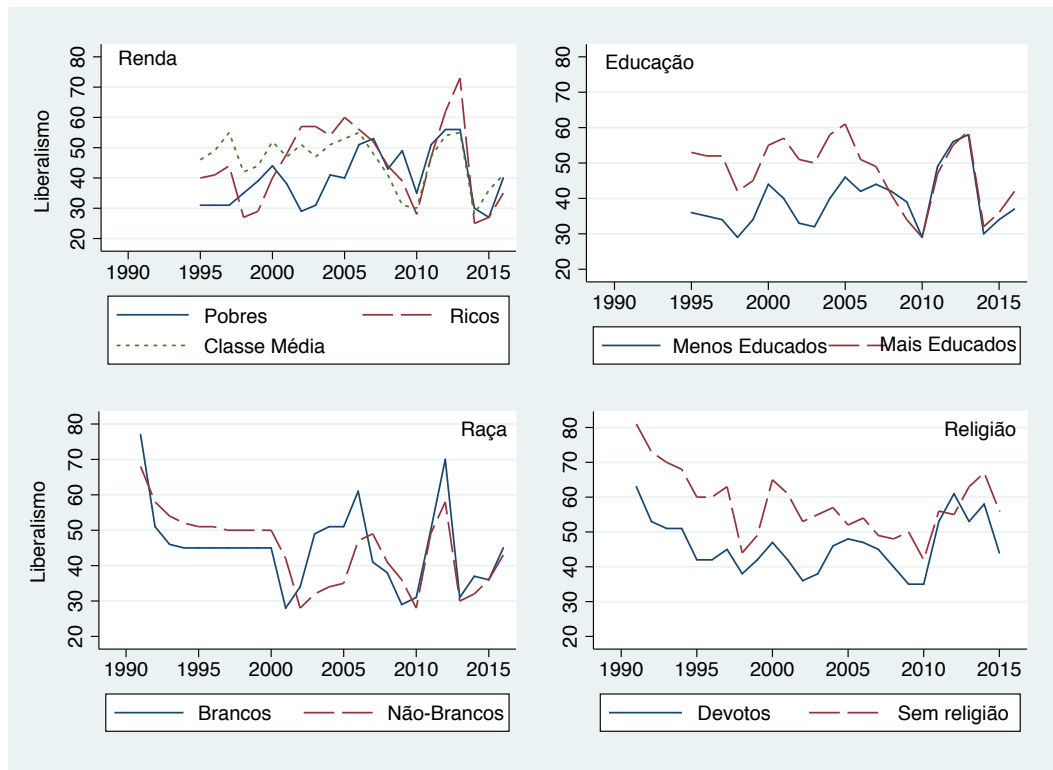


Gráfico 4.13 Ideologia Simbólica *Mood* dos Grupos Sociais

4.2.1 Polarização Ideológica ou Paralelismo?

As dispersões ideológicas entre o extremo liberal e o extremo conservador e dos grupos sociais reforçam a ideia de paralelismo, e não de polarização. Conforme o gráfico 4.14, a dispersão ideológica das extremidades varia entre 0 e 12%, de modo que o IPP é considerado fraco. Em relação aos grupos sociais, a dispersão também é fraca para a variável de religião, educação e raça e, também, entre a classe média e os ricos. O gráfico 4.15 mostra que o IPP nunca é maior do que 20% e aproxima-se de zero a partir de 2010, indicativo de que não existe diferença entre os grupos.

O grau de dispersão é levemente diferente entre pobres e ricos e pobres e classe média, confirmando a tendência demonstrada pela movimentação da ideologia *mood* para estes subgrupos. Para pobres e ricos, o IPP aproxima-se de 30% em 2002 e 2003, depois inclina-se à zona nula e volta a crescer somente em 2013 quando alcança 17% de dispersão. A variância é maior entre os pobres e a classe média, cujo resultado é um IPP mais denso. Para este caso, a dispersão ideológica persiste em mais anos: de 1995 a 1997, o IPP esteve entre 15% e 24%; de 2002 a 2005, o IPP variou de 22% a 13%. O que há em comum entre esses grupos sociais é o fato de que o IPP movimenta-se para a zona nula, próximo de zero, a partir de 2010.

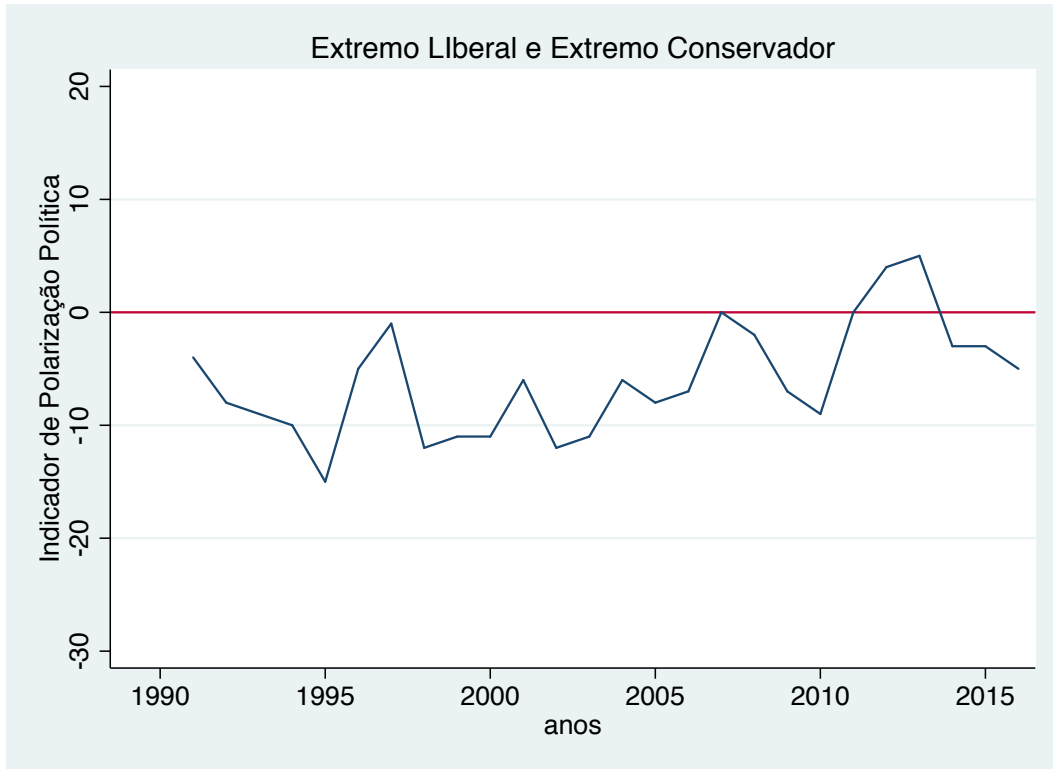


Gráfico 4.14 Indicador de Polarização Política (IPP) do Extremo Liberal e Extremo Conservador

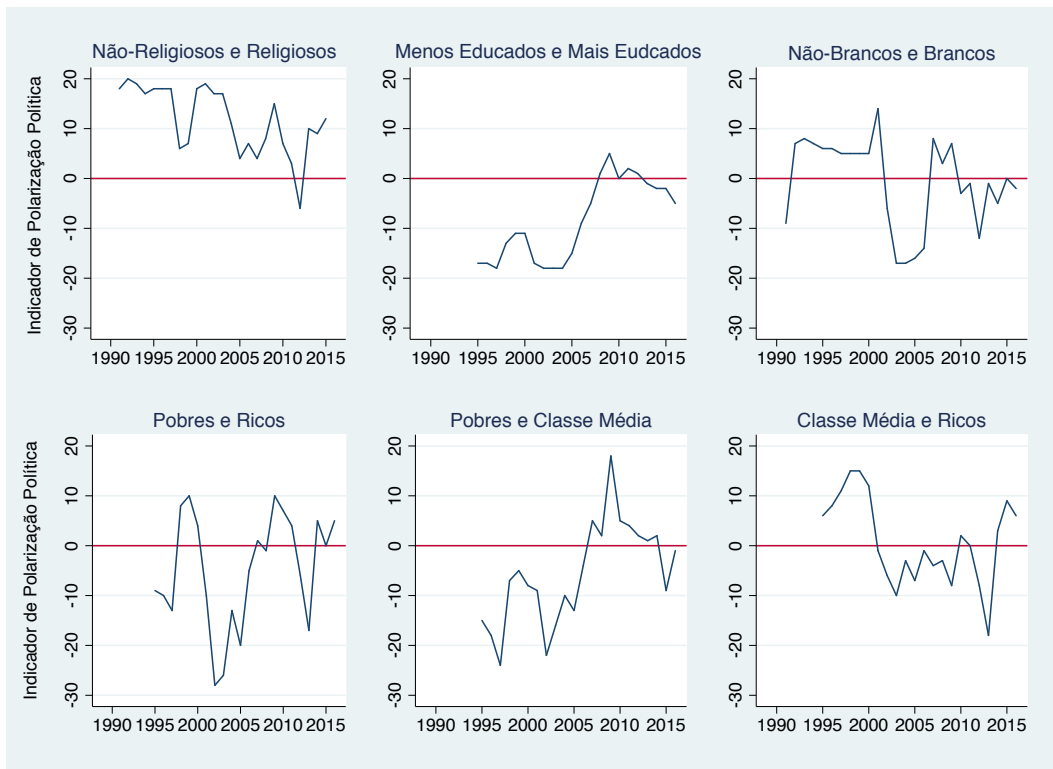


Gráfico 4.15 Indicador de Polarização Política (IPP) de Ideologia dos Grupos Sociais

Pode-se ainda verificar o grau de polarização política por um teste mais formal usando o alfa de *Cronbach* que, basicamente, mensura a correlação da posição ideológica entre os grupos ao longo do tempo. Quanto maior for a alfa, ou seja, a associação ou similaridade, menor é o nível de polarização. Neste caso, o alfa entre o extremo liberal e extremo conservador é 0,83 e a correlação é 0,72. Esse teste confirma as conclusões preliminares de que o extremo liberal e o extremo conservador compartilham uma boa variância ao longo do tempo.

Em relação ao teste de *Cronbach* para os grupos sociais, encontrou-se o alfa 0,71 e a correlação 0,56 entre os menos educados e os mais educados. Para os não-brancos e os brancos, o alfa é 0,80, ainda mais alto, e a correlação é 0,67. O alfa é 0,82 e a correlação 0,69 entre os não-religiosos e os religiosos. Confirma-se também que a classe média e os ricos são similares do ponto de vista da ideologia uma vez que o alfa é 0,86 e a correlação é 0,76. Esses resultados representam que as mudanças ideológicas desses grupos movimentam-se paralelamente. Ou seja, quando um grupo desvia-se da média pode esperar o outro grupo desviar-se da média de forma similar, logo há uma forte covariância entre estes grupos sociais.

A associação ideológica não é tão forte quando se olha para os outros subgrupos de renda, principalmente entre pobres e classe média. O alfa é 0,49 e a correlação é 0,32, indicando baixa similaridade ideológica entre pobres e classe média. A literatura recomenda ter prudência quando o alfa é menor do que 0,70, logo o resultado do teste de *Cronbach* entre pobres e ricos de 0,69 precisa levar em consideração esse fator. Entretanto, os valores são próximos do aceitável e a correlação é estatisticamente significativa ($r = 0,52$, $p < 0,05$). No teste de significância do coeficiente, o valor p abaixo de 0,05 indica que a probabilidade de um erro estatístico é de, no máximo, 5%. Além disso, ao elevar o r ao quadrado ($0,52^2 = 0,270$), percebe-se que pobres e ricos compartilham 27% de variância. Ou seja, a mudança ideológica do pobre é acompanhada de uma mudança dos ricos. O conjunto desses resultados aponta que existe um certo grau de associação ideológica entre pobres e ricos na maior parte do tempo, embora a relação seja fraca comparada com os demais grupos sociais.

A medida da ideologia simbólica *mood* visa reduzir o problema do erro de medição que acontece quando os eleitores se posicionam de forma aleatória na escala ideológica por não saber definir os significados de esquerda e direita. Por meio da agregação das respostas de autoclassificação ideológica e usando o algoritmo *dyad*

ratios para transformar a variável individual em uma variável macro, diminui-se os altos índices do erro de posicionamento dos eleitores na escala ideológica. Conseqüentemente, espera-se que a variável da ideologia macro tenha um papel mais definitivo para o comportamento político e tenha uma relação com o *Policy Mood*, também conhecido como ideologia macro operacional. Essas hipóteses certamente configuram-se em uma agenda de pesquisa promissora para o futuro da ciência política.

4.2.2 Ideologia Termostática

Dentro ainda do escopo de investigar a origem da polarização política por meio da ideologia macro, uma nova perspectiva centra-se na ideologia termostática. O primeiro passo é verificar o comportamento dos indivíduos que se auto-posicionam na escala ideológica. O gráfico 4.16 destaca o crescimento dos moderados ao longo dos anos, saltando de 31% em 1995 para 64% em 2015 - o valor mais alto da série histórica - e, posteriormente, uma queda de 24% de 2015 a 2016. Apesar dessa diminuição no número de moderados, o percentual de 40% em 2016 não é considerado um valor baixo.

A flutuação dos liberais e conservadores desenrola-se, na maior parte do tempo, entre 20% e 30%, sendo que os conservadores estão em maior número, corroborando com o resultado obtido através da ideologia *mood*. Dois fatores ainda destacam-se entre esses dois grupos: 1) existe uma diferença na posição entre os liberais e conservadores; 2) existe um crescimento no número de liberais e conservadores em 2016. Considerando agora os extremos liberais e os extremos conservadores, nota-se que os dois grupos nunca ultrapassam a barreira dos 20%, porém o percentual dos extremos conservadores é maior do que o percentual dos extremos liberais. A partir de 2004, há uma queda percentual nestes dois grupos e um novo crescimento ocorre somente em 2016.

O gráfico 4.16 apresenta um resultado comum entre extremo liberal, liberal, conservador e extremo conservador: a curva da ideologia termostática é de alta para esses grupos em 2016. Por outro lado, a curva é de baixa para o número de moderados para este mesmo ano. Contudo, não se pode afirmar que o movimento dos ideólogos é de polarização política somente com esses dados porque é necessário completar a série pelo menos até 2018, quando a política tornou-se mais conflituosa devido ao

processo de impeachment, a crise econômica e a própria eleição na qual o PSL, representante da extrema direita, foi o grande vencedor da corrida eleitoral.

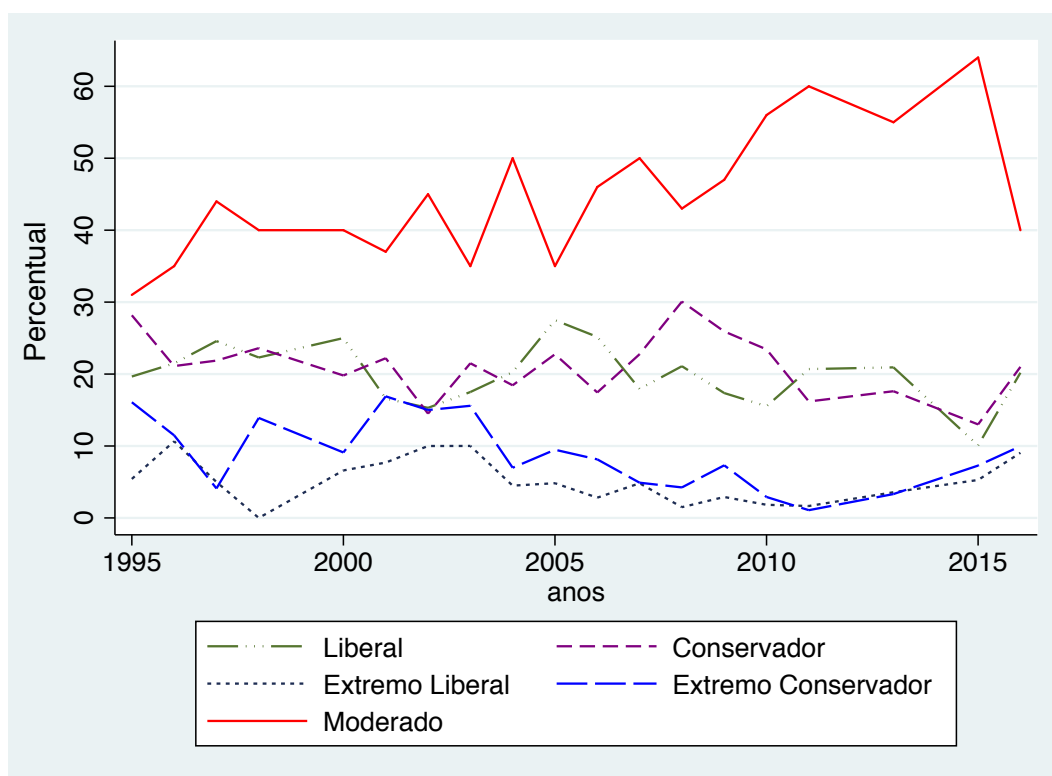


Gráfico 4.16 Ideologia Simbólica Termostática

Dito isso, pode-se analisar a dispersão ideológica pelo indicador de polarização política e, também, a associação ideológica pelo teste de *Cronbach*. Conforme o gráfico 4.17, o IPP para os dois grupos apresenta uma forte movimentação errática de 1995 a 2005 e uma tendência na direção da zona nula de polarização, chegando bem próximo de zero em 2016. Há claramente um indicativo de que a diferença ideológica diminui a partir dos anos 2000. Esta sinalização é mais forte entre o extremo liberal e o extremo conservador e, por outro lado, menos evidente entre os liberais e conservadores. Para este subgrupo dos ideólogos, a diferença ideológica está mais distante do valor zero ao longo dos anos.

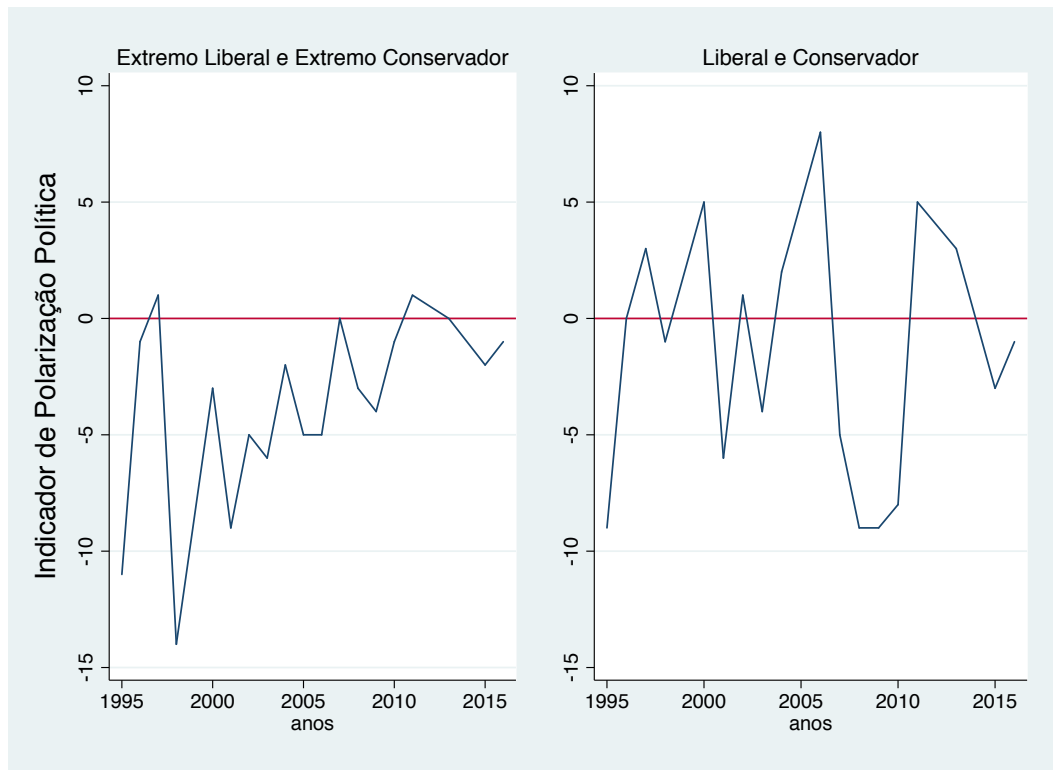


Gráfico 4.17 Indicador de Polarização Política (IPP) dos Ideólogos

O teste de Cronbach corrobora com os resultados do IPP, pois o alfa é 0,38 e a correlação é 0,23 entre os liberais e conservadores. Claramente esse resultado mostra que a associação ideológica entre os liberais e os conservadores é fraca. Considerando agora as extremidades dos ideólogos, o valor de alfa é 0,72 e a correlação é 0,52. Novamente, é preciso ter prudência para esse resultado de Cronbach; no entanto, a correlação é significativa, o que demonstra que existe um nível aceitável de similaridade entre o extremo liberal e o extremo conservador.

Em síntese, a ideologia termostática mostra um percentual elevado de moderados, porém com a curva decrescente. Por outro lado, as curvas do extremo liberal, liberal, conservador e extremo conservador apontam para um crescimento em 2016. No entanto, os percentuais destes grupos variam no limite de 30%. Os testes mais formais de polarização política anotam que os liberais e conservadores compartilham uma baixa variância, o que demonstra que existe uma diferença importante na posição ideológica deste grupo de ideólogos.

4.3 Preferências Macro do Sistema Partidário

As primeiras evidências sobre as atitudes acerca do sistema partidário brasileiro ou, mais especificamente, dos sentimentos positivos e negativos da identificação partidária estão centradas na evolução do partidarismo positivo e do antipartidarismo. Cabe lembrar que o partidarismo positivo trata do grau de preferência partidária e o antipartidarismo examina a rejeição sobre todos os partidos políticos. Ambas as variáveis avaliam as preferências coletivas, e não mais as atitudes individuais.

Discute-se muito que os brasileiros têm uma baixa identificação partidária e que os partidos são instituições frágeis, abrindo espaços para o crescimento de rejeição ao sistema político. Nesse sentido, torna-se relevante avaliar o quadro dos sentimentos partidários antes de analisar especificamente sobre a polarização política.

O nível de partidarismo positivo no Brasil não é irrelevante, como mostra o gráfico 4.18. Na maior parte do tempo, as taxas de partidarismo estiveram acima de 40%, ou seja, de cada 10 brasileiros 4 declararam ter preferência partidária por algum partido. Dos 29 anos da série (1989-2018), o partidarismo macro flutuou 24 vezes no intervalo de 50% a 40%, o que significa 83% do tempo em termos percentuais.

Em termos de evolução, o partidarismo saltou de 51% em 1989 para 32% em 2017. Embora a tendência tenha sido de declínio, o partidarismo não sofreu nenhuma mudança abrupta. As mudanças foram graduais, marcadas por idas e vindas. O declínio acentua-se realmente em 2012, quando a taxa é de 40%, e essa disposição segue até 2016 quando é encontrado o menor valor para o partidarismo (24%). Já em 2017, o partidarismo recupera-se e, em 2018, volta ao percentual de 50%, registrando a maior diferença de um ano para outro da série. Essa mudança foi de 18%.

Em regra geral, todavia, as mudanças do partidarismo de um ano para outro foram menores do que o desvio padrão (7,6%) e o nível de partidarismo flutuou próximo da média (44%) na maior parte do tempo. Embora o partidarismo macro no Brasil tenha sofrido mudanças constantes, esses deslocamentos foram leves e graduais. Destaca-se que significativos fatores políticos e econômicos ocorreram no Brasil durante este período, como o impeachment do ex-presidente Fernando Collor e Dilma Rousseff, a estabilidade econômica com o Plano Real e a crise econômica dos anos recentes.

Por outro lado, o antipartidarismo, considerado a antítese do partidarismo, é marcado por uma tendência de crescimento no longo prazo. O antipartidarismo saltou de 38% em 1997 para 68% e 2014, conforme mostra o gráfico 4.18. Existiu um breve suspiro no crescimento da rejeição aos partidos políticos de 2003 a 2006, período que encobre todo o primeiro governo de Lula. A partir desse ano, o número de antipartidários voltou a crescer e de forma mais vertiginosa. A série registra uma média de 39% e o desvio padrão de 12%, logo o antipartidarismo no Brasil não é desprezível. A rejeição é maior sobretudo durante o primeiro governo Dilma Rousseff que atravessou as manifestações de ruas de junho de 2013.

Em termos comparativos, pode-se dizer que, entre 2012 e 2014, quando o antipartidarismo atingiu as maiores taxas, é também o período no qual houve uma redução expressiva do partidarismo. Infelizmente, não há dados até 2018 para o antipartidarismo, mas esse resultado sugere que o sistema partidário não passou incólume pelas recentes turbulências ocorridas no país. O brasileiro tornou-se antipartidário à medida que o nível de partidarismo diminuiu e essa transição parece que foi direta. Os eleitores não optaram pelo meio termo, tornando-se independentes, ou seja, sem preferência partidária. Ao passo que os eleitores independentes são indiferentes ao sistema partidário, os antipartidários rejeitam os partidos políticos.

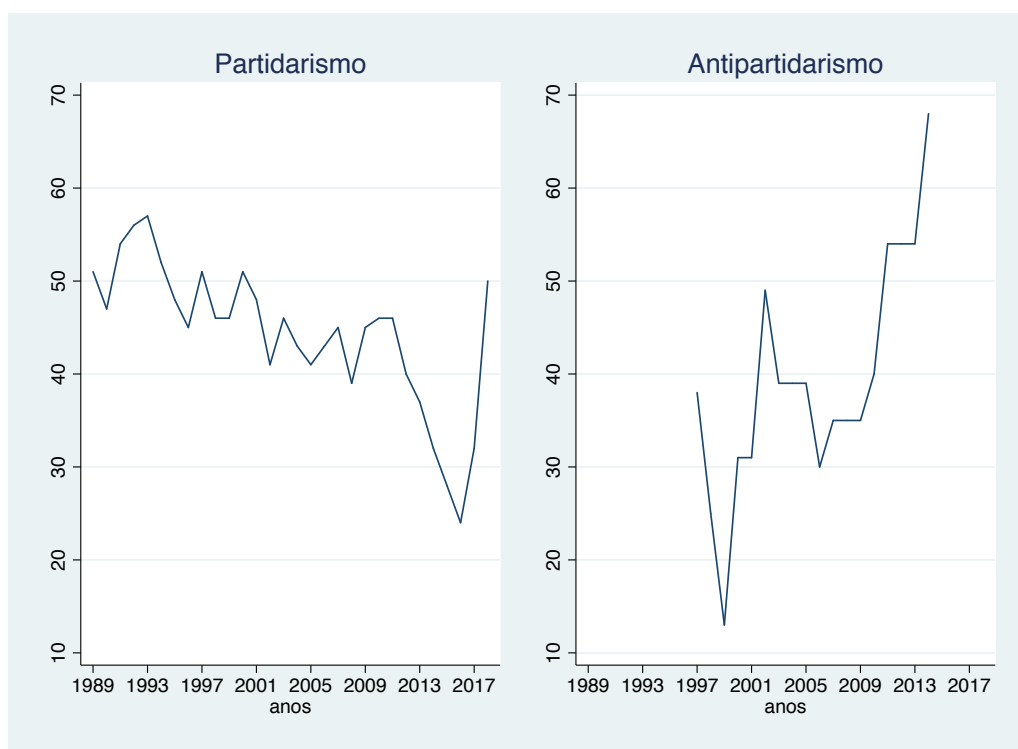


Gráfico 4.18 Identificação Partidária e de Antipartidarismo Macro no Brasil

Nesse contexto, a evolução do petismo faz-se importante porque é a principal face do partidarismo positivo no Brasil visto o desempenho da preferência partidária comparado com os demais partidos políticos. Considerando somente os respondentes que declararam ter identificação ou simpatia partidária, o petismo representa mais de 40% destas preferências a partir de 2001. A média do petismo foi de 43%, ou seja, entre todos os partidos políticos, o PT é o que mais seduz as pessoas no longo prazo.

O gráfico 4.19 mostra que o petismo teve um crescimento significativo de 1989 a 2018, iniciando com 25% e obtendo 52% das preferências em 2018. Até 2002, o petismo cresceu progressivamente, de maneira que essa evolução pode ter influenciado positivamente na primeira vitória presidencial do PT.

Alguns autores argumentam que o PT perdeu alguns simpatizantes no primeiro governo Lula por movimentar-se mais à direita no espectro político e em virtude do Mensalão (Samuels, 2008; Carreirão, 2008). A história do petismo macro sugere que esse argumento está correto. De 2003 a 2008, o petismo assinalou uma queda, pois o índice saltou de 57% para 48%. Registra-se um novo ciclo de declínio de 2013 a 2017, período marcado pela Lava Jato, prisões de alguns políticos do PT, crise econômica e as manifestações de junho. Novamente, os fatores políticos e econômicos podem explicar essas mudanças do petismo.

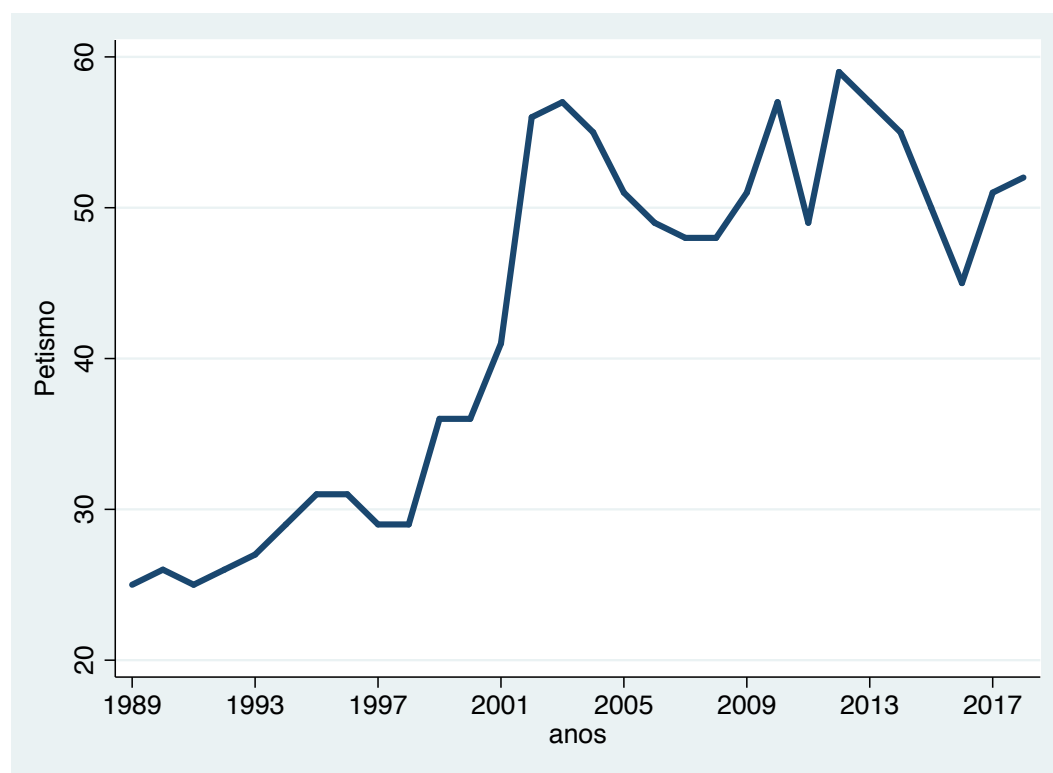


Gráfico 4.19 Evolução do Petismo de 1989 a 2018

4.3.1 Petismo vs. Antipetismo: Evidências da Polarização Política

A diferença entre o petismo e o antipetismo de 1997 a 2018 sugere para uma polarização consistente no Brasil. A origem da polarização política, do ponto de vista partidário, coloca o PT no centro da divisão política, corroborando com a hipótese inicial. O quadro indica para o funcionamento do partidarismo positivo e negativo uma vez que o PT desperta sentimentos conflitantes nas pessoas simultaneamente. Esse resultado aproxima-se da polarização afetiva (Mason, 2012) e, logo, afasta-se da visão mais tradicional da polarização partidária que é baseada na divergência ideológica entre os dois partidos políticos (Abramowitz e Saunder, 2008).

Existe um claro distanciamento entre petistas e antipetistas ao longo do tempo; nos anos mais recentes, no entanto, as curvas se invertem. Essa mudança demonstra o crescimento do antipetismo e, é claro, o aumento da divergência entre o petismo e o antipetismo. As tendências opostas entre os dois grupos indicam para um cenário ainda mais polarizado, refletindo os conflitos recentes gerados pela política brasileira.

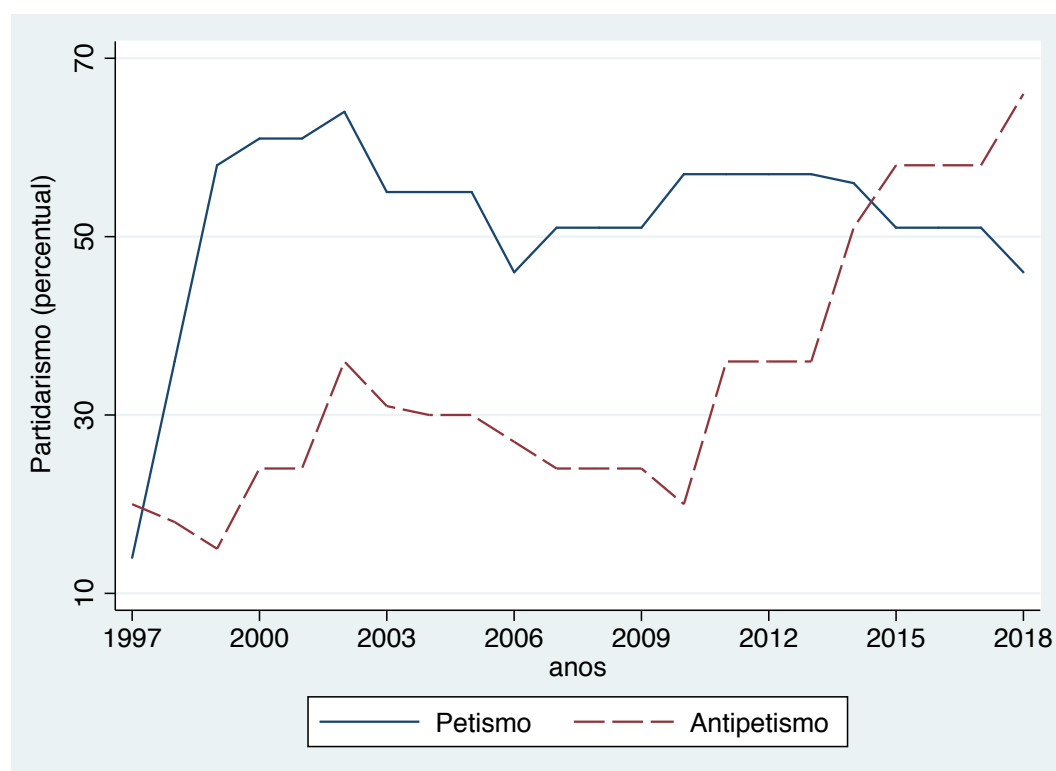


Gráfico 4.20 Petismo vs. Antipetismo de 1997 a 2018

Conforme o gráfico 4.20, o antipetismo manteve-se com uma taxa abaixo de 30% de 1997 a 2001, ultrapassando essa marca somente em 2002 quando o PT

consagrou-se vitorioso. A partir de 2003, primeiro ano do PT no controle do governo, o antipetismo recua e esse processo foi permanente até chegar aos 20% em 2010. Assim, o antipetismo flutuou de 31% a 20% durante o primeiro e segundo governo do presidente Lula. A alta popularidade de Lula provavelmente inibiu o crescimento do partidarismo negativo relativo ao PT durante esse período. Já com o cenário econômico um pouco pior, embora ainda com a popularidade alta, a presidente Dilma conviveu com o aumento do antipetismo. Entre 2011 e 2013, o antipetismo registrou o índice de 36%, isto é, um crescimento de 16 pontos percentuais comparado com 2010. Já em 2014, após as manifestações de junho que fez derreter a popularidade de Dilma, o antipetismo saltou para 51%. Embora o número de antipetistas fossem mais da metade em 2014, o que possivelmente deixou a eleição mais acirrada, ainda havia mais petistas naquele momento. Em 2018, a realidade era completamente diferente: o antipetismo anotou a marca histórica de 66%. E o petismo foi, em 2018, de 46%.

Ao passo que o antipetismo apresenta uma tendência de crescimento no longo prazo, o petismo é mais estável e com um movimento de declínio somente em 2015. As flutuações do petismo entre as duas séries (1989-2018 e 1997-2018) são muito semelhantes, sendo que as mudanças ocorreram em datas próximas. O gráfico 4.20 mostra um crescimento do petismo de 1997 a 2002 e dois movimentos de enfraquecimento dos sentimentos positivos ao PT. O primeiro ocorreu entre 2003 e 2006, logo quando o PT assumiu o poder, e tem um ciclo reduzido em dois anos. O segundo período de diminuição do petismo aconteceu entre 2015 e 2018 e, neste caso, prolonga-se por mais um ano em comparação com a série de 1989 a 2018. Obviamente que essas mudanças temporais aconteceram devido a diferença dos dados usados na aplicação do algoritmo *dyad ratios*, mas a tendência é a mesma, de modo que não altera os resultados.

As evidências de polarização política manifestadas por petistas e antipetistas podem ser confirmadas agora por testes mais formais: a dispersão e a associação dos sentimentos pró-PT e anti-PT. De acordo com o gráfico 4.21, o IPP indica que houve uma ampla dispersão entre petistas e antipetistas de 1997 a 2018. A dispersão flutuou quase sempre longe da linha 0, a qual assinala para uma polarização política nula. Além disso, a diferença entre os dois grupos só diminuiu em anos em que o antipetismo se aproximou e ultrapassou o petismo. O IPP foi de -5% em 2014 e alcançou 20% em 2018, denotando que o antipetismo superou em valores percentuais o tamanho do petismo.

O segundo teste da polarização política trata do grau de associação entre petistas e antipetistas usando o alfa de Cronbach. O resultado aponta para uma fraca associação entre o petismo e o antipetismo, considerando que o alfa é 0,17, muito próximo de 0, e a correlação é 0,098. O teste de Cronbach admite a heterogeneidade destes dois grupos, confirmando os resultados encontrados pelo indicador de dispersão. O conjunto desses resultados assinala que o petismo e o antipetismo são heterogêneos e comportam-se de forma distinta ao longo do tempo, logo pode-se dizer que a origem da polarização política no Brasil está na dispersão e na fraca associação entre petistas e antipetistas.

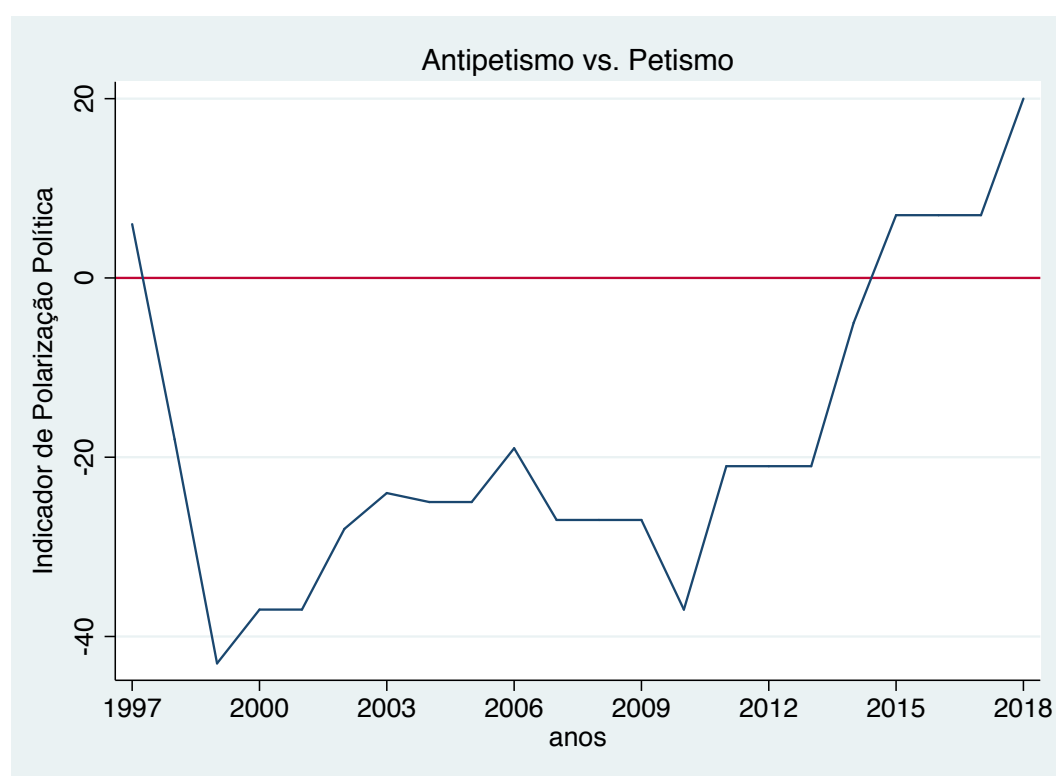


Gráfico 4.21 Indicador de Polarização Política (IPP) entre Antipetismo e Petismo

4.4 Considerações Finais

O debate em torno da polarização política no Brasil recebe cada vez mais espaço de destaque na mídia e na Academia, sobretudo a partir das eleições de 2014. É uma ideia comum afirmar que o país atravessa por uma forte divisão política, no entanto, as comprovações empíricas não são suficientemente satisfatórias até aqui. Sem um resultado robusto por parte da ciência política, o enigma permanece. Se o país está polarizado politicamente, então qual é a natureza dessa polarização? A

finalidade deste capítulo foi investigar, portanto, a origem da polarização política. Com base na literatura internacional, optou-se por três caminhos: teorias acerca da opinião pública, ideologia e identificação partidária. Esses três temas abarcam as explicações sobre a polarização política em democracias avançadas.

O ponto de partida foi construir séries temporais para a opinião pública, identificação ideológica e o partidarismo a partir da agregação de respostas individuais. Essa medida permitiu, primeiro, observar estas três variáveis em uma perspectiva temporal e em nível macro, de modo que as mudanças da opinião pública, ideologia ou da identificação partidária descrevem o comportamento do país ao longo do tempo de forma coletiva, e não mais dois indivíduos. Segundo, a polarização política foi colocada sob uma visão dinâmica, permitindo avaliar os movimentos convergentes e polarizados em um dado prazo histórico. Objetivamente, aplicou-se o conceito e a metodologia do *Policy Mood* (Stimson, 1991) no exame da polarização política, conectando as teorias de nível macro com as teorias da polarização política.

Os resultados mostraram que a opinião pública é moderada, sem caminhar às extremidades, e aparentemente as mudanças ocorreram em harmonia com os ciclos políticos e econômicos de 1991 a 2015. Em termos da opinião pública dos grupos sociais – educação, raça, religião e renda -, notou-se uma diferença entre pobres e ricos durante a década de 90. Nos anos 2000, a opinião de pobres e ricos tornou-se mais homogênea e essa diferença desapareceu. Para os outros grupos, o paralelismo ditou o ritmo das variações da opinião pública. Os testes mais formais da polarização política, baseados na dispersão e associação da opinião pública, corroboraram com tal análise descritiva.

No tocante a ideologia macro, predomina no Brasil um forte ceticismo acerca do impacto da ideologia política sobre o comportamento político em face de que as pessoas não sabem se posicionar no espectro da esquerda à direita. Usando múltiplas perguntas de identificação ideológica, que tendem a diminuir os erros de mensuração, construiu-se a ideologia *mood* que descreve as mudanças ideológicas ao longo do tempo. Os resultados apontaram para o crescimento de posições moderadas e a pujança do conservadorismo de 1995 a 2010. Considerando a ideologia termostática, a segunda medida macro de ideologia, observou-se o aumento dos moderados ao longo do tempo com tendência de queda a partir de 2015. Além disso, o extremo liberal e o extremo conservador convergem na maior parte do tempo. Entre os liberais

e conservadores, a história é um pouco diferente visto que a associação ideológica entre esses dois grupos é fraca.

Em termos das diferenças ideológicas dos diferentes grupos sociais, o nível de paralelismo é persistente para os menos educados e os mais educados, não-brancos e brancos e os não-religiosos e os religiosos. Especificamente sobre renda, observou-se um certo nível de polarização entre os pobres e a classe média e, em um grau menor, entre os pobres e ricos. Como a polarização é dinâmica, foi possível examinar o período pelo qual a diferença ideológica é maior entre estes grupos. Para pobres e ricos, a dispersão ou falta de associação ideológica foi maior em 2002, 2003 e 2013. A polarização política não é definitiva e tampouco robusta entre os subgrupos.

O conjunto dos resultados da opinião pública e ideologia macro sustenta a ideia de uma polarização política mediana no Brasil. Embora os resultados não assinalem para uma forte polarização política, é visível o certo nível de polaridade entre pobres e ricos e entre liberais e conservadores em alguns anos. O mais significativo e simbólico é que os testes apontam para uma polarização política maior na década de 90, contrariando as expectativas e o senso comum de que as eleições de 2014 motivaram o acirramento e divisão política no país.

Todavia, a sociedade não respira ares normais no sentido do convívio político, do respeito mútuo às diferenças de pensamento e da tolerância. O noticiário televisivo é constantemente preenchido por cenas de desordem política, desencadeando novos conflitos nas redes sociais. As eleições de 2018 ilustraram exatamente esse quadro e, ao mesmo tempo, apontaram algumas direções para desvendar o enigma da polarização política no Brasil. Nesse sentido, investigou-se os sentimentos positivos e negativos sobre o PT com base na teoria da polarização afetiva (Mason, 2012).

A origem da polarização política está fortemente ancorada na diferença entre o petismo e o antipetismo. Os testes do Indicador de Polarização Política (IPP) e do alfa de *Cronbach* revelaram que esses dois grupos movimentaram-se diferentemente de 1997 a 2018. Há grande dispersão e baixa associação entre o petismo e o antipetismo, implicando na polarização política baseada nos sentimentos positivos e negativos acerca do PT. Em síntese, a sociedade está dividida entre pró-PT e anti-PT.

Esse resultado demonstra que os laços partidários em prol do PT, estabelecidos provavelmente em um processo de socialização e os quais são mais estáveis, misturam-se com os sentimentos negativos baseados, por sua vez, em avaliações retrospectivas do desempenho do partido à frente do governo central. A

série histórica demonstra o crescimento progressivo do antipetismo de 2010 a 2018, período do agravamento da crise econômica e dos escândalos de corrupção, e a estabilidade do petismo na maior parte do tempo. A partir de 2015, no entanto, há uma tendência de declínio do petismo.

As principais explicações da polarização política no Brasil focaram na diferença partidária entre o PT e o PSDB, sendo que os resultados não são satisfatórios. A identificação partidária no PSDB não é do mesmo nível da identificação partidária no PT, logo os grupos não se rivalizam entre petistas e tucanos. Essa linha de investigação mostra-se agora, depois das eleições de 2018, equivocada. Este trabalho, em contrapartida, investigou a diferença entre petismo e antipetismo e os resultados aqui demonstrados, na esteira de outros estudos, apontaram para uma forte polarização política. No mais, a polarização entre esses grupos está crescendo ao longo do tempo, possivelmente alimentada pelos escândalos de corrupção, crise na economia e turbulência no campo institucional.

Em síntese, esse capítulo investigou a origem da polarização política usando como base fundamental a opinião pública, posicionamento ideológico e identificação partidária positiva e negativa. Do ponto de vista metodológico, o trabalho pautou-se nos princípios de dispersão e associação. Essas duas medidas metodológicas levam em consideração a média e o exame da variância, de maneira que o nível de homogeneidade e a diferença da média entre os grupos determinam o grau de polarização política.

O próximo capítulo admite novas estratégias para investigar a natureza da polarização política no Brasil. Primeiro, a polarização pode estar organizada pelas dimensões de economia e de valores/costumes, de modo que o primeiro passo é analisar se a opinião pública está estruturada por dimensões. Segundo, os sentimentos partidários podem ter um alinhamento com os temas relacionados com a economia e valores ao longo das últimas décadas, favorecendo a divisão entre petistas e antipetistas. Por fim, o terceiro ponto destaca as mudanças da distribuição dos grupos, comparando a distribuição de um grupo com a distribuição de outro grupo por períodos regulares. Essas duas últimas abordagens, principalmente, estão intimamente relacionadas com a discussão central da literatura, orientada pelo significado de alinhamento partidário e dos moderados. Essas são estratégias que vão além das medidas da diferença da média e do nível de associação dos grupos.

5. Origem da Polarização Política: Um Passo a Frente

Essa parte do trabalho é reflexo do capítulo anterior por investigar igualmente a origem da polarização política. O passo a frente, ou o fato novo, significa que novas técnicas metodológicas serão usadas para ampliar os resultados até aqui encontrados, reconhecendo que a polarização política tem diferentes características. Sabe-se agora que a polaridade concentra-se na opinião pública entre pobres e ricos e, mais fortemente, entre petistas e antipetistas. Portanto, usar-se-á as medidas de correlação, rotação e densidade relativa para capturar os vários ângulos da polaridade política no Brasil. Essas medidas somam-se aos testes de dispersão e associação entre os grupos sociais, executados no capítulo 4.

A definição de polarização política continua a ser a da bimodalidade, isto é, o movimento acontece do centro às extremidades, de modo que a polarização forma-se à medida que há menos moderados e mais extremistas. Incluir outros métodos, para além dos quais já foram vistos, reforça os achados desse trabalho por avaliar o conceito de polarização política por diferentes formas. Essas novas medidas investigam exatamente a bimodalidade, porém por novas estratégias metodológicas.

Esse capítulo está dividido em três seções. A primeira seção investiga a evolução política entre as preferências partidárias e a opinião pública, considerando que a opinião está estruturada na dimensão de economia e valor. A segunda seção testa empiricamente se a sociedade está de fato dividida por essas duas dimensões. Os assuntos relacionados aos costumes ganharam proeminência em anos recentes e, por isso, é possível que a sociedade pense de forma independente quanto a assuntos relacionados à economia e valores. A terceira seção é fruto do debate sobre o alinhamento político dos eleitores com os partidos políticos. Para Abramowitz (2006), a polarização política é consequência do alinhamento político. Por outro lado, Fiorina, Abrams e Pope (2005) discordam desse entendimento e argumentam que a polarização política não é determinada pelo alinhamento político se o centro não desaparecer. Essa falta de consenso abre uma nova perspectiva, que introduz a medida de densidade relativa, para observar a distribuição das preferências partidárias e da opinião pública. A medida de densidade compara precisamente a distribuição de dois grupos e mostra a área comum da distribuição dos dois grupos. Para esses testes, usar-se-á as preferências entre pobres e ricos e entre petistas e antipetistas.

5.1 Evolução Política das Preferências do Petismo e Antipetismo

O debate sobre a evolução política tem uma longa tradição na literatura e é fruto de uma conexão com outras teorias que foram substituídas ou expandidas ao longo das décadas. Historicamente, essa discussão inicia com a tese do deslocamento de conflitos partidários que caiu em desgraça e cedeu lugar para a teoria do alinhamento ideológico e conflito de extensão. O modelo de evolução política é uma extensão do alinhamento ideológico por capturar a polarização política por meio da correlação gradual e dinâmica entre a identificação partidária e a opinião pública sobre os temas políticos, especialmente os relacionados com a dimensão de valor.

A característica do deslocamento de conflitos é substituir a antiga agenda política por uma agenda mais nova que está emergindo na sociedade, substituindo um conflito por outro, na verdade. Para o deslocamento de conflitos, a agenda de bem-estar social foi substituída pelo aumento da polarização política sobre a questão racial e de costume, logo essa perspectiva ignora a multidimensionalidade (Layman e Carsey, 2000 e 2002). A teoria do alinhamento ideológico, por sua vez, reconhece a transversalidade dos temas políticos, considerando as múltiplas dimensões políticas pelas quais os partidos políticos e os cidadãos podem ter preferência. Entretanto, essa tese assume que os congressistas e o eleitorado estruturam suas atitudes e preferências exclusivamente no espectro da esquerda-direita, adotando, portanto, um papel unidimensional das atitudes e preferências políticas.

A teoria do alinhamento ideológico apresenta a seguinte característica: os líderes políticos escolhem posições políticas liberais ou conservadoras, divergindo sobre o mesmo assunto. À medida que os partidos políticos tornam-se mais homogêneos entre si e distanciam-se um do outro, os cidadãos mudam as atitudes e preferências para alinhar-se ideologicamente com os partidos políticos pelos quais são identificados. Essa transformação partidária acontece ao longo do tempo, marcada sobretudo por momentos críticos, como as eleições eleitorais, e é acompanhada pelo aumento da polarização partidária nos moldes da dimensão ideológica (Abramowitz e Saunders, 1998; Levine, Carmines e Huckfeldt, 1997).

O alinhamento ideológico está no cerne do debate acerca da polarização política, criando duas teorias concorrentes, como já foi visto no capítulo 2 - de revisão da literatura. Em síntese, para lembrar alguns aspectos importantes, Fiorina et al. (2005) consideram que o alinhamento político não implica necessariamente em

polarização política. Os autores não admitem a polarização política do eleitorado, declarando que esse é um típico fenômeno das elites – líderes partidários, congressistas e ativistas políticos. Por outro lado, Abramowitz e Saunders (2005) consideram que a polarização política é generalizada nos Estados Unidos, ou seja, o grande público acompanha as posições políticas polarizadas dos partidos políticos.

Diante dessa contenda teórica, uma nova abordagem – extensão de conflito – despontou no debate sobre polarização política para enfrentar dois problemas: a resposta do eleitorado às mudanças de posição política dos líderes partidários e o aumento da polarização em todas as principais dimensões políticas. De acordo com Layman et al. (2006), o comportamento da grande maioria das pessoas não reflete a polarização política unidimensional dos partidos políticos. Existe uma reação por parte do público, mas de forma limitada e restrita aos mais interessados e participativos politicamente. A massa não consegue convergir ideologicamente com as posições políticas da elite política, de maneira que as preferências das pessoas não se uniformizam no espectro esquerda-direita. Por falta dessa consistência ideológica, as preferências do eleitorado são multidimensionais e ocorre, então, a extensão de conflito: o crescimento da polarização política de forma separada para as distintas dimensões políticas. A extensão de conflito assegura um nível de polarização política entre o eleitorado, os partidários e a elite política (Layman, Carsey e Horowitz, 2006).

Essas três teorias colocaram luz sobre a interação entre os líderes partidários e o eleitorado com base na dimensionalidade política dos diversos temas políticos. Além disso, esclareceram o papel dos indivíduos com vínculos partidários mais fortes, os quais se ocupam em informar e iluminar as posições políticas dos partidos políticos para o grande público. Contudo, é fundamental saber não somente as transformações partidárias, mas também entender a evolução política das preferências partidárias, ou seja, como essas mudanças se formam e persistem por determinados períodos (Carmines, 1991). A teoria da evolução política desenvolve essa ideia, pois examina a tendência das preferências dos indivíduos ao longo do tempo.

A evolução política da opinião pública assegura que novos temas políticos são introduzidos gradualmente, produzindo mudanças nas preferências partidárias ao longo do tempo. Similarmente ao modelo de alinhamento ideológico, os líderes políticos adotam posições distintas para determinados temas, deixando-os salientes e partidários por uma estratégia eleitoral. Consequentemente, os eleitores redefinem suas preferências políticas que espelham as atitudes polarizadas dos partidos políticos.

Esse processo é dinâmico e incremental (Carmines, Stimson, 1986 e 1989; Carmines e Wagner, 2006). Testado sobretudo para assuntos de costume e valor, especialistas têm encontrado um padrão de evolução política para as questões sobre raça e direitos civis (Carmines, Stimson, 1989), aborto (Adams, 1997) e o papel da mulher (Sanbonmatsu, 2002). Todavia, Lindaman e Haider-Markel (2002) não encontraram evidências de evolução política para assuntos sobre meio ambiente, porte de arma, pornografia e direitos dos homossexuais.

Stimson (2004) reexaminou a teoria da evolução política e encontrou resultados significativos para aborto, raça e direitos das mulheres. Segundo o autor, ocorreu de forma gradual um incremento na associação entre esses três temas políticos e a identificação partidária, isto é, o aumento na correlação ao longo do tempo implicou no acúmulo de polarização. Assumindo quatro dimensões políticas - economia, direitos civis, moral e política externa -, Baldassari e Gelman (2008) usam a mesma técnica da correlação para capturar a polarização política. O resultado indica que há uma significativa correlação entre a opinião pública e a identificação partidária e entre a opinião pública e a identificação ideológica. Considerando os detalhes desse modelo, as dimensões econômicas e de direitos civis tiveram as maiores correlações, seguidas pelas dimensões dos temas morais e de política externa. Os resultados sugerem, portanto, que as mudanças da opinião dos indivíduos são correlacionadas com a polarização dos partidos políticos em um processo de evolução política.

Essa primeira parte desse capítulo emprega a teoria da evolução política para examinar as mudanças das preferências partidárias ao longo do tempo. O modelo aqui adotado investiga a correlação entre a opinião pública e as identidades partidárias, criando dois grupos comparativos. O primeiro grupo é sobre o alinhamento do petismo com a opinião pública de diversos temas políticos associados à dimensão econômica e de valor. Já o segundo grupo é organizado pelo alinhamento entre o antipetismo e a opinião pública sobre as mesmas dimensões políticas. A correlação significa o grau de evolução entre a opinião pública e as preferências partidárias com o objetivo de capturar a polarização política entre esses dois grupos. Quanto maior a correlação e a distância dos grupos, maior é considerada a polarização.

Para o teste da evolução política, assumiu-se que a opinião pública se organiza nas dimensões políticas de economia e valor. A opinião pública aqui cumpriu os mesmos pressupostos conceituais e metodológicos do *Policy Mood*, isto é, criou-se um índice macro para a dimensão de economia e de valor ano a ano. As preferências

partidárias usadas são os índices de petismo e antipetismo, emoldurando a evolução política dentro da perspectiva teórica da identificação partidária negativa pela primeira vez na literatura. Após esses primeiros procedimentos, o passo seguinte foi correlacionar a opinião pública com as preferências partidárias de 1997 a 2018, período pelo qual há dados disponíveis para o petismo e o antipetismo.

O gráfico 5.1 mostra a correlação de petismo e antipetismo com a opinião pública da dimensão econômica. O resultado indica a tendência de uma relação perfeita para uma não-relação entre as variáveis, sendo de forma mais incisiva para o antipetismo. Existe uma correlação positiva entre petismo e opinião pública no início da série e, ao longo da evolução política, essa correlação diminuiu gradualmente; no entanto, o valor de p para a correlação entre petismo e opinião pública é menor do que 0,10, o que indica que o coeficiente é significativo. Existe, portanto, por toda a evolução entre petismo e opinião pública, uma relação positiva moderada ($r= 0,44$). Em outras palavras, os indivíduos que se identificam com o PT importam-se com os temas políticos associados à economia.

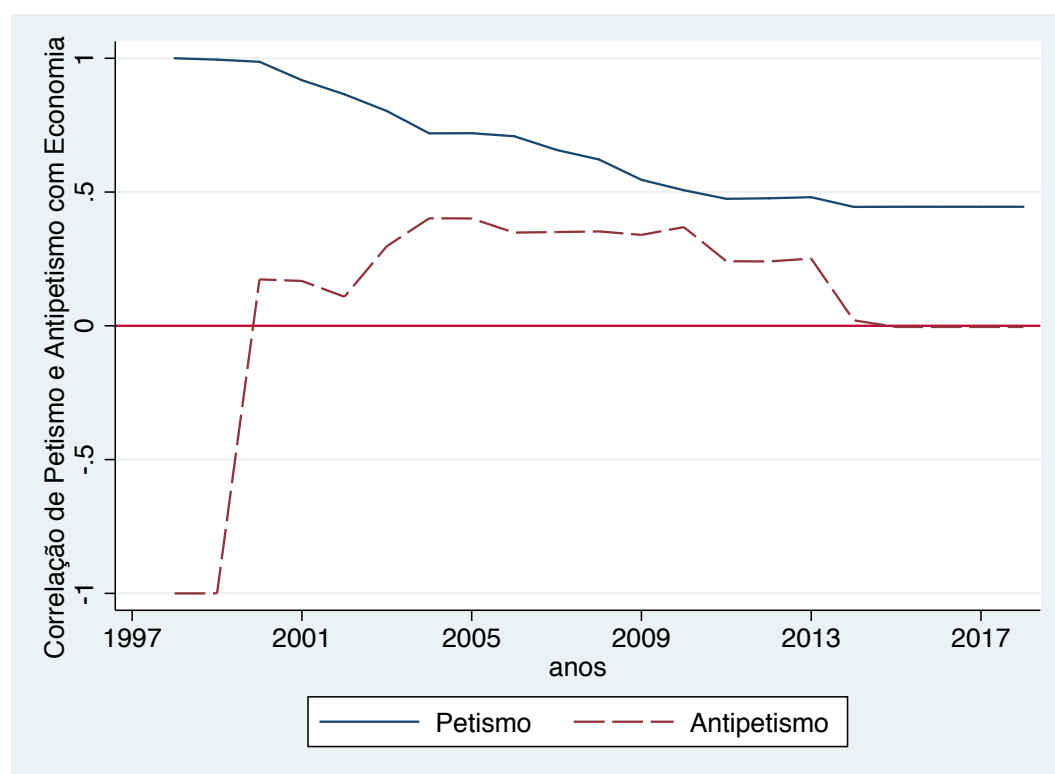


Gráfico 5.1 Correlação de Petismo e Antipetismo com a Dimensão de Economia

Ao que diz respeito à relação entre o antipetismo e a opinião pública da dimensão econômica, existe uma correlação negativa nos anos iniciais da série com

uma propensão para a região de não-correlação, indicada pela linha vermelha. A partir de 2000, a relação entre antipetismo e opinião pública da dimensão econômica tornou-se positiva e prosseguiu dessa maneira até 2015, quando a relação aproximou-se de 0, o que indica que não há relação linear entre antipetismo e opinião pública. O gráfico 5.1 mostra, portanto, que não existe nenhum relacionamento entre os indivíduos declarados antipetistas com a opinião pública da dimensão de economia.

A análise da evolução política de petismo e antipetismo com a dimensão de valor está representada no gráfico 5.2, o qual mostra duas tendências: enquanto a evolução do petismo é de uma relação positiva perfeita (1,00) para uma não-correlação (-0,06), a evolução do antipetismo é de uma relação negativa perfeita (-1,00) para uma relação positiva fraca (0,23). Ou seja, o antipetismo conecta-se com a opinião pública sobre temas ligados aos costumes e o petismo é neutro em relação a esta dimensão da opinião pública.

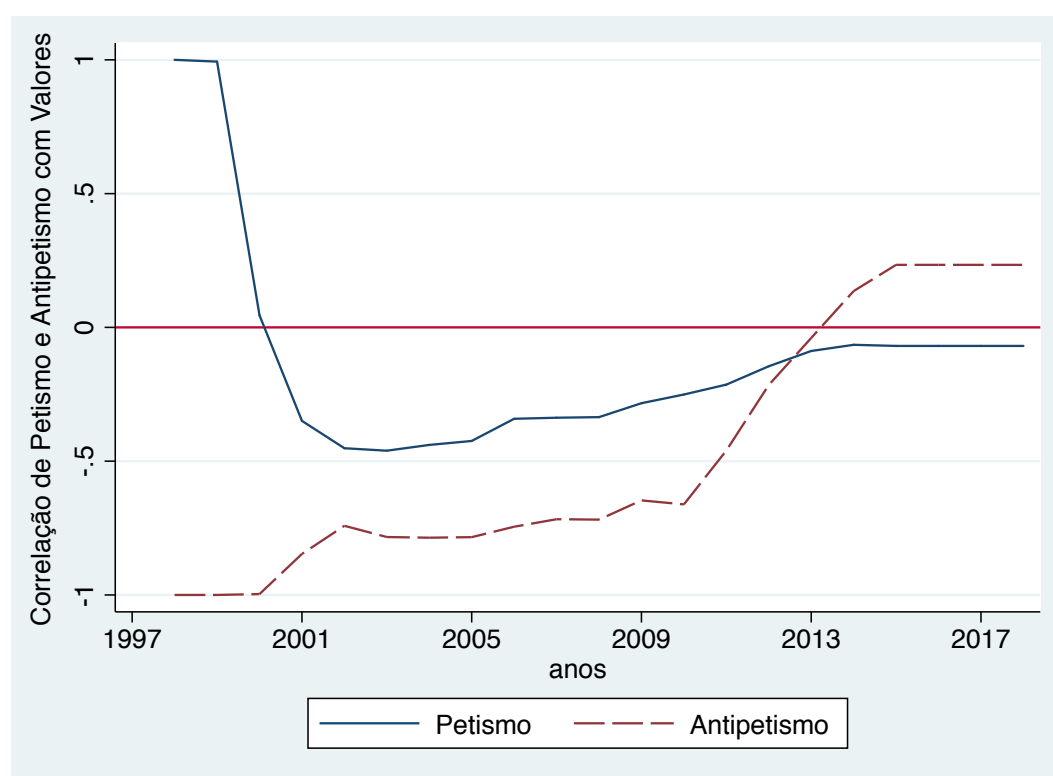


Gráfico 5.2 Correlação de Petismo e Antipetismo com a Dimensão de Valor

Existiu uma correlação inversa entre o antipetismo e a opinião pública da dimensão de valor para o início da série; porém, a partir de 2010, a evolução política entre antipetismo e opinião pública caminhou significativamente para uma correlação positiva. Em 2014, a correlação tornou-se positiva, o que indica que a identificação

com o antipetismo está associada com o aumento da saliência dos temas sobre valor. De outro ponto de vista, a evolução do petismo com a opinião pública da dimensão de valor fez um percurso inverso, ou seja, a relação era positiva no início da série e, ao longo do tempo, essa relação tornou-se negativa. Isso significa que o petismo deixou de se associar aos temas sobre costumes e valor, importando-se mais com a agenda econômica. Em contrapartida, o antipetismo passou a se associar positivamente com os assuntos relacionados aos costumes da sociedade.

Salvo a evolução política entre petismo e a opinião pública da dimensão econômica, os demais coeficientes não são significativos, o que demonstra que o petismo e o antipetismo não estão polarizados pela dimensão de economia e valor. Existe, entretanto, a tendência de que o antipetismo é mais associado aos assuntos sobre valor e menos associado aos temas acerca da economia. E o petismo, por outro lado, conecta-se mais aos temas sobre economia em detrimento dos temas sobre valor. Essa disposição dos indivíduos declarados como petistas ou antipetistas pode refletir os movimentos políticos dos líderes partidários.

É sabido que o PT, durante o governo Lula e Dilma, avançou sobre a agenda econômica, notadamente os temas sobre desemprego, pobreza e crescimento econômico. Os assuntos ligados à agenda de valor foram secundarizados e quase sempre os petistas tinham propostas mais ao centro sobre esses temas, igualando-se com os outros partidos políticos e candidatos. Por este motivo, talvez, o petismo perdeu aderência com os assuntos sobre costumes ao longo da evolução política.

Sob outra perspectiva, os congressistas mais à direita, ligados à bancada evangélica, ruralista e da bala, incorporaram os temas sobre valor nos discursos e atitudes políticas, fortalecendo um campo até então praticamente inexplorado pela classe política. Esses deputados tornaram-se membros das Comissões dos Direitos Humanos, Meio Ambiente e da Constituição e Justiça com uma estratégia de barrar os projetos de lei que garantiriam mais liberdade aos indivíduos. A evolução política do antipetismo acompanhou a ascensão do conservadorismo evangélico, bem como o nascimento de diversos movimentos de direita que ganharam volume à medida que o PT não deu respostas contundentes à Lava Jato, não conseguiu estancar o impeachment e, principalmente, perdeu o debate sobre costumes dentro do Congresso.

As fortes discussões políticas no Congresso a respeito de temas sobre valor ganharam destaque da mídia, de modo que essas pautas ganharam ênfase na sociedade posteriormente. Sabe-se que Bolsonaro consagrou-se vitorioso na eleição presidencial

de 2018 com um discurso antipartidário e conservador no campo dos costumes, logo, pelo menos aparentemente, houve um alinhamento político entre os antipetistas e a agenda política do Bolsonaro.

Para uma agenda futura de pesquisa, é importante avaliar a evolução do petismo e antipetismo em relação a opinião pública da dimensão de economia e valor com o objetivo de identificar se houve verdadeiramente o alinhamento político. A eleição de 2018 foi um momento crítico em que houve uma ruptura no comportamento de petistas e antipetistas, determinando possivelmente novas perspectivas de alinhamento e evolução dos grupos políticos. Portanto, os dados a partir de 2018 poderão responder a esses questionamentos.

5.2 Dimensões da Opinião Pública: Economia e Valor

Nos Estados Unidos, a partir do *New Deal*, os partidos pautaram as suas atividades na agenda econômica e de bem-estar social. A agenda dos direitos civis e racial surgiu na década de 60 e nos anos subsequentes outros temas relevantes atinentes à agenda de costume foram incorporados no debate político. O aumento da polarização política surgiu na década de 70, exatamente quando a sociedade passou a debater duas agendas distintas, da economia e a de valores. No âmbito do Congresso, os partidos tornaram-se internamente mais homogêneos, criando uma distância maior entre Republicanos e Democratas. Conseqüentemente, essas divisões foram transferidas para o grande público (Layman, Carsey e Horowitz, 2006). A polarização política iniciou entre a elite política e refletiu no eleitorado posteriormente, o que deu origem a narrativa política padrão dos Estados Unidos da qual a sociedade é estruturada em pelo menos duas dimensões de conflito.

A teoria do alinhamento ideológico, assim como o modelo da evolução política e da extensão de conflitos, são esforços teóricos nessa direção de confirmação dessa narrativa. Essas teorias assumem a multidimensionalidade da opinião pública, dividindo a sociedade quase sempre nas dimensões de economia e valor, e ainda definem implicitamente que tais dimensões são ortogonais, ou seja, não são correlacionadas. Esse procedimento igualmente foi adotado aqui para avaliar a evolução política entre as preferências partidárias e o *Policy Mood*. Pensar a sociedade nesses termos significa que os cidadãos empacotam suas preferências em dimensões políticas independentes como resposta às posições dos partidos políticos.

Como consequência, as atitudes e opinião pública das pessoas são organizadas e separadas por tais dimensões políticas. A origem da polarização política está, exatamente, na separação da opinião pública por dimensões de conflito, formando uma bidimensionalidade.

Contudo, essa linha de investigação não testa empiricamente a quantidade de dimensões que formam as preferências do público. Assumir a dimensionalidade não é igual a comprovar que a opinião pública está conectada por dimensões de conflito. Essa tradicional perspectiva foi desafiada em anos mais recentes (Ellis e Stimson, 2012) sob a justificativa de que a teoria do alinhamento ideológico e da evolução política usam, na verdade, a ideia da dimensão ideológica. Como se sabe, os especialistas usam os indicadores de ideologia nas análises, empregando a noção ideológica da esquerda-direita para os diversos temas políticos, de maneira que a opinião pública perde a característica multidimensional e agrupa-se na dimensão ideológica. A teoria da dimensionalidade tem o propósito de examinar quantas dimensões políticas de conflito estruturam a sociedade para além da já tradicional dimensão ideológica da esquerda-direita. Essa teoria calcula as dimensões que organizam a opinião pública, abrindo uma nova agenda para avaliar os aspectos da polarização política.

O teste de dimensionalidade propriamente é realizado pela técnica de rotação. Empregando essa técnica para investigar as dimensões políticas estadunidense, Ellis e Stimson (2012, pp. 52-56) demonstraram discordância com a narrativa política padrão. Os autores explicam que as duas dimensões testadas (economia e valor) não são independentes e indicam que a grande maioria dos cidadãos deseja um governo mais ativo e participativo para ambos os temas. Aplicando também a técnica de rotação, Stimson e coautores (2012) analisaram a dimensionalidade da opinião pública na França. O resultado mostrou, novamente, que as dimensões de economia e valor são correlacionadas, o que significa que a estrutura de crença dos franceses não é dividida pela dimensão econômica e de valor. Os autores sugerem que as posições políticas dos cidadãos agrupam-se exclusivamente na dimensão ideológica.

No Brasil, são raros os estudos que mensuram as dimensões políticas pelas quais a sociedade está estruturada (Silva, 2017), pois o debate concentrou-se sobremaneira na clássica divisão entre esquerda e direita. Por ter resultados contraditórios e uma forte descrença de que o brasileiro sabe se posicionar corretamente na escala esquerda-direita, o debate nunca avançou. O trabalho aqui

propõe exatamente testar se existe conflito em termos de dimensões na estrutura de crença do brasileiro sob a justificativa de que nos anos recentes temas como aborto, casamento homossexual, escola sem partido e porte de arma ganharam relevo no Congresso, na mídia e na sociedade.

Ademais, os achados do capítulo 4, especificamente a parte sobre ideologia, propõem que a medida de agregação da identificação ideológica diminui os erros de mensuração. As medidas de ideologia *mood* e de ideologia termostática conseguem capturar melhor a posição ideológica dos indivíduos e construir um quadro no qual existem coerência e estabilidade coletiva. Por fim, o sistema político brasileiro é multipartidário e pelo menos três candidatos efetivamente tiveram chances de vencer as eleições em 2014 e 2018. Portanto, é possível imaginar que o Brasil é organizado com base em dimensões. Adotou-se aqui a hipótese de que há duas dimensões de conflito no país.

Nesse sentido, duas perguntas norteiam essa parte do trabalho: A opinião pública dos brasileiros está empacotada pela dimensão econômica e de valor? Se sim, essas dimensões são ortogonais, ou seja, são perfeitamente independentes? O princípio metodológico da teoria da dimensionalidade é o *Policy Mood* (Stimson, 1991), ou seja, agrega-se as respostas dos indivíduos a respeito de diversos temas políticos e depois estima-se os valores percentuais ano a ano das duas dimensões separadamente. Os itens foram agrupados em cada dimensão com base no conhecimento prévio e no senso teórico. Assim, privatização, imposto, igualdade, pobreza, meio ambiente, papel do estado, sindicatos, gastos sociais, bolsa família e mais médicos foram reunidos dentro do eixo de economia. E os temas como aborto, casamento homossexual, prisão perpétua, pena de morte, legalização das drogas, porte de arma, maioria penal, papel da mulher, imigração e cotas raciais foram incorporados no eixo de valor.

A tabela 5.1 apresenta as cargas de cada item político, resultado da função *dyad ratios*. Aplicou-se o algoritmo *dyad ratios* primeiro para a dimensão de economia e depois para a dimensão de valor. Descobriu-se que há 57% de variância explicada para dimensão da economia e 51% de variância explicada para dimensão de valor quando estas duas dimensões são aplicadas separadamente. A mensagem dessa tabela é que a opinião pública agrupa-se no eixo econômico e valor, uma vez que o percentual de variância é alto para ambas as dimensões.

Tabela 5.1 Carga dos Itens Políticos por Dimensão Política

Itens Políticos	Dimensão Economia	Dimensão Valor
Privatização	0.96	
Igualdade	0.79	
Pobreza	0.90	
Imposto	-0.37	
Meio Ambiente	-0.59	
Papel do Estado	0.67	
Sindicatos	0.98	
Gastos Sociais	-0.63	
Bolsa Família	-0.03	
Mais Médico	-1.00	
Aborto		0.79
Casamento Homossexual		0.86
Prisão Perpétua		1.00
Pena de Morte		-0.50
Legalização das Drogas		0.02
Porte de Arma		0.95
Maioridade Penal		0.62
Papel da Mulher		0.45
Imigração		0.90
Cotas Raciais		-0.90

Com essa estratégia, os índices de cada dimensão são gerados, permitindo comparar a evolução dinâmica das duas dimensões ao longo do tempo. O gráfico 5.3 mostra claramente que a opinião pública da dimensão econômica é mais liberal, isto é, o brasileiro deseja um Estado mais forte e presente. Já a opinião pública da dimensão de valor é mais conservadora, significando que o brasileiro é mais tradicional e preocupado com as mudanças de comportamento. As duas dimensões visualmente não são correlacionadas e o teste de correlação confirma esse dado ($r = -0,29$). O pensamento brasileiro, portanto, resume-se como liberal para assuntos econômicos e conservador para as matérias sobre costumes. Nesse sentido, o gráfico 5.3 sugere que a estrutura de crença dos brasileiros é separada por economia e valor, engendrando uma divisão no modo de pensar do brasileiro com base nessas duas dimensões.

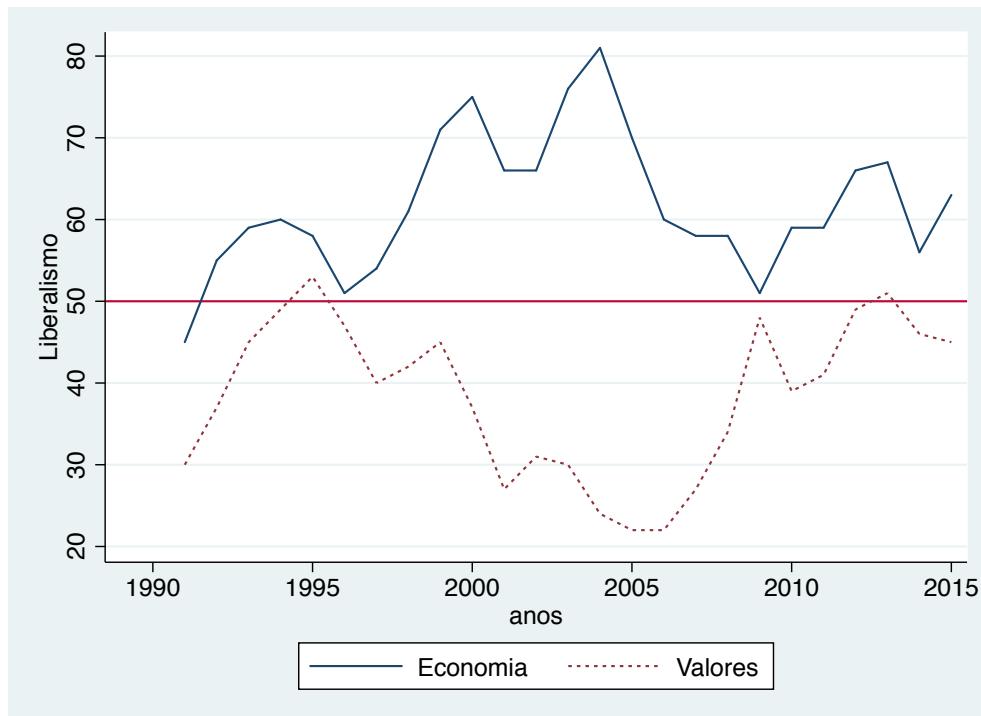


Gráfico 5.3 Dimensão de Economia e Valor

Contudo, a análise dos dados por *dyad ratios* é insatisfatória para tratar da dimensionalidade por agrupar também as preferências do público dentro do espectro ideológico esquerda-direita. Uma solução mais refinada para capturar a independência das dimensões é usar a técnica de rotação por meio das cargas de cada item político. De acordo com esta abordagem, o primeiro passo é aplicar a função *dyad ratios* para o conjunto dos itens políticos disponíveis por uma única vez. A função *dyad ratios*, desta vez, não é aplicada de forma separada para cada dimensão. Conseqüentemente, no uso do *software Wcalc*, força-se a extração de duas dimensões e as cargas dos itens políticos são disponibilizadas. Depois desta estimativa, executa-se a rotação dos dois eixos independentemente para maximizar o alinhamento dos itens políticos.

O gráfico 5.4 mostra as cargas das duas dimensões no espaço a fim de visualizar a separação dos assuntos relacionados à economia e valor. Os pontos que representam as duas dimensões estão espalhados no gráfico, ocupando posições distintas dentro do quadrante. Isso significa que a primeira dimensão é ortogonal em relação a segunda dimensão.

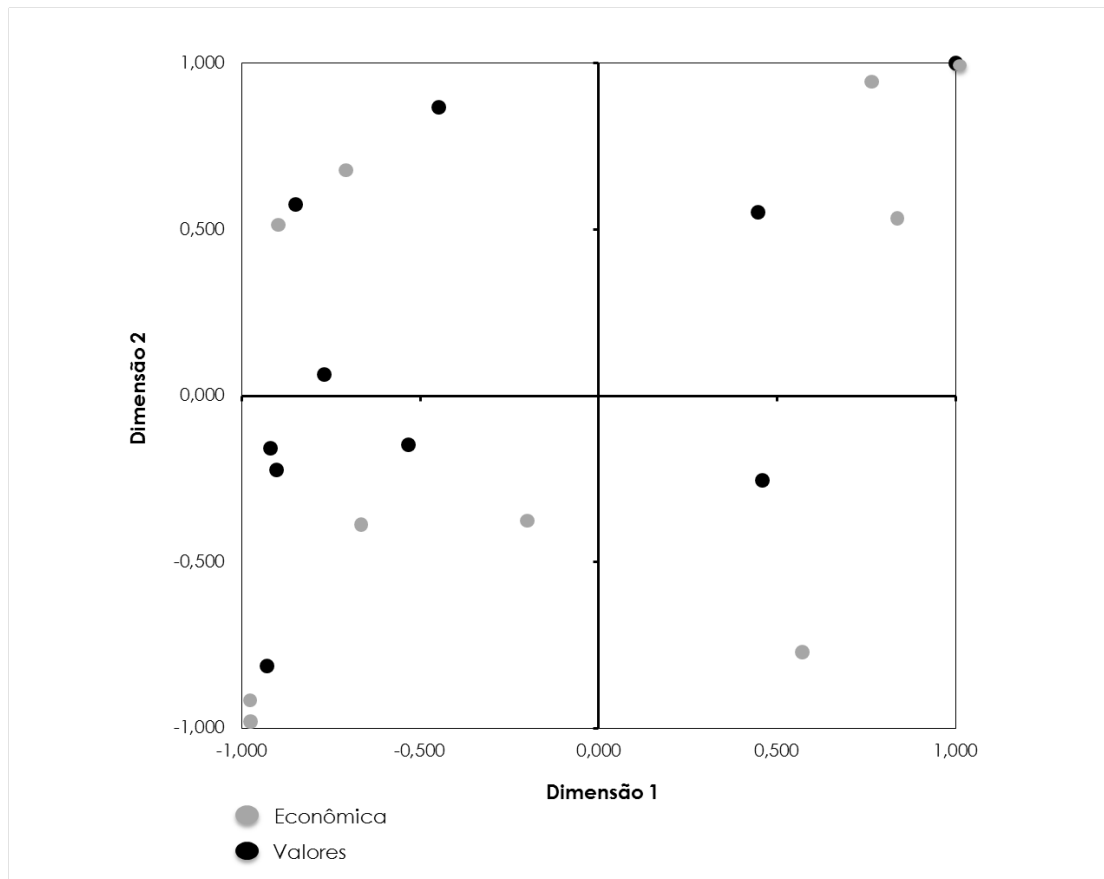


Gráfico 5.4 Duas Dimensões de Rotação Não-Correlacionadas

A análise de rotação é interpretada em termos dos ângulos de rotação originais (1) 0 graus e (2) 90 graus. O resultado de correlação máxima é de 164 graus para o primeiro ângulo e -20 para o segundo ângulo, de modo que a dimensão 1 é de 164 graus ($0 + 164 = 164$) e a dimensão 2 é de 70 graus ($90 - 20 = 70$). O ângulo entre as duas dimensões é de 94, o que significa que os eixos são quase perfeitamente não correlacionados. Portanto, o conjunto dos resultados indica que a opinião pública é estruturada pela dimensão de economia e valor e que ambas as dimensões são independentes. Esse é o pressuposto para definir a polarização política com base nas dimensões de conflito.

O problema, no entanto, é que a variância explicada da dimensão 2, no momento em que o *Wcalc* força a extração, é somente de 15%. Esse baixo índice diminui significativamente a confiança em determinar que existem duas dimensões estruturando a opinião pública no Brasil. Para efeito de comparação, a variância explicada da dimensão 1 é de 55%. Esses valores de variância são calculados pelo *Wcalc* em uma operação conjunta das duas dimensões. A análise de rotação pode ter

agrupado itens políticos incoerentes e de baixa explicação da dimensão 2, forçando uma explicação dimensional que inexiste na realidade. Dado o baixo nível de variância da segunda dimensão, é possível que todos os itens políticos agrupem-se em uma única dimensão.

Para solucionar este problema de variância da segunda dimensão, é preciso incluir mais itens políticos na análise, aumentar os anos de cada item e alargar a série temporal. Algumas variáveis trabalhadas aqui têm menos de cinco anos de dados coletados. Do ponto de vista teórico, alguns itens, principalmente os relacionados à dimensão de valor, são novos e não são totalmente salientes no debate político. É necessário de tempo e mais clareza das posições dos políticos quanto a alguns itens da análise. Assim, o resultado da polarização dimensional não é conclusivo. A prudência pede para não determinar que duas dimensões de conflito explicam a opinião pública no Brasil, visto o baixo percentual de variância da segunda dimensão.

5.3 Polarização Distribucional usando a Técnica da Densidade Relativa

A pesquisa tem mostrado até agora que é falso afirmar que a opinião pública é multidimensional nos Estados Unidos, na França e é necessário ter precaução em endossar essa tese para o Brasil. Além disso, o petismo e antipetismo não estão polarizados pelas dimensões de economia e valor, embora a evolução do petismo e antipetismo demonstre uma tendência de alinhamento com essas duas dimensões, respectivamente. Esse alinhamento pode ocasionar, no futuro, uma divisão se a trajetória permanecer igual, porém ainda é prematuro afirmar isso. Esses resultados estão baseados nas medidas de correlação e rotação, os quais se adicionam com às medidas de dispersão e associação que, por sua vez, são abalizadas pela diferença das médias entre os diferentes grupos sociais.

De acordo com Fiorina e Abrams (2008), no âmbito da discussão sobre o alinhamento partidário, a distribuição da população pode permanecer inalterada e apenas uma parte da população modificar as atitudes políticas para combinar com as posições políticas e ideológicas dos líderes partidários. Esse julgamento vai ao encontro das críticas proferidas por Lee (2012) e Levendusky e Pope (2011), os quais advogam a necessidade de uma apuração mais atenta para a distribuição da opinião como um todo porque as medidas baseadas nas médias dos grupos são limitadas para determinar completamente todas as características da polarização política. A análise

da distribuição da população consegue capturar as mudanças completas, comparando as diferenças de densidades entre períodos ou entre dois grupos. Essa é uma face da polarização política raramente explorada pela literatura.

Como dito na introdução desse capítulo, o objetivo aqui é explorar as várias propriedades da polarização e ampliar as ferramentas metodológicas que podem identificar algum nível de polaridade política. Nesse sentido, esse trabalho propõe investigar a forma de distribuição da opinião pública dos grupos sociais e das preferências partidárias (petismo vs. antipetismo). Essa estratégia fornece informações sobre as mudanças na forma de distribuição dos grupos, o que é convencionalmente chamada de “polarização distribucional” (Lee, 2012, p. 29).

A polarização distribucional afere se houve uma movimentação do centro às extremidades, isto é, se a forma distributiva unimodal transformou-se em bimodal (DiMaggio, Evans e Bryson, 1996). A opinião pública, como já visto, é temporal e não estática, de modo que a sua distribuição pode deixar de se concentrar no centro para formar uma concentração nas caudas ao longo do tempo, caracterizando uma transformação distribucional da polarização política (Lee, 2012; Levendusky e Pope, 2011). Ir-se-á tratar desse método, descrevendo as funções metodológicas e, em seguida, os resultados encontrados pelos autores no âmbito da política estadunidense.

A densidade relativa, método não-paramétrico, faz inferências sobre o centro da distribuição de um ou mais grupos e usualmente é usada para medir a desigualdade de renda entre as pessoas. Esse método descreve as mudanças de densidade do grupo de comparação com o grupo de referência com o propósito de comparar as distribuições dos grupos do centro às extremidades. Há três possíveis resultados: 1) quando a densidade relativa é igual 1, então não há divergência entre a distribuição do grupo de referência e o grupo de comparação; 2) quando a densidade relativa é maior que 1, afirma-se que existe sobre-representação do grupo de comparação em relação ao grupo de referência; 3) quando a densidade relativa é menor que 1, então existe sub-representação do grupo de comparação quanto ao grupo de referência. (Handcock, Morris e Bernhardt, 1997). Essa análise é feita por um gráfico que demonstra a curva ou a forma da densidade relativa dos grupos. O formato de U do gráfico demonstra que o centro está sub-representado ($g(r) < 1$) e as caudas estão sobre-representadas ($g(r) > 1$) (Lee, 2012). Em outras palavras, a forma distributiva unimodal converteu-se em bimodal, definindo a polaridade política.

Para a análise da densidade relativa, usa-se ainda a abordagem do gráfico de *kernel* e o índice de polarização, o qual é formado pelas medidas de polarização mediana relativa (MRP), a polarização relativa superior (URP) e a polarização relativa inferior (LRP). Esses índices avaliam até que ponto a distribuição de um grupo (comparativa) é mais polarizada do que a distribuição de outro grupo (referência). Por apresentar uma inferência estatística, o método de densidade relativa tem uma clara interpretação do grau de polarização política.

A polarização mediana relativa (MRP) calcula a densidade relativa entre a distribuição do grupo de comparação e a distribuição do grupo de referência por meio da mediana que é mais robusta no sentido de evitar distorções e enviesamentos das distribuições. Essa medida cria um índice de -1 a +1, onde zero significa que não existe diferença na distribuição entre os grupos. Valores positivos denotam mais polarização porque há o crescimento das caudas da distribuição e os valores negativos expressam convergência em direção ao centro da distribuição.

O índice de polarização também calcula estaticamente as mudanças da distribuição para as caudas superior e inferior, de modo a permitir aferir a direção da polarização. Quando as duas caudas crescem proporcionalmente, há uma polarização simétrica. A polarização pode ser também superior ou inferior. No primeiro caso, apenas a cauda superior cresce; no segundo caso, é a cauda inferior que cresce. O índice de variação -1 a +1 também é criado para estimar a polarização relativa superior (URP) e a polarização relativa inferior (LRP) considerando os valores da mediana como a linha de base. A interpretação dos resultados segue a mesma lógica da MRP.

Os resultados encontrados por Lee (2012), usando o método da densidade relativa, revelam que a distribuição ideológica para a dimensão de garantia de governo é mais polarizada nos dias atuais em comparação com duas décadas atrás. Para este caso, a polarização está em processo desde a década de 90. Por outro lado, a distribuição ideológica para a dimensão cultural não está polarizada, ou seja, a forma distributiva do centro não caminhou às extremidades nas últimas décadas quando a dimensão analisada versa sobre aborto, direitos das mulheres e direitos dos homossexuais. Lee (2012) usou gráficos de densidade a fim de mostrar a evolução da distribuição ideológica da população. Depois, ele usou o índice de polarização para aferir estatisticamente o grau e a direção da distribuição ideológica.

Atento também à questão da polarização distribucional, Levendusky e Pope (2011) calculam a área comum de dois grupos por meio da técnica de sobreposição. O argumento central é o mesmo: como a diferença das médias é uma técnica limitada para definir a polarização política, os autores analisam a heterogeneidade dos grupos. A técnica de sobreposição, também um método não-paramétrico, calcula um coeficiente percentual de duas áreas comuns com base nas densidades de dois grupos e é usualmente usada para aferir a concordância de duas distribuições de renda. O coeficiente de sobreposição varia de 0 a 1, onde 0 significa não-sobreposição e 1 representa a sobreposição perfeita de dois grupos (Schmid e Schmidt, 2005).

Levendusky e Pope (2011) aplicaram o método de sobreposição para avaliar o grau de polarização política entre os estados norte-americanos considerados vermelhos (Republicanos) e azuis (Democratas). Especialistas e comentaristas de televisão afirmam categoricamente que existe uma divisão geográfica nos Estados Unidos, porém a literatura é mais imprecisa nesse ponto com diferentes e contraditórios resultados. Todos os trabalhos usaram a diferença de médias entre os estados como a medida central de aferimento da polarização. Entretanto, Levendusky e Pope (2011) analisaram a distribuição completa da opinião pública de estados vermelhos e azuis por meio de gráficos e a técnica de sobreposição, valendo-se também do critério de dimensionalidade das preferências. Predomina, nos estados, a moderação e o equilíbrio da opinião pública, segundo Levendusky e Pope (2011). Mais especificamente, os autores encontraram o coeficiente de 92% de sobreposição das preferências nas dimensões de economia e valor.

Os autores primeiro definiram as preferências dos indivíduos de vários estados dentro das dimensões de economia e valor através da análise fatorial. Posteriormente, eles mostraram através dos gráficos de distribuição de densidade e o coeficiente de sobreposição que a similaridade e homogeneização das preferências da população prevalecem nos estados norte-americanos, afastando, portanto, a tese de polarização da qual existe a divisão entre estados vermelhos e azuis nos Estados Unidos.

Esse trabalho se propõe, doravante, a explorar a distribuição completa da opinião pública dos grupos sociais de duas formas. Primeiro, investigar a diferença da distribuição da opinião pública separada pela dimensão de economia e valor. De forma complementar, propõe-se a investigar a opinião pública de forma conjunta, isto é, sem separar as preferências por dimensões. Para todas essas análises, usar-se-á os gráficos e o método de densidade relativa. O segundo bloco de pesquisa a esse

respeito concentra-se na distribuição completa do petismo e antipetismo, usando igualmente os gráficos e o método de densidade relativa. O objetivo central é saber se as distribuições dos grupos sociais e partidários sofreram um processo distribucional de polarização política.

5.3.1 Polarização Distribucional dos Grupos Sociais

Diante do exposto, o primeiro passo é demonstrar o conjunto dos gráficos de densidade relativa dos grupos sociais a fim de observar a curva de distribuição. O gráfico 5.5 demonstra que somente o grupo social de renda, definido entre pobres e ricos, tem o formato de U. Ainda que não seja perfeito, pois as caudas não cresceram simetricamente, o gráfico indica que a densidade do centro está sub-representado abaixo da linha horizontal ($g(r)<1$), enquanto as caudas estão sobre-representadas acima da linha horizontal ($g(r)>1$). Esse resultado sugere que pobres e ricos abandonaram o centro e se dirigiram aos polos, formando uma distribuição bimodal. As densidades relativas dos grupos de educação e raça são bastante similares no sentido de apresentar uma distribuição uniforme. A tendência de distribuição próxima de 1 ($g(r)=1$) indica que não há divergência entre os mais educados e os menos educados e entre os brancos e os não-brancos. A densidade relativa do grupo de religião, formado por religiosos e os não-religiosos, indica um U invertido, mesmo que não seja perfeito, pois a cauda inferior está levemente acima do valor 1. Esse formato de distribuição significa que o centro está sobre-representado em comparação com as caudas, isto é, os dois grupos que compõem o grupo social de religião movimentaram-se na direção do centro. A sub-representação é maior para a cauda superior, que está bem abaixo do valor 1.

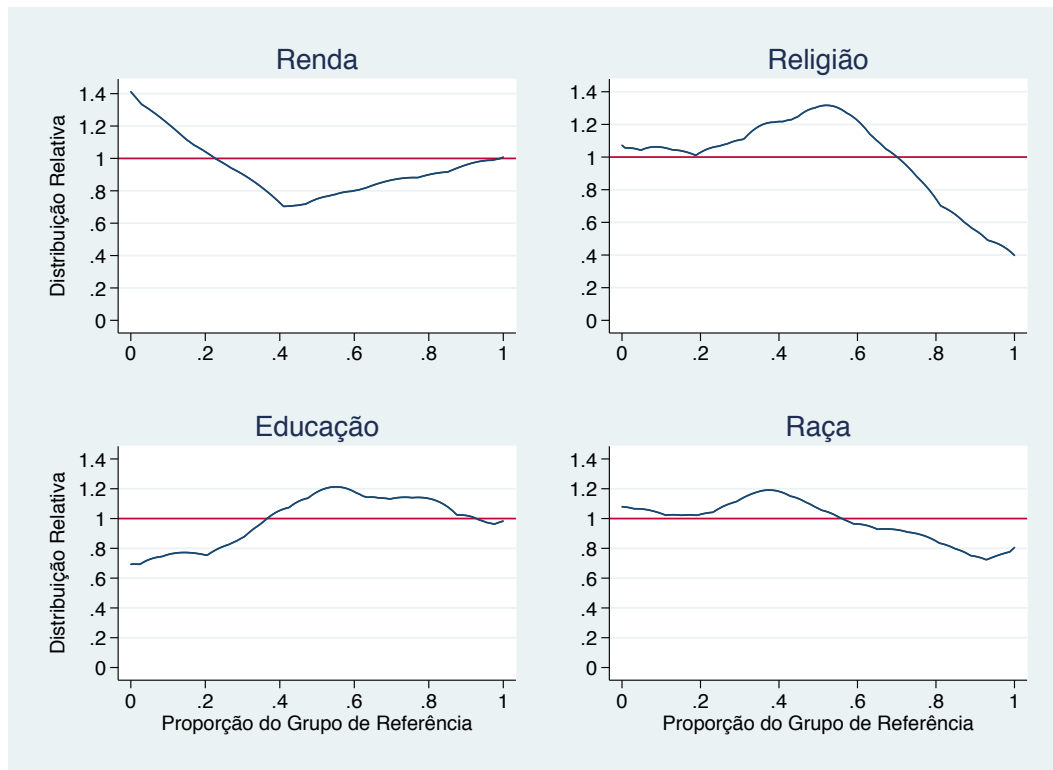


Gráfico 5.5 Densidade Relativa dos Grupos Sociais

Visto que o formato da curva é apenas entre pobres e ricos, esse trabalho, doravante, dedica-se a aprofundar a análise da polarização distribucional para esse grupo social especificamente⁹. O gráfico 5.6 mostra a densidade da opinião pública entre pobres e ricos, de maneira que as preferências são reunidas em um único índice no intervalo de 1991 a 2015, guardando as regras metodológicas e teóricas do *Policy Mood*. O resultado mostra uma diferença na curva de distribuição: o eixo y varia de 0 a 0,045 para os ricos e varia de 0 a 0,031 para os pobres. Considerando agora o eixo x, cujos valores abaixo de 50 denotam conservadorismo e valores acima de 50 significam liberalismo, observa-se que a opinião pública dos mais ricos concentra-se mais no campo conservador e a opinião pública dos mais pobres é essencialmente centrista. Nesse sentido, pode-se ressaltar também que existem áreas incomuns entre os grupos dos mais pobres e dos mais ricos, evidenciando que as distribuições dos dois grupos não estão sobrepostas completamente.

9. Os resultados dos índices de polarização para os demais grupos sociais estão disponíveis no anexo V, na tabela 5.2

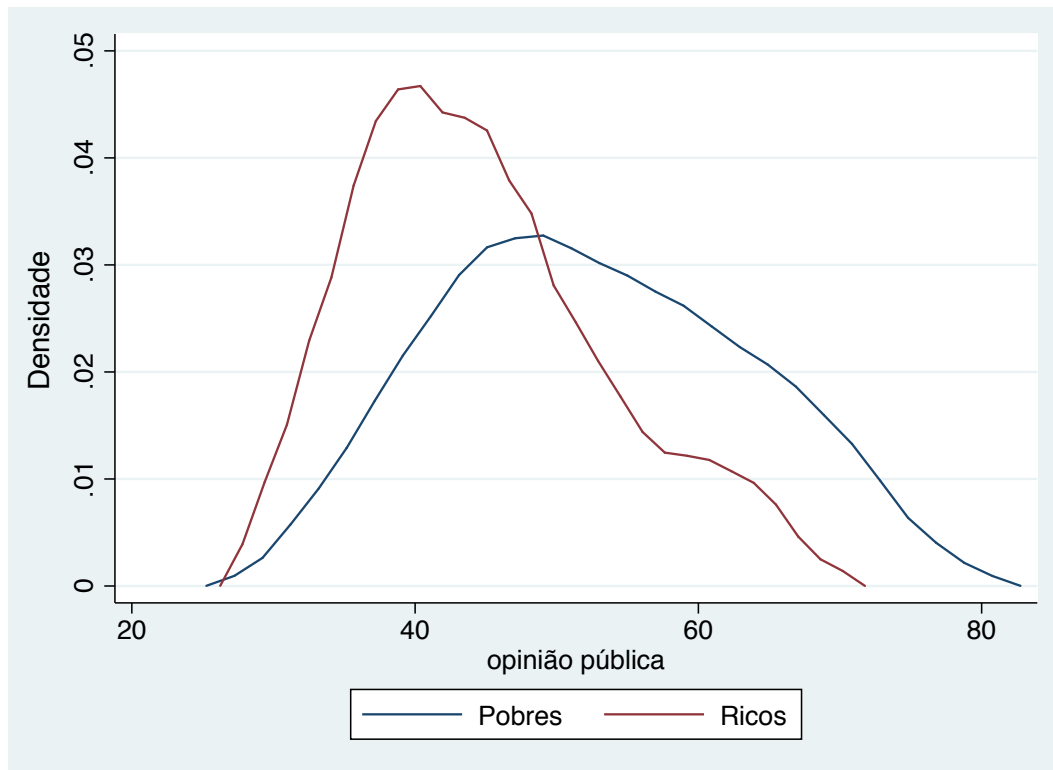


Gráfico 5.6 Densidade das Preferências entre Pobres e Ricos

O índice de polarização, por sua vez, confirma a polarização distribucional da opinião pública entre pobres e ricos. Conforme a tabela 5.3, o valor de MRP encontrado diz que 24% das preferências caminharam na direção das caudas, diminuindo a distribuição no centro. A tabela 5.3 ainda mostra que a cauda inferior tem contribuído mais para o índice geral de polarização, uma vez que os resultados mostram que o LRP aumentou em 49,7% e o URP diminuiu -1,4%. Cabe ressaltar que os resultados dos índices de polarização corroboram o gráfico 5.6 da densidade relativa, que mostra a curva da opinião pública entre pobres e ricos: diminuição do centro e aumento da cauda inferior.

Tabela 5.3 Índice de Polarização da Opinião Pública entre Pobres e Ricos

Índice de Polarização	Coefficientes	Erro Padrão
Mediana (MRP)	0,241	0,144
Cauda Inferior (LRP)	0,497	0,275
Cauda Superior (URP)	-0,014	0,276

Nota: Usou-se o teste de Bootstrapped porque a amostra é menor do que 30 ($n < 30$).

Uma vez que a opinião pública de pobres e ricos é formada por assuntos relativos à esfera de valor e economia e que os resultados mostraram a existência de uma diferença de preferências entre os mais pobres e os mais ricos, a próxima etapa é analisar a polarização política por meio das dimensões da opinião pública. Assim, cumprindo igualmente os preceitos metodológicos do *Policy Mood*, gerou-se os gráficos de densidade *kernel* para os índices macros de pobres e ricos das duas dimensões da opinião pública.

O gráfico 5.7 apresenta as densidades da dimensão de valor e da dimensão de economia entre pobres e ricos. Para a dimensão valor (lado esquerdo no gráfico), a curva de distribuição da densidade entre pobres e ricos é normal, cuja variação de densidade no eixo y é de 0 a 0,04 para ambos. O lado esquerdo do gráfico 5.7 mostra também que existe muita área em comum entre a distribuição de pobres e ricos, então, à primeira vista, pode-se dizer que não existe polarização política entre pobres e ricos para a dimensão de valor. Ademais, ambas as distribuições são moderadas, sendo que a distribuição dos ricos está ligeiramente mais à direita em comparação com a distribuição dos pobres. Para a dimensão de economia (lado direito do gráfico), a função de probabilidade da densidade no eixo y tem a variação de 0 a 0,03 para os ricos e de 0 a 0,023 para os pobres, demonstrando diferença na curva de densidade entre os dois grupos. Observa-se, também, áreas não comuns entre pobres e ricos, de modo que a distribuição dos dois grupos é relativamente heterogênea. Como consequência, esse resultado indica que há polarização política entre pobres e ricos para a dimensão de economia.

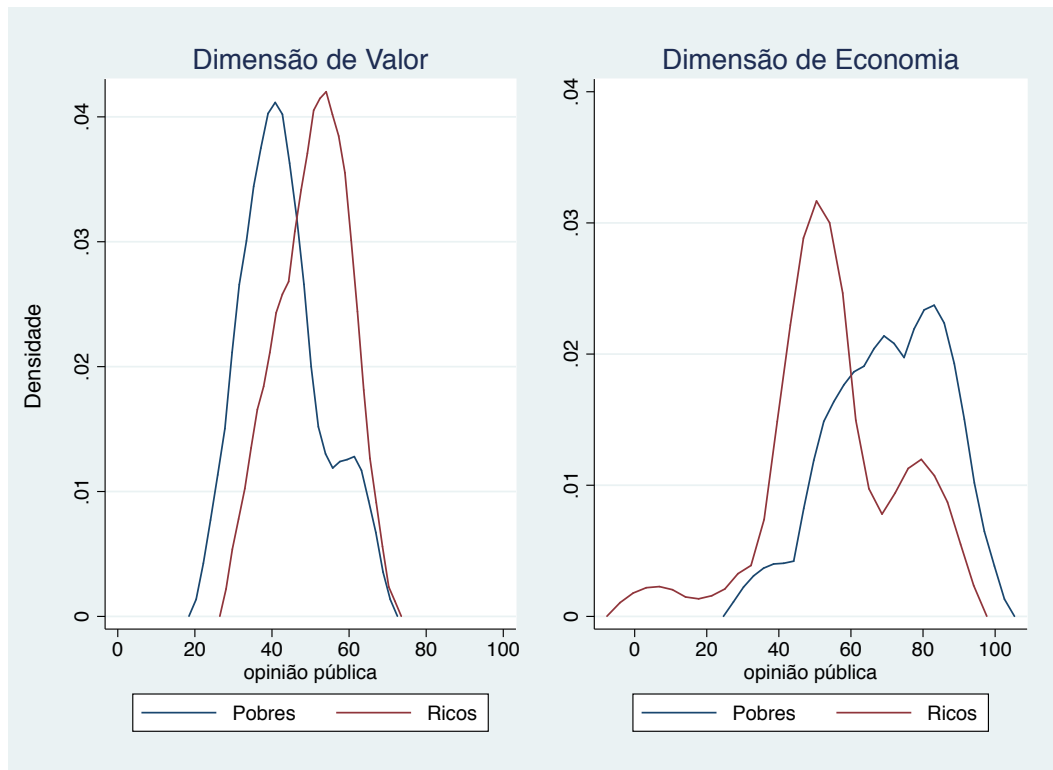


Gráfico 5.7 Densidade da Dimensão de Economia e Valor entre Pobres e Ricos

O próximo passo é executar os testes mais formais da polarização distribucional, usando o índice de polarização. De acordo com a tabela 5.4, os valores MRP para a dimensão de valor são negativos, indicando que há menos polarização, ou seja, -0,2% da opinião pública marchou para o centro da distribuição. Esse valor é muito próximo de 0, significando que é praticamente nula a diferença da distribuição entre pobres e ricos no que diz respeito a opinião pública acerca da dimensão de valor. Houve, ainda, um crescimento da distribuição da cauda superior de 12,1% e uma diminuição da cauda inferior de -12,3%, o que mostra que pobres e ricos movimentaram-se em conjunto muito mais na direção da cauda superior, representando o conservadorismo da dimensão de valor.

Os valores de MRP da dimensão de economia informam que 13% da distribuição caminharam na direção das caudas, estabelecendo uma leve polarização política entre pobres e ricos para assuntos relativos à dimensão de economia. A distribuição foi mais expressiva na cauda inferior, um crescimento de 54%. A cauda superior, por seu turno, sofreu um decréscimo de -27,7%. Portanto, para a dimensão de economia, a distribuição da opinião pública dos mais pobres está polarizada em relação à distribuição da opinião pública dos mais ricos, mostrando que os pobres posicionam-se mais na cauda inferior, representando o lado mais liberal da dimensão

de economia. Os ricos, por sua vez, posicionam-se mais para a centro-direita na esfera da economia em comparação com os pobres. Esses resultados confirmam a distribuição de densidade entre pobres e ricos vista pelos gráficos de *kernel*: não há diferença para a dimensão de valor, mas há polarização quanto à dimensão de economia.

Tabela 5.4 Índice de Polarização entre Pobres e Ricos das Dimensões de Valor e Economia

Índice de Polarização	Dimensão de Valor		Dimensão de Economia	
	Coefficientes	Erro Padrão	Coefficientes	Erro Padrão
Mediana (MRP)	-0,002	0,131	0,131	0,213
Cauda Inferior (LRP)	-0,123	0,243	0,541	0,341
Cauda Superior (URP)	0,121	0,265	-0,277	0,297

Nota: Usou-se o teste de Bootstrapped porque a amostra é menor do que 30 ($m > 30$).

A distribuição de densidade da opinião pública entre ricos e pobres pode ser dividida em ciclos temporais com o objetivo de ver o dinamismo e as mudanças da distribuição ao longo do tempo. Ao decompor a distribuição da opinião pública em ciclos, pode-se comparar as fases e também testar o momento da vida política no qual mais existiu polarização política entre pobres e ricos especificamente. Optou-se aqui em três ciclos de distribuição, conforme foi realizado para a opinião pública macro no capítulo 4: 1) de 1991 a 1999, fase de estabilidade econômica em que o país foi governado por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso; 2) de 2000 a 2007, final do governo FHC e o início da era PT com forte política de inclusão social; 3) de 2008 a 2015, fase em que compreende o declínio do PT, grandes escândalos de corrupção e uma profunda crise econômica.

Conforme o gráfico 5.8, os três ciclos políticos são diferentes quando são comparados, sobretudo quando se leva em consideração as mudanças da distribuição dos mais ricos. Para os ciclos de 1991-1999 e 2008-2015, a distribuição dos mais ricos e dos mais pobres são bastante diferentes entre si, de modo que as densidades dos mais ricos variam de 0 a 1 e as densidades dos mais pobres abrangem os valores de 0 até 0,4 aproximadamente. Os ciclos 1991-1999 e 2008-2015 apresentam mais diferenças nas distribuições dos dois grupos em comparação com o ciclo 2000-2007. À primeira vista, portanto, apenas o ciclo 2000-2007 não apresenta polarização entre o grupo de comparação (mais pobres) e o grupo de referência (mais ricos), visto que existe visivelmente muita sobreposição das distribuições dos dois grupos.

Considerando agora somente o eixo x, observa-se que a distribuição da opinião pública dos mais ricos de 1991 a 1999 concentra-se quase que inteiramente no campo conservador. Já a opinião pública dos mais pobres, para o mesmo período, tem uma distribuição mais centrada, abrangendo da direita à esquerda proporcionalmente. Para o período de 2000 a 2007, a opinião pública dos mais ricos apresenta uma densidade menor e uma distribuição mais semelhante à opinião pública dos mais pobres que é mais centrada em média, compreendendo quase que todo o eixo x. O último ciclo de distribuição, de 2008 a 2015, assinala que a opinião pública dos mais ricos volta a ter uma forte densidade e uma inclinação maior ao conservadorismo.

Em síntese, o gráfico 5.8 mostra que a distribuição da opinião pública dos mais ricos tem uma forte densidade para os ciclos 1991-1999 e 2008-2015 e, por outro lado, apresenta um padrão de distribuição semelhante à opinião pública dos mais pobres para o ciclo 2000-2007, isto é, mais centrada. A opinião pública dos mais pobres não sofreu grandes mudanças nos três ciclos analisados, estabelecendo uma densidade mediana e uma ampla largura no que diz respeito ao eixo x, que define as mudanças da opinião pública da direita à esquerda. Deste modo, conclui-se que, na média, os pobres são mais centristas.

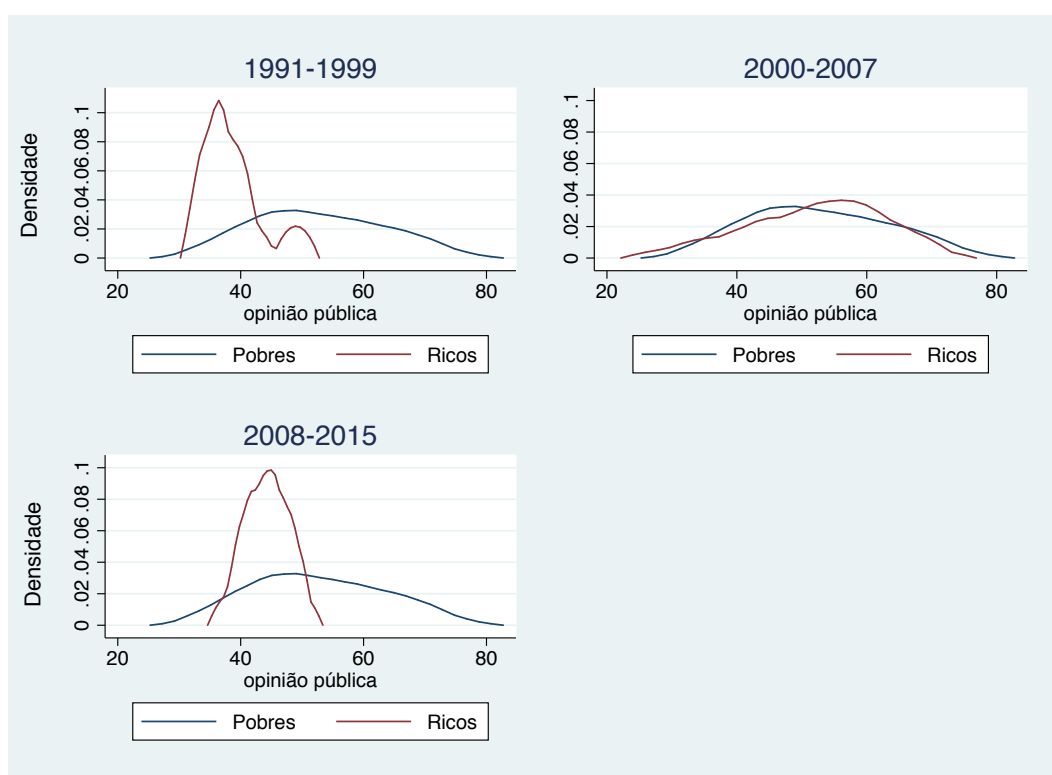


Gráfico 5.8 Densidade das Preferências entre Pobres e Ricos por Ciclos Políticos

Os resultados do índice de polarização apresentados na tabela 5.5 confirmam as mudanças vistas no gráfico 5.8, ou seja, existe uma forte polarização entre os pobres e os ricos para o primeiro (1991-1999) e o último ciclo (2008-2015) da distribuição de densidade. Por outro lado, as distribuições da opinião pública dos pobres e dos ricos do ciclo 2000-2007 não estão polarizadas. Para o ciclo 1991-1999, o índice de MRP mostra que 38,2% da distribuição caminhou na direção das caudas. A mudança da distribuição incidiu em maior volume na cauda inferior com 67,9% e em menor nível na cauda superior com apenas 8,6%. O índice de MRP é negativo para o ciclo 2000-2007 (-18,7%), o que demonstra convergência na direção do centro da distribuição para os dois grupos. Os índices da cauda inferior (-6,2%) e da cauda superior (-31,2%) também são negativos, confirmando que as caudas diminuíram. Para o ciclo 2008-2015, o índice de MRP volta a ser positivo, sendo que 56,2% da distribuição cresceu na direção das caudas. A cauda inferior cresceu 12,5% mais do que a cauda superior, de modo que a cauda inferior contribuiu mais com a polarização política durante esse período.

Tabela 5.5 Índice de Polarização da Opinião Pública entre Pobres e Ricos por ciclos políticos

Índice de Polarização	1991-1999		2000-2007		2008-2015	
	Coeficientes	Erro Padrão	Coeficientes	Erro Padrão	Coeficientes	Erro Padrão
Mediana (MRP)	0,382	0,218	-0,187	0,236	0,562	0,348
Cauda Inferior (LRP)	0,679	0,488	-0,062	0,394	0,625	0,485
Cauda Superior (URP)	0,086	0,370	-0,312	0,430	0,500	0,382

Nota: Usou-se o teste de Bootstrapped porque a amostra é menor do que 30 ($n < 30$).

5.3.2 Polarização Distribucional entre Petismo e Antipetismo

O procedimento para investigar a forma distributiva entre petismo e antipetismo é a aplicação dos gráficos da distribuição relativa, densidade *kernel* e do índice de polarização. O conjunto dessas técnicas determina o grau da polarização distribucional. Nesse sentido, o gráfico 5.9 mostra que a densidade relativa entre o petismo e antipetismo tem o formato de U, evidenciando que o centro diminuiu significativamente e as caudas cresceram ao longo do tempo. A forma do U da distribuição relativa, como se sabe, é um forte indicativo de polarização política. Neste caso, especificamente, pode-se afirmar que existe sobre-representação do

antipetismo, que é o grupo de comparação, em relação ao petismo, o grupo de referência, pois as caudas ultrapassaram a linha horizontal ($g(r) > 1$) e o centro está abaixo da linha ($g(r) < 1$).

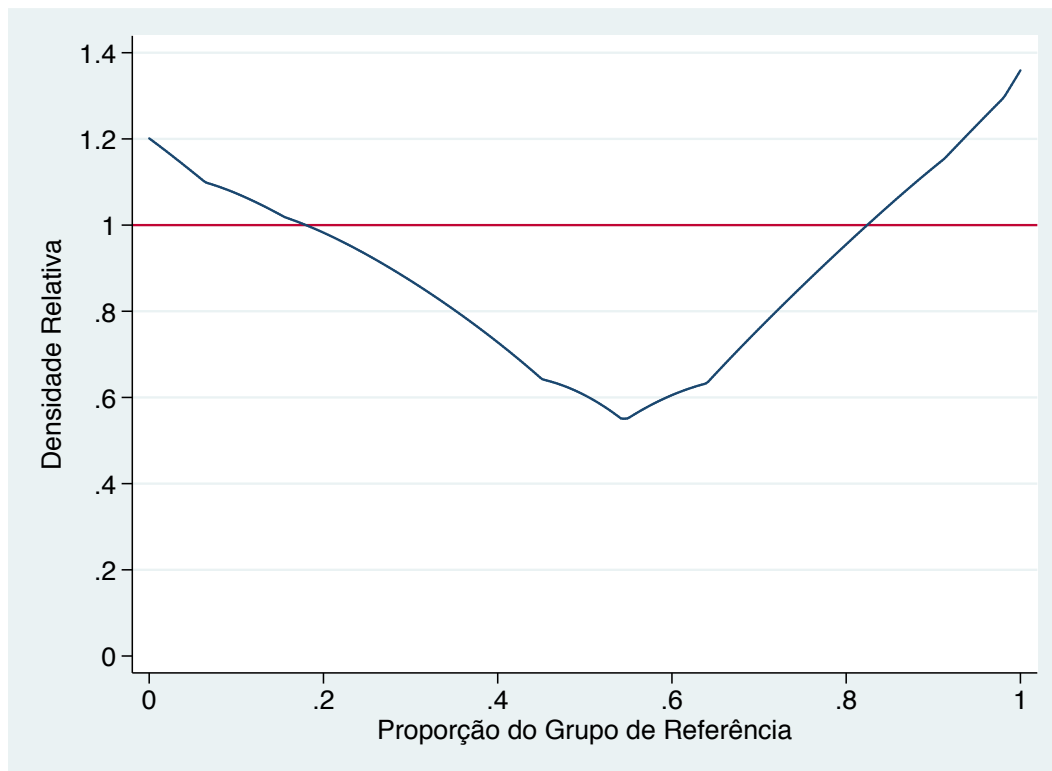


Gráfico 5.9 Densidade Relativa do Petismo e Antipetismo

Em relação a densidade *kernel*, o gráfico 5.10 mostra que a densidade do petismo varia de 0 a 0,7 e a densidade do antipetismo varia de 0 a 0,3 aproximadamente. Enquanto a distribuição do petismo está mais concentrada, a distribuição do antipetismo tem uma densidade menor e está mais diluída na frequência do eixo x que define o grau de partidarismo. Isso significa que o antipetismo pode ter caminhado mais na direção das caudas em comparação com o petismo, de modo que o centro da distribuição do antipetismo pode ter diminuído durante esse processo distributivo das preferências partidárias. Cabe ainda destacar que o petismo e o antipetismo localizam-se em posições heterogêneas no gráfico 5.10, o que provavelmente deve afetar o grau de sobreposição dos dois grupos. Neste caso, a polarização política deriva quando os grupos não estão sobrepostos entre si.

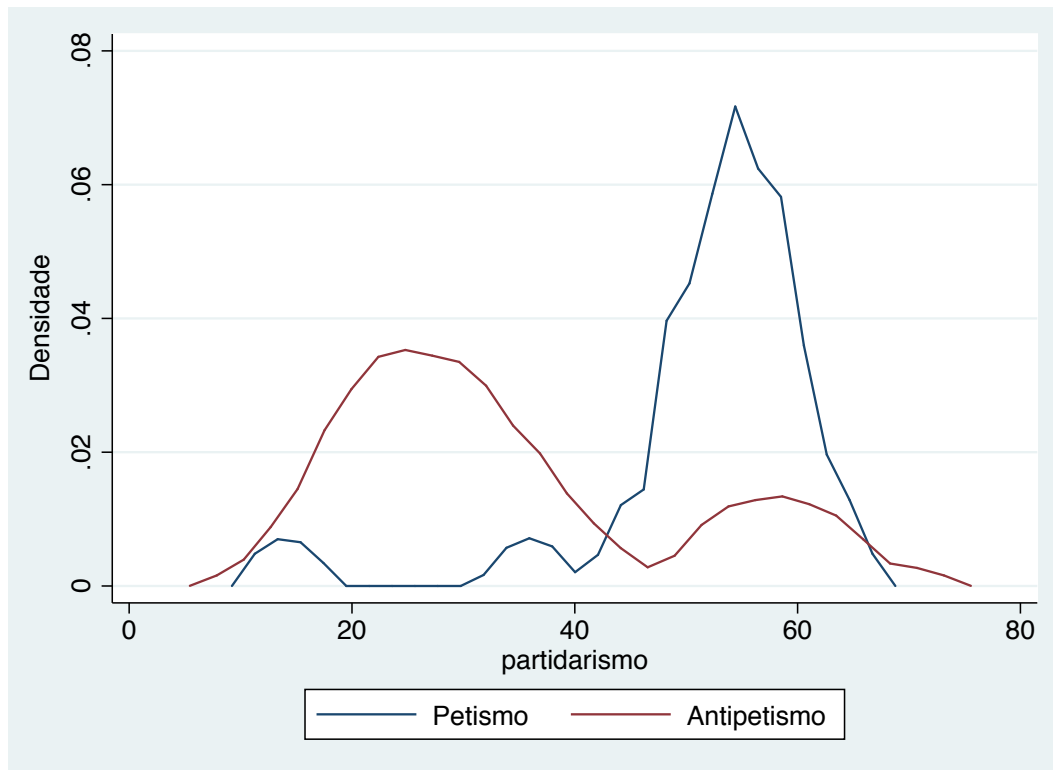


Gráfico 5.10 Grau de Densidade de Petismo e Antipetismo

O padrão distributivo do petismo e antipetismo, que apresentou uma aparente diferença entre os dois grupos, conforme foi detectado pelo gráfico 5.10 da densidade, é confirmado pelo índice de polarização. A tabela 5.6 mostra que a distribuição do antipetismo está polarizada em relação à distribuição do petismo. Cobrindo o período de 1997 a 2018, observa-se que 37,6% da mediana relativa de polarização (MRP) movimentou-se às extremidades, de maneira que o crescimento foi diluído da seguinte maneira: 56% na direção da cauda inferior e 19% na direção da cauda superior. Há, portanto, polarização política entre petismo e antipetismo uma vez que o centro diminuiu e as caudas cresceram, formando a figura de um U. Como já dito, a distribuição em U representa a forma distributiva bimodal.

Tabela 5.6 Índice de Polarização das Identidades Partidárias entre Petismo e Antipetismo

Índice de Polarização	Coefficientes	Erro Padrão
Mediana (MRP)	0,376	0,163
Cauda Inferior (LRP)	0,190	0,321
Cauda Superior (URP)	0,561	0,259

Nota: Usou-se o teste de Bootstrapped porque a amostra é menor do que 30 ($m > 30$).

5.4 Considerações Finais

A busca pela origem da polarização política foi o foco deste capítulo como um desdobramento do capítulo 4, cujos principais resultados foram usados para balizar a abordagem científica. As polaridades entre pobres e ricos e entre petistas e antipetistas foram analisadas por novas perspectivas teóricas e testadas por outros métodos, como: correlação, rotação e densidade relativa. O conjunto dessas técnicas, somadas aos métodos de dispersão e associação dos grupos, amplificou os resultados, deixando-os mais robustos. Ademais, esses métodos são apoiados teoricamente por três perspectivas das quais investigam novas propriedades da polarização política no Brasil.

A primeira perspectiva refere-se a teoria da evolução política e a técnica de correlação. A teoria da evolução política, que é uma extensão do alinhamento político, avaliou se o petismo e o antipetismo transformaram-se ao longo do tempo e dividiram-se nas dimensões de economia e valor. A premissa dessa teoria propõe que a correlação entre as preferências partidárias e as dimensões políticas é um indicativo de que as pessoas assumiram uma identidade de grupo, de modo a formar grupos internamente homogêneos e, conseqüentemente, em posições polarizadas.

No entanto, a teoria da evolução política não afere empiricamente a bidimensionalidade da opinião pública. Ou seja, é necessário aferir o número de dimensões em que a opinião pública está de fato estruturada, dando origem, portanto, a segunda perspectiva teórica: a teoria da dimensionalidade. Por meio da técnica de rotação, testou-se de forma empírica se as dimensões de economia e valor são ortogonais entre si, constituindo estruturalmente duas formas do pensamento da crença dos brasileiros.

A terceira perspectiva teórica incorporada a este capítulo acena para a teoria da polarização distribucional que permite testar as mudanças da forma distributiva da população. Essa teoria captura as mudanças do centro às extremidades de toda a população em uma clara referência aos questionamentos que sustentam todo o debate sobre polarização política: o eleitor mediano, isto é, as pessoas mais moderadas assumiram posições mais polarizadas ao longo do tempo em consonância com os líderes partidários. O método de densidade relativa, usado pela teoria da polarização distribucional, é mais preciso do que os testes das diferenças das médias para testar as

mudanças de comportamento do eleitor mediano que se localizam no centro da distribuição.

Todo esse arcabouço teórico e metodológico aqui reunidos ampliaram as possíveis propriedades da polarização política no Brasil. A origem da polarização está melhor fundamentada agora, gerando mais confiança aos resultados encontrados.

Do ponto de vista dos resultados, descobriu-se a tendência de alinhamento do petismo com a dimensão da economia e, por outro lado, do antipetismo com a dimensão de valor; no entanto, o coeficiente é significativo somente para o petismo ao nível convencional de 0,05 (bicaudal) enquanto que a dimensão de economia é significativo apenas ao nível 0,10 (bicaudal). Os coeficientes não são significativos para as demais correlações. Isso implica em dizer que, pelo menos por ora, o petismo e antipetismo não estão polarizados pela dimensão de economia e valor. Ainda é necessário se obter mais dados para uma afirmação mais contundente a respeito da divisão entre petistas e antipetistas pelas dimensões de conflito.

O segundo resultado importante diz respeito a bidimensionalidade da opinião pública. Nesse caso, a despeito de todos os indicativos de que existe uma divisão estrutural da opinião pública, ou seja, os brasileiros são mais liberais na dimensão de economia e mais conservadores na dimensão de valor, é cedo para afirmar a existência de dimensões de conflito. Os testes por *dyad ratio* e rotação apontaram que as dimensões são ortogonais, porém a variância explicada da dimensão 2 é de somente 15%. Esse valor é muito abaixo do razoável para afirmar que existe estruturalmente a segunda dimensão na crença dos brasileiros. Os assuntos investigados por esse trabalho talvez sejam agrupados em uma única dimensão, a exemplo dos Estados Unidos e da França, de modo que não há ainda confiança em garantir de que a origem da polarização política no Brasil está na divisão das dimensões da opinião pública.

Por fim, chega-se aos resultados derivados da teoria da política distribucional. Para a distribuição da densidade dos pobres e ricos pelas dimensões de economia e valor, encontrou que os pobres e ricos têm um padrão de comportamento bem similar quanto à dimensão de valor e um padrão relativamente heterogêneo quanto à dimensão de economia. Em outras palavras, existem áreas incomuns na distribuição entre pobres e ricos para dimensão de economia. O índice de polarização, baseado sobretudo na mediana relativa de polarização, confirma esses resultados preliminares

encontrados por meio dos gráficos, informando que 13,1% da distribuição marcharam em direção às extremidades no âmbito da dimensão de economia.

O gráfico da forma da curva mostrou que pobres e ricos têm uma distribuição no formato de U, isto é, o centro diminuiu enquanto as caudas cresceram. Esse crescimento nas caudas não é simétrico, o que também foi mostrado pelo índice de polarização. Enquanto a cauda inferior contribuiu com 49% para a polarização política, a cauda superior recuou -1,4%. O valor de MRP diz que 24% da opinião pública entre pobres e ricos saíram do centro da distribuição em direção às caudas. De 1991 a 2015, período de análise da opinião pública, houve um distanciamento entre pobres e ricos.

Esse distanciamento da densidade distributiva foi gradual e está conectado por ciclos políticos. Entre 1991 e 1999, os mais ricos estão localizados em maior volume no espaço conservador da distribuição, enquanto os mais pobres apresentam uma opinião pública menos concentrada e de maior largura. Entre 2000 e 2007, o padrão distributivo dos mais ricos aproxima-se bastante da distribuição de opinião pública dos mais pobres. Esse período abrange a presidência do Lula, momento em que ele migrou mais ao centro e sinalizou fortemente para a camada mais rica e mais pobre da população, de modo que isso pode ter diluído as posições de conflito. Para o período de 2008 a 2015, o resultado mostra novamente uma diferença da distribuição entre pobres e ricos em um cenário bastante similar ao primeiro ciclo (1991-1999). Os índices de polarização confirma que a polarização política esteve presente para os ciclos 1991-1999 e 2008-2015. Nessas duas situações, o MRP foi de 38,2% e 56,2%, respectivamente.

A polarização distribucional entre petismo e antipetismo apresentou resultados bastante robustos. O gráfico da densidade relativa mostrou que a curva de distribuição entre o petismo e o antipetismo tem o formato de U, sendo que o centro diminuiu quase 37,8%, as caudas inferior e superior cresceram, respectivamente, 19,0% e 56,1%. Esse padrão distributivo sinaliza fortemente para um cenário de polarização política. A distribuição do antipetismo está sobre-representada em relação à distribuição do petismo, que se constituiu o grupo de referência nessa análise. Os dois grupos, portanto, estão localizados em posições heterogêneas, demonstrando um baixo nível de sobreposição.

6. As Causas da Polarização Política

Entender as razões de algum evento é crucial para a ciência política, por isso esse capítulo concentra-se em investigar a opinião e o comportamento dos indivíduos em um processo dinâmico pelo qual alguns fatores econômicos, sociais, políticos e institucionais podem ter exercido influência ao longo do tempo. Mais especificamente, o interesse é em pesquisar as causas das mudanças da opinião pública e do partidarismo, bem como os determinantes da polarização política no Brasil, cuja origem está na diferença entre o petismo e o antipetismo e, em menor grau, na divisão entre pobres e ricos. O que move a opinião pública e as preferências partidárias? Quais são os motivos da divisão política? Por que os mais pobres e os mais ricos polarizaram-se em determinados períodos? Quais são as causas da polarização política entre o petismo e o antipetismo? Essas são perguntas importantes para o atual contexto político do país e que se pretende responder nesse momento.

A ciência política, em particular nas últimas décadas, introduziu e desenvolveu métodos aplicados em outras áreas da ciência para determinar as mudanças e as causas dos eventos políticos (Enns, Masaki e Kelly, 2014). O *Error Correction Model* (ECM), ou o modelo de correção de erros, é um desses métodos e tornou-se central em análises de série temporal em que se busca saber a relação dinâmica entre duas ou mais variáveis temporais (Soroka e Wlezien, 2010; Enns, 2014; Kelly e Enns, 2010). Para o propósito desse trabalho, adotou-se o ECM em razão das características das variáveis e por ser apropriado ao objetivo da pesquisa, que é a análise dinâmica dos efeitos de curto e longo prazo (Gujarati, 2006).

A literatura ocupou-se em estudar as causas das mudanças da opinião pública, do partidarismo e da polarização política por meio dos acontecimentos atinentes à economia e das transformações sociais, políticas e institucionais que ocorrem na sociedade (Durr, 1993; Box-Steffensmeier, Knight e Sigelman, 1998; Mckuen, Erikson e Stimson, 1989). A importância da economia para o modelo da decisão do voto é amplamente admitida, observando as nuances do contexto institucional e do tipo de eleição (Lewis-Beck e Stegmaier, 2019). Há igualmente uma vasta literatura documentada que afirma a importância da economia para as mudanças da opinião pública (Durr, 1993; Erikson, Mackuen e Stimson, 2002). Levando em consideração o conjunto de resultados empíricos nessa área, esse trabalho desenvolveu algumas

hipóteses e promoveu alguns testes a fim de investigar a influência da economia sobre a polarização política.

Os acontecimentos políticos e sociais também definem as mudanças da opinião pública e do partidarismo, ocasionando eventualmente a separação entre os grupos e, portanto, determinando a polarização política (Soroka e Wlezien, 2010; Kelly e Enns, 2010; Baldassarri e Gelman, 2008). Nesse sentido, as variáveis usadas neste trabalho dizem respeito aos fatos mais marcantes da história política recente do país, como: impeachment do presidente Collor e Dilma, Plano Real, Mensalão, Lava Jato, as manifestações de rua em 2013 e a crise econômica global de 2008. O objetivo é saber se esses fatores influenciaram as mudanças da opinião pública e do partidarismo, bem como se motivaram a polarização política.

Esse capítulo está dividido em cinco seções, sendo que a primeira seção aborda o papel da economia para o contexto político, mostrando o estágio do debate atual por meio dos resultados empíricos. A segunda seção realiza a discussão conceitual e metodológica acerca das variáveis econômicas subjetivas e objetivas e mostra a operacionalização dessas variáveis. A terceira seção versa sobre os fatores políticos que marcaram o país desde a redemocratização, mostrando as variáveis a serem testadas, inclusive o índice macro de satisfação das políticas públicas. Esse indicador simula as avaliações quanto à qualidade dos serviços ofertados pelo poder público e, por isso, ajuda a entender o processo das manifestações de junho de 2013. A quarta seção faz uma discussão metodológica sobre série temporal, concentrando-se especificamente no *Error Correction Model*. A quinta e última seção apresenta os resultados e está dividida em duas grandes partes. A primeira parte explora as causas das mudanças da opinião pública e da polarização política entre pobres e ricos. A segunda parte concentra-se nas explicações sobre as mudanças do partidarismo e na polaridade entre petismo e antipetismo. Os indicadores econômicos e os fatores referentes ao campo político, social e institucional são as variáveis independentes.

6.1 A Economia Movimenta o Comportamento dos Indivíduos

A economia é um tema central para a vida política, recebendo destaque diário dos meios de comunicação. A primeira eleição presidencial de Fernando Henrique, em 1994, teve como parâmetro o Plano Real que atacou a inflação e gerou estabilidade econômica. Da mesma forma, Lula e a sua equipe elaboraram a “Carta ao

Povo Brasileiro” durante a eleição de 2002 para acalmar o mercado financeiro. Durante os mandatos, governadores e presidentes atuam de forma proeminente no campo econômico, estimulando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e controlando principalmente as taxas de inflação e desemprego. O objetivo é gerar uma sensação de bem-estar social aos eleitores que decidirão, a cada eleição, o futuro dos incumbentes. Os fatos históricos narrados assinalam a relevância da economia para o contexto político e os trabalhos empíricos confirmam essa hipótese (Baker, 2002). No meio científico, existe uma ampla concordância de que a economia importa para a decisão do voto, baseando-se no princípio da premiação ou punição: o eleitor premia o incumbente quando a economia está saudável e pune o incumbente quando a economia apresenta sinais de desgaste (Lewis-Beck e Paldam, 2000).

Por trás dessa afirmação está a premissa retrospectiva da economia: aumentam as chances do eleitor escolher o incumbente se a sensação da economia melhorou nos últimos meses ou anos; por outro lado, se a percepção é que a economia piorou nos últimos meses ou anos, o eleitor passa a rejeitar o incumbente e as chances do candidato concorrente aumentam (Lewis-Beck e Stegmaier, 2007; Fiorina, 1978). O eleitor olha para o passado e realiza o cálculo do voto com base na performance do incumbente. A segunda premissa consiste na percepção prospectiva da economia. Downs (1957) sugere que as pessoas imaginam um bom governo e estimam o que os candidatos poderiam executar caso estivessem no poder. Neste caso, o eleitor olha na direção do futuro e cria uma expectativa acerca da economia. A situação retrospectiva e prospectiva da economia modelam o comportamento das pessoas, sendo que a avaliação retrospectiva é levemente mais relevante nos Estados Unidos (Lewis-Beck e Paldam, 2000; Wlezien, 2015). Para o Reino Unido e a França, países com sistemas políticos diferentes em relação dos Estados Unidos, as percepções retrospectivas e prospectivas são equivalentes (Lewis-Beck e Stegmaier, 2019).

A terceira e quarta premissas derivam exatamente dessas avaliações passadas e futuras da economia por abranger as experiências econômicas pessoais (*pocketbook voting*) e as expectativas econômicas nacionais (*sociotropic voting*). Esses itens – pessoal e nacional – são cruzados com as avaliações retrospectivas e prospectivas da economia, formando quatro tipos de sentimentos: 1) retrospectivo pessoal; 2) retrospectivo nacional; 3) prospectivo pessoal; 4) prospectivo nacional. De acordo com Lewis-Beck e Stegmaier (2007), os eleitores enfatizam muito mais a economia nacional do que a condição econômica individual. A dimensão premiação-punição é

válida para as quatro percepções da economia e é a chave que orienta os indivíduos.

Essa afirmação também é verdadeira para os índices de aprovação dos governantes e quando se usa dados macro – a soma das respostas dos indivíduos sobre a percepção da economia. Mackuen et al.(1992) classificou os eleitores como camponeses, os quais ponderam sobre o governo com base nas experiências retrospectivas pessoais, e banqueiros, os quais são mais sofisticados politicamente e julgam o governo a partir das expectativas futuras. Os resultados mostram que os eleitores parecem mais com os banqueiros, avaliando o incumbente com base na percepção prospectiva da economia do país.

Quando o consenso de que o estado da economia importa para as decisões dos indivíduos generalizou, pesquisadores buscaram entender como esse processo é operacionalizado. Wlezien (2015) descobriu que os eleitores são míopes, ou seja, as reações acerca da economia acontecem nos dois últimos anos do governo. A importância do crescimento do PIB e das percepções retrospectivas e prospectivas em relação à economia, tanto de caráter pessoal ou nacional, é mais significativa à medida que o dia da eleição se aproxima. Além disso, constatou-se que os indicadores macroeconômicos, como inflação, desemprego e crescimento do PIB, são decisivos também para o julgamento político do cidadão. Os eleitores punem quando a inflação está alta e premia quando existe crescimento e oferta de emprego (Lewis-Beck e Stegmaier, 2019). Portanto, os indicadores objetivos da economia também compõem o modelo econômico para aferir o comportamento político dos cidadãos.

Um passo dado muito expressivo foi avaliar os efeitos subjetivos e objetivos da economia sobre a opinião pública macro. A esse respeito, Durr (1993), pioneiro nesse tipo de análise, testou se o estado da economia altera o *Policy Mood* por um enquadramento prospectivo. O resultado mostrou que quando a expectativa da economia é ruim, o humor do público torna-se mais conservador. E quando o público se sente confiante em relação ao futuro e espera uma economia forte, o humor é mais liberal. A opinião responde dinamicamente às expectativas acerca da economia.

Erikson, Mackuen e Stimson (2002), doravante EMS, testaram os indicadores objetivos da economia - inflação e desemprego – e ambos os fatores econômicos importam para a opinião pública macro. Quando a inflação é alta, o público exige mais austeridade e a opinião pública torna-se mais conservadora. Quando a taxa de desemprego é alta, o público responde por mais liberalismo, o que significa que o público exige mais serviços. Esses resultados são generalizados para a Europa

ocidental, isto é, a inflação e o desemprego impactam sobre a opinião pública macro mesmo em países com instituições, culturas e perspectivas históricas diferentes em relação aos Estados Unidos (Stevenson, 2001).

Contudo, quando essas análises são estendidas no tempo e atualizadas até 2010, os resultados contam uma história um pouco diferente. A expectativa individual da economia e as taxas de inflação e desemprego não explicam a flutuação da opinião ao longo do tempo (Ferguson, Kellstedt e Linn, 2013). Conforme a explicação dos autores, as pressuposições de Durr (1993) e EMS (2002) estão erradas porque o público não pode responder de maneira uniforme à situação econômica. A principal razão para este comportamento seria a polarização política: enquanto os democratas escolhem um governo mais ativo, os republicanos preferem um governo menor, independentemente da situação econômica.

A influência do modelo econômico sobre o comportamento político é bem ampla na América Latina. Em uma análise com 16 países latinos, entre eles o Brasil, Lewis-Beck e Ratto (2013) avaliaram que a percepção retrospectiva sociotrópica tem um papel importante na eleição, de modo que a probabilidade do incumbente em receber o apoio das pessoas aumentou em 21%. Rennó e Spanakos (2006) argumentam, para as eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002, ou seja, em um contexto de abertura do mercado nacional, que existe uma via de mão dupla entre os indicadores internacionais e as intenções de voto no Brasil. Inflação, taxa de câmbio, avaliações de risco-país e aumentos na Bolsa de Valores estão intercambiados com as intenções de voto, porém prevalece sempre a perspectiva do voto retrospectivo.

Com base nos resultados até agora demonstrados pela literatura, optou-se em empregar os indicadores objetivos e subjetivos da economia na esteira dos trabalhos de Durr (1993) e EMS (2002) em uma análise macro. A vantagem fundamental da análise macro é que as variações erráticas das percepções individuais do estado da economia cancelam-se, eliminando os possíveis ruídos e opiniões aleatórias de nível individual. Os julgamentos sobre se a economia vai melhorar ou piorar tornam-se mais consistentes. O objetivo é analisar se as percepções agregadas acerca da economia, bem como da inflação, desemprego e do crescimento do PIB, influenciam as mudanças de opinião pública macro. Em seguida, testa-se se as mesmas variáveis independentes exercem algum grau de influência sobre a polarização política, medida pelo IPP entre pobres e ricos. A próxima seção aborda com mais detalhes essas

questões, os dados e as medidas das variáveis examinadas nessa investigação.

6.1.1 Dados e Medidas: Indicadores Objetivos e Subjetivos da Economia

As variáveis econômicas estão divididas em dois blocos: indicadores objetivos e subjetivos. Para o primeiro bloco, usou-se as taxas de inflação, desemprego e o índice percentual de crescimento do PIB de 1991 a 2017. Todos os valores foram coletados da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰. Já os indicadores subjetivos da economia são relativos às percepções retrospectivas e prospectivas com base nas finanças pessoais e nacionais: 1) retrospectivo pessoal; 2) retrospectivo nacional; 3) prospectivo pessoal; 4) prospectivo nacional. Esses quatro indicadores formam o conjunto de variáveis econômicas subjetivas de 1995 a 2017.

A construção das variáveis subjetivas acerca do estado da economia seguiu o critério do *Policy Mood*, o que significa que o processo de estimação inicia com a seleção das perguntas nos diversos questionários disponíveis dos Institutos de pesquisa. Em seguida, compila-se as frequências de respostas dos indivíduos de cada pergunta selecionada dos Institutos. O terceiro passo é construir os índices agregados, aplicando o algoritmo “*dyad ratios*” por meio do *Wcalc* (Stimson, 1991), cujo método é útil para encontrar valores para os anos ausentes da série temporal. Feito todo esse procedimento, os indicadores subjetivos da economia estão prontos.

A tabela 6.2 organiza o número de perguntas únicas e as administrações executadas pelos Institutos de pesquisa para cada um dos quatro indicadores subjetivos. No total, usou-se perguntas de cinco Institutos ou organizações de pesquisa: Lapop, Ibope, Datafolha, Secom e Latinobarômetro¹¹. Observa-se também pela tabela 6.2 que não existe uma uniformidade das perguntas que medem as percepções individuais da economia, ou seja, cada Instituto de pesquisa elabora a própria pergunta. Além disso, o próprio Instituto pode alterar o enunciado da pergunta para o mesmo item ao longo do tempo, como é o caso do Lapop em relação à variável retrospectiva nacional. Essas alterações nas perguntas podem causar erros de medição dos itens e falta de comparabilidade temporal. Uma possível solução para minimizar o

10. Os valores de inflação, desemprego e PIB estão disponíveis na tabela 6.1, no anexo VI.

11. As perguntas utilizadas para construir os índices dos indicadores subjetivos da economia estão disponíveis no Anexo VII.

problema de comparabilidade é a agregação das respostas em um único índice, considerando que o significado das perguntas é o mesmo.

Tabela 6.2 Descrição Quantitativa dos Indicadores Subjetivos da Economia

Variáveis	Perguntas Únicas	Administrações	Instituto de Pesquisa
Retrospectiva Pessoal	5	37	Datafolha; Ibope; Latinobarômetro; Lapop; Secom
Retrospectiva Nacional	5	37	Latinobarômetro; Datafolha; Secom; Lapop
Prospectiva Pessoal	3	32	Datafolha; Secom; Latinobarômetro
Prospectiva Nacional	3	47	Datafolha; Secom; Latinobarômetro

Para obter-se os índices agregados das variáveis subjetivas é necessário primeiro reunir todas as respostas dos indivíduos em uma fórmula matemática para extrair um percentual de 0 a 100, onde 0 indica que todas as pessoas avaliam negativamente o estado da economia e 100 significa que todas as pessoas avaliam positivamente o estado da economia. Nesse sentido, as fórmulas usadas são as seguintes:

$$\text{Retrospectiva Pessoal} = 100 \times \left\{ \frac{\text{Melhorou}}{\text{Melhorou} + \text{Piorou}} \right\}$$

$$\text{Prospectiva Pessoal} = 100 \times \left\{ \frac{\text{Vai Melhorar}}{\text{Vai Melhorar} + \text{Vai Piorar}} \right\}$$

Se substituir no enunciado da pergunta a parte do texto que diz “a sua situação econômica” pela “situação econômica do país”, o sentido da pergunta é alterado da percepção econômica individual para a percepção econômica do país. Usou-se somente essas duas fórmulas para criar os índices dos quatro indicadores subjetivos da economia, observando obviamente as respostas dadas para as avaliações retrospectivas e prospectivas. Valendo-se da mesma regra do *Policy Mood*, o índice é constituído da covariação das respostas. O número total de respondentes de cada

pesquisa e o número de períodos em que o item está disponível importam na covariação do índice. Por meio dessa operacionalização, passou-se a ter as percepções das pessoas da economia em nível agregado, e não mais em nível individual.

6.2 Fatores Políticos, Sociais e Institucionais

De tédio, os brasileiros certamente não morrem. Durante as últimas três décadas, período em que compreende essa pesquisa, vários acontecimentos marcantes aconteceram no país. No cálculo líquido entre os fatores negativos e positivos, pode-se dizer que o Brasil se fortaleceu institucionalmente e politicamente. O país enfrentou e venceu o problema crônico da hiperinflação e dos altos índices de desemprego, embora nos últimos anos em decorrência dos problemas na condução da economia, o número de desempregados voltou a assustar, aproximando-se de quase 13 milhões de desempregados. O país também combateu a pobreza, elevando milhões de brasileiros para uma ascensão social antes inimaginável e aquecendo o mercado interno através da política econômica do controle da inflação, do reajuste anual do salário mínimo, dos programas de transferência de renda e de maior acesso ao crédito. Essa mudança social deu-se na base da pirâmide, mas o topo da pirâmide, ou seja, as pessoas mais afortunadas receberam a maior parte da renda gerada pelo crescimento econômico. Esse evento não produziu a diminuição da desigualdade social (Souza, 2018; Medeiros, Souza e Castro, 2015), como alguns analistas gostam de afirmar.

No campo institucional, houve uma melhora significativa na gestão pública e no controle das finanças impulsionada pela lei de Responsabilidade Fiscal. Paralelamente, houve o fortalecimento inegável das instituições de controle e fiscalização que renovou os freios e contrapesos da política brasileira e determinou as duas maiores investigações sobre corrupção no país: Mensalão e Lava Jato. Nesse processo de amadurecimento institucional, a elite da economia brasileira, composta pelos principais empresários da construção civil, e a elite política do país foram presas, provocando uma sensação de arrefecimento da impunidade. Se a sensação geral era de combate as iniquidades e impunidades, o Mensalão não resultou em efeitos práticos para o resultado da eleição. Segundo Rennó (2007), os eleitores preocupados com a corrupção deixaram de votar em Lula e passaram a votar em Cristóvão Buarque ou Heloísa Helena, dois candidatos do espectro da esquerda, produzindo uma espécie de “voto punitivo” (Rennó e Hoepers, 2010). Alckmin não

foi beneficiado pelos escândalos de corrupção marcados pelo Mensalão, portanto.

Não obstante aos importantes avanços no país, houve anomalias no processo democrático. Há excessos de autoridade desde o guarda de trânsito ao ministro do Supremo, passando pelos Procuradores da República e pelos juízes responsáveis pela condução da Lava Jato, com decisões que censuram a imprensa e atacam as liberdades fundamentais garantidas pela Constituição. Dois presidentes da República tiveram seus mandatos suspensos em processos de impeachment que são contestáveis do ponto de vista do trâmite jurídico. Embora o impeachment seja um instrumento legal, não deixa de ser uma anomalia ao tocante da representação política com efeitos duradouros sobre o sistema político. Outro fato político histórico foi as manifestações de junho de 2013, iniciadas pelo aumento da tarifa de ônibus em São Paulo e que rapidamente ganharam as ruas de várias capitais do país com uma pauta difusa: combate à corrupção, qualidade dos serviços públicos, gastos com a Copa do Mundo e rejeição aos políticos e partidos políticos.

A onda de protestos da chamada “Jornada de Junho” está inserida em um ambiente de inquietações sociais sustentadas por um clima hostil na política com a votação dos réus do Mensalão no Supremo, CPIs no Congresso, conflitos entre os três poderes e um crescente debate agressivo sobre a pauta de costumes no âmbito da Câmara, em especial da Comissão de Direitos Humanos. No campo da economia, notava-se a desaceleração da economia desde 2011 com a queda progressiva do PIB e o aumento da inflação e da dívida pública, reflexos dos preços das *commodities* que caíram mundialmente devido à crise financeira global de 2008. Notava-se também a subida da inflação sobre serviços, sobretudo nos setores de alimentação e serviços pessoais, sentida especialmente pela classe média que estava sendo pressionada socialmente pela camada mais pobre enquanto os mais ricos distanciavam-se. Para Carvalho (2018), esse fato foi crucial para empurrar a classe média às ruas durante as manifestações de junho e em favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

As Jornadas de Junho evidenciaram a precariedade dos serviços públicos. A primeira crítica foi direcionada ao transporte público, em função do aumento da tarifa desproporcional à qualidade oferecida pelo serviço, mas logo depois as críticas voltaram-se às áreas da saúde, educação, habitação e segurança. A mobilidade social de uma parcela da população e mais a pressão sobre os salários em virtude da inflação de serviços somaram-se para que as pessoas exigissem avanços na prestação dos serviços públicos. O caos piorou quando as manifestações se tornaram sinônimo de

violência, gerando mais desordem na sociedade. Como consequência, a aprovação do governo da ex-presidente Dilma e de alguns governadores, notadamente de Sérgio Cabral do Rio de Janeiro que hoje cumpre pena condenado pela Lava Jato, despencou, colocando mais pressão sobre os políticos e partidos políticos.

A hipótese desse trabalho é que as contradições da economia e da política são responsáveis pela polarização política do país. A divisão de grupos sociais, como o petismo e o antipetismo, pode ser reflexo das crises institucionais e da desaceleração da economia. Além das variáveis subjetivas e objetivas da economia, já discutidas anteriormente, outros fatores de grande relevância para o país durante os últimos 30 anos serão testados aqui. Esses fatores são o impeachment dos ex-presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff, Plano Real, Mensalão, Bolsa Família, a crise econômica global, Jornadas de junho, Lava Jato, a desigualdade social medida pelo índice *Gini* e a (in)satisfação com os serviços públicos.

O impeachment de Collor é uma variável binária na qual se atribuiu 1 para 1992, ano em que o processo foi aberto no Congresso e Collor sofreu o impeachment, e 0 para todos os outros anos. O impeachment de Dilma também é uma variável binária, na qual se atribuiu 1 para o ano de 2016 e 0 para todos os demais anos. O objetivo é capturar o ano exato em que a ex-presidente Dilma deixou o governo, momento no qual os ânimos nas ruas eram de intranquilidade e conflito político entre os que defendiam e atacavam o governo petista. A abertura do processo de impeachment de Dilma, no entanto, iniciou no final de 2015 quando Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, aceitou o pedido de impeachment oficialmente. Em março de 2016, a ex-presidente Dilma foi afastada temporariamente da Presidência da República por decisão do Senado. Nessa data, Michel Temer assumiu a presidência da República interinamente, mas ele só deixaria a presidência em 2018 ao final do mandato. O Plano Real trouxe estabilidade econômica, algo que é consensual entre todos os cidadãos, logo não se espera que tenha algum efeito no que diz respeito a polarização política. Atribuiu-se valor 0 de 1991 a 1993 e valor 1 de 1994 a 2018.

Por sua vez, o Mensalão recebeu valor 1 em 2005 e 2006, anos em que houve a denúncia no Congresso, abertura da CPI dos Correios, cassação de mandatos e esse assunto recebeu destaque na mídia. Atribuiu-se novamente valor 1 para a variável Mensalão de 2012 a 2014 por ser o período no qual o Supremo começou a julgar os réus e houve de forma oficial o encerramento do julgamento depois de muitas idas e

vindas. O Supremo condenou 24 dos 37 réus, entre eles José Dirceu, o político mais forte dentro do PT depois de Lula e o mais próximo do ex-presidente também. Visto que o Mensalão não teve efeitos práticos na eleição de 2006, não se espera que essa variável possa ter algum efeito sobre a polarização. Enquanto o Mensalão estava em sua fase final, outra operação de grande repercussão estava em curso e investigava um esquema de corrupção ainda mais extenso dentro da Petrobras e com ramificações em outras empresas, Congresso e estados. A Operação Lava Jato começou em 2014 com a prisão de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, por suspeita de participação no superfaturamento da venda da refinaria de Pasadena, no Texas. A Lava Jato tornou-se uma operação onipresente e até hoje, embora com menos intensidade, ocorrem investigações e prisões de políticos e empresários. Essa variável recebeu valor 1 de 2014 a 2018 e valor 0 de 1991 a 2013. Espera-se encontrar efeitos nulos para essas duas variáveis relacionados à corrupção visto que o Mensalão não afetou a base de eleitores da esquerda.

Na esfera social, duas variáveis destacam-se: índice de Gini e Bolsa Família. A desigualdade social é medida pelo índice de *Gini* de 1990 a 2014, que mede a distribuição do rendimento mensal das pessoas com 15 anos ou mais. Essa variável é o coeficiente expresso em pontos percentuais e consiste em um intervalo numérico entre 0 e 1, onde 0 corresponde a completa igualdade e 1 representa a completa desigualdade. O Bolsa Família é uma variável que representa as políticas de redistribuição de renda, as quais foram centrais para a mobilidade social e podem ter ocasionado, a partir do aquecimento da inflação, algum tipo de polarização entre os mais pobres e os mais ricos e entre os petistas e antipetistas. Essa variável recebeu o valor 1 a partir de 2003 quando a política é oficialmente lançada com este nome. Valores 0 foram atribuídos de 1991 a 2002.

Para muitos analistas, a conjuntura econômica internacional em que vários bancos tradicionais de investimentos decretaram falência e o governo dos Estados Unidos ajudou com um socorro financeiro para evitar a extensão da crise, foi decisivo para a crise financeira do Brasil. Os preços das *commodities* caíram, afetando a economia brasileira com a saída de capitais estrangeiros e a desvalorização da moeda em relação ao dólar. Para testar essa hipótese criou-se a variável Crise Global na qual o valor 1 é atribuído para os anos de 2008 e 2009 e o valor 0 para os demais anos.

De acordo ainda com a narrativa de alguns economistas, as manifestações de junho de 2013 ocorreram devido à pressão nos salários com a alta da inflação e a

desigualdade social. Para medir as manifestações, essa variável recebeu valor 1 para os anos de 2013 e 2014 e valor 0 para os demais anos. Os anos de 2013 e 2014 foram altamente explosivos com manifestações quase que semanais, mesmo durante a Copa do Mundo.

A última variável da série mede a satisfação com as políticas públicas usando a percepção das pessoas quanto à qualidade dos serviços públicos prestados em 7 áreas: saúde, educação, segurança, bolsa família, habitação, meio ambiente e transporte. Esse é um tema pouco explorado pela Academia, porém é vital para avaliar a qualidade da democracia por questionar a responsividade dos governantes e a representação política (Diamond e Morlino, 2005). Os políticos são eleitos para melhorar a qualidade de vida das pessoas e os serviços públicos são a face do governo mais transparente para se avaliar se os governantes, de fato, são responsivos a esse compromisso. Ao passo em que essa variável reduz a falta de estudos nessa área, estabelecendo o percentual de satisfação dos brasileiros com as políticas públicas desde a redemocratização, ela também promove o teste sobre a opinião pública, do partidarismo e da polarização política.

Segundo Bonifácio e Schlegel, a avaliação dos serviços públicos é pouco estudada por acadêmicos em face da dificuldade em coletar informações uma vez que “o número de *surveys* que preenchem os pré-requisitos (...) mostrou-se reduzido” (2012, pg.414). Em um caráter exploratório, os autores mostraram evidências de que os brasileiros mais escolarizados e informados são menos satisfeitos com a qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado.

Para superar esses limites, declaradamente da ausência de dados em alguns anos, aplicou-se o método *dyad ratios* por meio do *Wcalc* para cada uma das sete políticas públicas aqui avaliadas a fim de criar um índice de 0 a 100, onde 0 consiste em avaliações completamente negativas e 100 consiste em avaliações completamente positivas. A soma dos sete itens forma o índice geral de satisfação dos serviços públicos. A fórmula usada para obter-se esse índice foi a seguinte:

$$\text{Satisfação} = 100 \times \left\{ \frac{\text{Avaliações Positivas}}{\text{Avaliações Positivas} + \text{Avaliações Negativas}} \right\}$$

O procedimento para criar o índice de Satisfação é o mesmo que foi adotado para os índices do *Brazilian Mood*, Ideologia Macro e do Partidarismo, de modo que

essa variável é constituída pela agregação das respostas individuais por meio de um conjunto de perguntas¹². Essas múltiplas questões medem o grau de satisfação das pessoas em relação aos serviços públicos, cujas opções de respostas são geralmente baseadas em uma escala de 0 a 10, de ótimo a péssimo ou graduações de satisfação. Outra característica específica destas perguntas é que algumas são retrospectivas, ou seja, igualmente como a avaliação da economia retrospectiva, essas perguntas capturam um sentimento baseado no passado inquirindo o respondente se o serviço específico melhorou, piorou ou ficou igual.

O banco de dados é composto por perguntas selecionadas dos seguintes Institutos ou organizações de pesquisa: Latinobarômetro, Secom, Eseb, Lapop, Datafolha e Ibope. No total, usou-se 22 perguntas únicas que foram administradas 180 vezes durante o período temporal de 1989 a 2017, conforme mostra a tabela 6.3.

Tabela 6.3 Percentual de Perguntas de cada Instituto para o índice de Satisfação

Institutos de Pesquisas	Perguntas Únicas	Porcentagem	Administrações	Porcentagem
Ibope	1	4,5%	1	0,5%
DataFolha	2	9%	4	2%
Eseb	2	9%	12	7%
Lapop	3	14%	15	8%
Latinobarômetro	5	23%	58	32%
Secom	9	41%	90	50%
Total	22	100%	180	100%

A expectativa da relação da variável de satisfação com a opinião pública é que quanto melhor for a percepção da qualidade dos serviços públicos, mais liberal será a opinião pública. Por outro lado, quando a satisfação com os serviços públicos diminui, a opinião pública tende a se inclinar na direção do conservadorismo. Essa relação dinâmica ocorre por duas razões provavelmente. Primeiro, quando o indivíduo está satisfeito com a prestação dos serviços, ele não quer ter essa sensação reduzida e, portanto, exige que o Estado melhore a qualidade dos serviços ou, no mínimo, ofereça os serviços nas condições iguais de outrora. Assim, o público demanda mais presença do Estado. Segundo, a insatisfação com os serviços públicos deve possivelmente

12. As perguntas utilizadas para construir os índices de satisfação com as políticas públicas estão disponíveis no Anexo VIII.

produzir uma sensação das pessoas em relação Estado de incapacidade e ineficiência, fortalecendo a ideia de que o Estado é incapaz de prestar serviços de qualidade à população. Como resultado, o público torna-se mais conservador e tende a querer substituir o Estado por outras instituições privadas. Essa hipótese é testada na perspectiva de uma relação dinâmica entre a opinião pública e a satisfação com as políticas públicas usando dados de série temporal.

6.3 Análise em Série Temporal

A pesquisa aqui em curso é totalmente dependente de dados de séries temporais, haja vista o objetivo de realizar uma análise dinâmica dos efeitos sobre a polarização política. O entendimento básico de uma análise temporal implica em medidas da mesma unidade repetidas no tempo, de maneira a buscar um padrão de comportamento ao longo dos anos. Em um modelo dinâmico em que o padrão temporal é importante, o efeito sobre uma certa variável dependente ocorre de forma instantânea ou defasada. Em outras palavras, as séries temporais pressupõem efeitos de curta duração ou longa duração.

Para encontrar esses efeitos dinâmicos de curto prazo e longo prazo formou-se a forte suposição da necessidade de se encontrar estacionaridade para as séries temporais. Considera-se que uma série temporal é “estacionária quando a média e a variância são constantes ao longo do tempo e quando o valor da covariância entre dois períodos de tempo depende apenas da distância, do intervalo ou da defasagem entre os dois períodos de tempo, e não do próprio tempo em que a covariância é calculada” (Gujarati, 2006, p. 639). Se a análise empírica de série temporal não atender a esse aspecto, o risco de se obter um resultado espúrio, representado por um alto valor de R^2 , aumenta significativamente (Gujarati, 2015). Para testar a estacionaridade da série é possível fazer visualmente através dos gráficos ou executando o teste de raiz unitária, conhecido como *Augmented Dickey-Fuller* (ADF), o qual prediz o seguinte: se o valor absoluto de p for menor ou igual a 1, então assume-se que a série temporal é estacionária. Na prática, aplica-se o teste e compara-se os valores críticos com o valor t . Se o valor t é maior do que os valores críticos do teste ADF, rejeita-se a hipótese de raiz unitária e declara que a série é estacionária.

Geralmente, em especial na economia, as variáveis de séries temporais são não-estacionárias. Para reverter esse padrão, aplica-se o teste de raiz unitária em

diferenças, ou seja, reduz-se a variável a primeira diferença ou mais diferenças até encontrar a estacionaridade. Contudo, esse procedimento tem o custo de perder muita informação da série temporal. Uma possível solução é a cointegração, fenômeno do qual compreende a regressão entre duas ou mais variáveis não-estacionárias a fim de evitar um resultado espúrio. Quando isso acontece, as variáveis cointegradas apresentam uma relação de equilíbrio ou de longo prazo (Gujarati, 2006). Para testar a cointegração, executa-se a regressão dos mínimos quadrados ordinários (OLS) e testa-se se os resíduos da regressão são estacionários usando o teste de raiz unitária. Confirmando essa condição, assume-se que a combinação linear da tendência estocástica das duas séries anula-se mutuamente, logo a regressão não é mais espúria. Ou seja, a combinação de duas ou mais séries temporais é estacionária mesmo que as variáveis sejam não-estacionárias individualmente.

A cointegração resolve o problema de equilíbrio de longo prazo, porém os efeitos ou desvios de curto prazo ainda ocorrem, o que é chamado de erro de equilíbrio de curto prazo. Essa premissa conecta-se com o modelo de correção de erros (ECM) uma vez que esse mecanismo faz uma correção do desequilíbrio, de modo que o comportamento de curto prazo e longo prazo se cruzam dinamicamente. O modelo de correção de erros (ECM) postula que as mudanças em uma variável X depende de mudanças em uma variável Y e também do termo de erro de equilíbrio. Assim, esse modelo é uma forma de reconciliar os efeitos de longa duração e de curta duração. A próxima seção aborda em mais detalhes as funções e aplicabilidades desse modelo, explorando o debate vigente na literatura internacional.

6.3.1 Modelo de Correção de Erros: Aplicação do Método

Houve uma explosão do uso do modelo de correção de erros na ciência política na última década, sendo central para a teoria da opinião termostática (Soroka e Wlezien, 2010), macropartidarismo (Erikson et al. 2002) e o *Policy Mood* (Enns, 2014; Casillas, Enns e Wohlfarth, 2011; Durr, 1993). Consequentemente, abriu-se um rico debate metodológico sobre a eficiência desse modelo, principalmente a partir da publicação do artigo “*Taking Time Seriously*” (De Boef e Keele, 2008). De início, pode-se dizer que há duas visões extremas, sendo que de um lado De Boef e Keele (2008) defendem o uso do ECM com menos reservas e, de outro lado, Grant e Lebo (2016) recomendam o uso mais restritivo do modelo. Esse debate traz implicações

importante para os resultados das teorias que usam séries temporais em suas análises.

O debate gira em torno das condições necessárias para se empregar o modelo corretamente em uma análise de série temporal. Durr (1993) foi provavelmente o primeiro a introduzir o modelo de correção de erros nas teorias de opinião pública ao analisar as causas das mudanças das preferências públicas e ele seguiu rigorosamente os pressupostos anunciados pela literatura acerca das análises de série temporal. Ou seja, Durr (1993) empregou o modelo de correção de erros para as séries integradas de ordem um $I(1)$, convertendo-as em estacionárias. Com uma visão menos restritiva, De Boef e Keele (2008) argumentam que não existem evidências que tais restrições evitam inferências enviesadas, rejeitam a hipótese de que a cointegração é pré-condição para o ECM e recomendam que o ECM é útil para séries estacionárias e não-estacionárias. Por outro lado, na outra ponta desse debate, Grant e Lebo propõem o uso do ECM “somente em uma rara situação” na qual estão presentes as variáveis de raiz unitária ilimitadas que são cointegradas entre si (2016, p.27).

Embora Enns, Masaki e Kelly (2014) concordem que não exista a necessidade do teste de cointegração quando a variável dependente é estacionária, esses autores consideram imprescindível a cointegração para variáveis integradas ou quase-integradas. A principal contribuição de Enns et al. (2014), no entanto, é provar que o modelo ECM funciona para outras propriedades de variável dependente visto que existe uma imensa gama de variáveis que não devem ser classificadas como estacionárias ou integradas de ordem um $I(1)$. Nesse sentido, os autores provam que o ECM pode ser aplicado para variáveis quase-integradas, as quais não têm raiz unitária uma vez que a variância de 0 a 100 é finita por definição. Se a variável quase-integrada é finita, logo ela não pode ser integrada de ordem um $I(1)$. Há inúmeras variáveis na ciência política com essas características, como por exemplo, as variáveis *Policy Mood*, aprovação do presidente, índices de percepção da economia e aprovação de partidos políticos.

Grant e Lebo (2016) rejeitam a ideia de que variáveis quase-integrada ou de raiz unitária limitada, cujas características são equivalentes, funcionam corretamente no modelo de correção de erros. Eles escreveram que “mesmo se encontrarmos séries que são estritamente unitárias e usarmos CVs de Mackinnon, os erros ainda são galopantes se nossa variável dependente for uma da vasta maioria das séries temporais políticas que é limitada” (2016, p.12). O problema ocorre porque variáveis com tais propriedades comportam-se como se fossem estacionárias e sabe-se que o

teste de cointegração não é apropriado para variáveis estacionárias visto que os resultados produzidos tendem a ser enviesados. Em contrapartida, Enns et al. (2016) replicaram os testes realizados por Grant e Lebo adicionando o teste de raiz unitária da variável dependente antes de executar o ECM. Se o teste ADF não rejeitar a hipótese nula de raiz unitária da série, pode-se aplicar o teste de cointegração fortalecendo a ideia de que não existem problemas inerentes entre ECM e as variáveis do tipo limitada ou quase-integrada.

De acordo com Enns et al. (2016), deve-se estabelecer o teste da hipótese nula de raiz unitária e o teste de cointegração com a análise dos valores críticos de Mackinnon para o procedimento correto do modelo de correção de erros de variáveis dependentes quase-integrada ou de raiz unitária limitada. O ponto central desse debate é a preocupação com os resultados espúrios que aumentam os erros do Tipo I (a rejeição da hipótese nula quando ela é verdadeira - falso positivo). Para evitar esse tipo de erro, conforme são as recomendações da literatura, adotou-se os seguintes procedimentos: 1) o teste de raiz unitária da variável dependente e variáveis independentes da equação; 2) o exame de cointegração usando o teste ADF para os resíduos da regressão de mínimos quadrados ordinários; 3) comparação do valor de Mackinnon.

Nesse sentido, a tabela 6.4 mostra os resultados do teste de raiz unitária das variáveis dependentes e independentes utilizadas na análise de série temporal. Os resultados indicam que o teste ADF não pode rejeitar a hipótese nula de raiz unitária para as variáveis dependentes: opinião pública; índice de polarização entre pobres e ricos; partidarismo; índice de polarização entre petismo e antipetismo.

Tabela 6.4 Propriedades das Variáveis Analisadas da Série Temporal

Variável	Teste ADF	Conclusão
Opinião Pública	0.4414	Não Rejeita a Hipótese Nula
Índice de Polarização entre Pobres e Ricos	0.0814	Não Rejeita a Hipótese Nula
Partidarismo	0.2867	Não Rejeita a Hipótese Nula
Índice de Polarização entre Petismo e Antipetismo	0.7669	Não Rejeita a Hipótese Nula
Prospectivo Nacional	0.5101	Não Rejeita a Hipótese Nula
Prospectivo Pessoal	0.6551	Não Rejeita a Hipótese Nula
Retrospectivo Nacional	0.8350	Não Rejeita a Hipótese Nula
Retrospectivo Pessoal	0.9351	Não Rejeita a Hipótese Nula

Taxa de Desemprego	0.6559	Não Rejeita a Hipótese Nula
Taxa de Inflação	0.1549	Não Rejeita a Hipótese Nula
Produto Interno Bruto	0.0083	Não Rejeita a Hipótese Nula
Satisfação	0.5017	Não Rejeita a Hipótese Nula
Índice Gini	0.9891	Não Rejeita a Hipótese Nula

Dito isso, aplicou-se o teste de cointegração com as demais variáveis. O primeiro passo foi executar a regressão de mínimos quadrados ordinários para se obter os resíduos e, em seguida, efetuou-se o teste de raiz unitária (ADF) exclusivamente para os valores de resíduos. Como os valores de p de Mackinnon são significativos, então assume-se que as variáveis são cointegradas entre si¹³. Os resultados confirmaram que as variáveis testadas são cointegradas, ou seja, existe uma relação de longo prazo entre as variáveis testadas e o modelo de correção de erros é aplicável a essa análise em curso.

Ao optar por esses procedimentos com a consecutiva aplicação do modelo de correção de erros, elege-se como principal objetivo investigar a relação dinâmica de longo prazo e curto prazo entre os fatores econômicos, sociais e políticos sobre as mudanças da opinião pública, macropartidarismo e os índices de polarização política entre os mais pobres e mais ricos e entre o petismo e antipetismo. Os efeitos de curta duração tendem a dissipar ao longo do tempo, de maneira que os efeitos de longa duração voltam ao seu equilíbrio original. O tempo é fundamental nesse tipo de análise porque determina quão rápido é o ajustamento do equilíbrio entre os modelos de longo prazo e curto prazo.

6.4 Resultados das Mudanças da Opinião Pública

A seção anterior mostrou que o modelo de correção de erros é apropriado para encontrar os efeitos de longo prazo e curto prazo, de maneira que esse equilíbrio estabelece provavelmente o comportamento da opinião pública. Nessa seção, estima-se que os indicadores subjetivos e objetivos da economia, bem como os fatores políticos, sociais e institucionais, exercem alguma influência na mudança da opinião pública. Para analisar essa hipótese, o primeiro passo é apresentar as alterações nos sentimentos macro acerca da economia ao longo do tempo considerando os modelos

13. Os testes de cointegração das variáveis dependentes e independentes em análise estão disponíveis no Anexo IX.

prospectivos e retrospectivos.

O gráfico 6.1 mostra as flutuações nos quatro tipos de sentimentos relativos à economia de 1995 a 2017, o que significa que esses indicadores conseguem capturar as opiniões que derivam da estabilidade econômica, passando pelo boom das *commodities*, até a crise econômica atual. Observa-se que houve uma euforia generalizada a partir de 2003, quando os quatro indicadores subjetivos da economia apontaram para uma melhora. O indicador retrospectivo pessoal, que mede os sentimentos passados individuais acerca da economia, registrou uma melhora mais significativa somente em 2005 e alcançou o maior valor percentual em 2011, cerca de 86%. Entre os anos 2011 e 2012, houve o início de um desânimo com a economia brasileira, agravando-se nos anos subsequentes. O menor valor percentual registrado entre os quatro indicadores foi do índice de avaliação retrospectiva nacional em 2016, anotando 11% somente. Portanto, a situação real da economia do país mais positiva ou mais negativa influencia os sentimentos macro atinentes à economia do ponto de vista retrospectivo e prospectivo, tanto no sentido nacional como pessoal.

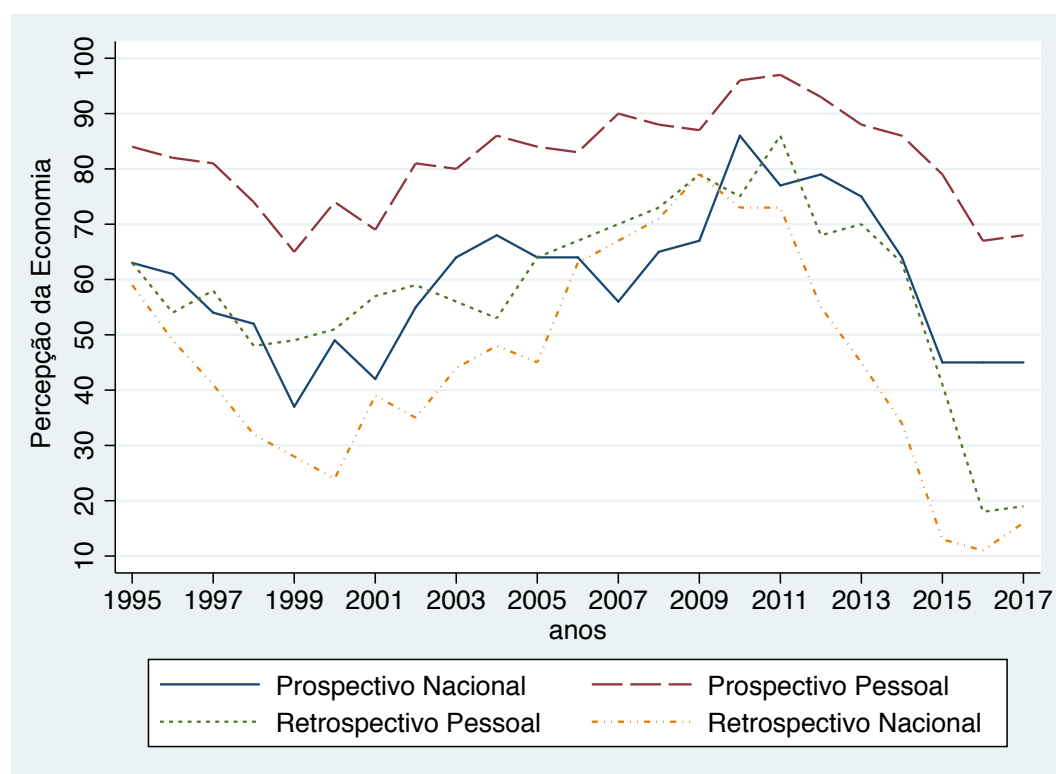


Gráfico 6.1 Opinião Pública Macro sobre Economia

Outra informação relevante é que as avaliações retrospectivas são mais negativas em comparação aos indicadores prospectivos, que medem as expectativas

futura em relação à economia. Além disso, as avaliações pessoais da economia estão em um estágio melhor do que as avaliações nacionais, demonstrando que o pessimismo do brasileiro é maior com a economia do país, e não com a situação econômica pessoal. Esses dados revelam, portanto, que o brasileiro é otimista, acreditando que o futuro sempre será melhor do que o passado. O índice prospectivo pessoal, que assinala os sentimentos futuros pessoais acerca da economia, varia de 97% a 67%. É a variável com a menor variância entre os valores limites superiores e os valores limites inferiores. Já o índice retrospectivo nacional anota os menores valores percentuais, variando de 79% a 11%. O noticiário televisivo provavelmente exerce uma influência na percepção das pessoas em relação à economia.

Uma vez que a opinião pública macro a respeito da economia já foi descrita, o segundo passo é efetuar a correlação entre os indicadores objetivos - desemprego, inflação e PIB - e os indicadores subjetivos da economia. A tabela 6.14 apresenta a matriz de correlação para as variáveis da economia, de maneira que o PIB tem uma correlação positiva significativa com os quatro indicadores subjetivos. À medida que o PIB cresce, as avaliações retrospectivas e prospectivas da economia crescem também. O desemprego tem uma relação negativa significativa com a avaliação retrospectiva pessoal. E por fim, a inflação apresentou relação nula com os indicadores subjetivos da economia.

Tabela 6.14 Matriz de Correlação para as Variáveis da Economia

Variável	Prosp. Nacional	Prosp. Pessoal	Retro. Nacional	Retro. Pessoal	Desemprego	Inflação	PIB
Prospectivo Nacional	1						
Prospectivo Pessoal	0.90*	1					
Retrospectivo Nacional	0.74*	0.79*	1				
Retrospectivo Pessoal	0.72*	0.82*	0.87*	1			
Desemprego	-0.18	-0.28	-0.29	-0.50*	1		
Inflação	-0.06	-0.02	-0.03	0.09	-0.36	1	
PIB	0.54*	0.57*	0.65*	0.59*	-0.21	0.13	1

Nota: * p <.05

A expectativa é que a economia impacta a opinião pública. A coluna 1 da

tabela 6.15 apresenta os efeitos de curto prazo e de longo prazo dos indicadores objetivos da economia – inflação, desemprego e PIB - sobre as mudanças da opinião pública. Os efeitos de curto prazo acontecem se as mudanças das variáveis independentes produzirem uma mudança imediata na opinião pública. Os efeitos de longo prazo indicam que os valores passados das variáveis independentes influenciam as mudanças atuais e futuras da opinião pública através de uma relação de equilíbrio. Os resultados mostraram que a opinião pública é impactada negativamente pela inflação. O coeficiente é estatisticamente significativo. A mudança de uma unidade na inflação produz um movimento de longo prazo de 0,007 na direção ao conservadorismo, conforme foi previsto. Esse resultado é muito baixo à primeira vista, porém deve ser relativizado com os índices de inflação da série (ver tabela 6.1). Antes do Plano Real, a inflação no Brasil era muito alta e chegou a superar os índices de 2.000%, logo o coeficiente de 0,007 deve ser analisado no contexto dessa inflação. O índice de correção do erro (0,13%) sugere que esse efeito é rápido, no entanto. Ao contrário do previsto, o desemprego e o crescimento do PIB não praticam nenhuma mudança na opinião pública.

A coluna 2 testa o impacto das avaliações subjetivas da economia sobre a opinião pública, produzindo uma estimativa inicial de que os efeitos de curta duração e longa duração estão presentes. O índice de correção de erro é de 62%, indicando que existe um estado de equilíbrio entre a opinião pública e os quatro indicadores subjetivos da economia. Observa-se que, no curto prazo, uma mudança de um ponto percentual na avaliação prospectiva nacional da economia deixa a opinião pública mais liberal 0,40 pontos percentuais, conforme o esperado. A opinião pública também responde às oscilações de humor da economia por um processo dinâmico de longa duração. A avaliação retrospectiva nacional é estatisticamente significativa, impactando de forma negativa a opinião pública. Mais especificamente, a opinião pública torna-se mais conservadora 0,44 pontos percentuais em resposta a uma mudança de unidade percentual na avaliação retrospectiva nacional. Os outros indicadores, sobretudo aqueles vinculados ao sentimento pessoal, não produzem efeitos sobre a opinião pública.

A coluna 3, por seu turno, reúne os indicadores objetivos e subjetivos da economia na mesma equação e somente efeitos de longo prazo são estatisticamente significativos, de maneira que a inflação e a avaliação prospectiva nacional deixaram de ser importantes nesse momento. O único fenômeno ainda relevante é a avaliação

retrospectiva da economia nacional por alterar a opinião pública na direção mais conservadora, cujo efeito é distribuído por vários períodos de tempo.

Estudos anteriores que analisam a relação da economia com a opinião pública macro, notadamente de Durr (1993) e Erikson et al (2002), utilizam dados trimestrais e a série tem mais de 30 pontos no tempo. Como os dados usados aqui são anuais, a série temporal ainda é curta e há uma diferença de alguns anos entre as variáveis independentes e dependentes, esses podem ser alguns motivos para a ausência de efeitos mais robustos da economia sobre a opinião pública. De qualquer maneira, os efeitos encontrados, como a importância da inflação e da expectativa em relação à economia nacional, estão em consonância com os resultados de outros trabalhos realizados nos Estados Unidos e na Europa.

Tabela 6.15 Efeitos da Economia sobre as Mudanças da Opinião Pública

	(1)	(2)	(3)
Índice de Correção de Erro	-0.13 (0.18)	-0.62*** (0.11)	-0.69* (0.18)
Efeitos de Curto Prazo			
Δ Inflação	-0.00 (0.00)		-0.11 (0.39)
Δ Desemprego	0.00 (0.13)		-0.82 (0.95)
Δ PIB	0.42 (0.61)		0.28 (0.68)
Δ Prospectivo Nacional		0.40* (0.13)	0.50 (0.20)
Δ Prospectivo Pessoal		0.61 (0.30)	0.58 (0.40)
Δ Retrospectivo Nacional		0.23 (0.12)	0.26 (0.19)
Δ Retrospectivo Pessoal		(-0.19) (0.15)	-0.45 (0.32)
Efeitos de Longo Prazo			
Inflação _{t-1}	-0.007* (0.00)		-0.32 (0.40)
Desemprego _{t-1}	-0.42 (1.09)		0.05 (1.00)
PIB _{t-1}	-0.95 (0.89)		1.11 (1.16)
Prospectivo Nacional _{t-1}		0.25 (0.21)	0.37 (0.29)
Prospectivo Pessoal _{t-1}		0.55	0.38

		(0.47)	(0.59)
Retrospectivo Nacional _{t-1}		-0.44** (0.12)	-0.50* (0.15)
Retrospectivo Pessoal _{t-1}		-0.46 (0.22)	-0.55 (0.47)
Constant	13.61 (6.94)	23.53 (19.07)	41.09 (29.23)
R ²	0.44	0.88	0.94
N	24	20	20

Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. *p < .05; **p < .01;

É sabido que nas últimas décadas o Brasil passou por intempéries e sucessos e, de certa forma, esses acontecimentos podem ter influenciado a opinião pública. As variáveis que medem o impeachment de Collor, impeachment de Dilma e o índice de *Gini* foram retirados do modelo de correção de erros, pois ambas apresentaram colinearidade, o que aumenta as chances de se obter coeficientes indeterminados e, conseqüentemente, um resultado espúrio.

Usando a estimativa do modelo de correção de erros, a tabela 6.16 mostra que não há relação entre as variáveis independentes e a opinião pública. Os coeficientes não são estatisticamente significativos. A exceção é a variável Satisfação, que mede o nível de in(satisfação) do brasileiro em relação aos serviços públicos realizados pelo poder público. Existe impacto de curto prazo da satisfação com as políticas públicas sobre a opinião pública. Se a satisfação aumenta um ponto percentual, em média, a opinião pública cresce 0,72 pontos percentuais em direção ao liberalismo; no entanto, esse efeito é mínimo já que os efeitos encontrados são de nível 0,10. Em testes estatísticos, geralmente, o valor de significância aceitável é de 0,05, o que indica que a probabilidade de um erro estatístico é de 5%. O resultado encontrado para a satisfação das políticas públicas significa que a probabilidade de erro estatístico é de 10%. Esse resultado, mesmo que fraco, reforça a ideia de que existe uma relação entre a opinião pública e o nível de satisfação com as políticas públicas. Buscando capturar melhor essa relação, a próxima seção tratará especificamente e de forma isolada dessas duas variáveis.

Tabela 6.16 Efeitos dos Fatores Políticos, Sociais e Institucionais sobre as Mudanças da Opinião Pública

	Variável Dependente
Índice de Correção de Erro	(-0.86)* (0.34)
Efeitos de Curto Prazo	
Δ Plano Real	8.61 (13.14)
Δ Bolsa Família	8.95 (10.14)
Δ Mensalão	-3.97 (6.92)
Δ Lava Jato	3.36 (11.35)
Δ Crise Global	0.21 (8.44)
Δ Satisfação	0.72+ (0.35)
Efeitos de Longo Prazo	
Plano Real $_{t-1}$	9.52 (9.73)
Bolsa Família $_{t-1}$	-0.90 (5.31)
Mensalão $_{t-1}$	-2.88 (8.74)
Lava Jato $_{t-1}$	-4.24 (11.97)
Crise Global $_{t-1}$	3.68 (10.80)
Satisfação $_{t-1}$	0.63 (0.39)
Constant	11.05 (20.35)
R ²	0.61
N	23

Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. *p < .05; +p < .10;

6.4.1 Relação entre Opinião Pública e Satisfação com as Políticas Públicas

Para iniciar os testes de relação de equilíbrio entre a opinião pública e a

satisfação do brasileiro acerca das políticas públicas, o primeiro passo é apresentar descritivamente o grau de satisfação geral e de satisfação de cada política pública que compõem o índice final. O gráfico 6.2 mostra uma satisfação inicial levemente acima de 50% em 1989 e uma satisfação abaixo de 20% em 2017. Claramente, o brasileiro ficou insatisfeito com os serviços públicos oferecidos ao longo do tempo. O ponto de maior satisfação foi em 2006, quando o grau de satisfação alcançou 59%. A partir de 2007, coincidentemente um ano depois, o sentimento de satisfação começou a diminuir e esse novo padrão não foi mais interrompido. O período em que o nível de satisfação esteve mais alto foi durante o ciclo político que cobre o primeiro mandato do ex-presidente Lula, entre os anos de 2002 a 2006, e no qual a satisfação variou entre 48% e 59%. Por fim, a movimentação da satisfação lembra muito as evoluções de mudanças da opinião pública, sugerindo que existe uma relação entre as duas variáveis.

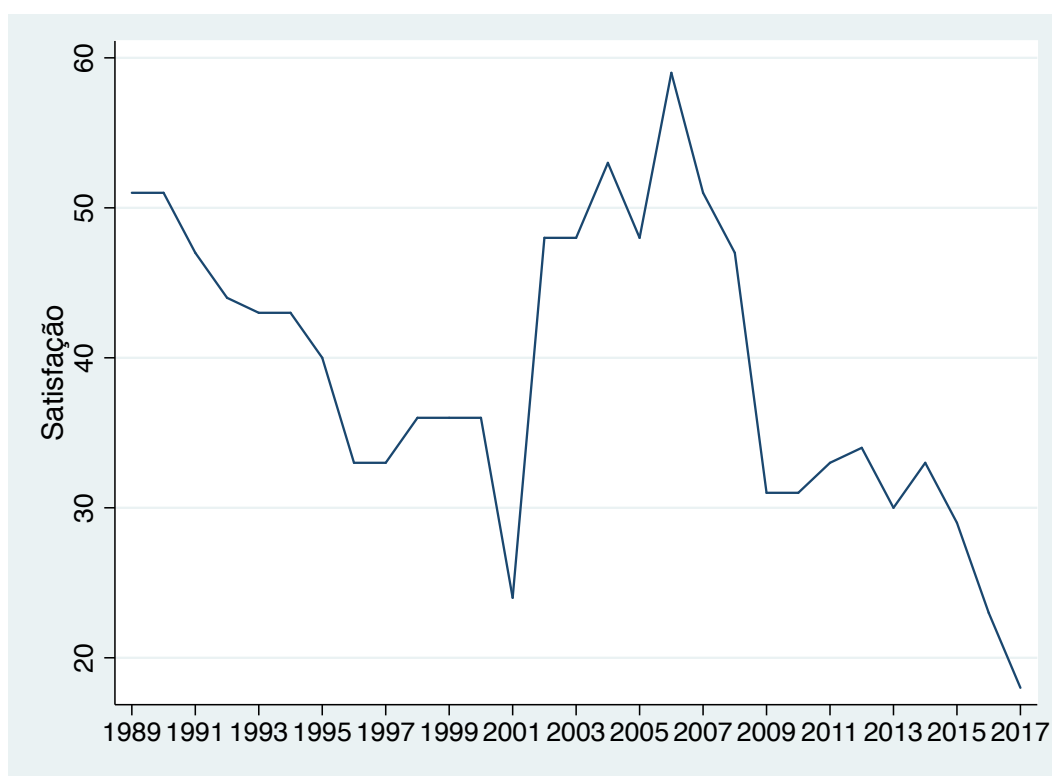


Gráfico 6.2 Grau de Satisfação Geral das Políticas Públicas

O índice de satisfação é composto por sete políticas públicas: bolsa família, educação, habitação, meio ambiente, saúde, segurança e transporte. Esses sete itens, alguns com mais intensidade do que outros, estiveram na pauta das reclamações das pessoas que saíram às ruas em junho de 2013 para manifestarem contra a baixa

qualidade dos serviços públicos. Consequentemente, o grau de satisfação desses itens representa a qualidade da democracia brasileira.

O gráfico 6.3 mostra a flutuação da satisfação das sete políticas públicas por vários períodos de tempo. Chama a atenção, em primeiro lugar, que a variável transporte, cuja variância temporal é de 2006-2016, esteve em 35% em 2012 e 33% em 2013. Os baixos valores mostram que o brasileiro no agregado estava insatisfeito com essa área nos dois anos capitais que levaram a população às ruas.

As áreas de segurança pública, saúde e educação têm uma grande importância para o desenvolvimento da sociedade e ao debate político, por isso as pessoas em entrevistas de opinião pública apontam esses temas como os maiores problemas do país. A satisfação da segurança pública, entre 1991 e 2002, oscilou sempre abaixo de 20% e por três anos consecutivos o nível de satisfação foi zero. A área da saúde, de 1989 a 2017, nunca ultrapassou níveis de satisfação acima de 50%. A educação, por sua vez, apresenta um nível de satisfação um pouco melhor em comparação às políticas públicas de saúde e segurança, mas ainda assim a satisfação com esse setor não é alta e há uma tendência de queda a partir de 2015.

Importante ainda registrar o nível de satisfação com o Bolsa Família, programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza respeitando algumas condicionalidades. O nível de satisfação variou sempre acima de 50% entre os anos de 2011 a 2016, demonstrando que o Bolsa Família recebeu o apoio forte dos brasileiros. No entanto, a tendência no nível de satisfação é de queda, o que sugere que os brasileiros passaram a apoiar menos o programa Bolsa Família na última década, período pelo qual muitas intempéries ocorreram na política e na economia.

Considerando que a satisfação com as políticas públicas é um indicativo importante da qualidade da democracia, o conjunto desses dados revela que o Brasil precisa melhorar muito na efetivação dos serviços públicos à população. A oferta e o acesso às políticas públicas foram ampliados nos últimos anos, mas a população, no geral, demonstra que não está satisfeita com a qualidade dos serviços oferecidos.



Gráfico 6.3 Grau de Satisfação de cada Política Pública

Conforme a regressão de correção de erros mostrou no teste relativo aos fatores políticos, existe uma relação entre a opinião pública e a satisfação com as políticas públicas. Essa relação é exposta visualmente através do gráfico 6.4, o qual mostra que as idas e vindas da opinião pública são acompanhadas pelas mudanças do sentimento de satisfação dos serviços públicos oferecidos à população. A correlação de *Pearson* é estatisticamente significativa ($r = 0,52$, $p < 0,05$), apoiando a ideia original de relação entre as duas variáveis. O valor de r ao quadrado ($0,52^2 = 0,270$) denota que há uma variância de 27% entre a opinião pública e a satisfação. A correlação, no entanto, não indica causalidade. É um teste inicial que ajuda a observar o comportamento das variáveis em análise. Sendo assim, adotou-se o teste mais formal baseado na regressão de correlação de erros a fim de examinar se a satisfação influencia as mudanças da opinião pública de forma dinâmica.

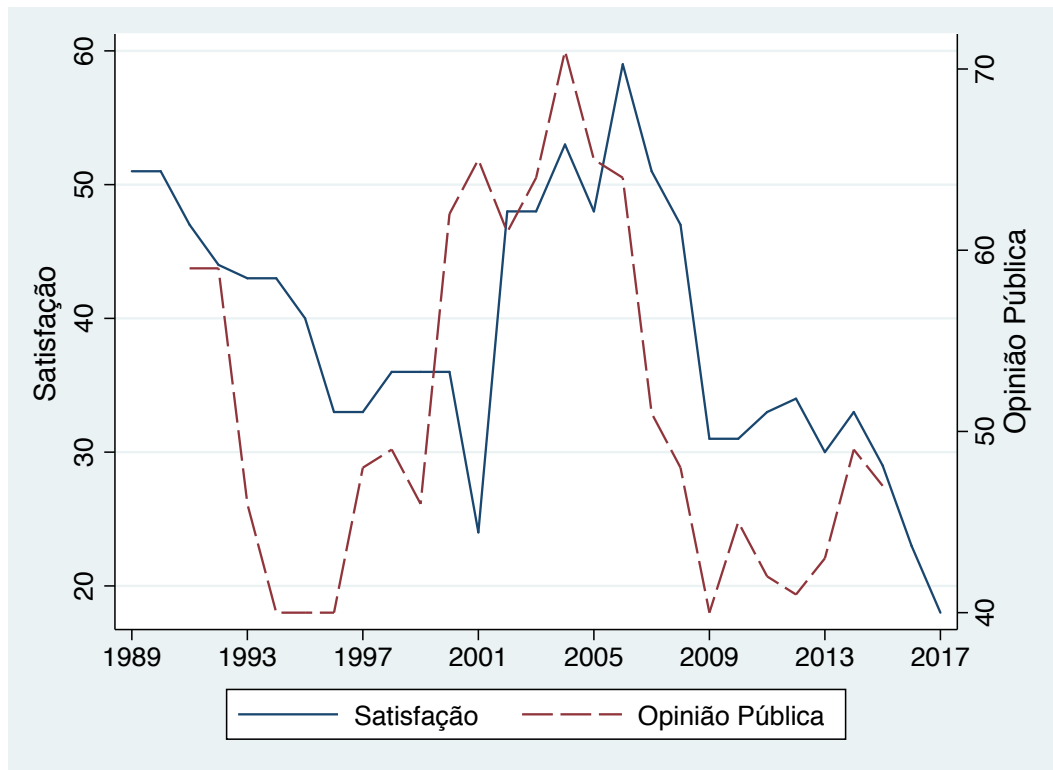


Gráfico 6.4 Relação entre a Opinião Pública e a Satisfação com as Políticas Públicas

O teste de correção de erros revelou que, de fato, a satisfação impacta a opinião pública. Estimou-se os efeitos de curto prazo e longo prazo da segunda diferença da opinião pública. De acordo com Enns (2014), esse procedimento é o mais apropriado estatisticamente quando o ECM estima a primeira diferença da variável dependente no teste de cointegração. Além disso, medir a segunda diferença da opinião pública é mais adequado do ponto de vista teórico devido ao ano inicial da variável Satisfação, que começa em 1989. O índice de opinião pública é originalmente de 1991.

A tabela 6.17 destaca que a opinião pública e a satisfação movimentam-se em equilíbrio visto que o índice de correção é estatisticamente significativo (-0,82%). O coeficiente estatisticamente positivo para o efeito de curto prazo aponta que uma mudança na taxa de satisfação do brasileiro produz uma imediata mudança na opinião pública. As mudanças no nível de satisfação também alteram a opinião pública em 0,63 pontos percentuais distribuídos ao longo do tempo. Em síntese, há um efeito dinâmico de curto prazo e longo prazo sobre a opinião pública. A opinião pública é mais liberal quando o nível de satisfação aumenta. Por outro lado, a tendência ao conservadorismo cresce quando a população está insatisfeita com a qualidade dos serviços públicos, confirmando a hipótese. Em outras palavras, os cidadãos

demandam um Estado mais ativo quando estão satisfeitos com os serviços públicos; por outro lado, o sentimento de fortalecimento do Estado diminui à medida que a satisfação com os serviços públicos diminuem.

Tabela 6.17 Relação entre a Opinião Pública e a Satisfação com as Políticas Públicas

	Variável Dependente
Índice de Correção de Erro	-0.82*** (0.20)
Δ Satisfação	0.71** (0.25)
Satisfação t_{-1}	0.63* (0.24)
Constant	17.45 (8.44)
R ²	0.48
N	23

Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. *p < .05; **p < .01; ***p < .001

6.4.2 Resultados da Polarização Política entre Pobres e Ricos

Na seção anterior, anotou-se resultados importantes que explicam as idas e vindas da opinião pública. Doravante, o enfoque passa a ser as explicações da polarização política entre pobres e ricos, lembrando que essa variável representa a diferença de opinião entre os mais pobres e os mais ricos. Deste modo, valores positivos indicam uma tendência de sobreposição da opinião pública dos mais pobres sobre os mais ricos e valores negativos indicam que a opinião pública dos mais ricos predomina sobre a opinião pública dos mais pobres. O Índice de Polarização Política (IPP) entre pobres e ricos, isto é, a diferença de opinião entre os pobres e os ricos não é constante ao longo do tempo, pois há períodos de convergência das preferências públicas. Entretanto, as preferências dos mais pobres são mais duradouras. A dispersão das preferências entre os dois grupos foi maior na década de 90 e houve uma tendência de maior convergência das preferências a partir de 2002.

Para a realização dessa análise, portanto, usou-se o IPP entre pobres e ricos como a variável dependente. As variáveis independentes são os indicadores objetivos e subjetivos da economia. Espera-se encontrar uma relação dinâmica entre a economia e a polarização política entre pobres e ricos e a tabela 6.18 examina os resultados dessa relação de forma mais rigorosa. Quando os indicadores objetivos e

subjetivos foram testados separadamente, não houve efeito sobre a polarização política. Por isso, preferiu-se apresentar o teste em que essas variáveis estão juntas na mesma equação. Reunindo os indicadores subjetivos e objetivos da economia, a tabela 6.18 mostra que o coeficiente do índice de correção de erros é de -2,30 pontos percentuais. Esse coeficiente indica a velocidade com que o efeito de longo prazo ocorre e também confirma que existe uma relação de equilíbrio de longa duração entre a economia e a polarização política.

Para os efeitos de curto prazo, descobriu-se que a variável prospectiva nacional impacta a polarização política. A expectativa com o futuro da situação econômica do país aumenta em 0,99 pontos percentuais a dispersão da opinião pública entre pobres e ricos. Como o coeficiente é positivo, admite-se que esse efeito é maior para as pessoas com menor renda. Em relação ao impacto de longo prazo, os coeficientes da taxa de desemprego e o PIB são estatisticamente significativos sobre a polarização política. A mudança de uma unidade percentual na taxa de desemprego produz um movimento de longo prazo de -5,03 pontos percentuais na polarização política. Esse resultado indica que esse efeito é impulsionado sobretudo pela opinião pública dos mais ricos. Por outro lado, a mudança positiva do PIB é associada ao crescimento da opinião pública dos mais pobres. Existiu um efeito de 3,86 pontos percentuais na dispersão da opinião pública entre os pobres e ricos, gerando a polarização política com base na renda.

Tabela 6.18 Desempenho da Economia sobre a Polarização Política entre Pobres e Ricos

	Variável Dependente
Índice de Correção de Erro	-2.30*** (0.19)
Efeitos de Curto Prazo	
Δ Inflação	0.13 (0.54)
Δ Desemprego	-0.46 (1.17)
Δ PIB	0.87 (0.84)
Δ Prospectivo Nacional	0.99* (0.27)
Δ Prospectivo Pessoal	0.09 (0.47)

Δ Retrospectivo Nacional	0.14 (0.26)
Δ Retrospectivo Pessoal	-0.82 (0.44)
Efeitos de Longo Prazo	
Inflação t_{-1}	-0.59 (0.49)
Desemprego t_{-1}	-5.03* (1.33)
PIB t_{-1}	3.86* (1.36)
Prospectivo Nacional t_{-1}	0.22 (0.38)
Prospectivo Pessoal t_{-1}	-1.03 (0.75)
Retrospectivo Nacional t_{-1}	-0.31 (0.20)
Retrospectivo Pessoal t_{-1}	-1.32 (0.66)
Constant	219.58** (45.35)
R ²	0.98
N	20

Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. *p < .05; **p < .01; ***p < .001

A medida simples de correlação de *Pearson* foi o primeiro teste da relação entre os fatores políticos, sociais e institucionais com o grau da polarização política. Esse teste informa que a correlação entre o programa Bolsa Família e o índice de Gini com o nível de polarização política é estatisticamente significativa. Mais especificamente, a associação entre o Bolsa Família e a polarização política é de -0,74 pontos percentuais e a correlação entre o índice de Gini e o índice de polarização política é de 0,72 pontos percentuais. Portanto, as mudanças no programa Bolsa Família e no índice de Gini são acompanhadas de uma movimentação no nível de polaridade entre pobres e ricos. Ao testar os fatores políticos, sociais e institucionais em conjunto por meio do modelo de correção de erros, os resultados mostram efeitos nulos, inclusive para Bolsa Família e o índice de Gini. Colocando em perspectiva, esses acontecimentos não são determinantes para a polarização política.

Alternativamente, então, optou-se em testar separadamente as variáveis independentes com o índice de polarização política. Usando o modelo de correção de erros, os resultados nulos se mantêm para quase todas as variáveis, sendo que as únicas exceções foram exatamente o programa Bolsa Família e o índice de Gini. Os coeficientes dessas duas variáveis são estatisticamente significativos para polarização política no tocante aos efeitos de longo prazo. Não há efeitos de curto prazo sobre a polarização política, portanto.

A tabela 6.19 mostra que para cada ano de existência do Bolsa Família, a polarização política cresce empurrada pelas preferências dos mais ricos em cerca de 15,14 pontos percentuais. Esse impacto sobre a polarização política é de longo prazo e, portanto, dilui-se em vários anos. O coeficiente estatisticamente significativo do índice de correção de erros (-0,96%) confirma que há equilíbrio de longo prazo entre o Bolsa Família e a polarização política.

Tabela 6.19 Efeitos do Bolsa Família sobre a Polarização Política entre Pobres e Ricos

	Variável Dependente
Índice de Correção de Erro	-0.96*** (0.22)
Δ Bolsa Família	-8.24 (8.04)
Bolsa Família t_{-1}	-15.14** (4.95)
Constant	14.98** (4.42)
R ²	0.48
N	24

Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. **p < .01; ***p<.001

O impacto do índice de *Gini* sobre a polarização política é de longo prazo, confirmado pelo resultado estatisticamente positivo. Deste modo, a polarização política cresce quando a desigualdade social aumenta. O coeficiente positivo mostrado pela tabela 6.20 sugere que a dispersão de opinião pública ocorre porque os mais pobres demandam a presença mais forte do Estado, enquanto a opinião pública dos mais ricos não sofre nenhuma alteração.

Em conjunto, esses resultados mostram que os fatores sociais, representados pelo programa Bolsa Família e o índice de Gini, são determinantes para explicar a

diferença de opinião pública entre os mais pobres e os mais ricos. A polarização política é influenciada pelo aumento da desigualdade social e a continuidade do Bolsa Família. Por outro lado, fatores atinentes à corrupção – Lava Jato e Mensalão – não são importantes para explicar a polarização política entre pobres e ricos no Brasil, ou pelo menos nenhum efeito foi capturado pela operacionalização proposta para essas variáveis. As manifestações de rua e o nível de satisfação com as políticas públicas também não implicam em mudanças no nível de polarização política. A próxima seção abordará os efeitos econômicos, sociais, políticos e institucionais sobre o partidarismo e a polarização política entre petismo e antipetismo.

Tabela 6.20 Efeitos do Índice de Gini sobre a Polarização Política entre Pobres e Ricos

	Variável Dependente
Índice de Correção de Erro	-1.06** (0.24)
Δ Índice de Gini	142.63 (210.2)
Índice de Gini _{t-1}	214.92* (81.16)
Constant	-117.08* (45.0)
R ²	0.62
N	16

Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. *p < .05; **p < .01;

6.4.3 Resultados das Mudanças do Partidarismo

O partidarismo pode ser estável e instituído por um processo efetivo de socialização, de maneira que os acontecimentos na esfera política ou econômica alteram transitoriamente a identificação partidária. Por outro lado, os eventos políticos, como crises econômicas, escândalos e avaliação de governo, podem produzir mudanças na identificação partidária de forma persistente. De acordo com Erikson, Mackuen e Stimson (2002), o partidarismo macro associa essas duas perspectivas em um movimento de equilíbrio entre os efeitos permanentes e transitórios oriundos dos eventos ocorridos na sociedade. A teoria a ser testada, portanto, é se o partidarismo reflete as mudanças de curto prazo e de longo prazo em uma mistura dinâmica.

O gráfico 6.5 mostra que o partidarismo sofreu alterações ao longo do tempo. A movimentação foi contínua de 1989 a 2018 com uma forte tendência de queda a partir de 2012 e um retorno de crescimento em 2017. Na maior parte do tempo, o partidarismo oscilou entre 40% e 50%, o que pode indicar alterações transitórias. Essa análise já foi detalhadamente discutida no capítulo 4 sobre a origem da polarização política, de maneira que cabe agora avaliar as causas das mudanças do partidarismo.

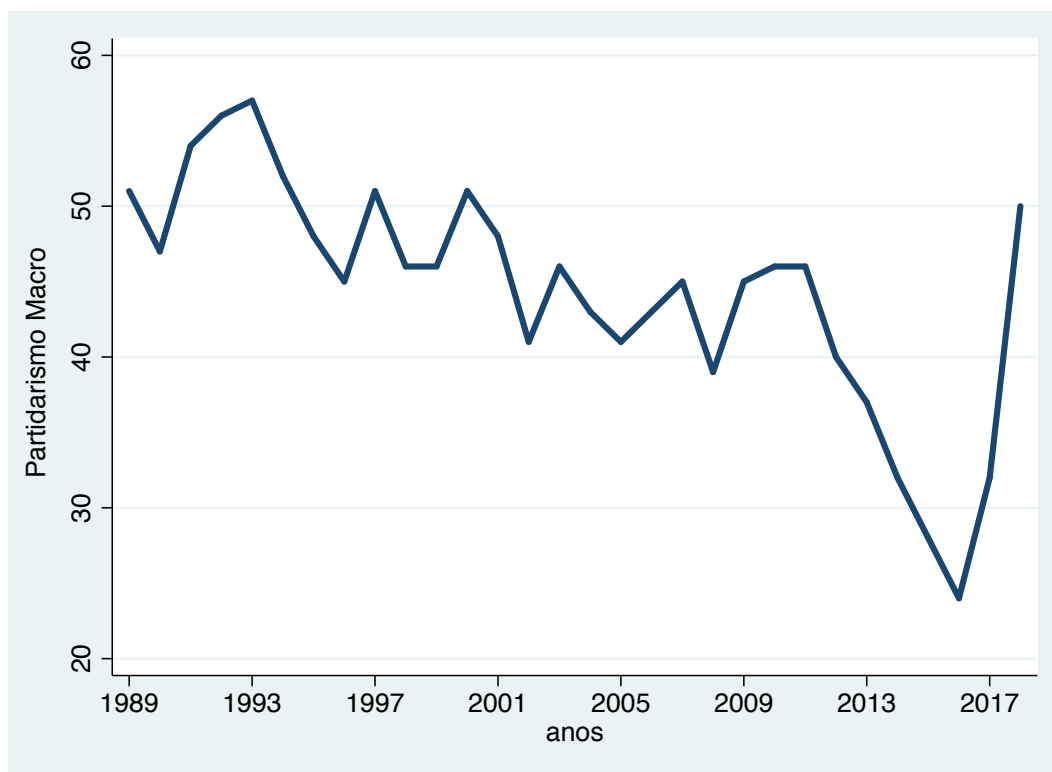


Gráfico 6.5 Partidarismo Macro no Brasil, de 1989 a 2018

O modelo de correção de erros é apropriado para testar essa teoria por conseguir capturar os componentes permanentes e transitórios do partidarismo já que consiste em um exame de reequilíbrio das mudanças. Se as pessoas reagem imediatamente aos eventos e depois retornam ao ponto de origem, o modelo estima os coeficientes para essas duas movimentações, pois há o elemento de correção de erros. Formalmente, nessa primeira etapa, testou as mudanças do partidarismo como função dos indicadores subjetivos e objetivos da economia e também do termo de erro de equilíbrio.

A tabela 6.21 indica que o partidarismo é, de fato, uma função dos efeitos de curto prazo e de longo prazo dos indicadores subjetivos e objetivos da economia. Mais especificamente, do ponto de vista dos efeitos de curto prazo, o desemprego e a

avaliação retrospectiva sobre a situação econômica pessoal produzem um crescimento do partidarismo. A mudança de uma unidade percentual na taxa de desemprego determina uma mudança imediata de 3,59 pontos percentuais no partidarismo, enquanto a mudança de uma unidade percentual na avaliação retrospectiva pessoal causa um crescimento de 1,68 pontos percentuais no partidarismo. O resultado do desemprego não é o esperado. Se o desemprego sobe, então faz mais sentido o nível de partidarismo apresentar uma queda. Por outro lado, faz sentido o crescimento do partidarismo quando o indivíduo sente-se pessoalmente confortável com o estágio passado acerca da economia.

O efeito do desemprego sobre o partidarismo desaparece quando se analisa a relação de longo prazo. Já o efeito da variável que mede a avaliação retrospectiva sobre a situação econômica pessoal permanece. Se o sentimento individual sobre a economia cresce um ponto, o partidarismo sobe 0,80 pontos percentuais. O coeficiente significativo do índice de correção de erros (-0,90%) sustenta que o partidarismo é uma função dinâmica dos efeitos transitórios e permanentes da economia. Cabe ainda destacar que o partidarismo não sofreu alteração quando os testes dos indicadores subjetivos e objetivos foram realizados separadamente.

Tabela 6.21 Desempenho da Economia sobre as Mudanças do Partidarismo

	Variável Dependente
Índice de Correção de Erro	-0.90* (0.33)
Efeitos de Curto Prazo	
Δ Inflação	-0.46 (0.37)
Δ Desemprego	3.59** (0.78)
Δ PIB	0.46 (0.87)
Δ Prospectivo Nacional	-0.33 (0.19)
Δ Prospectivo Pessoal	-0.88 (0.45)
Δ Retrospectivo Nacional	-0.32 (0.13)
Δ Retrospectivo Pessoal	1.21** (0.26)
Efeitos de Longo Prazo	

Inflação _{t-1}	0.53 (0.32)
Desemprego _{t-1}	1.20 (0.75)
PIB _{t-1}	-1.01 (1.67)
Prospectivo Nacional _{t-1}	-0.10 (0.28)
Prospectivo Pessoal _{t-1}	-1.17 (0.67)
Retrospectivo Nacional _{t-1}	0.20 (0.13)
Retrospectivo Pessoal _{t-1}	0.80* (0.23)
Constant	72.25 (46.82)
R ²	0.94
N	22

Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. *p < .05; **p < .01

Analisando agora a tabela 6.22, que retrata os efeitos dos fatores políticos, sociais e institucionais, observa-se que os coeficientes não são estatisticamente significativos. Ou seja, esses eventos não causaram mudanças no partidarismo. Por problema de multicolinearidade, a variável de longo prazo do Plano Real e a variável que mede a Lava Jato foram retiradas do modelo. Esse resultado, apesar de não ser esperado, mostra que os últimos grandes eventos ocorridos não foram suficientes para causar mudanças positivas ou negativas no partidarismo. Contudo, sabe-se que a economia implica em mudanças positivas para o nível da identificação partidária, sugerindo que as pessoas importam mais com o estado da economia para se interessar e acompanhar algum partido político.

Tabela 6.22 Resultados dos Fatores Políticos, Sociais e Institucionais sobre o Partidarismo

	Variável Dependente
Índice de Correção de Erro	-3.05* (0.18)
Efeitos de Curto Prazo	
Δ Plano Real	-
Δ Bolsa Família	-4.47

	(1.53)
Δ Mensalão	1.33
	(1.18)
Δ Índice de Gini	-130.88
	(118.13)
Δ Crise Global	-2.90
	(1.25)
Δ Satisfação	-0.26
	(0.06)
Δ Manifestação	-11.46
	(1.61)
<hr/> Efeitos de Longo Prazo <hr/>	
Plano Real t_{-1}	-30.96
	(3.86)
Bolsa Família t_{-1}	-8.20
	(2.11)
Mensalão t_{-1}	2.16
	(1.02)
Índice de Gini t_{-1}	57.80
	(44.54)
Crise Global t_{-1}	-3.98
	(1.49)
Satisfação t_{-1}	-0.26
	(0.08)
Manifestação t_{-1}	-25.48
	(2.20)
Constant	150.82
	(20.89)
R ²	0.99
N	16
<hr/>	
Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. *p < .05	

6.4.4 Resultados da Polarização Política entre Petismo e Antipetismo

A divisão entre petismo e antipetismo como premissa da origem da polarização política mostrou-se expressiva pelos testes realizados. De fato, existe uma forte polarização entre petistas e antipetistas, sendo que o sentimento de rejeição ao PT cresceu exponencialmente durante o governo Dilma (ver gráfico 4.20). Para medir essa polarização política, usou-se o Índice de Polarização Política (IPP) entre petismo

e antipetismo, que é a diferença entre aqueles que rejeitam o PT e aqueles que apoiam o PT. Valores positivos representam a sobreposição do antipetismo, enquanto os valores negativos indicam o predomínio do petismo. Esse índice mostrou, ao longo do tempo, que o petismo superou o antipetismo de 1998 a 2014 e o antipetismo suplantou o petismo de 2015 a 2018 (ver gráfico 4.21). Claramente, a polarização política sofreu transformações baseadas em um comportamento dinâmico que é causado por razões que agora se busca descobrir. Quais são as causas da polarização política entre petismo e antipetismo? Examina-se, nessa primeira etapa, os fatores de curto prazo e longo prazo atinentes à economia.

A tabela 6.23 exibe que, na coluna 1, não existiu efeitos dos indicadores objetivos da economia sobre a polarização política quando essas variáveis são testadas isoladamente. Por outro lado, a coluna 2 mostra que houve efeitos de curto prazo e longo prazo dos indicadores subjetivos da economia sobre a polarização política. A expectativa com o futuro da econômica pessoal produz um aumento imediato de 2,30 pontos percentuais na polarização política, impulsionada pelo crescimento do antipetismo. Essa mesma variável (prospectiva nacional) determina um efeito de longo prazo sobre a polarização política de 3,39 pontos percentuais. A avaliação retrospectiva negativa da situação econômica do país causa uma polarização política de -0,98 pontos percentuais. Dado que o coeficiente é negativo, interpreta-se que o petismo predominou sobre o antipetismo nessa situação.

Por fim, a coluna 3, que retrata os efeitos das variáveis independentes em conjunto, mostra que houve efeitos de curto prazo e longo prazo sobre a polarização política. O índice de correção de erros estatisticamente significativo (-1,04%) aponta que a polarização política entre petismo e antipetismo é executada por um processo dinâmico de equilíbrio entre os efeitos transitórios e permanentes. Em relação aos efeitos de curto prazo, o PIB e a expectativa pessoal com o futuro da economia exercem influência sobre a polarização política. O coeficiente negativo do PIB (-4,10%) indica que o petismo cresceu sobre o antipetismo impactando no aumento da dispersão entre os dois grupos. O coeficiente positivo da variável prospectiva pessoal (3,54%) mostra que o antipetismo predominou sobre o petismo, de modo que a polarização política é impactada pelo grupo que rejeita o PT.

Para a análise de longo prazo, houve efeitos estatisticamente significativos sobre a polarização política relacionados à inflação, PIB, prospectivo pessoal e retrospectivo nacional. A polarização política é impactada pelo aumento da inflação

em -3,86 pontos percentuais, sendo que os sentimentos favoráveis ao PT impulsionam a dispersão entre o petismo e o antipetismo. A mudança de uma unidade percentual no PIB produz um impacto de longo prazo de -4,07 pontos percentuais na polarização política, que é regida pelo aumento do petismo. Esse resultado sugere que os indicadores objetivos da economia influenciam sobretudo o petismo, provocando a polarização política partidária. Quando a expectativa com a situação econômica pessoal aumenta uma unidade percentual, a diferença entre o petismo e o antipetismo cresce 4,32 pontos percentuais. Por sua vez, a avaliação retrospectiva da situação econômica do país determina uma mudança de -1,11 pontos percentuais na polarização política. O coeficiente negativo significa que o crescimento do petismo prevaleceu sobre o antipetismo.

Tabela 6.23 Modelo de Correção de Erros da Economia sobre a Polarização Política entre Petismo e Antipetismo

	(1)	(2)	(3)
Índice de Correção de Erro	-0.22 (0.39)	-0.46 (0.30)	-1.04* (0.23)
Efeitos de Curto Prazo			
Δ Inflação	0.21 (1.24)		-1.28 (0.51)
Δ Desemprego	-2.16 (2.78)		0.20 (1.19)
Δ PIB	-1.41 (1.39)		-4.10** (0.72)
Δ Prospectivo Nacional		-0.40 (0.31)	0.07 (0.26)
Δ Prospectivo Pessoal		2.30** (0.64)	3.54*** (0.36)
Δ Retrospectivo Nacional		-0.01 (0.24)	0.07 (0.16)
Δ Retrospectivo Pessoal		-0.13 (0.50)	-0.46 (0.33)
Efeitos de Longo Prazo			
Inflação _{t-1}	2.49 (2.18)		-3.86* (1.28)
Desemprego _{t-1}	0.15 (1.83)		-0.10 (0.99)
PIB _{t-1}	-0.93 (1.98)		-4.07* (0.91)
Prospectivo Nacional _{t-1}		-0.69 (0.49)	-0.52 (0.29)

Prospectivo Pessoal _{t-1}		3.39** (0.99)	4.32** (0.60)
Retrospectivo Nacional _{t-1}		-0.98* (0.40)	-1.11** (0.23)
Retrospectivo Pessoal _{t-1}		-0.23 (0.53)	-0.80 (0.34)
Constant	-19.54 (16.41)	-187.71** (47.52)	-210.25** (28.30)
R ²	0.40	0.76	0.98
N	20	20	20

Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. *p < .05; **p < .01; ***p < .001

Usando o modelo de correção de erros, testou-se os efeitos dos fatores políticos, sociais e institucionais sobre a polarização política entre petismo e antipetismo. Por problema de multicolinearidade entre as variáveis independentes e dependente, o modelo não executou o teste satisfatoriamente. A alternativa encontrada foi examinar separadamente os efeitos das variáveis independentes sobre a polarização política. Houve o problema de colinearidade entre a variável Plano Real e a variável dependente e não foi encontrado efeitos das demais variáveis com exceção da Lava Jato e Bolsa Família.

Os testes de cointegração mostraram-se robustos, ou seja, existe uma relação dinâmica de longa duração entre a Lava Jato, Bolsa Família e a polarização política entre petismo e antipetismo¹⁴. A tabela 6.24 apresenta os resultados da relação entre Lava Jato e polarização política. O coeficiente estatisticamente significativo do índice de correção de erros (-0,74%) indica que o efeito de longo prazo é distribuído por vários períodos no tempo e, como esperado, em um processo dinâmico de equilíbrio. O resultado confirma que há uma relação dinâmica de curto prazo e longo prazo entre a Lava Jato e a polarização política. Mais especificamente, a polarização política é impactada imediatamente 21,12 pontos percentuais pela Lava Jato. Em relação ao impacto de longo prazo, o efeito sobre a polarização política é de 29,93 pontos percentuais. Esse resultado implica em um aumento na diferença entre petismo e antipetismo, gerando polaridade entre os dois grupos. Colocando em perspectiva, a variável que mede corrupção alterou positivamente o sentimento de rejeição ao PT.

14. Os testes de cointegração das variáveis Lava Jato e Bolsa Família estão, respectivamente, disponíveis nas tabelas 6.12 e 6.13, no Anexo IX

O coeficiente de R^2 (0,65%) indica que a Lava Jato contribui relativamente bem na explicação da polarização política entre petismo e antipetismo.

Tabela 6.24 Atuação da Lava Jato sobre a Polarização Política entre Petismo e Antipetismo

	Variável Dependente
Índice de Correção de Erro	-0.74*** (0.15)
Δ Lava Jato	21.12** (7.20)
Lava Jato $t-1$	29.93*** (6.06)
Constant	-20.71*** (4.38)
R^2	0.65
N	21

Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

O segundo teste, cujo resultado foi estatisticamente positivo, diz respeito a relação entre o Bolsa Família e a polarização política entre o petismo e antipetismo. O resultado mostra que a relação entre essas duas variáveis é de longo prazo somente, pois não há efeitos de curto prazo. A tabela 6.25 mostra o Bolsa Família produz um efeito sobre a polarização política de 11,69 pontos percentuais. Simplificando, esse resultado sugere que houve um aumento do antipetismo ao longo do tempo causado pelo Bolsa Família, o que motiva o distanciamento do petismo e produz a polarização política.

6.25 Efeitos do Bolsa Família sobre a Polarização Política entre Petismo e Antipetismo

	Variável Dependente
Índice de Correção de Erro	-0.22 (0.15)
Δ Bolsa Família	10.29 (11.13)
Bolsa Família $t-1$	11.69* (5.40)
Constant	-12.67 (6.01)
R^2	0.25
N	21

Nota: Valores de Desvio Padrão estão dentro dos parênteses. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

6.5 Considerações Finais

As causas da polarização política são inúmeras e dizem respeito as mudanças da situação econômica pessoal e do país, bem como aos acontecimentos ocorridos desde a redemocratização na esfera política, social e institucional. Compreender as motivações que produziram esse estágio de polarização, em que houve um crescimento substantivo do antipetismo e uma dispersão das preferências entre pobres e ricos, é fundamental para entender o Brasil.

Para realizar os testes empíricos, usou-se o modelo de correção de erros por ser apropriado para capturar os efeitos de curto prazo e longo prazo assumindo que existe também uma relação dinâmica de equilíbrio durante esse processo. Além disso, as variáveis quase-integradas, características das variáveis dependentes usadas neste trabalho, funcionam bem no modelo de correção de erros. Portanto, optou-se pelo modelo de correção de erros devido as propriedades das variáveis dependentes e da aplicabilidade para apreender os efeitos dinâmicos da polarização política.

Destaca-se, como os principais resultados, o impacto da inflação e do sentimento prospectivo nacional da economia sobre as mudanças da opinião pública. Em uma relação dinâmica, assume-se que a opinião pública é mais conservadora quando a inflação ascende e a expectativa com o futuro da economia nacional é mais pessimista. Por outro lado, a opinião pública tende a ser mais liberal quando a inflação diminui e a expectativa com o futuro da economia nacional é mais otimista. Esses resultados são importantes porque assemelham-se com as implicações da economia para os Estados Unidos (Durr, 1993; Erikson, Mackuen e Stimson, 2002), sugerindo que, a despeito das diferenças culturais e institucionais, a opinião pública macro do Brasil e Estados Unidos têm padrões similares de comportamento.

Os fatores políticos, sociais e institucionais, salvo o sentimento de satisfação com as políticas públicas, não são estatisticamente significativos para as mudanças da opinião pública. O brasileiro ficou extremamente insatisfeito com os serviços públicos ao longo do tempo, especialmente na área da saúde e segurança pública, de maneira que esse sentimento de insatisfação produziu mudanças na opinião pública. A opinião pública é mais liberal quando a satisfação aumenta e é mais conservadora quando há uma queda da satisfação com os serviços públicos. Existe uma relação dinâmica de curto prazo e longo prazo entre essas duas variáveis.

Em relação a polarização política entre pobres e ricos, medido pelo índice que mensura a diferença da opinião pública entre os dois grupos, anotou-se que os indicadores objetivos e subjetivos da economia geram polarização política. O desemprego, o PIB e a percepção com o futuro da economia nacional produzem o aumento da dispersão das preferências entre pobres e ricos. Para os testes dos efeitos dos acontecimentos políticos, sociais e institucionais, observou-se que o índice de Gini, que mede a desigualdade social, e o programa Bolsa Família causam polarização política. Em resumo, o aumento da desigualdade social e a continuidade do Bolsa Família produziram mudanças sobretudo na opinião pública dos mais ricos, gerando o aumento da diferença entre pobres e ricos e confirmando a existência de polarização política baseado na perspectiva de renda das pessoas.

Em uma democracia, os partidos políticos são fundamentais para o bom funcionamento do sistema político. Por este motivo, há um enorme interesse dos cientistas políticos em entender a dinâmica pela qual os indivíduos identificam-se com os partidos políticos. Na esteira do debate da literatura, observou-se que o partidarismo macro no Brasil não foi imóvel ou estático de 1989 a 2018. Ao longo desse período, houve flutuações suaves até o começo do governo Dilma. Todavia, na metade do primeiro governo Dilma, houve uma abrupta queda e depois uma recuperação do índice de identificação partidária. As causas das mudanças do partidarismo estão relacionadas com os efeitos de curto prazo e longo prazo da economia. Os índices de desemprego, apesar do resultado não esperado, e a avaliação retrospectiva sobre a situação econômica pessoal engendram um crescimento do partidarismo. Por outro lado, os grandes eventos ocorridos desde a redemocratização, como Mensalão, Lava Jato, Plano Real e as manifestações da “Jornada de Junho”, não são estatisticamente significativos. Ou seja, pelo menos à primeira vista, esses eventos não produziram nenhum efeito sobre a identificação partidária.

Se as variáveis que medem a corrupção e a situação social do país não impactaram o partidarismo, essas variáveis mostraram-se expressivas para a polarização política entre petismo e antipetismo. Realizados os testes de cointegração, o modelo de correção de erros gerou coeficientes estatisticamente significativos da Lava Jato e Bolsa Família sobre a polarização política partidária. Mais especificamente, a operação denominada de Lava Jato aumentou a diferença entre petismo e antipetismo, impactando sobretudo os indivíduos com sentimentos de rejeição ao PT e, conseqüentemente, produzindo polarização política. Em uma

perspectiva de longo prazo, o Bolsa Família afetou positivamente o índice de polarização política impulsionado essencialmente pelo crescimento do antipetismo. Em face dos últimos acontecimentos, esses resultados fazem sentidos e estão condizentes com a natureza de satisfação e de apoio dos indivíduos em relação ao Bolsa Família. Nos últimos anos, o Bolsa Família sofreu uma diminuição no apoio de continuidade do programa.

A economia também é importante para explicar a divisão entre petismo e antipetismo, apoiada pelos efeitos dinâmicos dos indicadores objetivos e subjetivos. Na perspectiva de curto prazo, as variáveis prospectiva nacional, prospectiva pessoal e o PIB produziram o aumento da dispersão entre petismo e antipetismo. Esse resultado declara que as avaliações subjetivas da economia atinentes ao futuro importam mais do que as avaliações retrospectivas da economia para o aumento da polarização política. Do ponto de vista de longo prazo, os indicadores objetivos da economia (inflação e o PIB) forçam essencialmente o crescimento do petismo, que se distancia do antipetismo e gera a polaridade entre os dois grupos. Os indicadores subjetivos da economia também apresentam coeficientes estatisticamente significativos para a polarização política. Algo importante a se mencionar é que os coeficientes positivos das variáveis prospectivas, que medem a expectativa com o futuro da economia pessoal e nacional, implicam no crescimento do antipetismo. Por outro lado, os resultados encontrados para as variáveis retrospectivas, que avaliam a situação passada da economia, provocam o incremento do petismo. Nesse sentido, há um padrão muito claro: as variáveis subjetivas da economia importam para a polarização política, mas o efeito sobre o petismo e o antipetismo, que causam a polaridade entre os dois grupos, depende essencialmente se o indivíduo calcula a economia com olhos no passado ou no futuro.

7. As Consequências da Polarização Política

A grande preocupação com as consequências da polarização política está relacionada ao funcionamento da democracia. Especialistas mencionam as vantagens e desvantagens ao abordar as consequências da polarização no nível do Congresso e da sociedade, isto é, a literatura especializada alega que a polarização política produz resultados positivos e negativos (Zittel, 2018). Do lado positivo, destacam-se o aumento progressivo da identificação partidária, a clareza das propostas políticas dos líderes partidários e a coesão ideológica entre os eleitores e os partidos políticos. Contudo, os benefícios param por aqui. A literatura aponta muito mais aspectos negativos da polarização política. Algumas desvantagens consistem em impasse legislativo e baixa produtividade no âmbito do Congresso; quebra da civilidade, confiança e normas democráticas; problemas na elaboração e implementação de políticas públicas com implicações para a representação política (Barber, McCarty e Martin, 2015; Layman, Carsey e Horowitz, 2006; Hetherington, 2009).

Evidências mostram que a polarização política implicou na recuperação da identificação partidária nos Estados Unidos e no aumento da orientação ideológica por parte das pessoas. Segundo Hetherington (2001), a divisão política dos líderes partidários clareou as posições políticas dos partidos, deixando o eleitorado mais partidário e ideológico, de modo a forçar a escolha por um ou outro partido. A clareza da posição política simplificou a escolha política, sobretudo para os eleitores menos sofisticados, pois os partidos apresentam propostas antagônicas. Hetherington (2001) sugere que a polarização política deixou os norte-americanos menos neutros. Os sentimentos positivos cresceram na mesma proporção em que aumentaram os sentimentos negativos pelos partidos políticos, ou seja, os eleitores ficaram mais leais aos seus partidos políticos e hostis aos outros partidos.

Todavia, a retomada da identificação partidária como consequência da polarização tem um preço a pagar que é a falta de consenso para se aprovar uma agenda de reformas ou leis no âmbito do Congresso. Um dos efeitos desse impasse pode ser sentido na área econômica e social. Há fortes razões para considerar que a desigualdade social aumentou sempre que a polarização política esteve mais forte, assim como políticas que visavam melhorar a vida das pessoas mais vulneráveis socialmente foram bloqueadas no Congresso (McCarty, Poole e Rosenthal, 2006). No campo econômico, Barber et al. (2015) afirmam que não há dúvidas de que a

polarização política ocasionou consequências para as crises fiscais. Para ilustrar as consequências desses impasses, pode-se citar as dificuldades pelas quais o presidente Barack Obama passou em aprovar a reforma da saúde e o fato de que o Congresso travou o avanço do debate acerca do casamento homossexual nos Estados Unidos. Como consequência, ocorreu um crescimento da relevância do judiciário, de maneira que o processo político é invariavelmente judicializado. O conflito partidário impede a negociação para se alcançar os compromissos mínimos que são necessários para o trabalho legislativo. Em um sistema político polarizado, os vetos e as barganhas aumentam bastante, dificultando a formação de maiorias. De acordo com Barber et al. (2015), os vetos presidenciais e a obstrução parlamentar têm aumentado os impasses legislativos e ajudado a preservar o *status quo*. Isso significa que mudanças nas leis estão cada vez mais difíceis de serem implementadas. Jones (2001) argumenta que a polarização partidária aumenta as chances de impasse e paralisia no Congresso. A produção legislativa é outro aspecto afetado pela polarização política. À medida que a polarização entre os partidos no Congresso cresce, a aprovação de projetos de lei diminui (Barber, McCarty e Martin, 2015).

Para o Brasil, nota-se certas similaridades com os Estados Unidos, como a decisão sobre temas polêmicos exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Após o reconhecimento de que existe uma omissão do Congresso em tratar da discriminação por orientação sexual, a maioria dos ministros do Supremo considerou que a homofobia é crime. Contudo, estudos recentes não confirmam que o legislativo brasileiro é polarizado em aspectos ideológicos ou partidários (Zucco, 2009). Por isso, é importante o aprofundamento de pesquisas acerca da polarização política na esfera do Congresso, talvez usando outras ferramentas metodológicas para além do *DW-nominate* e analisando o comportamento dos deputados e senadores nas comissões temáticas. Outro foco pode ser o comportamento dos partidos medianos, os quais podem estar exercendo o papel de moderadores e, assim, evitando a polarização política em face da fragmentação partidária que existe no Brasil. Esses são alguns aspectos relevantes da literatura ao nível da elite partidária.

Da perspectiva da polarização política ao nível do eleitorado, uma consequência marcante refere-se às quebras de confiança nas instituições e nas normas democráticas. Para Layman et al. (2006), a polarização é determinante para a diminuição da civilidade. A agressividade e intolerância aumentam entre os líderes partidários permeando toda a sociedade. Levitsky e Ziblatt (2018) são ainda mais

dramáticos quanto às consequências da polarização política visto que, para os autores, os colapsos democráticos são produtos de governos diversionista e sectários que se alimentam da própria polarização e dos conflitos políticos. No limite, a polarização extrema é capaz de matar as democracias porque corroem de forma “gradual, sutil e mesmo legalmente” as instituições (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.19).

A erosão da representação política é outro movimento que, ao longo prazo e sutilmente, pode matar a democracia. Em uma sociedade polarizada, o presidente em exercício com a ajuda do Congresso pode aprovar medidas que favoreçam somente os eleitores identificados com o governo. Ou, ainda, implementar políticas públicas que atendam exclusivamente uma parcela da população. A polarização inibe respostas representativas a toda a população, colocando parte da sociedade em risco por não ter proteção social e do Estado (Barber, Mccarty e Martin, 2015). Em tais situações prevalece a sub-representação de certos grupos sociais menos influentes politicamente. Colocando em perspectiva, grupos minoritários podem ter direitos negados, não reconhecerem mais os caminhos da representação como uma via democrática e, em última análise, sofrerem perseguições políticas. Esse é o cenário perfeito para o crescimento das divisões políticas e impasses nas soluções das crises econômicas e sociais.

Há um rico debate na literatura estadunidense sobre a (des)igualdade de representação política. Partindo do princípio de que a igualdade é a pedra angular da democracia (Dahls, 1956), teóricos analisam se os governantes são responsivos às preferências dos governados. Para um grupo de pesquisadores, a resposta é que existe atualmente uma democracia desigual porque os governantes formulam políticas públicas privilegiando os mais afortunados. Examinando políticas como aborto, salário mínimo e gastos sociais, Bartels (2008) encontra que os senadores são mais responsivos às preferências dos mais ricos. Gilens (2005) identifica que as preferências dos mais ricos predominam sobre as escolhas dos mais pobres quando existem diferenças de opinião entre os dois grupos.

Focando não mais no comportamento dos congressistas, e sim nas políticas públicas implementadas pelo governo federal, Gilens (2012) descobre que o executivo é fortemente responsivo aos cidadãos mais ricos. Com um tema ligeiramente diferente, Jacobs e Page (2005) analisam os efeitos da opinião pública dos cidadãos, dos líderes empresariais e dos especialistas sobre a política externa. Eles encontram que os políticos na área internacional tendem a ouvir mais os especialistas do que o

público em geral. Esse resultado sugere que a representação é inclinada aos mais ricos em áreas mais específicas. Esse grupo de pesquisadores utiliza metodologicamente dados transversais.

Outro grupo de pesquisadores, usando o modelo dinâmico, confronta os resultados que enfatizam o viés representativo em favor dos mais ricos (Wlezien e Soroka, 2008; Bhatti e Erikson, 2011). Replicando o trabalho de Bartels com dados mais recentes, Bhatti e Erikson (2011) encontram que não há evidência estatística para a diferença dos grupos de baixa e alta renda. Esse resultado sugere, portanto, que a responsividade é imparcial. Por sua vez, Soroka e Wlezien (2008), analisando a relação da opinião pública agregada e os gastos sociais do governo federal, encontram um forte paralelismo nas preferências dos grupos sociais e pronunciam assertivamente que não existem indícios de desigualdade representativa entre pobres e ricos. Contudo, os mesmos autores insinuam que os governantes privilegiam os mais educados e os votantes em detrimento dos menos educados e dos não-votantes nos Estados Unidos, onde o voto é facultativo.

Esses trabalhos não tratam diretamente da responsividade política, pois a baixa diferença de opinião pública entre os grupos impede uma análise mais apurada sobre a desigualdade representativa. Com uma nova abordagem em que o foco é o subconjunto de políticas para as quais existem divergências entre os distintos grupos sociais, Branham et al. (2017) analisam o domínio da opinião pública dos ricos, da classe média e dos pobres. O resultado mostra que em 90% dos casos estudados há convergência de opiniões entre os mais ricos e a classe média e em 80% dos casos a opinião pública entre os mais pobres e os mais ricos está associada. Interessante notar ainda que as preferências dos mais ricos prevalecem sobre as preferências da classe média e dos mais pobres. Ao comparar os raros casos em que a opinião pública dos mais ricos, da classe média e dos mais pobres são divergentes, observou-se que somente 18% das políticas apoiadas pelos mais pobres são aprovadas. Existe um forte bloqueio dos mais afortunados em relação às políticas que não os agradam.

Para o Brasil, Rennó e Turgeon (2016) apresentam resultados que indicam baixa diferenciação entre as classes de renda. Pobres, ricos e classe média não têm divergências de opinião pública significativas, a despeito da mobilidade social recente pela qual o país cruzou, salvo para o assunto de cotas raciais que mostra uma ligeira polarização de opinião entre os indivíduos das classes sociais mais baixas e altas.

A literatura sobre polarização política não aborda abertamente o aspecto da

desigualdade de representação política, embora essa seja uma agenda fértil de pesquisa. Mesmo entre os teóricos que defendem que é exagerada a preocupação entre as diferenças entre os ricos e pobres, notou-se que as preferências dos mais afluentes são dominantes quando há divergência. Os governantes são mais responsivos aos cidadãos com mais dinheiro e tempo, os quais podem influenciar mais os resultados das eleições. O argumento posto é que a falta de representação política coletiva, mesmo em um tamanho ínfimo, pode levar a democracia ao abismo. A polarização política tende a diminuir o nível de representação política, comprometendo as normas democráticas e a legitimidade dos representantes, gerando intolerância de todos os lados, impasses no âmbito no Congresso e paralisia do governo central. Esse cenário catastrófico assemelha-se com o atual momento político do país, em que o governo Bolsonaro busca a beligerância como forma de governar.

Para América Latina, em particular para o Brasil, sabe-se muito pouco sobre a direção das políticas públicas implementadas pelo governo federal, por isso não é possível afirmar empiricamente que o atual momento é de corrosão da representação política. O motivo é a escassez de dados sobre as decisões do executivo, o que torna a análise sobre a desigualdade de representação política ainda mais complexa, sobretudo porque as ações dos representantes e as preferências dos representados precisam compreender a mesma unidade de análise. Seguindo a metodologia norte-americana, uma possibilidade é medir o comportamento do governo federal por meio dos gastos sociais e comparar com a opinião pública das pessoas a respeito dos gastos sociais (Soroka e Wlezien, 2010).

Os desafios são enormes para executar esse plano no Brasil. Primeiro, há uma carência de dados sobre a dotação orçamentária e investimentos federais até a metade da década de 90, encurtando significativamente a série. Segundo, os gastos sociais estão vinculados às regras estabelecidas pela Constituição de 1988, as quais determinam investimentos mínimos na área da saúde e educação com base na receita líquida. Além da vinculação constitucional, existe a preocupação com a dívida social com os mais pobres que está na crença do brasileiro (Alston et al., 2016) e pressiona os gastos sociais federais. Como esperado, os estudos já realizados sobre gastos sociais no Brasil demonstram uma trajetória de crescimento contínuo (Castro et al., 2012). As fontes de dados para esses estudos são do Siafi e Ipeadata.

Em 2002, o Senado Federal, através da plataforma SIGABR, disponibilizou as informações do gasto social federal. Ao passo que a informação tornou-se mais livre,

os valores de execução orçamentária disponíveis pelo IPEA (1995-2010) são diferentes dos valores disponíveis pelo Senado Federal (2002-2015). Cada órgão adotou uma metodologia, inviabilizando a junção das duas séries históricas. Esse problema impõe uma solução metodológica para se obter uma série maior.

Utilizando os dados oferecidos pelo Senado Federal, observou-se a trajetória dos gastos sociais em valores constantes – quando o efeito da inflação acumulada já é descontado - e a porcentagem do PIB com gastos sociais. O gráfico 7.1 mostra que a tendência de crescimento dos gastos sociais em bilhões é persistente, assemelhando-se aos dados de 1995 a 2010 informados por Castro et al. (2012), mesmo com a diferença da base de dados. O governo federal executou quase 198 bilhões com gasto social em 2002, enquanto que, em 2015, esse valor ultrapassou os 915 bilhões. Já a porcentagem do PIB com os gastos sociais tem uma trajetória de alta e baixa até 2012, ano em que a curva torna-se ascendente e segue nessa direção até 2015. Neste ano, o percentual do PIB com gasto social foi de quase 15,5%. Essa movimentação do gasto social em relação ao PIB não é linear, motivada pela variação do crescimento econômico no decorrer dos anos.

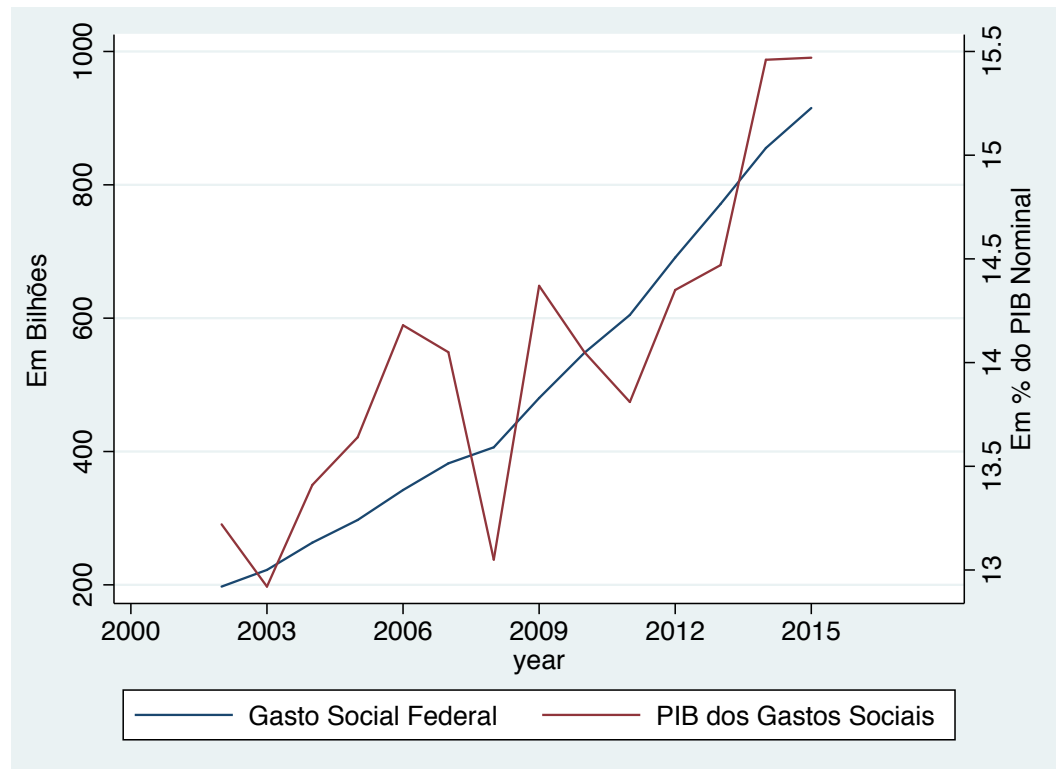


Gráfico 7.1 Trajetória do Gasto Social Federal, 2002-2015

A trajetória do gastos social federal é constituída por valores nominais dos seguintes setores: saúde, educação, assistência social, segurança, defesa, trabalho, indústria, habitação, saneamento, ciência e tecnologia, transporte, meio ambiente, agricultura e comunicação. Corrigindo todos os valores pela inflação, o gráfico 7.2 apresenta uma dimensão real do que os governantes gastaram nessas áreas. Esses valores representam as despesas públicas do governo federal de 2002 a 2015.

Conforme o esperado, os gastos sociais em saúde, educação e assistência social são crescentes ao longo do tempo, aproximando-se do valor de 100 bilhões no ano de 2015. A vinculação constitucional para saúde e educação impulsiona para esse movimento certamente, assim como a crença do brasileiro para os gastos na área da assistência social. Os gastos sociais nas demais áreas são crescentes, caso da defesa e trabalho, ou demonstram uma trajetória de mais estabilidade. Cabe ainda mencionar que áreas estratégicas para o país, como habitação, saneamento e ciência e tecnologia, recebem mínima atenção dos governantes considerando que o valor investido nessas duas áreas não ultrapassou o valor de 15 bilhões em nenhum ano da série.

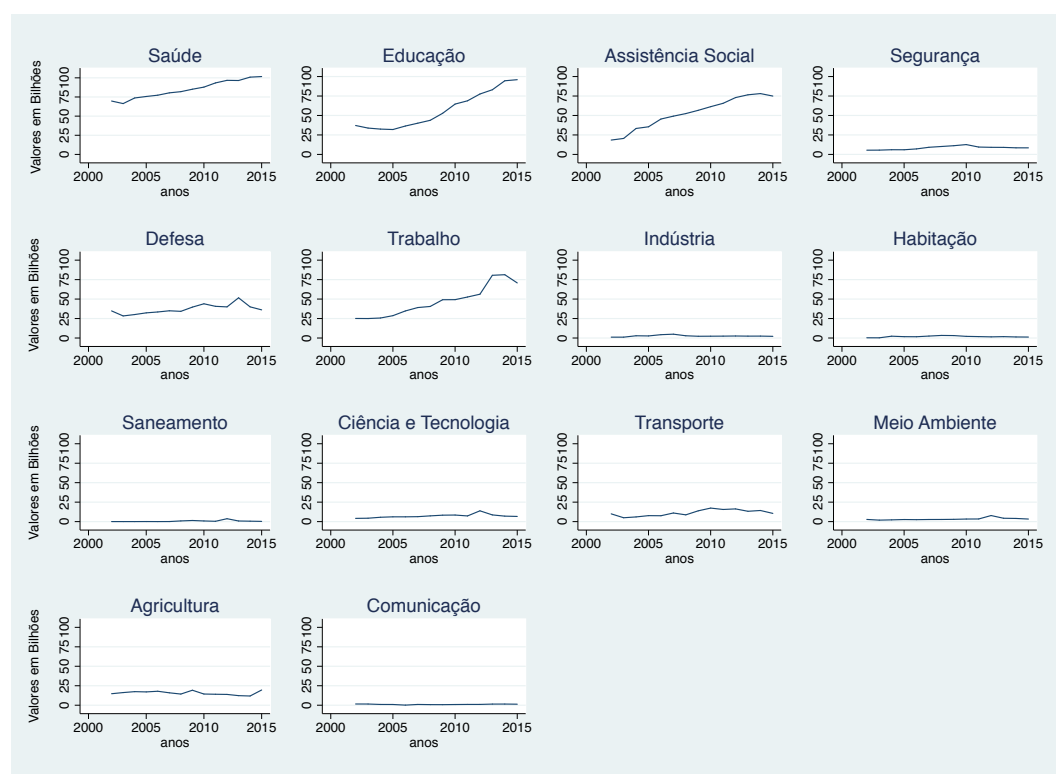


Gráfico 7.2 Trajetória dos Gastos Sociais Federais por Área de Atuação

Pelo lado dos representados, precisa-se obter um tipo de informação compatível com a medida dos gastos sociais do governo federal para efeito de

comparação. Contudo, os institutos de pesquisas fixados no Brasil raramente realizam a pergunta adequada, usada nos Estados Unidos e na Europa, e a qual pondera se o indivíduo quer mais gasto social ou menos gasto social em certas áreas. Em toda a série histórica para coletar a opinião pública macro no Brasil, de 1991 a 2015, a pergunta que mede as preferências acerca dos gastos sociais foi efetuada somente três vezes, nos anos de 1998, 2010 e 2014. No capítulo 4, o gráfico 4.3 mostra a opinião pública de todos os itens políticos capturados para construir o índice macro da opinião pública para o Brasil, inclusive o índice das preferências acerca dos gastos sociais.

Aplicando a técnica *dyad ratios*, foi possível estabelecer uma série de 1998 a 2014. Considerando que a preferência dos gastos sociais apresenta uma média de 83% e um desvio padrão de 6,4%, assume-se que os cidadãos são altamente liberais no tocante aos gastos sociais e, portanto, apoiam o aumento dos gastos sociais. Contudo, a variação percentual da mudança de opinião pública acerca dos gastos sociais é muito baixa. Conseqüentemente, essa tendência pode ser artificial, motivada pelos poucos dados coletados da opinião pública sobre os gastos sociais.

A princípio, pode-se até considerar que essas análises apoiam a ideia de que os governantes executam precisamente o que os governados querem, ou seja, o aumento dos gastos sociais traduz a representação política entre políticos e eleitores. Esses resultados, entretanto, não são robustos suficientes para esse tipo de conclusão. Dada a dificuldade relacionada aos dados, em razão da escassez de informação e também pelas regras constitucionais, optou-se em não desenvolver essa pesquisa por essa linha de investigação. As limitações, tanto ao nível dos representados como ao nível dos representantes, são enormes e impedem essas conclusões até agora.

Um caminho alternativo é investigar as propostas do Executivo enviadas ao Congresso como uma forma de identificar o padrão do comportamento dos governantes. Compara-se as ações dos governantes, medida pelas propostas legislativas, com a vontade dos representados por meio da opinião pública. Importante que os temas medidos dos dois lados sejam idênticos, cobrindo as áreas sociais, econômicas e outras.

Hiroi e Rennó (2017) organizaram um banco de dados original com as propostas do executivo de outubro de 1988 a dezembro de 2012 submetidas à apreciação dos deputados e senadores. O banco de dados inclui 1.437 propostas no total, distribuídas por projetos de lei ordinários, projetos de lei complementar e propostas de emenda constitucional. O banco de dados, por outro lado, exclui as

medidas provisórias, as quais têm força de lei e são importantes instrumentos usados pelo Executivo para construir a sua agenda política e pressionar o Congresso. Nesse sentido, as medidas provisórias podem orientar a direção das políticas públicas. A tabela 7.1 apresenta a organização por área das propostas do Executivo.

Tabela 7.1. Classificação por Área das Propostas do Executivo

Propostas do Executivo	Número de Propostas	Porcentagem
Administrativa	624	43,4
Códigos e Direito	157	11
Economia	227	15,8
Homenagem e Tributos	21	1,5
Orçamento e Impostos	50	3,5
Política Institucional	20	1,4
Política Social	323	22,5
Política Externa	10	0,7

Fonte: Base de dados da Duração Legislativa Brasileira, construída pelos autores e gentilmente cedida.

A área da Economia acolheu propostas que versam sobre desenvolvimento econômico, política fiscal e comercial. Por exemplo, a proposta relativa ao aumento do salário mínimo é incluída nesta categoria. As propostas educacionais, trabalhistas, de seguridade social e meio ambiente foram incluídas no domínio da Política Social. No grupo “Orçamento e Impostos”, inclui-se todas as propostas relacionadas com taxas, orçamento, créditos extraordinários e reforma tributária. As propostas catalogadas na rubrica de código criminal, sentenças de prisão, punições e prossecuções são classificadas na categoria de Códigos e Direito. Na categoria de Política Externa, incluiu-se propostas sobre acordos internacionais, integração regional e política de cooperação com certos países. As demais categorias - Administrativa, Homenagem e Tributos e Política Institucional - não se relacionam diretamente com o público externo, ou seja, são de interesse mais da organização administrativa e institucional do país (Hiroi e Rennó, 2017).

Usando esse banco de dados e com o objetivo de investigar a duração em que uma proposta do Executivo leva para ser aprovada no Congresso, Hiroi e Rennó (2017) identificam que, em média, uma proposta do Executivo é aprovada em 547 dias, aproximadamente um ano e cinco meses. As propostas das áreas da economia e política social duram 371 e 639 dias em média, respectivamente. As obstruções

legislativas e os conflitos políticos entre o Executivo e a coalizão de governo e também entre o Executivo e a oposição são decisivos para o atraso na aprovação das propostas. A dinâmica interna do legislativo e a relação com os presidentes colocam luz em aspectos relevantes da consequência da polarização política: o impasse legislativo e a representação política.

Em face do exposto, o passo futuro é investigar, com os dados elaborados por Hiroi e Rennó (2017), a relação das ações dos presidentes com as preferências dos cidadãos considerando que o Congresso é um ator importante nesse processo porque pode atenuar ou alongar a duração da aprovação das propostas do Executivo. Para tal, faz-se importante coletar informações de opinião pública que sejam pertinentes à base de dados das propostas do Executivo e que tenham conexões com as áreas da economia, códigos e direito, orçamentos e impostos, política social e política externa. As preferências devem ser agrupadas entre os mais pobres e os mais ricos e entre os petistas e antipetistas. Algo a esse respeito já foi iniciado com a construção do *Brazilian Mood Policy*, mas ainda carece de algum refinamento visto que as unidades de análise precisam ser idênticas.

Como o objetivo é investigar a consequência da polarização política para a representação política no Brasil e, por conseguinte, para a qualidade da democracia, o primeiro passo é investigar se há algum tipo de viés representativo no Brasil. Confirmando essa hipótese, o passo seguinte é testar se os índices de polarização política de renda e partidário afetam a igualdade de representação política. Ou seja, a hipótese central é que os governantes podem ser mais responsivos à uma parcela da sociedade em função da polarização política, suprimindo gradualmente e sutilmente a democracia representativa.

8. Conclusão

No Brasil, a polarização política era um tema raro nos meios acadêmicos, políticos e entre os meios de comunicação, que ganhou evidência a partir da eleição presidencial de 2014 entre Dilma Rousseff e Aécio Neves. Esta eleição se notabilizou por ter sido a mais acirrada da história recente e a sexta disputa consecutiva entre o PT e o PSDB, até então os dois maiores partidos políticos do sistema brasileiro, em uma trajetória de 20 anos (1994-2014). Muitos analistas e pesquisadores acreditaram que a polarização tinha atravessado o Atlântico e repousado em terras brasileiras sob a ótica de petistas versus tucanos, o espelho do que ocorre nos Estados Unidos e em outros países europeus. Contudo, as primeiras pesquisas acadêmicas não confirmaram a hipótese da divisão entre dois partidos políticos.

Os eventos que sucederam a eleição presidencial de 2014, como a operação Lava Jato, impeachment de Dilma e a vitória de Jair Bolsonaro, acenderam as suspeitas sobre um novo fenômeno: o crescimento do partidarismo negativo. Essa tese é apoiada teoricamente pelo conceito da identidade social, o qual define a polarização política como um subproduto dos sentimentos positivos e negativos relativos a grupos ou partidos políticos. Nesse contexto, a ideia original era testar se os sentimentos positivos e negativos em relação ao PT produzem polarização política.

Alguns estudiosos, bem antes da realidade apontar na direção do antipetismo, haviam investigado a força do partidarismo negativo, porém o enquadramento era os efeitos sobre o resultado eleitoral (Rennó e Ames, 2014; Carreirão, 2008). Faltava, portanto, investigar o petismo e o antipetismo na perspectiva da polarização política. O objetivo dessa pesquisa era descobrir a origem, as causas e as consequências da polarização no Brasil. Diante do primeiro desafio e usando a técnica da dispersão, da associação e da densidade relativa, o principal resultado empírico desse trabalho aponta para a polaridade entre o petismo e o antipetismo.

Construindo dois índices a partir das preferências partidárias agregadas, descobriu-se que o petismo e o antipetismo têm trajetórias heterogêneas e antagônicas. O IPP entre petismo e antipetismo assinala para uma dispersão de 20% em 2018, corroborando empiricamente com a noção de que existe polaridade entre esses dois grupos. Os resultados mostraram também uma crescente associação do antipetismo com a dimensão da opinião pública formada pelos temas de valores e costumes, bem como uma distribuição relativa no formato de U que confirma a

polarização entre o petismo e o antipetismo. Em síntese, o conjunto dos resultados é robusto na direção de que o PT funciona como o gatilho da polarização política no Brasil, principalmente porque distintos métodos foram aplicados.

Existem evidências também que os mais pobres e os mais ricos, pelo menos em certos momentos, estão polarizados. O teste da polarização distribucional é claro a esse respeito: os dois grupos marcham para direções opostas nos ciclos que compreendem de 1991 a 1999 e, posteriormente, de 2008 a 2015. A opinião pública dos mais pobres e mais ricos está distribuída similarmente no ciclo que consiste de 2000 a 2007. Entre pobres e ricos, constatou-se ainda uma distribuição heterogênea da opinião pública para a dimensão da economia. Os testes de dispersão e associação da opinião pública entre pobres e ricos são mais conservadores, embora os resultados encontrados tenham confirmado a separação entre pobres e ricos. Uma desvantagem dos testes de dispersão, baseados exclusivamente na média, é a limitação no que diz respeito a distribuição dos grupos. As médias da dispersão e associação da opinião pública não conseguem capturar metodologicamente as mudanças dos grupos como um todo, atenuando, portanto, movimentações mais polarizadas.

Na esteira desses resultados, esse trabalho apontou para o declínio do partidarismo e, ao mesmo tempo, o aumento do antipartidarismo. Similarmente, a opinião pública macro e a ideologia macro foram concebidas usando a técnica do *dyad ratios* (Stimson, 1991) e mostraram ter uma movimentação equilibrada sem correr às extremidades. A opinião pública e a ideologia visualmente são moderadas. Como todas essas variáveis são constituídas por índices formados pela agregação das respostas individuais, os resultados são mais estáveis e suavizam significativamente os erros de medição. As preferências agregadas, que marcam a opinião pública, ideologia e o partidarismo, são também mais sensíveis a capturar as mudanças externas. Essas variáveis e todas as outras que se desdobram são perfeitamente ajustadas nas análises sobre as causas da polarização política.

A segunda parte desse trabalho concentrou-se em descobrir os motivos que causam as mudanças na opinião pública e no partidarismo, assim como as causas que levam a divisão entre petistas e antipetismo e entre os mais pobres e mais ricos. A economia, a insatisfação com os serviços públicos oferecidos pelos governos, a corrupção (Lava Jato), Bolsa Família e a desigualdade social (Índice de Gini) são algumas das principais causas das mudanças da opinião pública e do partidarismo e, na mesma proporção de importância, configuram também como as causas da

polarização entre pobres e ricos e entre petistas e antipetistas. Os resultados mostraram que essa relação é de curto prazo e longo prazo através dos testes estatísticos usando o modelo de correção de erros.

No contexto sobre as causas da polarização política, uma descoberta chama a atenção que é o papel determinante da insatisfação das políticas públicas sobre as mudanças da opinião pública. O nível de liberalismo ou conservadorismo da opinião pública é acompanhado pelo aumento ou diminuição, respectivamente, do grau de satisfação com as políticas públicas. O baixo nível de satisfação das políticas públicas pode levar o cidadão a tornar-se descrente com a atuação do Estado.

Esse cenário seguramente gera implicações ao funcionamento da democracia. A terceira parte desse trabalho tratou das consequências da polarização política, realizando inicialmente uma discussão teórica para atualizar o debate e apresentando posteriormente alguns indicativos descritivos. Essa revisão da teoria apontou para uma fenda que é a associação da agenda de polarização política com o marco teórico da igualdade de representação política, algo incomum na literatura. Os teóricos da opinião pública vinculados à responsividade política sugerem que existe um viés representativo favorável aos cidadãos mais afortunados, mesmo em um contexto no qual as divergências de preferências entre os grupos são mínimas. Em termos mais simples, os representantes respondem com mais frequência aos eleitores mais ricos, aos mais educados e aos votantes. A explicação talvez para esse tipo de comportamento esteja relacionado ao fato de que esses cidadãos têm mais condições de influenciar as decisões políticas.

Baseado nesses resultados, o argumento para conectar ambas as agendas de pesquisa é bem simples: a polarização política produz desigualdade na representação política visto que os governantes respondem as suas bases de apoio prioritariamente a fim de fortalecer os laços pessoais e buscar adesão para as ações políticas. Um lado da sociedade permanece sub-representado, o que coloca a democracia em estágio disfuncional. Essa é uma agenda futura de pesquisa promissora, ainda não testada empiricamente sob a perspectiva da polarização e representação política e merece a atenção em face das crises de legitimidade ocorridas ao redor do mundo e da onda crescente de conflitos entre cidadãos e políticos e dos discursos de intolerância.

Referências Bibliográficas

- Abramowitz, A. I., & Saunders, K. L. (1998). Ideological realignment in the US electorate. *The Journal of Politics*, 60(3), 634-652.
- Abramowitz, A., & Saunders, K. (2005, June). Why can't we all just get along? The reality of a polarized America. In *The Forum* (Vol. 3, No. 2). De Gruyter.
- Abramowitz, A. I., & Jacobson, G. C. (2006). Disconnected, or Joined at the Hip?. *Red and Blue Nation? Characteristics and Causes of America's Polarized Politics*, 72-85.
- Abramowitz, A. I., & Saunders, K. L. (2008). Is polarization a myth?. *The Journal of Politics*, 70(2), 542-555.
- Abramson, P. R., & Ostrom, C. W. (1991). Macropartisanship: An empirical reassessment. *American Political Science Review*, 85(1), 181-192.
- Adams, G. D. (1997). Abortion: Evidence of an issue evolution. *American Journal of Political Science*, 718-737.
- Alston, L. J., Melo, M. A., Mueller, B., & Pereira, C. (2016). *Brazil in transition: beliefs, leadership, and institutional change* (Vol. 64). Princeton University Press.
- Althaus, S. L. (1998). Information effects in collective preferences. *American Political Science Review*, 92(3), 545-558.
- Ames, B., & Smith, A. E. (2010). Knowing left from right: ideological identification in Brazil, 2002-2006. *Journal of politics in latin america*, 2(3), 3-38.
- Ansolabehere, S., Rodden, J., & Snyder, J. M. (2008). The strength of issues: Using multiple measures to gauge preference stability, ideological constraint, and issue voting. *American Political Science Review*, 102(2), 215-232.
- Ansolabehere, S., Persily, N., & Stewart III, C. (2009). Race, religion, and vote choice in the 2008 election: implications for the future of the Voting Rights Act. *Harv. L. Rev.*, 123, 1385.
- Baker, A. (2002). *Reformas liberalizantes e aprovação presidencial: a politização dos debates da política econômica no Brasil*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Baker, A., Ames, B., & Renno, L. R. (2006). Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 elections. *American Journal of Political Science*, 50(2), 382-399.
- Baker, A., Ames, B., Renno, L. R., & Sokhey, A. E. (2010). The Sources and Dynamics of Mass Partisanship in a New Democracy.

- Baker, A., Dominguez, I. J. I., Greene, K. F., Lawson, C., & Moreno, A. (2015). Public mood and presidential election outcomes in Mexico. *Mexico's Evolving Democracy: A Comparative Study of the 2012 Elections*, 107-127.
- Baldassarri, D., & Gelman, A. (2008). Partisans without constraint: Political polarization and trends in American public opinion. *American Journal of Sociology*, 114(2), 408-446.
- Bankert, A., Huddy, L., & Rosema, M. (2017). Measuring partisanship as a social identity in multi-party systems. *Political behavior*, 39(1), 103-132.
- Barber, M., McCarty, N., Mansbridge, J., & Martin, C. J. (2015). Causes and consequences of polarization. *Political Negotiation: A Handbook*, 37, 39-43.
- Bartels, L. M. (1996). Uninformed votes: Information effects in presidential elections. *American Journal of Political Science*, 40, 194-230.
- Bartels, L. M. (2008). *Unequal democracy: The political economy of the new gilded age*. Princeton University Press.
- Bartle, J., Bosch, A., & Orriols, L. (2014, September). The Spanish policy mood, 1978-2012. In *8th ECPR General Conference. University of Glasgow* (pp. 3-6).
- Bartle, J., Dellepiane-Avellaneda, S., Stimson, J. A., Allen, N., & Bartle, J. (2011). The policy mood and the moving centre. *Britain at the polls 2010*.
- Bello, A. (2016). A lógica social do voto correto no Brasil. *Opinião Pública*, 22(2).
- Bellucci, P., & Pellegata, A. (2017). Citizens' policy mood, policies and election outcomes in Italy. *Contemporary Italian Politics*, 9(1), 8-29.
- Berelson, B. (1952). Democratic theory and public opinion. *Public Opinion Quarterly*, 313-330.
- Borges, A., & Vidigal, R. (2018). Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras.
- Box-Steffensmeier, J. M., Knight, K., & Sigelman, L. (1998). The interplay of macropartisanship and macroideology: A time series analysis. *The Journal of Politics*, 60(4), 1031-1049.
- Box-Steffensmeier, J. M., & Smith, R. M. (1996). The dynamics of aggregate partisanship. *American Political Science Review*, 90(3), 567-580.
- Bobbio, N. (2011). *Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política*. Unesp.
- Bobbio, N. (2013). Norberto. Liberalismo e democracia. *Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense*.

- Bohn, S. R. (2004). Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, 10(2), 288-338.
- Bonifácio, R.; Casalecchi; Sandes Freitas, V. (2014). Ideologia e Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras
- Bonifácio, R., & Schlegel, R. (2012). Panorama e determinantes da satisfação com os serviços públicos no Brasil.
- Braga, M. D. S. S., & Pimentel Jr, J. (2011). Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. *Opinião Pública*, 17(2), 271-303.
- Branham, J. A., Soroka, S. N., & Wlezien, C. (2017). When do the rich win?. *Political Science Quarterly*, 132(1), 43-62.
- Brooks, C., & Manza, J. (2007). Why do welfare states persist?. *The Journal of Politics*, 68(4), 816-827.
- Castro, J. A. D., Ribeiro, J. A. C., Chaves, J. V., & Duarte, B. C. (2012). Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010.
- Campbell, A., Converse, P. E., Miller, W. E., & Stokes, D. E. (1980). *The american voter*. University of Chicago Press.
- Carmines, E. G., & Stimson, J. A. (1986). On the structure and sequence of issue evolution. *American Political Science Review*, 80(3), 901-920.
- Carmines, E. G., & Stimson, J. A. (1989). *Issue evolution: Race and the transformation of American politics*. Princeton University Press.
- Carmines, E. G. (1991). The logic of party alignments. *Journal of theoretical Politics*, 3(1), 65-80.
- Carmines, E. G., & Wagner, M. W. (2006). Political issues and party alignments: Assessing the issue evolution perspective. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 9, 67-81.
- Carpini, M. X. D., & Keeter, S. (1996). *What Americans know about politics and why it matters*. Yale University Press.
- Carreirão, Y. (2002). Identificação ideológica e voto para presidente. *Opinião Pública*, 8(1), 54-79.
- Carreirão, Y., & Kinzo, M. D. A. (2004). Partidos Políticos. *Preferência Partidária e Decisão*.
- Carreirão, Y. D. S., & Barbeta, P. A. (2004). The presidential election of 2002: voting decision in the metro area of São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(56), 75-93.
- Carreirão, Y. D. S. (2007). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, 13(2), 307-339.

- Carreirão, Y. D. S. (2008). Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. *Opinião pública*, 14(2), 319-351.
- Caruana, N. J., McGregor, R. M., & Stephenson, L. B. (2015). The power of the dark side: Negative partisanship and political behaviour in Canada. *Canadian Journal of Political Science/Revue canadienne de science politique*, 48(4), 771-789.
- Casillas, C. J., Enns, P. K., & Wohlfarth, P. C. (2011). How public opinion constrains the US Supreme Court. *American Journal of Political Science*, 55(1), 74-88.
- Caughey, D., Dunham, J., & Warshaw, C. (2016, April). Polarization and Partisan Divergence in the American Public, 1946-2012. In *Midwest Political Science Association Conference*.
- Cervi, E. U. (2006). *Opinião Pública e Política no Brasil: o que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia* (Doctoral dissertation, Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ).
- Conover, P. J., & Feldman, S. (1981). The origins and meaning of liberal/conservative self-identifications. *American Journal of Political Science*, 617-645.
- Converse, P. E. (1987). Changing conceptions of public opinion in the political process. *The Public Opinion Quarterly*, 51, S12-S24.
- Converse, P. E. (1964). The Nature of Belief System in Mass Publics. In D. E. Apter, ed. *Ideology and Discontent*, pp. 206-261. New York: The Free Press
- Cutler, F. (1999). Jeremy Bentham and the public opinion tribunal. *Public Opinion Quarterly*, 321-346.
- Dahl, R. A., & Dahl, R. A. (1956). *A preface to democratic theory* (Vol. 115). University of Chicago Press.
- De Boef, S., & Keele, L. (2008). Taking time seriously. *American Journal of Political Science*, 52(1), 184-200.
- de Souza, P. H. F. (2018). *Uma história de desigualdade: as maiores rendas no Brasil, 1926-2015* (No. 380).
- Diamond, L., & Morlino, L. (Eds.). (2005). *Assessing the quality of democracy*. JHU Press.
- DiMaggio, P., Evans, J., & Bryson, B. (1996). Have American's social attitudes become more polarized?. *American journal of Sociology*, 102(3), 690-755.
- Downs, A. (1957). An economic theory of democracy
- Durr, R. H. (1993). What moves policy sentiment?. *American Political Science Review*, 87(1), 158-170.
- Ellis, C. (2012). Public ideology and political dynamics in the United States. *American Politics Research*, 40(2), 327-354.

- Ellis, C., & Stimson, J. A. (2012). *Ideology in America*. Cambridge University Press.
- Ellis, C., & Stimson, J. A. (2009). Symbolic ideology in the American electorate. *Electoral Studies*, 28(3), 388-402.
- Enns, P. K., & Wlezien, C. (Eds.). (2011). *Who gets represented?*. Russell Sage Foundation.
- Enns, P. K., Masaki, T., & Kelly, N. (2014, January). Time series analysis and spurious regression: An error correction. In *Annual Meeting of the Southern Political Science Association, New Orleans, LA*.
- Enns, P. K. (2014). The public's increasing punitiveness and its influence on mass incarceration in the United States. *American Journal of Political Science*, 58(4), 857-872.
- Enns, P. K., Masaki, T., & Kelly, N. (2014, January). Time series analysis and spurious regression: An error correction. In *Annual Meeting of the Southern Political Science Association, New Orleans, LA*.
- Enns, P. K., Kelly, N. J., Masaki, T., & Wohlfarth, P. C. (2016). Don't jettison the general error correction model just yet: A practical guide to avoiding spurious regression with the GECM. *Research & Politics*, 3(2), 2053168016643345.
- Erikson, R. S., MacKuen, M. B., & Stimson, J. A. (2002). *The macro polity*. Cambridge University Press.
- Erikson, R. S., & Tedin, K. L. (2004). *American public opinion: Its origins, content and impact*. Routledge.
- Erikson, R. S., & Bhatti, Y. (2011). How poorly are the poor represented in the US Senate?. *Who gets represented*, 223-46.
- Evans, J. H. (2003). Have Americans' attitudes become more polarized?—An update. *Social Science Quarterly*, 84(1), 71-90.
- Ferguson, G., Kellstedt, P. M., & Linn, S. (2013). How does the economy shape policy preferences?. *Electoral Studies*, 32(3), 544-550.
- Ferreira, F. V. (2015). Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação.
- Figueiredo, R., & Cervellini, S. (1995). Contribuições para o conceito de opinião pública. *Opinião pública*, 3(3), 171-185.
- Fiorina, M. P. (1978). Economic retrospective voting in American national elections: A micro-analysis. *American Journal of Political Science*, 426-443.
- Fiorina, M. P. (1981). Retrospective voting in American national elections.

- Fiorina, M. P. (1999, October). Whatever happened to the median voter?. In *MIT Conference on Parties and Congress, Cambridge, MA* (Vol. 2, p. 1999).
- Fiorina, M. P., Abrams, S. J., & Pope, J. C. (2005). Culture war. *The myth of a polarized America*.
- Fiorina, M. P., & Levendusky, M. S. (2006). Disconnected: The political class versus the people. *Red and blue nation, 1*, 49-71.
- Fiorina, M., & Levendusky, M. (2006b). Disconnected, or Joined at the Hip? – Rejoinder. *Red and Blue Nation? Characteristics and Causes of America's Polarized Politics, 1*.
- Fiorina, M. P., Abrams, S. A., & Pope, J. C. (2008). Polarization in the American public: Misconceptions and misreadings. *The Journal of Politics, 70*(2), 556-560.
- Fiorina, M. P., & Abrams, S. J. (2008). Political polarization in the American public. *Annu. Rev. Polit. Sci., 11*, 563-588.
- Freyre, G. (1986). *Casa-grande & senzala*. Global Editora e Distribuidora Ltda.
- Garry, J. (2007). Making 'party identification' more versatile: Operationalising the concept for the multiparty setting. *Electoral Studies, 26*(2), 346-358.
- Gaspari, E. (2014). *A ditadura envergonhada* (Vol. 1). Editora Intrínseca.
- Gilens, M. (2001). Political ignorance and collective policy preferences. *American Political Science Review, 95*(2), 379-396.
- Gilens, M. (2005). Inequality and democratic responsiveness. *Public Opinion Quarterly, 69*(5), 778-796.
- Gilens, M. (2009). Preference gaps and inequality in representation. *PS: Political Science & Politics, 42*(2), 335-341.
- Gilens, M. (2012). *Affluence and influence: Economic inequality and political power in America*. Princeton University Press.
- Grant, T., & Lebo, M. J. (2016). Error correction methods with political time series. *Political Analysis, 24*(1), 3-30.
- Green, D., Palmquist, B., & Schickler, E. (1998). Macropartisanship: A replication and critique. *American Political Science Review, 92*(4), 883-899.
- Gujarati D. N. (2006). Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. *Econometria Básica*.
- Gujarati, D. N. (2015). *Econometrics by example/Damodar Gujarati* (No. 330.015195 G84.).

- Handcock, M. S., Morris, M., & Bernhardt, A. (1997). A distributional approach to measuring changes in economic inequality. *Department of Statistics, PennState*.
- Hetherington, M. J. (2001). Resurgent mass partisanship: The role of elite polarization. *American Political Science Review*, 95(3), 619-631.
- Hetherington, M. J. (2009). Putting polarization in perspective. *British Journal of Political Science*, 39(2), 413-448.
- Hill, S. J., & Tausanovitch, C. (2015). A disconnect in representation? Comparison of trends in congressional and public polarization. *The Journal of Politics*, 77(4), 1058-1075.
- Hiroi, T., & Renno, L. (2017). Meaning of time: legislative duration in the Brazilian Congress.
- Holanda, S. B. D. (1936). Raízes do Brasil, 2 a reimpressão. *Companhia das Letras, São Paulo*.
- Huddy, L., Bankert, A., & Davies, C. (2018). Expressive versus instrumental partisanship in multiparty european systems. *Political Psychology*, 39, 173-199.
- Iyengar, S., Sood, G., & Lelkes, Y. (2012). Affect, not ideology a social identity perspective on polarization. *Public opinion quarterly*, 76(3), 405-431.
- Iyengar, S., Sood, G., & Lelkes, Y. (2012). Affect, not ideology a social identity perspective on polarization. *Public opinion quarterly*, 76(3), 405-431.
- Iyengar, S., & Westwood, S. J. (2015). Fear and loathing across party lines: New evidence on group polarization. *American Journal of Political Science*, 59(3), 690-707.
- Jacobs, L. R., & Page, B. I. (2005). Who influences US foreign policy?. *American political science review*, 99(1), 107-123.
- Jacobson, G. C (2006). Comment on disconnected: The political class versus the people. In *Red and Blue Nation*, 85-94.
- Jacoby, W. G. (2014). Is there a culture war? Conflicting value structures in American public opinion. *American Political Science Review*, 108(4), 754-771.
- Jerit, J., Barabas, J., & Bolsen, T. (2006). Citizens, knowledge, and the information environment. *American Journal of Political Science*, 50(2), 266-282.
- Kelly, N. J., & Enns, P. K. (2010). Inequality and the dynamics of public opinion: The self-reinforcing link between economic inequality and mass preferences. *American Journal of Political Science*, 54(4), 855-870.
- Kinzo, M. D. A. (2006). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil.

- Kuklinski, J. H., Quirk, P. J., Jerit, J., Schwieder, D., & Rich, R. F. (2000). Misinformation and the currency of democratic citizenship. *Journal of Politics*, 62(3), 790-816.
- Lane, R. E. (1962). Political ideology: why the American common man believes what he does.
- Lau, R. R., & Redlawsk, D. P. (2001). Advantages and disadvantages of cognitive heuristics in political decision making. *American Journal of Political Science*, 951-971.
- Layman, G. C., & Carsey, T. M. (2000). Ideological realignment in contemporary American politics: the case of party activists. In *Annual Meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago*.
- Layman, G. C., & Carsey, T. M. (2002). Party polarization and "conflict extension" in the American electorate. *American Journal of Political Science*, 786-802.
- Layman, G. C., Carsey, T. M., & Horowitz, J. M. (2006). Party polarization in American politics: Characteristics, causes, and consequences. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 9, 83-110.
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., & Gaudet, H. (1944). The people's choice.
- Lee, J. M. (2012). *The political consequences of elite and mass polarization* (Doctoral dissertation, The University of Iowa).
- Lelkes, Y. (2016). Mass polarization: Manifestations and measurements. *Public Opinion Quarterly*, 80(S1), 392-410.
- Levendusky, M. S., & Pope, J. C. (2011). Red states vs. blue states: Going beyond the mean. *Public Opinion Quarterly*, 75(2), 227-248.
- Levendusky, M. (2017, April). Morris Fiorina's foundational contributions to the study of partisanship and mass polarization. In *The Forum* (Vol. 15, No. 1, pp. 189-201). De Gruyter
- Levine, J., Carmines, E. G., & Huckfeldt, R. (1997). The rise of ideology in the post-New Deal party system, 1972-1992. *American Politics Quarterly*, 25(1), 19-34.
- Levitsky, S., & Cameron, M. A. (2003). Democracy without parties? Political parties and regime change in Fujimori's Peru. *Latin American Politics and Society*, 45(3), 1-33.
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.
- Lewis-Beck, M. S., & Paldam, M. (2000). Economic voting: an introduction. *Electoral studies*, 19(2-3), 113-121.
- Lewis-Beck, M. S., & Stegmaier, M. (2007). Economic models of voting. In *The Oxford handbook of political behavior*.

- Lewis-Beck, M. S., & Stegmaier, M. (2019). Economic Voting. In R. Congleton, B. Grofman & S. Voigt (Eds), *Oxford Handbook of Public Choice, Volume I* (pp.247-265). Oxford: Oxford University Press.
- Lewis-Beck, M. S., & Ratto, M. C. (2013). Economic voting in Latin America: A general model. *Electoral Studies*, 32(3), 489-493.
- Lindaman, K., & Haider-Markel, D. P. (2002). Issue evolution, political parties, and the culture wars. *Political Research Quarterly*, 55(1), 91-110.
- Limongi, F., & Cortez, R. (2010). As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estudos CEBRAP*, (88), 21-37.
- Loureiro, F. P., Guimaraes, F. D. S., & Schor, A. (2015). Public opinion and foreign policy in João Goulart's Brazil (1961-1964): Coherence between national and foreign policy perceptions?. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 58(2), 98-118.
- Locke, J. (1998). *Dois Tratados Sobre o Governo* (1690). São Paulo: Martins.
- Lupia, A. (1994). Shortcuts versus encyclopedias: Information and voting behavior in California insurance reform elections. *American Political Science Review*, 63-76.
- Luskin, R. C., Fishkin, J. S., & Jowell, R. (2002). Considered opinions: Deliberative polling in Britain. *British Journal of Political Science*, 32(3), 455-487.
- Manza, J., & Cook, F. L. (2002). A democratic polity? Three views of policy responsiveness to public opinion in the United States. *American Politics Research*, 30(6), 630-667.
- McCarty, N., Poole, K. T., & Rosenthal, H. (2016). *Polarized America: The dance of ideology and unequal riches*. mit Press.
- MacKuen, M. B., Erikson, R. S., & Stimson, J. A. (1992). Peasants or bankers? The American electorate and the US economy. *American Political Science Review*, 86(3), 597-611.
- MacKuen, M. B., Erikson, R. S., & Stimson, J. A. (1989). Macropartisanship. *American Political Science Review*, 83(4), 1125-1142
- Mason, L. (2013). The rise of uncivil agreement: Issue versus behavioral polarization in the American electorate. *American Behavioral Scientist*, 57(1), 140-159.
- Mason, L. (2015). "I disrespectfully agree": The differential effects of partisan sorting on social and issue polarization. *American Journal of Political Science*, 59(1), 128-145.
- Medeiros, M., Souza, P., & Castro, F. Á. D. (2015). O Topo Da Distribuição De Renda No Brasil: Primeiras Estimativas Com Dados Tributários E Comparação Com Pesquisas Domiciliares, 2006-2012 (Top Incomes in Brazil: First Estimates with Tax Data and Comparison with Survey Data, 2006-2012). *DADOS—Revista de ciências sociais, Rio de Janeiro*, 58(1).

- Medeiros, M., & Noël, A. (2014). The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies. *Comparative Political Studies*, 47(7), 1022-1046.
- Meffert, M. F., Norpoth, H., & Ruhil, A. V. (2001). Realignment and macropartisanship. *American Political Science Review*, 95(4), 953-962.
- Miller, W. E., & Stokes, D. E. (1963). Constituency influence in Congress. *American political science review*, 57(01), 45-56.
- Mill, S. (2016). *Sobre a liberdade*. Editora Hedra.
- Monroe, A. D. (1998). Public opinion and public policy, 1980-1993. *Public Opinion Quarterly*, 62(1).
- Nadeau, R., Lewis-Beck, M. S., Bélanger, E., Turgeon, M., & Gélinau, F. (2017). *Latin American elections: choice and change*. University of Michigan Press.
- Nicolau, J. (2014). Vermelhos e Azuis: um estudo sobre os determinantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2010). *9º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*.
- Oliveira, C., & Turgeon, M. (2015). Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro.
- Paiva, D., Krause, S., & Lameirão, A. P. (2016). O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, 22(3), 638-674.
- Page, B. I., & Shapiro, R. Y. (1992). *The rational public: Fifty years of trends in Americans' policy preferences*. University of Chicago Press.
- Page, B. I., & Shapiro, R. Y. (1983). Effects of public opinion on policy. *American political science review*, 77(1), 175-190.
- Pateman, C. (1992). *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pereira, C., & Bertholini, F. (2017). Beliefs or ideology: The imperative of social inclusion in Brazilian politics. *Commonwealth & Comparative Politics*, 55(3), 377-401.
- Peres, P. S. (2008). Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista brasileira de ciências sociais*, 23(68).
- Pitkin, H. F. (Ed.). (1969). *Representation*. Atherton Press.
- Schumpeter, J. A. (1942). *Capitalism, socialism and democracy*. routledge.
- Poole, K. T., & Rosenthal, H. (1984). The polarization of American politics. *The Journal of Politics*, 46(4), 1061-1079.
- Poole, K. T. (2007). Changing Minds? Not in Congress!. *Public Choice*, 131(3-4), 435-451.

- Popkin, S. L. (1994). *The reasoning voter: Communication and persuasion in presidential campaigns*. University of Chicago Press.
- Power, T. J., & Zucco Jr, C. (2012). Elite preferences in a consolidating democracy: the Brazilian legislative surveys, 1990–2009. *Latin American Politics and Society*, 54(4), 1-27.
- Reis, F. W. (2014). Eleição de 2014: “País dividido” e questão social. *Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política Ano VI, Número VI, Outubro 2014*, 8.
- Rennó, L. R. (2007). Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, 50(4), 721-755.
- Rennó, L., & Ames, B. (2014). PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública*, 20(1), 01-25.
- Rennó, L. R. (2007). Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, 13(2), 260-282.
- Rennó, L. R., & Hoepers, B. (2010). Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006. *Novos estudos CEBRAP*, (86), 141-161.
- Rennó, L. & Silva, T. (2015). Perdendo o fio da meada: ambiguidades e contradições na teoria do realinhamento. BIB, São Paulo, n. 77, pp.5-23.
- Rennó, L., & Spanakos, A. P. (2006). Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: As eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002. *Dados-Revista De Ciências Sociais*, 49(1).
- Rennó, L., & Turgeon, M. (2016). A Psicologia política das classes sociais no Brasil: atributos das atitudes políticas por estratificação e mobilidade social. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, 59(1), 11-51.
- Ribeiro, E., Carreirão, Y., & Borba, J. (2016). Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, 22(3), 603-637.
- Sanbonmatsu, K. (2002). Gender stereotypes and vote choice. *American Journal of Political Science*, 20-34.
- Samuels, D. J., & Zucco, C. (2018). *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: Voting behavior in Brazil*. Cambridge University Press.
- Samuels, D. (2006). Sources of mass partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 48(2), 1-27.
- Samuels, D. (2008). A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, 14(2), 302-318.
- Samuels, D., & Zucco Jr, C. (2014). The power of partisanship in Brazil: Evidence from survey experiments. *American Journal of Political Science*, 58(1), 212-225.

- Schmid, F., & Schmidt, A. (2006). Nonparametric estimation of the coefficient of overlapping—theory and empirical application. *Computational statistics & data analysis*, 50(6), 1583-1596.
- Schumpeter, J. A. (1942). *Socialism, capitalism and democracy*. Harper and Brothers.
- Silva, T. M. D. (2017). Para além de esquerda e direita: a multidimensionalidade das crenças no Brasil contemporâneo (1989-2014).
- Singer, A. (2000). Direita e esquerda no eleitorado brasileiro. *São Paulo: EDUSP*.
- Speier, H. (1950). Historical development of public opinion. *American Journal of Sociology*, 55(4), 376-388.
- Stevenson, R. T. (2001). The economy and policy mood: a fundamental dynamic of democratic politics?. *American Journal of Political Science*, 620-633.
- Stimson, J. (1991). *Public opinion in America: Moods, cycles, and swings*. Routledge.
- Stimson, J. A., MacKuen, M. B., & Erikson, R. S. (1995). Dynamic representation. *American political science review*, 89(3), 543-565.
- Stimson, J. A., Thiébaud, C., & Tiberj, V. (2012). The evolution of policy attitudes in France. *European Union Politics*, 13(2), 293-316.
- Stimson, J. A. (2004). *Tides of consent: How public opinion shapes American politics*. Cambridge University Press.
- Stokes, D. E. (1963). Spatial models of party competition. *American political science review*, 57(2), 368-377.
- Soroka, S. N., & Wlezien, C. (2010). *Degrees of democracy: Politics, public opinion, and policy*. Cambridge University Press.
- Soroka, S. N., & Wlezien, C. (2008). On the limits to inequality in representation. *PS: Political Science & Politics*, 41(2), 319-327.
- Soroka, S. N., & Wlezien, C. (2007). Homogeneity and Heterogeneity in Public Responsiveness to Policy. In *Annual Meeting of the American Political Science Association*.
- Rousseau, J. J. (1972). *Do contrato social e discurso sobre a economia política*. Hemus.
- Telles, E. E. (2004). *Race in another America: The significance of skin color in Brazil*. Princeton University Press.
- Treier, S., & Hillygus, D. S. (2009). The nature of political ideology in the contemporary electorate. *Public Opinion Quarterly*, 73(4), 679-703.

Ura, J. D., & Ellis, C. R. (2012). Partisan moods: Polarization and the dynamics of mass party preferences. *The Journal of Politics*, 74(1), 277-291.

Veiga, L. F. (2007). Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião pública*, 13(2), 340-365.

Weisberg, H. F., & Smith Jr, C. E. (1991). The influence of the economy on party identification in the Reagan years. *The Journal of Politics*, 53(4), 1077-1092.

Wlezien, C. (1995). The public as thermostat: Dynamics of preferences for spending. *American journal of political science*, 39, 981-1000.

Wlezien, C. (2015). The myopic voter? The economy and US presidential elections. *Electoral Studies*, 39, 195-204.

Wlezien, C., & Soroka, S. N. (2007). The relationship between public opinion and policy.

Zaller, J. R. (1992). *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge university press.

Zaller, J., & Feldman, S. (1992). A simple theory of the survey response: Answering questions versus revealing preferences. *American journal of political science*, 579-616.

Zucco Jr, C. (2009). Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidential settings. *The Journal of Politics*, 71(3), 1076-1092.

Zucco Jr, C., & Lauderdale, B. E. (2011). Distinguishing between influences on Brazilian legislative behavior. *Legislative Studies Quarterly*, 36(3), 363-396.

Anexo I – Perguntas de Opinião Pública

As questões abaixo foram usadas para criar a medida do *Policy Mood* para o Brasil. Depois de cada questão, nós listamos o Instituto de Pesquisa, o número de vezes que a questão foi usada e a série de anos em que a questão foi perguntada.

➤ Políticas Redistributivas:

1. Bolsa Família

1. O (a) sr(a) é a favor ou contra o programa Bolsa Família? (Secom; 4, 2014-2015)
2. Agora vou ler algumas frases associadas ao programa Bolsa Família e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: “O programa Bolsa Família favorece a acomodação dos beneficiários” (Secom; 2, 2014-2015)
3. Agora vou ler algumas frases associadas ao programa Bolsa Família e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: “Aqueles que recebem o Bolsa Família ficam dependentes do governo” (Secom; 2, 2014-2015)
4. Agora eu gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se concorda ou discorda com a seguinte afirmação: “Ajudou na redução da pobreza no Brasil” (Secom; 2, 2014-2015)
5. Agora vou ler algumas frases associadas ao programa Bolsa Família e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: “O programa Bolsa Família incentiva as pessoas a terem mais filhos para receber o benefício” (Secom; 2, 2014-2015)
6. Agora vou ler algumas frases associadas ao programa Bolsa Família e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas: “O programa Bolsa Família ajudou a reduzir a desigualdade no Brasil” (Secom; 2, 2014-2015)
7. O(A) sr./sra. pensa que o governo deve ampliar a quantidade de famílias que recebem o Bolsa Família, manter como está, diminuir, ou acabar com o Programa Bolsa Família? (Lapop; 2, 2010-2014)

2. Mais Médicos

1. O governo quer trazer médicos estrangeiros para trabalhar no Brasil em áreas onde faltam profissionais para cuidar da saúde das pessoas. Você é a favor ou contra que médicos estrangeiros venham trabalhar no Brasil? (DataFolha; 2, 2013)

2. O (A) sr.(a) é a favor ou contra a contratação de médicos estrangeiros para o SUS? (SECOM; 4, 2013-2014)

3. Cotas Raciais

1. Diante da discriminação passada e presente contra os negros, têm pessoas que defendem a ideia de que a única maneira de garantir a igualdade racial é reservar uma parte das vagas nas universidades e dos empregos nas empresas para a população negra. Você concorda ou discorda com essa reserva de vagas de estudo e trabalho para os negros? Totalmente ou em parte? (FPA, 1, 2003; Datafolha, 1, 1995)
2. O(a) sr(a) é a favor ou contra: Cotas no vestibular para estudantes negros? (Ibope, 1, 2008; Criterium, 1, 2008)

➤ Tamanho do Estado (Estadolatria)

1. Privatização

1. Do you strongly agree, somewhat agree, somewhat disagree, or strongly disagree with the following phrase that I am going to read: The privatisation of state companies has been beneficial to the country? (Latinobarómetro; 11, 1998-2013)
2. Public services like water, electricity, have been privatized. Considering price and quality, are you much more satisfied, more satisfied, less satisfied or much less satisfied with these privatized services (Latinobarómetro; 5, 2003-2008)
3. Now that we have privatized state-owned utilities - water, electricity, etc. - taking into account price and quality, are you now much more satisfied, more satisfied, less satisfied or much less satisfied with these services? (Latinobarómetro; 4, 2009-2013)
4. O Programa Nacional de Desestatização está privatizando algumas empresas estatais. Privatizar uma empresa estatal é transferir ou vender a empresa do governo para a iniciativa privada, ou particulares. O(a) sr(a) é a favor ou contra a privatização de empresas estatais, ou não tem opinião formada a respeito? (Ibope; 3, 1996)
5. Agora vou ler para o(a) sr(a) uma série de frases e gostaria que o(a) sr(a) dissesse se concorda muito, concorda pouco, discorda pouco ou discorda: A

privatização das empresas estatais foi boa para o país? (Lapop; 1, 2006; Eseb; 1, 2010)

2. Imposto

1. Agora vou ler para o sr./sra mais uma série de frases e gostaria que o sr./sra. dissesse se discorda muito, discorda, concorda ou concorda muito: O governo deveria oferecer menos serviços públicos, incluindo coisas como saúde e educação, para reduzir os impostos" (Datafolha; 1, 1993; Lapop; 2, 2006-2008; Vox;1, 2010)
2. O(a) sr./sra. estaria disposto(a) a pagar mais impostos do que atualmente paga para que o governo possa investir mais no Programa Bolsa Família? (Lapop; 1, 2012; BEPS; 1, 2014)
3. O(a) sr./sra. estaria disposto(a) a pagar mais impostos do que atualmente paga para que o governo possa gastar mais com o serviço público de saúde? (Lapop; 1, 2012; BEPS; 1, 2014)
4. O(a) sr./sra. estaria disposto(a) a pagar mais impostos do que atualmente paga para que o governo possa gastar mais com educação primária e secundária? (Lapop; 1, 2012; BEPS; 1, 2014)
5. Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber com qual você concorda mais: É preferível pagar menos impostos ao governo e contratar serviços particulares de educação e saúde OU É preferível pagar mais impostos ao governo e receber serviços gratuitos de educação e saúde (Datafolha; 2, 2013-2014)

3. Meio Ambiente

1. With which of the following statements do you most agree? Priority should be given to the protection of the environment even if it means that economic growth is slower or Priority should be given to the development of the economy even if it means harming the environment? (Latinobarómetro; 4, 1995-1998)
2. Na sua opinião, o que deveria ter prioridade: proteger o meio ambiente ou promover o crescimento econômico? (Ibope, 1, 2001; Lapop, 1, 2014; MMA, 1, 1997)
3. I am going to read out some statements about the environment. For each one, can you tell me whether you strongly agree, agree, disagree or strongly disagree? I would agree to an increase in taxes if the extra money were to used to prevent environmental pollution (WVS; 2, 1991-2006)

4. Here are two statements people sometimes make when discussing the environment and economic growth. Which of them comes closer to your own point of view? Protecting the environment should be given priority, even if it causes slower economic growth and some loss of jobs or B) Economic growth and creating jobs should be the top priority, even if the environment suffers to some extent (WVS; 2, 2006-2014)
5. Em qual lugar desta escala (concorda totalmente com a primeira frase ou concorda totalmente com a segunda frase), você se coloca ou não tem uma opinião a respeito? A) É possível continuarmos desenvolvendo nossa agricultura, indústria, enfim nossa economia como até agora fizemos, sem causar dano à natureza OU B) É impossível continuarmos desenvolvendo nossa agricultura, indústria enfim nossa economia como até agora fizemos sem causarmos danos irreparáveis à natureza (Ibope, 1, 2001; MMA, 2, 1992-1997)
6. Agora, para cada uma destas frases que eu ler, diga-me se concorda, discorda ou não tem opinião formada a respeito: O Brasil tem uma natureza tão rica que não precisa controlar a exploração de seus recursos naturais como outros países (MMA, 2, 1992-1997)

4. Igualdade

1. O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual (Lapop; 1, 2006; Datafolha; 1, 1993; Eseb; 1, 2010)
2. O Estado brasileiro deve implementar políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? (Lapop; 4, 2008-2010-2012-2014; Secom; 1, 2015)
3. Now I'd like you to tell me your views on various issues. How would you place your views on this scale? 1 means you agree completely with the statement on the left; 10 means you agree completely with the statement on the right; and if your views fall somewhere in between, you can choose any number in between. A) Incomes should be made more equal or B) We need larger income differences as incentives for individual effort (WVS; 3, 1991-2006-2014)
4. Agora vou ler para o sr/sra uma série de frases e gostaria que o sr/sra. dissesse se discorda muito, discorda, concorda ou concorda muito: Se o país for rico não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais (Datafolha, 1, 1993; Eseb, 1, 2010; Lapop, 1, 2006)
5. Agora vou ler para o sr/sra uma série de frases e gostaria que o sr/sra. dissesse se discorda muito, discorda, concorda ou concorda muito: Em um país como o Brasil,

é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres (Eseb, 1, 2010; Datafolha, 1, 1993; Lapop, 1, 2006)

5. Tamanho do Estado

1. O Estado brasileiro, mais que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? (Lapop; 3, 2008-2010-2012)
2. O Estado brasileiro, mais do que as empresas privadas, é o responsável principal por criar empregos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? (Lapop; 3, 2008-2010-2012)
3. O Estado brasileiro, no lugar do setor privado, deveria ser dono das empresas e indústrias mais importantes do país. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? (Lapop; 4, 2008-2014)
4. Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber com qual você concorda mais: As empresas privadas devem ser as maiores responsáveis por investir no país e fazer a economia crescer OU O governo deve ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer? (Datafolha; 2, 2013-2014)
5. Para que o país cresça, o governo deveria investir mais na economia (Datafolha, 1, 1993; Eseb 1, 2010)
6. Now I'd like you to tell me your views on various issues. How would you place your views on this scale? 1 means you agree completely with the statement on the left; 10 means you agree completely with the statement on the right; and if your views fall somewhere in between, you can choose any number in between. A) Private ownership of business and industry should be increased or B) government ownership of business and industry should be increased (WVS; 3, 1991-2006-2014)
7. From the list of activities that I am going to read out to you, which do you think should mostly be in the hands of the State and which should mostly be in the hands of private companies? [Health] (Latinobarómetro; 3, 1995-1998-2008)
8. From the list of activities that I am going to read out to you, which do you think should mostly be in the hands of the State and which should mostly be in the hands of private companies? [Electricity] (Latinobarómetro; 3, 1995-1998-2008)
9. From the list of activities that I am going to read out to you, which do you think should mostly be in the hands of the State and which should mostly be in the

hands of private companies? [Water Distribution] (Latinobarómetro; 2, 1995-1998)

10. From the list of activities that I am going to read out to you, which do you think should mostly be in the hands of the State and which should mostly be in the hands of private companies? [FUEL] (Latinobarómetro; 3, 1995-1998-2008)

6. Gasto Sociais Federais

1. Now I am going to mention various items of Public Expenditure. Could you please tell me if you believe that in your country it would be better to spend more or less on each of them [Infra-Estrutura; Saúde; Educação; Defesa; Segurança] (Latinobarómetro; 1, 1998)

2. Na sua opinião o governo federal gasta em [Saúde; Educação; Defesa; Programas Sociais]: Gasta Muito, Tem um Gasto Adequado ou Gasta Pouco? [Saúde; Educação; Defesa; Segurança; Programas Sociais] (Eseb; 1, 2010)

3. Vou ler para o(a) sr(a) algumas áreas e para cada uma delas eu gostaria que avaliasse se o Governo Federal deveria gastar muito mais, deveria gastar mais, deveria gastar o que já gasta atualmente, deveria gastar menos ou deveria gastar muito menos que atualmente em cada uma delas. Pensando na área da [Saúde; Educação; Defesa; Segurança; Programas Sociais] (Eseb; 1, 2014)

7. Sindicatos

1. Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber com qual você concorda mais:
1) Os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores OU 2) Os sindicatos servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores? (Datafolha, 4, 2012-2013-2013-2014)

8. Pobreza

1. Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber com qual você concorda mais:
1) Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar OU 2) Boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidades iguais para que todos possam subir na vida? (Datafolha, 4, 2012-2013-2013-2014)

➤ Valores

1. Aborto

1. Na sua opinião o aborto deve continuar proibido por lei, como é hoje, ou deve ser permitido? (Datafolha; 2, 1991-1993)

2. Há projetos de lei para ampliar a situação em que o aborto seria permitido. Você é a favor que: (LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO) 1) A lei continue com está; 2) que o aborto seja permitido em mais situações ou 3) que o aborto deixe de ser crime em qualquer caso?
3. E você, concorda ou discorda com: a legalização do aborto (FPA, 3, 1997-2003-2009)
4. Existem pessoas que acham que a lei deva permitir o aborto em alguns casos. Já outras pessoas acham que a lei deve proibir qualquer tipo de aborto. Qual destas afirmações melhor expressa a sua opinião? (1) O aborto não deve ser permitido por lei em nenhuma circunstância; (2) O aborto deve ser permitido por lei em algumas circunstâncias excepcionais, como no caso de risco de vida para a gestante e em casos de estupro; (3) O aborto deve ser permitido por lei, por qualquer motivo, desde que em estágios iniciais da gravidez ou (4) o aborto deve ser permitido por lei, sem restrições. (Beps; 2, 2010-2014)
5. O(A) sr(a) diria que é a favor ou contra a legalização do aborto no Brasil? (Ibope; 2008-2010)
6. Please tell me for each of the following actions whether you think it can always be justified, never be justified, or something in between, using this card: ABORT (WVS; 3, 1991-2006-2014; Latinobarómetro; 1, 2004)
7. Atualmente a interrupção da gravidez é permitida apenas em casos de estupro e de risco de vida da mãe. Há projetos de lei para ampliar a situação em que o aborto seria permitido. Você é a favor? 1) Que a lei sobre aborto continue como está; 2) "Que o aborto seja permitido em mais situações especiais"; 3 "Que no início da gravidez o aborto deixe de ser crime em qualquer caso". (Datafolha; 3, 1993-1997-2014)
8. E agora, pensando em outros assuntos. O(a) sr./sra acredita que se justifica a interrupção da gravidez, ou seja, um aborto, quando a saúde da mãe está em perigo? (Lapop; 2, 2012-2014)

2. Casamento Homossexual

1. Atualmente, a lei no Brasil não reconhece a união de pessoas do mesmo sexo. Muitos casais homossexuais, tanto de homens como de mulheres, querem que sua união seja reconhecida. Você é a favor ou contra a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo? (Datafolha; 2, 1997-2008)

2. Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber com qual você concorda mais: A homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade OU A homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade? (Datafolha; 4, 2012-2013-2014)
3. E você, concorda ou discorda com: a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo? (FPA; 3, 1997-2001-2003)
4. E o sr/sra é a favor ou contra: A) A legalização da união conjugal entre pessoas do mesmo sexo? (FPA, 2, 2008-2009; Criterium, 1, 2008)
5. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que casais homossexuais tenham o direito de se casar? (Lapop; 3, 2010-2012-2014)
6. Do you strongly agree, agree, disagree or strongly disagree with each of the following statements? Homosexual Marriage (Latinobarómetro; 2, 2010-2015)
7. Please tell me for each of the following actions whether you think it can always be justified, never be justified, or something in between, using this card: Homosexuality (WVS; 3, 1991-2006-2014; Latinobarómetro, 1, 2004)

3. Pena de Morte

1. E o(a) sr(a), concorda ou discorda com a pena de morte? (FPA; 3, 1997-2001-2003)
2. Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber com qual você concorda mais: 1) A pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves OU 2) Não cabe à Justiça matar uma pessoa, mesmo que ela tenha cometido um crime grave? (Datafolha; 4, 2012-2013-2013-2014)
3. Se houvesse uma consulta à população, você votaria a favor ou contra a adoção da pena de morte?" (Datafolha; 7, 1991-1993-1995-1999-2003-2008)
4. O(a) Sr(a) é contra ou a favor: pena de morte (Eseb; 1, 2002; Ibope; 1, 2008; Criterium; 1, 2008; FPA; 2, 2008-2009)

4. Prisão Perpétua

1. O(a) Sr(a) é contra ou a favor: prisão perpétua (Eseb; 1, 2002; Ibope; 1, 2008; Criterium; 1, 2008)

5. Droga

1. Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber com qual você concorda mais: 1) O uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências OU 2) O uso de drogas não deve ser proibido, porque é o usuário que sofre com as consequências? (Datafolha; 4, 2012-2013-2013-2014)
2. Atualmente fumar maconha é crime. Na sua opinião, fumar maconha deveria continuar proibido por lei ou deveria deixar de ser considerado crime? (Datafolha; 2, 1995-2008)
3. E o/a sr/a., concorda ou discorda com a legalização da maconha (FPA, 2, 1997-2009)

6. Porte de Arma

1. Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber com qual você concorda mais: Possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender OU A posse de armas deve continuar proibida, pois representa ameaça à vida de outras pessoas? (Datafolha; 4, 2012-2013-2013-2014)

7. Maioridade Penal

1. O(a) Sr(a) é contra ou a favor: prisão de menores de idade (Eseb; 1, 2002; Ibope; 1, 2008; Criterium; 1, 2008)
2. Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber com qual você concorda mais: Adolescentes que cometem crimes devem ser reeducados OU Adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos? (Datafolha; 4, 2012-2013-2013-2014)
3. E se hoje houvesse uma consulta à população, você votaria a favor ou contra a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos? (Datafolha; 2, 2003-2013)

8. Gênero

1. Do you agree or disagree with the following statements? When jobs are scarce, men have more right to a job than women (WVS; 3, 1991-2006-2014)

9. Imigração

1. Do you agree or disagree with the following statements? When jobs are scarce, employers should give priority to Brazilian citizens than immigrants? (WVS; 3, 1991-2006-2014)

Anexo II – Perguntas de Identificação Ideológica

As questões abaixo foram usadas para criar a medida da Ideologia Macro para o Brasil. Depois de cada questão, nós listamos o Instituto de Pesquisa, o número de vezes que a questão foi usada e a série de anos em que a questão foi perguntada.

Ideologia

1. In politics, people normally speak of "left" and "right". On a scale where 0 is left and 10 is right, where would you place yourself?. (Latinobarómetro; 19, 1995-1996-1997-1998-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006-2007-2008-2009-2010-2011-2013-2014-2015-2016)
2. In political matters, people talk of "the left" and "the right." How would you place your views on this scale, generally speaking? (WVS; 3, 1991-2006-2014)
3. Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o(a) sr./sra, onde o(a) sr./sra. se situa nesta escala? (Lapop; 5, 2006-2008-2010-2012-2014)
4. Novamente pensando em esquerda e direita na política. Como o(a) Sr(a) se considera? Zero significa que o(a) Sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) Sr(a) é de direita. (Eseb; 4, 2002-2014).
5. Quando o assunto é política, muita gente fala em atitudes ou ideias de esquerda e de direita. Aqui tem um desenho com essas posições (Mostre o CARTÃO 2). Onde o/a sr/sra se colocaria levando em conta as suas próprias atitudes e ideias políticas? (FPA; 3, 1997-2002-2003)
6. Como você sabe, muita gente quando pensa em política utiliza os termos esquerda e direita. No quadro que aparece neste cartão (MOSTRE CARTÃO 19) em qual posição política você se colocaria, sendo que a posição "um" é o máximo à esquerda e a posição "sete" é o máximo à direita? (Datafolha; 2, 2003-2016)

Anexo III – Identificação Partidária Macro

As questões abaixo foram usadas para criar a medida de partidarismo, antipartidarismo, petismo e antipetismo. Depois de cada questão, nós listamos o Instituto de Pesquisa, o número de vezes que a questão foi usada, e a série de anos em que a questão foi perguntada.

➤ **Partidarismo**

1. Qual é o seu partido político de preferência? (Datafolha; 51, 1989-2017; Ibope,1, 1989)
2. Existe algum partido político que representa a maneira como o (a) sr(a) pensa? (Eseb; 4, 2002-2014; Lapop; 1, 2006)
3. Qual é o partido que você prefere? (FPA; 4, 1997-1999-2001-2003-2006-2010)
4. Atualmente o(a) sr./sra. simpatiza com algum partido político? (Lapop; 5, 2008-2010-2012-2014-2017)
5. Por qual deste partidos políticos o(a) sr(a) tem maior preferência ou simpatia? (Ibope; 8, 1989-2010-2018)

➤ **Antipartidarismo**

1. Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) Sr(a) pensa de alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) Sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar. Zero significa que o(a) Sr(a) NÃO gosta do partido e dez que o(a) Sr(a) gosta muito. Quando eu falar o nome de um partido que o(a) Sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece (Eseb; 4, 2002-2006-2010-2014; Lapop; 1, 2006)
2. Qual é o partido em que você não votaria nos candidatos dele de jeito nenhum? (FPA; 4, 1997-1999-2006-2010; WVS; 1, 2006; Lapop; 1, 2006)

➤ **Petismo**

1. Qual é o seu partido político de preferência? (Datafolha; 51, 1989-2017; Ibope,1, 1989)
2. Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa? (Eseb; 4, 2002-2014; Lapop; 1, 2006)

3. Qual é o partido que você prefere? (FPA; 4, 1997-1999-2001-2003-2006-2010)
4. Com qual partido o(a) sr./sra. simpatiza? (Lapop; 5, 2008-2010-2012-2014-2017)
5. O(a) Sr(a) tem preferência ou simpatia maior por algum destes partidos políticos? (Ibope; 8, 1989-2010-2018)

➤ **Antipetismo**

1. Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) Sr(a) pensa de alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) Sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar. Zero significa que o(a) Sr(a) NÃO gosta do partido e dez que o(a) Sr(a) gosta muito. Quando eu falar o nome de um partido que o(a) Sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece (Eseb; 4, 2002-2006-2010-2014; Lapop; 1, 2006)
2. Qual é o partido em que você não votaria nos candidatos dele de jeito nenhum? (FPA; 4, 1997-1999-2006-2010; WVS; 1, 2006; Lapop; 1, 2006)
3. E em qual destes partidos políticos o(a) sr(a) não votaria de jeito nenhum? (Ibope; 5, 2018)

Anexo IV - Descrição das Variáveis de Partidarismo

Tabela 3.3 Descrição das Variáveis de Partidarismo por Ano e Instituto de Pesquisa

Anos	Partidarismo	Antipartidarismo	Petismo	Antipetismo
1989	Datafolha		Datafolha	
	Ibope		Ibope	
	Ibope		Ibope	
1990	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
1991	Datafolha		Datafolha	
1992				
1993	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
1994				
1995	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
1996	Datafolha		Datafolha	
1997	FPA	FPA	FPA	FPA
	Datafolha		Datafolha	
1998	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
1999	FPA	FPA	FPA	FPA
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
2000	Datafolha		Datafolha	
2001	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
2002	ESEB	ESEB	ESEB	ESEB
2003	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	FPA		FPA	
2004				
2005	Datafolha		Datafolha	
2006	ESEB	ESEB	ESEB	ESEB
	Lapop	Lapop	Lapop	Lapop
	FPA	FPA	FPA	FPA
	Datafolha		Datafolha	WVS
2007	Datafolha		Datafolha	
2008	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Lapop		Lapop	
2009	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	

Continuação...

Anos	Partidarismo	Antipartidarismo	Petismo	Antipetismo
2010	ESEB	ESEB	ESEB	ESEB
	FPA	FPA	FPA	FPA
	Datafolha		Datafolha	
	Ibope		Ibope	
2011	Lapop		Lapop	
	FPA		FPA	
2012	Datafolha		Datafolha	
	Lapop		Lapop	
2013	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
2014	ESEB	ESEB	ESEB	ESEB
	BEPS		BEPS	
	Lapop		Lapop	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
2015				
2016	Datafolha		Datafolha	
2017	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
	Datafolha		Datafolha	
2018	Lapop		Lapop	
	Ibope		Ibope	Ibope
	Ibope		Ibope	Ibope
	Ibope		Ibope	Ibope
	Ibope		Ibope	Ibope
	Ibope		Ibope	Ibope

Anexo V – Índice de Polarização Mediana Relativa

A tabela 5.2 mostra, baseado nos índices de MRP, LRP e URP, que não existe polarização política entre os mais educados e menos educados, brancos e não-brancos, religiosos e não-religiosos no que diz respeito a distribuição da opinião pública.

Tabela 5.2 Índice de Polarização Política da Opinião Pública entre Mais Educados e Menos Educados; Brancos vs. Não-Brancos; Religiosos vs. Não-Religiosos

Índice de Polarização	Educação		Raça		Religião	
	Coeficientes	Erro Padrão	Coeficientes	Erro Padrão	Coeficientes	Erro Padrão
Mediana (MRP)	-0,072	0,122	-0,059	0,129	-0,168	0,093
Cauda Inferior (LRP)	-0,257	0,317	-0,008	0,289	0,094	0,201
Cauda Superior (URP)	0,113	0,322	-0,110	0,276	-0,430	0,153

Note: Usou-se o teste de Bootstrapped porque a amostra é menor do que 30 ($m > 30$).

Anexo VI – Descrição dos Indicadores Objetivos da Economia

Tabela 6.1. Descrição dos Indicadores Objetivos da Economia

Anos	Taxa de Inflação	Taxa de Desemprego	PIB
1991	472.7	4.8	1
1992	1119.1	5.8	-0.5
1993	2477.15	5.3	4.9
1994	916.46	5.1	5.8
1995	22.41	4.6	4.2
1996	9.56	5.4	2.2
1997	5.22	5.7	3.4
1998	1.65	7.6	0.3
1999	9.94	7.6	0.5
2000	5.97	7.1	4.4
2001	7.67	6.2	1.4
2002	12.53	7.1	3.1
2003	9.3	12.3	1.1
2004	7.6	11.5	5.8
2005	5.69	9.8	3.2
2006	3.14	10	4.0
2007	4.46	9.3	6.1
2008	5.9	7.9	5.1
2009	4.31	8.1	-0.1
2010	5.91	6.7	7.5
2011	6.5	5.9	4.0
2012	5.84	7.4	1.9
2013	5.91	7.1	3.0
2014	6.41	6.8	0.5
2015	10.67	8.5	-3.8
2016	6.29	11.5	-3.6
2017	2.94	12.7	1

Anexo VII – Perguntas sobre a Percepção da Economia

As questões abaixo foram usadas para criar os índices subjetivos da economia: 1) retrospectiva pessoal; 2) retrospectiva nacional; 3) prospectiva pessoal; 4) prospectiva nacional. Depois de cada questão, nós listamos o Instituto de Pesquisa, o número de vezes que a questão foi usada e a série de anos em que a questão foi perguntada.

➤ **Retrospectivo Pessoal**

1. O sr/sra acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que a de há doze meses? (Lapop; 6, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016).
2. Pensando na sua situação financeira atual, o(a) sr(a) diria que ela é melhor, pior, ou igual do que há três meses atrás? (Ibope; 4, 2004-2006).
3. E no seu caso pessoal, você acha que a situação econômica melhorou, piorou ou ficou como estava? (Datafolha; 4, 2017).
4. Pensando na sua situação econômica neste momento, o(a) diria que ele é melhor, igual ou pior, do que há doze meses atrás? (Secom; 4, 2013-2014-2015)
5. Do you consider your economic situation and that of your family to be better, the same, or worse than 12 months ago? (Latinobarômetro; 18, 1995-2015)

➤ **Retrospectivo Nacional**

1. O sr/sra. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há doze meses? (Lapop; 4, 2006, 2012, 2014, 2016)
2. Do ano passado para cá, o (a) sr (a) acha que a situação econômica do Brasil melhorou, piorou ou ficou igual? (Lapop; 2, 2008-2010)
3. Na sua opinião, nos últimos meses, a situação econômica do país melhorou, piorou ou ficou como estava? (Datafolha; 5, 2016-2017)
4. Pensando na situação econômica atual do Brasil, o(a) sr(a) diria que ela está melhor, igual ou pior do que há doze meses atrás? (Secom; 6, 2013-2015)
5. Do you consider the country's present economic situation to be better, a little better, the same, a little worse or much worse than 12 months ago? (Latinobarômetro; 20; 1995-2017).

➤ **Prospectivo Pessoal**

1. E no seu caso pessoal, você acha que a sua situação econômica vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está? (Datafolha; 23, 1998-2017).
2. E daqui a doze meses, o(a) sr(a) acredita que a sua situação econômica pessoal será melhor, igual ou pior do que a situação econômica de hoje? (Secom; 7, 2013-2015).
3. In the next 12 months, do you think your economic situation and that of your family will be much better, a little better, about the same, a little worse or much worse than now? (Latinobarômetro; 2, 2016-2017).

➤ **Prospectivo Nacional**

1. Na sua opinião, nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está? (Datafolha, 23; 1998-2017)
2. E daqui a doze meses, o(a) sr(a) acredita que a situação econômica do Brasil estará melhor, igual ou pior, do que a situação econômica de hoje? (Secom; 3, 2013-2015)
3. And in the next 12 months do you think that, in general, the economic situation of your country will be much better, a little better, the same, a little worse or much worse than now? (Latinobarômetro; 21, 1995-2017)

Anexo VIII – Perguntas sobre a Satisfação das Políticas Públicas

As questões abaixo foram usadas para criar a medida de satisfação acerca das políticas públicas para o Brasil. Depois de cada questão, nós listamos o Instituto de Pesquisa, o número de vezes que a questão foi usada, e a série de anos em que a questão foi perguntada.

1. Educação:

1. Would you say that in [country], in the last 5 years, the quality of the education has gone down, gone up or stayed the same? (Latinobarómetro; 3, 1995-1997)
2. Would you say that in [country], in the last 12 months, the quality of (public schools) has gone down, gone up or stayed the same? (Latinobarómetro; 2, 1998; 2000)
3. Would you say that you are very satisfied, rather satisfied, not very satisfied or not at all satisfied with the way the following institution works...[Education]? (Latinobarómetro; 9, 2003-2011-2015)
4. Agora eu vou ler uma série de áreas de atuação do Governo Federal e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se aprova ou desaprova o desempenho do governo em cada uma dessas áreas (Secom; 3, 2016-2017)
5. E pensando agora na EDUCAÇÃO PÚBLICA no Brasil de modo geral, usando a mesma escala de 0 a 10, que nota o(a) sr(a) daria, de modo geral, para a educação pública no Brasil neste momento? (Secom; 8, 2013-2015)
6. Pelo o que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar, nos últimos doze meses, a educação no Brasil melhorou, piorou ou não mudou? (Secom; 6, 2013-2015)
7. Como o(a) sr(a) avalia a atuação do Governo Federal na área da EDUCAÇÃO. O (a) sr(a) diria que está sendo: ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (Secom; 8, 2013-2015)
8. Nessa cidade onde o sr./sra. vive, o sr./sra. está satisfeito(a) ou insatisfeito(a) com...[A qualidade das escolas públicas]? (Lapop; 3, 2008-2010-2014)
9. Vou citar algumas políticas e gostaria que você utilizasse essa escala (MOSTRAR) para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas: EDUCAÇÃO? (ESEB; 4, 2002-2014)

2. Saúde:

1. Would you say that in [country], in the last 5 years, the quality of health has gone down, gone up or stayed the same? (Latinobarômetro; 3, 1995-1997)
2. Would you say that you are very satisfied, rather satisfied, very satisfied or not at all satisfied with...PUBLIC HOSPITAL " (Latinobarômetro; 4, 2009-2010-2011-2015)
3. Would you say that in [country], in the last 12 months, the quality of PUBLIC HOSPITALS has gone down, gone up or stayed the same? (Latinobarômetro; 2, 1998-2000)
4. Would you say that you are very satisfied, rather satisfied, not very satisfied or not at all satisfied with...your acces to health? (Latinobarômetro, 5, 2003-2007)
5. E pensando agora especificamente na SAÚDE PÚBLICA no Brasil de modo geral, usando a mesma escala de 0 a 10, que nota o(a) sr(a) daria, de modo geral, para a saúde pública no Brasil neste momento? (Secom; 8, 2013-2015)
6. Pelo o que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar, nos últimos 12 meses, a SAÚDE PÚBLICA no Brasil melhorou, piorou ou não mudou? (Secom; 6, 2013-2015)
7. Como o(a) sr(a) avalia a atuação do Governo Federal na (SAÚDE)? O(a) sr(a) diria que está sendo: ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (Secom; 8, 2011-2014)
8. Agora eu vou ler uma série de áreas de atuação do Governo Federal e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se aprova ou desaprova o desempenho do governo em cada uma dessas áreas (Secom, 3,2016-2017)
9. Nessa cidade onde o sr./sra. vive, o sr./sra. está satisfeito(a) ou insatisfeito(a) com...A qualidade dos serviços médicos e de saúde pública? (Lapop; 3, 2008-2012-2014)
10. Vou citar alguns serviços públicos e gostaria que o (a) Sr. (a) desse uma nota de 0 a 10 para dizer o quanto está satisfeito com cada um deles. De 0 a 10, que nota o (a) Sr(a) dá para: SAÚDE (Eseb; 4, 2002-2014)
11. De um modo geral, você acha que é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo: Centros de Saúde (Datafolha, 2, 1989-1990)

3. Segurança:

1. Na sua opinião, no último ano a criminalidade no Brasil: aumentou, diminuiu ou continua igual (Pesb; 1, 2002; IBOPE; 1, 2008)
2. Até que ponto o sr./sra. diria que o governo federal atual melhora a segurança do cidadão [Escala de 1 a 7 pontos] (Lapop; 5, 2006-2014)
3. De modo geral, usando uma escala de 0 a 10, em que 0 significa que o(a) sr(a) está totalmente insatisfeito, e 10 significa que o(a) sr(a) está totalmente satisfeito, que nota o(a) sr(a) daria, de modo geral, para a segurança pública no Brasil neste momento? (Secom; 6, 2013-2015)
4. Pelo o que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar, nos últimos 12 meses, a SEGURANÇA PÚBLICA no Brasil melhorou, piorou ou não mudou? (Secom; 7, 2013-2015)
5. Como o(a) sr(a) avalia a atuação do Governo Federal _____ (LEIA ITEM)? O(a) sr(a) diria que está sendo: ótima, boa, regular, ruim ou péssima? [na segurança pública] (Secom, 2, 2013-2014)
6. Agora eu vou ler uma série de áreas de atuação do Governo Federal e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se aprova ou desaprova o desempenho do governo em cada uma dessas áreas (Secom, 3, 2016-2017)
7. Would you say that you are very satisfied, rather satisfied, very satisfied or not at all satisfied with POLICE? " (Latinobarômetro; 4, 2009-2015)
8. How would you rate public security in the country. Would you say that it is very good, good, average, bad or very bad? (Latinobarômetro; 4, 2010-2015)
9. From the list of issues that I am going to read out to you do you think they have increased a lot or a little, or have decreased a lot or a little or have remained the same in the last 12 months? [CRIME] (Latinobarômetro; 3, 1998-2000-2001)
10. Que nota de 0 a 10 você dá para a sua satisfação em relação: CONTROLE DA CRIMINALIDADE? (Eseb, 2, 2010-2014)

4. Transporte Público

1. Nessa cidade onde sr/sra. vive, você está satisfeito(a) ou insatisfeito(a) com a qualidade do sistema de transporte público? (Lapop; 2, 2008-2014)

2. Would you say that you are very satisfied, fairly satisfied, not very satisfied or not at all satisfied with PUBLIC TRANSPORT? (Latinobarómetro; 7, 2006-2015)

5. Meio Ambiente

7. Que nota de 0 a 10 você dá para a sua satisfação em relação: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE? (Eseb, 2, 2010-2014)
8. Como o(a) sr(a) avalia a atuação do Governo Federal nos últimos quatro anos na área do meio ambiente)? O(A) sr(a) diria que está sendo: ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (Secom; 3, 2011-2014)
9. Agora eu vou ler uma série de áreas de atuação do Governo Federal e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se aprova ou desaprova o desempenho do governo em cada uma dessas áreas (Secom, 3, 2016-2017)

6. Habitação

1. Would you say that in [country], in the last 12 months, the quality of HOUSING has gone down, gone up or stayed the same? (Latinobarómetro; 2; 1998-2000)
2. Would you say that in [nation], in the last 5 years, the quality of access of housing has gone down, gone up or stayed the same? (Latinobarómetro; 3, 1995-1997)
3. Como o(a) sr(a) avalia a atuação do Governo Federal (na área da HABITAÇÃO)? O(a) sr(a) diria que está sendo: ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (Secom; 3, 2011-2014)

7. Bolsa Família

1. Como o(a) sr(a) avalia o programa Bolsa Família? Na sua opinião, o Bolsa Família é um programa: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo (Secom, 6, 2011-2015)
2. Agora eu vou ler uma lista de programas ou políticas de inclusão social do Governo Federal e gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 0 a 10 para cada um deles. Lembrando que 0 significa que o(a) sr(a) está totalmente insatisfeito, e 10 significa que o(a) sr(a) está totalmente satisfeito com o programa ou política (Secom, 2, 2015)

Anexo IX – Testes de Cointegração do Modelo de Correção de Erros

Tabela 6.5 Teste de Cointegração entre a Opinião Pública e as Variáveis da Economia

Teste ADF				
	Teste Estatístico	Valores Críticos 1%	Valores Críticos 5%	Valores Críticos 10%
Z(t)	-5.877	-3.750	-3.000	-2.630

MacKinnon valor de p para Z(t) = 0.0000

Tabela 6.6 Teste de Cointegração entre Opinião Pública e as Variáveis Políticas, Sociais e Institucionais

Teste ADF				
	Teste Estatístico	Valores Críticos 1%	Valores Críticos 5%	Valores Críticos 10%
Z(t)	-6.065	-3.750	-3.000	-2.630

MacKinnon valor de p para Z(t) = 0.0000

Tabela 6.7 Teste de Cointegração do Índice de Polarização Política entre Pobres e Ricos e das Variáveis da Economia

Teste ADF				
	Teste Estatístico	Valores Críticos 1%	Valores Críticos 5%	Valores Críticos 10%
Z(t)	-5.630	-3.750	-3.000	-2.630

MacKinnon valor de p para Z(t) = 0.0000

Tabela 6.8 Teste de Cointegração do Índice de Polarização Política entre Pobres e Ricos e das Variáveis da Política, Social e Institucional

Teste ADF				
	Teste Estatístico	Valores Críticos 1%	Valores Críticos 5%	Valores Críticos 10%
Z(t)	-4.500	-3.750	-3.000	-2.630

MacKinnon valor de p para Z(t) = 0.0002

Tabela 6.9 Teste de Cointegração entre Partidarismo e as Variáveis da Economia

Teste ADF				
	Teste Estatístico	Valores Críticos 1%	Valores Críticos 5%	Valores Críticos 10%
Z(t)	-6.779	-3.750	-3.000	-2.630

MacKinnon valor de p para Z(t) = 0.0000

Tabela 6.10. Teste de Cointegração entre Partidarismo e as Variáveis Políticas, Sociais e Institucionais

Teste ADF				
	Teste Estatístico	Valores Críticos 1%	Valores Críticos 5%	Valores Críticos 10%
Z(t)	-5.353	-3.750	-3.000	-2.630

MacKinnon valor de p para Z(t) = 0.0000

Tabela 6.11. Teste de Cointegração do Índice de Polarização Política entre Petismo e Antipetismo e das Variáveis da Economia

Teste ADF				
	Teste Estatístico	Valores Críticos 1%	Valores Críticos 5%	Valores Críticos 10%
Z(t)	-4.670	-3.750	-3.000	-2.630

MacKinnon valor de p para Z(t) = 0.0001

Tabela 6.12. Teste de Cointegração da Lava Jato e o Índice de Polarização Política entre Petismo e Antipetismo

Teste ADF				
	Teste Estatístico	Valores Críticos 1%	Valores Críticos 5%	Valores Críticos 10%
Z(t)				

MacKinnon valor de p para Z(t) = 0.0009

Tabela 6.13. Teste de Cointegração do Bolsa Família e o Índice de Polarização Política entre Petismo e Antipetismo

Teste ADF				
	Teste Estatístico	Valores Críticos 1%	Valores Críticos 5%	Valores Críticos 10%
Z(t)	-4.093	-3.750	-3.000	-2.630

MacKinnon valor de p para Z(t) = 0.0010